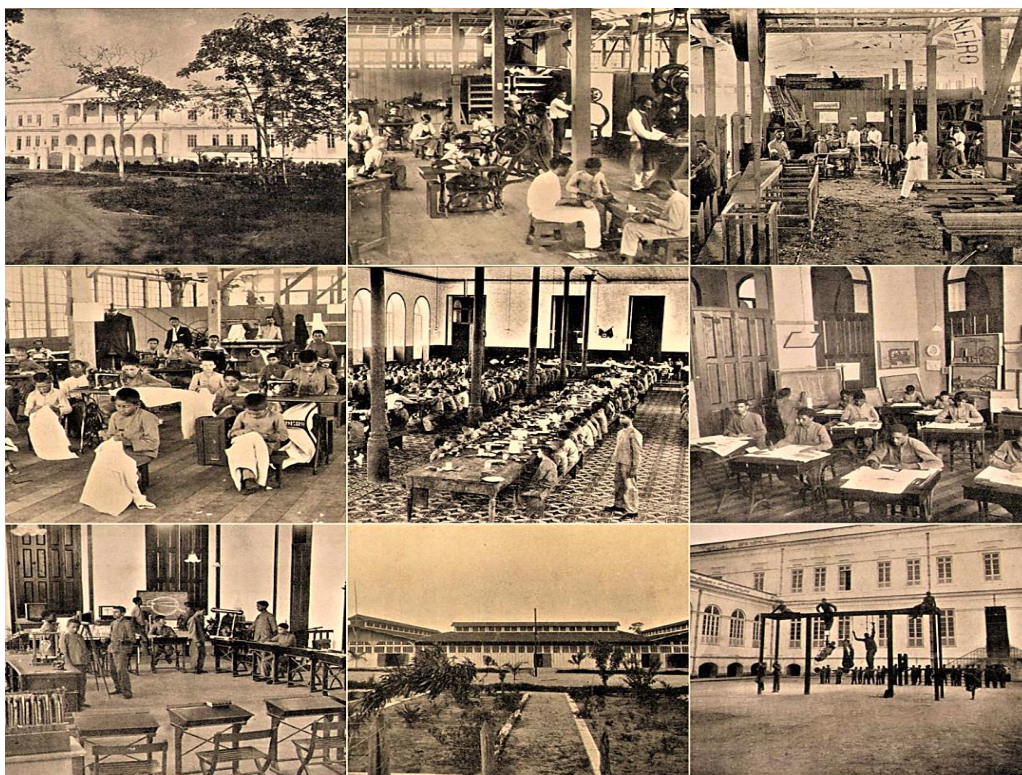




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**LUCAS AYRES CARDOSO**



**A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO:  
O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense (1891-1900)**

**Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias**

**Belém- PA  
2024**

**LUCAS AYRES CARDOSO**

**A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO:**

**O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense (1891-1900)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em História Social da Amazônia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias.

**Belém- PA  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará - Belém-PA**

C268s Cardoso, Lucas Ayres.  
A Sociedade Propagadora do Ensino: O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense (1891-1900) / Lucas Ayres Cardoso. – Belém, 2024.  
232 f. : il.; 30 cm

Orientador: William Gaia Farias  
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

1. Ensino profissional - Pará - História. 2. Sociedade Propagadora do Ensino. 3. Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. 4. Orphelinato Paraense. I. Farias, William Gaia, orient. II. Título.

CDD: 23. ed. 370.113098115

---

**Elaborado por Elisangela Silva da Costa – CRB-2/983.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

LUCAS AYRES CARDOSO

**A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO:**

**O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense (1891-1900)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em História Social da Amazônia, pela Universidade Federal do Pará.

**Defesa de Doutorado em: 24/06/2024.**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. D. William Gaia Farias**  
Orientador - UFPA

---

**Profa. Dra. Jesiane Calderaro Costa Vale**  
Examinadora Externa ao Programa - UFPA

---

**Profa. Dra. Leila Mourão Miranda**  
Examinadora Interna do Programa - UFPA

---

**Dr. João Marcelo Barbosa Dergan**  
Examinador Externo ao Programa - UFPA

---

**Prof. Dr. Pablo Nunes Pereira**  
Examinador Externo ao Programa - UFPA

A minha esposa Andréa Santos de Sousa.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus de Amor, justiça e misericordioso: Onisciente, Onipotente e Onipresente, que deu a sua vida para remir todos os nossos pecados, mesmo não tendo nenhum pecado, contudo, para restabelecer a vida eterna. Para além disso, este Deus criador, permitiu-me finalizar esta tese de doutorado pelo Programa em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Ao meu amigo, professor e orientador William Gaia Farias, a quem não tenho como expressar as minhas estimas e consideração, por tudo que está sendo realizado em minha vida. Contudo, penso em seguir a mesma concepção, profissionalismo e trajetória educacional, oportunizando a todos os que queiram, independentemente de classe social, lutar por suas conquistas em um mundo imperfeito e cruel, mas que nos ensina que podemos ser quem nós quisermos, basta abdicarmos e seguirmos o nosso planejamento de vida com o Deus de Amor: **Onisciente, Onipotente e Onipresente.**

Ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, que aderiu ao Programa de Apoio à Qualificação aos Docentes e Técnicos (PADT) desta instituição, as minhas congratulações.

Ao meu pai, Luiz Gonzaga Cardoso (*In memoriam*) e a minha querida mãe Maria Raimunda Ayres Cardoso, que mesmo sem condições financeiras e de família humilde, sempre me incentivaram a seguir ao Deus de Amor e a lutar pelos meus sonhos.

A minha querida Patroa (esposa) Andréa Santos de Sousa, que sempre nos momentos difíceis soube ser paciente e compreender os meus objetivos da minha trajetória de formação profissional no doutorado em História Social da Amazônia.

Aos professores Gilmar Pereira da Silva e Pablo Nunes Pereira, por suas colaborações ao trabalho na minha qualificação de tese, permitindo-me ter a oportunidade de defesa neste ano de 2024. Para além disso, por suas indicações de leituras para o trabalho final de tese.

Aos meus filhos(as): Tayná Joyce Sousa Cardoso, Lucas Junior Sousa Cardoso e Diana Santos de Sousa, mostrando a eles que podemos ser quem nós quisermos, entretanto, seguindo a Deus naquele que diz: “**tudo posso naquele que me fortalece**”. Assim sigo neste mundo cruel, mas que futuramente estaremos face a face com Jesus Cristo de eternidade a eternidade.

A minha irmã Leonete do Socorro Ayres Cardoso (Lica – *In memoriam*) e ao meu irmão José Flávio Menezes Guimarães (*In memoriam*), que sempre me incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus amigos Leandro e Beatriz, por suas colaborações de pesquisa; ao Marcelo Dergan, por suas muitas colaborações; à Eronice, que muito tem contribuído para que eu esteja na pesquisa; à Professora Magda Ricci, que muito tem contribuído na colocação de minha pesquisa, e ratificando ao Professor Pablo Nunes, que contribuiu bastante para a minha formação; ao Felipe Saul, que contribuiu em minha pesquisa e a todos os estagiários do Centro de Memória que me ajudaram também de alguma forma na pesquisa.

Ao Reitor da Universidade Federal do Pará, Emmanuel Zagury Tourinho, que vem contribuindo por meio de um programa de gestão democrática e plural, oportunizando a formação e a capacitação de técnicos, por meio do Programa de Qualificação de Apoio aos Docentes e Técnicos (PADT).

O povo clamava por uma formação igualitária, independente de classe social, pois percebia muitas exclusões em relação à instrução pública na Província do Pará.

(Cardoso, 2021. P. 21).



## RESUMO

Objetivou-se com esta pesquisa compreender a atuação da Sociedade Propagadora de Ensino (SPE), na atuação dos colégios Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e do Orphelinato Paraense no período de 1891 a 1900, onde investiguei essa atuação da Sociedade Propagadora de Ensino, criada para desenvolver um currículo para a melhoria da educação pública e a sua formação, onde a mesma que criou o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, instituição voltada à formação de trabalhadores jovens na Província do Pará. Essa associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino foi fundada por Lauro Nina Sodré, governador da Província do Pará, oficial do Exército brasileiro, formado em Engenharia Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, nos anos finais da Monarquia. Portanto, a Sociedade Propagadora de Ensino (SPE) implantou um sistema de formação através de um currículo, cujo foco era o engendramento de uma mão de obra qualificada para erradicar o analfabetismo que persistia, mesmo com o advento da República e, por isso, o objetivo da SPE era implantar um programa que suprisse e minimizasse os mais humildes e pobres, e que formassem esses trabalhadores para ingressar nas fábricas da Província do Pará. Neste sentido, a tese busca entender a relevância dos tipos de formações direcionadas a estas escolas, analisando os currículos, perfis e atuação dos professores e alunos, dentre outras questões importantes à compreensão acerca das ações e propostas dirigidas pela SPE. Na perspectiva de responder a esses questionamentos, utilizou-se o método prosopográfico, a partir da análise e do cruzamento de informações obtidas com a documentação pesquisada, como, por exemplo, as obras raras e os periódicos de acervos da Fundação Tancredo Neves, e de legislação, currículos e outros documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, e das obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará.

**Palavras-chave:** Sociedade Propagadora de Ensino. Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Orphelinato Paraense. Currículos. Professores.

## ABSTRACT

The objective of this research was to understand the role of the Sociedade Propagadora de Ensino, in the performance of schools; Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant and Orphelinato Paraense in the period from 1891 to 1900, where I investigated this activity of the Sociedade Propagadora de Ensino, created to develop a curriculum to improve public education and its training, where the same one that created the Lyceu of Arts and Crafts Benjamin Constant, an institution dedicated to training young workers in the Province of Pará. This association called Sociedade Propagadora de Ensino was founded by Lauro Nina Sodré, governor of the Province of Pará, an officer in the Brazilian Army, graduated in Military Engineering and Bachelor of Physical and Mathematical Sciences from the Military School of Praia Vermelha in Rio de Janeiro, in the final years of the Monarchy. Therefore, the Sociedade Propagadora de Ensino (SPE) implemented a training system through a curriculum, whose focus was the creation of a qualified workforce to eradicate illiteracy that persisted even with the advent of the Republic, and therefore, the objective of the SPE, was to implement a program that would supply and minimize the most humble and poor, and that would train these workers to be inserted in factories in the province of Pará. In this sense, the thesis seeks to understand the relevance of the types of training directed to these schools, analyzing the curricula, profiles and performance of teachers and students among other important issues for understanding the actions and proposals directed by the SPE. In order to answer these questions, the prosopographic method was used, based on the analysis and cross-referencing of information obtained from the researched documentation, such as, for example, rare works and periodicals from the collections of the Tancredo Neves Foundation, and of legislation, curricula and other documents from the collection of the Public Archive of the State of Pará, and rare works from the Central Library of the Federal University of Pará.

**Keywords:** Education Propagating Society. Lyceum of Arts and Crafts Benjamin Constant. Orphelinato Paraense. Curricula. Teachers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - José Pereira Guimarães, diretor do Lyceu Benjamin Constant e também diretor da SPE .....	150
Figura 2 - José Cândido da Gama Malcher, colaborador da Sociedade Propagadora de Ensino .....	151
Figura 3 - Senador Antonio José de Lemos, Intendente de Belém (1987-1911). .....	152
Figura 4 - Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, colaborador da SPE .....	153
Figura 5 - Joaquim Gonçalves Ledo .....	154
Figura 6 - Colégio Estadual Antônio Lemos .....	167
Figura 7 - República-Mulher: homenagem dos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ao governador Lauro Sodré .....	188

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fábricas do Pará em 1862 .....	93
Gráfico 2 - Alunos de Escolas públicas primárias belenenses, agrupados por gênero .....	188
Gráfico 3 - Alunos de Escolas públicas primárias de 1º grau belenenses, agrupados por gênero.....	189
Gráfico 4 - Alunos de Escolas públicas belenenses matriculados em 1893, agrupados por gênero.....	189
Gráfico 5 - Alunos matriculados em escolas públicas primárias belenenses, agrupados por gênero.....	190

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Alunos matriculados na Escola Normal do Pará, distribuídos por gênero (1900-1906).....	27
Tabela 2 - Estudantes brasileiros matriculados por Estado em todo o Brasil.....	30
Quadro 1 - As classes de alunos do Collegio Paraense e a reserva aos pobres e suas mensalidades.....	39
Quadro 2 - Horários semanais dos professores .....	42
Quadro 3 - Lentes cathedraicos da Escola Normal, com a sua respectiva disciplina.....	44
Quadro 4 - Grupo Anexo da Escola Normal: Seção Feminina e Masculina .....	45
Quadro 5 - Quadro docente efetivo e seus respectivos substitutos, distribuídos por ano letivo .....	45
Quadro 6 - Quantidade de alunos, distribuídos por série .....	49
Quadro 7 - Quantidade de alunos do Curso Técnico, distribuídos por ano e ofício.....	50
Quadro 8 - Quantidade de alunos do Curso Teórico, distribuídos por ano e ofício .....	50
Quadro 9 - Currículo do Primeiro ano do Ensino Primário Inferior .....	78
Quadro 10 - Sobre as matérias.....	78
Quadro 11 - Processo de Aprendizagem.....	79
Quadro 12 - Professores, matérias e horários do Lyceu Paraense .....	106
Quadro 13 - Professores, matérias e horários do Colégio Nossa Senhora do Amparo .....	106
Quadro 14 - Disciplinas do curso fundamental .....	114
Quadro 15 - Contribuições do Lyceu Benjamin Constant.....	119
Quadro 16 - Caixa da Sociedade Propagadora de Ensino .....	120
Quadro 17 - A saída de réis desta Sociedade Propagadora de Ensino .....	121
Quadro 18 - Contribuições ao Orphelinato Paraense .....	130
Quadro 19 - Decreto n. 821 de 10 de fevereiro de 1900 .....	140
Quadro 20 - Diretoria da Sociedade Propagadora de Ensino .....	146
Quadro 21 - Sócios Remidos da Sociedade Propagadora de Ensino .....	147
Quadro 22 - Sócios fundadores não remidos da Sociedade Propagadora de Ensino.....	148
Quadro 23 - Sócios Efetivos da Sociedade Propagadora de Ensino.....	155
Quadro 24 - Diretores e Sócios da SPE e contribuições mensais.....	156
Quadro 25 - Professores e suas respectivas disciplinas .....	161
Quadro 26 - Horário das aulas do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.....	162
Quadro 27 - Corpo docente e suas respectivas disciplina do Lyceu de artes e Ofícios Benjamin Constant.....	162

Quadro 28 - Regulamento do Instituto de Educandos e Artífices Paraenses.....	170
Quadro 29 - Regulamento do Lyceu Paraense.....	171
Quadro 30 - Regulamento da Escola de Agricultura e de Fazenda Agrícola .....	172
Quadro 31 - Novo Regulamento do Lyceu Paraense .....	173
Quadro 32 - Disciplinas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, 1890 .....	185
Quadro 33 - Colaboradores do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant .....	195
Quadro 34 - Alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant (1892-1900) .....	195
Quadro 35 - Honrarias atribuídas a alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, agrupados por curso.....	197
Quadro 36 - Diretor, os professores, matérias e o quantitativo dos alunos do Lycu Benjamin Constant .....	199
Quadro 37 - Participantes premiados da Exposição Artística e Industrial .....	204
Quadro 38 - Estudantes premiados do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.....	205
Quadro 39 - Estudantes do Lyceu Benjamin Constant que receberam Menção Honrosa.....	205
Quadro 40 - Disciplinas da Primeira Seção e da Segunda Seção .....	208

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO: DO IMPÉRIO DA FÉ A REPÚBLICA LAICA</b> .....	35
1.1 DA SEPARAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO À EDUCAÇÃO LAICA.....	52
1.2 EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA REPUBLICANA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E A IDEIA DE PROGRESSO .....	66
<b>CAPÍTULO II - O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARÁ E AS TRANSFORMAÇÕES REPUBLICANAS</b> .....	77
2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ: OS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA E O ALVORECER REPUBLICANO .....	84
2.2 PARA QUE E PARA QUEM ERAM AS ESCOLAS DO ESTADO? .....	100
2.3 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS REPUBLICANAS .....	108
<b>CAPÍTULO III - A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO</b> .....	115
3.1 A REPÚBLICA DE TODOS E O ENSINO DE POBRES E CLASSES PROLETÁRIAS .....	138
3.2 A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO: UMA INVESTIDA PARALELA DO GOVERNO? .....	142
3.3 OS SÓCIOS E SUAS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO .....	146
<b>CAPÍTULO IV - O LYCEU BENJAMIN CONSTANT E O OPHELINATO PARAENSE</b> .....	159
4.1 EDUCAÇÃO E MENTES MASCULINAS E FEMININAS: ENSINO POR GÊNERO, CULTURA E SOCIEDADE .....	182
4.2 PROPOSTAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS .....	185
4.3 ALUNOS E ALUNAS E OS OFÍCIOS .....	193
4.4 AS ARTES E OFÍCIOS NO PARÁ E O PERFIL DO ALUNO.....	199
4.5 A EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA INDUSTRIAL DO LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT .....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	210
<b>FONTES PESQUISADAS</b> .....	217
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	222
<b>APÊNDICE A: BIOGRAFIA DE LAURO NINA SODRÉ</b> .....	231

## INTRODUÇÃO

Pelo quilate moral dos homens que nele figuraram, pode-se formar uma ideia do valor de um regime político. À medida que se afasta de nós a velha República, a boa e legítima República de 89, é possível aos espíritos isentos julgá-la, discernindo no conjunto os benefícios que produziu, as forças que mobilizou em proveito da coletividade, os sedimentos deixados na estrutura da nação para torná-la maior e mais poderosa.<sup>1</sup>

O processo de implantação da República, ainda com algumas limitações de algum modo, promoveu o acesso à educação escolar às pessoas das camadas subalternas da sociedade de Belém, principalmente no então chamado ensino elementar, vinculado ao aprendizado de um ofício voltado ao mercado de trabalho. Para além disso, no governo de Lauro Nina Sodré foi possível criar uma associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino (SPE), a qual, com os seus diretores, criou um currículo para ser implantado nas escolas noturnas da Província do Pará. Assim, creio que com a instrução sendo apresentada no programa do governador Lauro Sodré, era a saída para a erradicação do analfabetismo na Província do Pará.

Todavia, as oportunidades na instrução e/ou educação eram dadas às classes sociais mais abastadas da sociedade do século XIX, em relação à epistemologia. Mesmo sabendo que no século XIX o meio de comunicação mais consumido era o jornal, por isso, é importante a narrativa de Antônio Novoa, ao mencionar que:

A imprensa é um lugar privilegiado de manifestação de diferentes vozes: ela é, provavelmente, o local que permite um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas dessa área.<sup>2</sup>

Ou seja, a imprensa possibilitaria aos que sabiam ler as informações adequadas para saberem qual caminho seguir, entretanto, a maioria das pessoas de classes pobres não sabiam nem ler e nem escrever, por isso não sabiam discernir essas informações colocadas pela imprensa, assim sendo, a saída, conforme o programa do governador, era criar escolas noturnas que pudessem contribuir para a formação dessas pessoas para serem melhor aproveitadas dentro das fábricas na província do Pará.

<sup>1</sup> SODRÉ, Emmanuel. **Lauro Sodré na História da República**. Rio de Janeiro: GB. Ed. do autor, 1970. p. 7.

<sup>2</sup> NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. *In*: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em Revistas: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 131.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a maioria da sociedade era analfabeta, e, portanto, cabe informar-lhe que essa educação, mesmo hoje, em pleno século XXI, ainda temos muitos analfabetos, por isso identifique-me como uma dessas pessoas que nasceu no final do século XX, e só tinha a sétima série do primeiro grau e com muito esforço consegui adentrar, por meio de um amigo chamado Walter Pinto de Oliveira, que me matriculou no projeto do PRAP, implantado no Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), onde as aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, das 18 às 22 horas, e lá concluí o primeiro grau e o segundo grau, e mais tarde fiz uma faculdade particular, onde terminei a licenciatura em Pedagogia. Portanto, todos temos dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, contudo, se a política educacional estiver voltada a uma educação de qualidade, que valorize, há uma estrutura que vise a todos de uma sociedade onde estejam inseridos nas escolas, certamente teremos pessoas formadas em determinadas áreas capazes de alavancar a sua sociedade, e onde quer que estejam inseridas, contribuirão em seu tempo.

Assim, volto à documentação onde demonstra que a imprensa era o meio de comunicação com a sociedade provincial. Entretanto, a maioria das pessoas eram analfabetas. Dessa forma, a pesquisa com os trabalhos pioneiros destinados aos estudos da educação profissional no Brasil, geralmente difundem a ideia de que pouco se fez nesta área, e que este pouco foi marcado por fracassos e escolhas equivocadas.<sup>3</sup> Para além disso, trilhar novos caminhos sobre a história da educação pública no Brasil possibilita entender que esta pesquisa é voltada a uma associação chamada Sociedade Propagadora do Ensino, que criou instituições educacionais como: Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, o Lyceu Paraense e o Orphelinato Paraense, sendo este último criado pela Sociedade para ensinar meninas desvalidas, por meio de um currículo criado para essa formação. Também foi criado um outro currículo para a escola noturna, para a formação destinada à força de trabalho de crianças, jovens e adultos, como política educacional de diversos governos no Império e na República, e é um tema que “tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira”.<sup>4</sup> Portanto, as instituições educacionais representam uma alternativa de colocar ao

---

<sup>3</sup> FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **O Ensino de Ofícios Manufatureiros dirigido aos Menores Abandonados: Brasil 1870-1930**. 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988; FONSECA, Celso Sukow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. 3v.; CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979; CUNHA, Luiz Antonio. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação**, Niterói, v. 10, n. 1-2, p. 3-47, jan./dez. 1983.

<sup>4</sup> FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. O Ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 14, p.1, maio/ago. 2000a.



público algumas questões do processo histórico do governo de Lauro Sodré, uma vez que é definido na omissão do próprio conhecimento produzido a seu respeito em relação a muitas profissões no século XIX.<sup>5</sup>

Com o regime republicano no Brasil, os quais desencadearam uma série de transformações em vários setores da sociedade de forma geral, e na administração pública em especial. Assim, essas mudanças também devem ser compreendidas do ponto de vista dos programas e projetos no âmbito estadual e nas dimensões relacionadas ao campo das ideias e perspectivas dos grupos que subiram ao poder no momento de estruturação do regime fundado em 15 de novembro de 1889.<sup>6</sup>

No estado do Pará, o primeiro governador republicano eleito foi Lauro Nina Sodré, que dentre outras ações no campo da educação criou a Sociedade Propagadora de Ensino, formada por um expressivo grupo de educadores e artistas renomados da sociedade paraense. Neste viés, criaram o Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, uma das principais iniciativas conferidas à Sociedade Propagadora do Ensino.

Nesta tese, a obra rara “A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant”, de autoria de Ignacio Moura, que em 1895, ano da publicação, era o diretor da referida escola. Esta obra apresenta uma produção artística, os inventos e outros tipos de criações dos alunos e, para além disso, traz muitos debates sobre a situação da “instrução pública” e sobre as ações da Sociedade Propagadora do Ensino. Pois, foi justamente o contato com esta obra que me possibilitou levantar as questões explicitadas nesta proposta, sendo, assim, uma fonte de grande relevância à análise do tema, ao menos como ponto de partida. Daí a necessidade, a partir da associação chamada Sociedade Propagadora do Ensino e do Lyceu, no intuito de estudar os fundamentos e os significados da educação como meio de fecundação de um pensamento republicano.

Neste caminho, é fundamental conhecer o papel dos programas, os projetos educacionais e as ações políticas voltadas para a educação no alvorecer republicano. Assim, o próprio governador Lauro Nina Sodré analisou a importância da criação do Lyceu Benjamin Constant na formação do trabalhador de baixa renda, argumentando que “por isso tem feito proporcionado muitas escolas públicas e externatos de ensino secundário por todo o interior do

---

<sup>5</sup> FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000b. p. 92.

<sup>6</sup> VILLA, Marco Antônio. **O Nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime**. São Paulo: Ática, 1997.

Pará”.<sup>7</sup> Ou seja, o governador estava colocando em prática o compromisso apresentado em sua campanha para governador do estado do Pará.

A República enfocou uma nova compreensão acerca do papel da educação, no que se refere aos objetivos políticos do Estado. A educação escolar passou a ser considerada pelos republicanos um veículo de fortalecimento do novo regime, pois, por meio dela, buscou-se transmitir grande parte dos novos “ideais da nação”. Além disso, também foi compreendida como parte do próprio conteúdo que se buscava legitimar, já que, em seu esforço de distinção em relação ao modelo político anterior, a instrução da população tornou-se, também em si, uma das bandeiras republicanas.<sup>8</sup>

Contudo, a República aumentou as diferenças sociais, e o Estado aos poucos passou a assumir o dever de investir na educação de todos os indivíduos da sociedade brasileira. No entanto, apesar da proposta inicial considerar os possíveis efeitos e influências do positivismo na educação republicana, ficarei atento às influências de outras vertentes do pensamento político, social e educacional nas investidas tomadas como matrizes dos modelos de educação republicana.

A história da educação no Pará nos remete a uma discussão sobre os planos, os projetos e as ações do primeiro governo constitucional de Lauro Sodré. A importância de voltar no passado reflete a necessidade do presente de desvendar questões fundamentais da educação. Neste sentido, conforme Wilson da Costa Barroso, compreende-se que “refletir sobre a educação paraense é introduzir uma discussão a respeito da produção historiográfica da educação brasileira, inserida no debate a especificidade da questão da educação e história regional”.<sup>9</sup> Nessa vereda, acredito que a instrução possibilita a erradicação do analfabetismo no estado do Pará.

A respeito de importantes questões sobre educação pública no Pará, é fundamental a obra do historiador e pesquisador William Gaia Farias, pois analisa que as transformações ocorridas na gestão do governador Lauro Sodré, foi no campo da educação, na “criação de uma instituição destinada ao ensino de trabalhadores e de seus filhos”.<sup>10</sup> É neste caminho que estudar

<sup>7</sup> MARANHÃO, Paulo. Novo regime. **A República**: Órgão do Partido Republicano, Belém, n. 821, p. 1, Belém de 21 de novembro de 1892.

<sup>8</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

<sup>9</sup> BARROSO, Wilson da Costa. **Educação e cidadania e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

<sup>10</sup> FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. 2005. 90 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

estas escolas significa investir em importantes veredas para a compreensão sobre o sentido da educação republicana no Pará.

Assim, o uso dos jornais como fonte tem como objetivo apreender discursos e práticas sociais relacionadas à instrução pública de forma geral, e à SPE, o Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense, considerando desde as suas questões mais polêmicas, como pequenos detalhes, visto que os jornais são importantes meios de comunicação que apresentam formas e caminhos distintos para noticiar. Além disso, era o principal meio de comunicação da sociedade no final do século XIX, principalmente no que diz respeito às medidas oficiais dos governos. Por isso, a importância do jornal como sendo imprescindível para com as questões envolvendo as escolas ora apresentadas, além de documentos com falas, mensagens, relatórios disponíveis no Arquivo Digital da Universidade de Chicago (*on-line*) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Nesta vereda, foi fundamental investir na análise e cruzamento das informações obtidas na documentação pesquisadas nos arquivos e bibliotecas de Belém. Estes escritos representam memórias da Educação Pública no Pará, que nos remetem a uma série de questões instigantes. Nesse caso específico, detemo-nos na atuação de políticos e educadores, principalmente daqueles que integram a Sociedade Propagadora do Ensino e lecionam no Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e no Orphelinato Paraense. Portanto, é preciso entender a importância do tratamento adequado aos documentos, às fontes, aos relatórios, enfim, relacionando-as aos pressupostos teórico-metodológicos ligados à história da educação.

Neste viés, analiso uma Sociedade criada pelo Governador Lauro Sodré, que a criara para minimizar o índice de analfabetismo no estado do Pará, para dar oportunidades àqueles que estavam à mercê da sociedade. Além do mais, foi um compromisso firmado e experienciado pelo próprio governador quando era aluno do Lyceu paraense, local que inicialmente abrigou o Lyceu Benjamin Constant como escola noturna. Sendo assim, a pesquisa busca apresentar, dentro da sociedade, que é possível politicamente criar programas que contribuam para a formação do homem, independente de classe social provincial.

Segundo Luciano Faria Filho, a relação do homem com a história é fundamental, pois demonstra que é possível, por meio da dialética, a construção da sociedade para o ser humano em sua localidade, pois “a natureza humana só poderia ser compreendida através da sua história, que deveria ser relacionada com a história das mudanças das relações sociais”<sup>11</sup>. Ou seja, as

---

<sup>11</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 128.

fontes podem nos trazer experiências provinciais de pessoas pobres, humildes, e que necessitavam estar em um processo de aprendizagem dentro da escola. Uma vez que, o índice de analfabetos era muito grande no estado do Pará.

De acordo com Ronaldo Araújo, quanto à história da educação no Pará, compreende-se que o ensino profissional foi implantado para o processo de industrialização da nação brasileira, e afirma também que ele foi marcado pelo fracasso de iniciativas que surgiram no período do Império brasileiro, pois, em sua visão, na maioria das províncias não havia desenvolvimento industrial. Assim, a obra é pioneira em tornar visível as iniciativas dos governos direcionados ao ensino profissional, sendo referência básica para aqueles que lançarem-se a estudar sobre o tema e certamente me possibilitou considerar as questões dessas relações entre a formação profissional e o desenvolvimento industrial, mesmo considerando os cuidados com alguns pontos instigantes nesta relação.<sup>12</sup> Assim, acredito que o programa implantado pelo governador foi de suma importância para a erradicação do analfabetismo no estado do Pará.

Compreendo a educação na Província do Pará no âmbito de uma política de governo e de iniciativa do próprio Estado a partir da segunda metade do século XIX, no governo de Lauro Nina Sodré, por isso, é importante a sua relação com o interesse da formação da mão de obra qualificada e de meninas em sua formação, pois o objetivo era ter um operário preparado para ser inserido formalmente no mercado de trabalho. Para além disso, tirava das ruas as meninas desvalidas que estavam à mercê da sociedade dentro do estado.<sup>13</sup>

É importante analisar que as fontes, os referenciais, os jornais e os relatórios foram fundamentais para as biografias coletivas, com os historiadores que faziam sociologia no passado, tornando possível compreender e entenderem, por meio da prosopografia, “as trajetórias sociais” com as suas estratégias de carreiras dos indivíduos. Portanto, este método possibilita refletir sobre os grupos sociais de cada indivíduo, neste caso, dentro da instituição do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e do Orphelinato Paraense.

Assim, a pesquisa constitui um trabalho de tese para analisar uma associação que construiu dois currículos em duas instituições educacionais sobre a importância de vivenciar, sobre muitos documentos, a possibilidade de trazer à baila como se deu essas formações no ensino primário e em sua profissionalização; e da outra instituição que tirou das ruas meninas

---

<sup>12</sup> ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Educação Profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007.

<sup>13</sup> Irma Rizzini através dos apontamentos Censo de 1872 constata o crescimento de instituições educacionais de instrução elementar e profissional na província do Pará. Este crescimento se deu principalmente a partir de 1870, período em que a cidade de Belém passou por transformações em razão da economia da borracha. (RIZZINI, Irma. **O Cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004).

desvalidas que estavam à mercê da sociedade provincial. Por isso, é importante sair do seu *métier* e ir em outros campos epistemológicos no processo de ensino e aprendizagens para dialogar com o objeto da pesquisa.

Conforme Otaiza Romanelli adianta que no período em que:

[...] “O Ensino Público” foi editado encontrava-se fortemente influenciado pelas ideias republicanas e por amplos questionamentos acerca do poder central sobre as províncias. Esta centralização política e financeira interferia significativamente no campo educacional. A instrução tinha o papel de estabelecer o domínio da classe dominante ociosa que acumulava riquezas a partir do trabalho escravo.<sup>14</sup>

Acredito que o ensino público criado no final do século XIX foi precário devido à ausência de escolas próprias. Neste sentido, a educação no estado do Pará no século XIX era muito ruim, pois muitas escolas nem existiam e a maioria dos professores tinham que ensinar as suas matérias em suas próprias casas, e as escolas que existiam eram voltadas a filhos de proprietários empresariais. No entanto, as instituições educacionais para com as suas propostas de criação já surgiam como espaço de formação de tirar das ruas meninas desvalidas, assim sendo, essas formações permitiriam a essas crianças e jovens a estarem inseridos nas indústrias e numa educação totalmente diversificada. Além disso, o Orphelinato Paraense era voltado às meninas desvalidas à mercê da sociedade. Havia uma grande disparidade entre a educação primária e a secundária. Assim, os processos de ensino e aprendizagem privilegiavam a elite e, no primário, era para aqueles trabalhadores que exerciam a mão de obra o dia todo dentro das indústrias no estado do Pará.

Fernando de Azevedo compreende que “A educação teria de arrastar-se através de todo o século XIX, desorganizada, anárquica, e incessantemente desagregada”<sup>15</sup> que, separada pela elite dominante e os trabalhadores e os filhos de trabalhadores que necessitavam sustentar as suas famílias, e principalmente, ficavam à margem de uma formação adequada e social, cultural e econômica. Acredito que com o advento da República minimizaria as desigualdades sociais por meio da criação de escolas e de um conteúdo implantado para minimizar o analfabetismo, além de uma educação de qualidade, contudo, analiso que no Império havia uma educação muitas vezes sem salas de aula e sem prédios próprios e, acima de tudo, sem uma formação adequada para os professores.

A educação pública, no final do século XIX no Brasil era voltada “às ideias fora do lugar”, uma vez que esses conhecimentos eram importados de outros países para o Brasil. Para

---

<sup>14</sup> ROMANELI, Otaíza. **História da Educação Brasileira**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 37.

<sup>15</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 76.

além disso, essas ideias eram inadequadas à cultura imperial e escravista do povo brasileiro. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre as palavras de Antônio de Almeida Oliveira (1874), nas quais analisa que “o problema do país na educação estava na dependência do poder monárquico, entretanto, esta reversão se daria por meio do regime republicano”<sup>16</sup> e defendia que a monarquia seria responsável pelos males adquiridos de uma educação centralizada que não privilegiava as classes trabalhadoras. Portanto, no entendimento de Oliveira (1874), o regime monárquico deprimia e arruinava tudo com uma política de opressão e afirmava que “consequentemente nada de esperanças na coroa: nada de reformas com ela. Ou a morte com ela ou a salvação com a república”<sup>17</sup>. Dessa forma, defendia a República onde o povo pudesse, por meio da educação, ter a oportunidade de uma educação que possibilitasse um processo de ensino mais adequado às classes menos favorecidas.

Pensar a educação pública no estado do Pará para os mais necessitados, possibilita refletir sobre a autonomia que os lyceus tinham em todo o Brasil, assim sendo, apresentam-nos os currículos e a formação para os professores, pois, contribuirá para entender sobre o objeto de pesquisa, por isso:

O período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadas. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma frequência de 250.000 alunos em nossas escolas primárias e o crescimento quantitativo das escolas e matrículas se fazia muito lentamente [...]. **Quanto aos índices de analfabetismo, a situação do conjunto do país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, era assustadora [...].** Verificamos, portanto, que em termos de realizações concretas pouco se fez pelo ensino elementar nas primeiras décadas republicanas, embora em outras áreas – como no ensino secundário e superior, e, **sobretudo, no ensino pedagógico, técnico e profissional – tenha se observado um ligeiro desenvolvimento.**<sup>18</sup> (Griffo nosso).

Analiso que havia uma elitização por parte do processo de ensino no secundário e superior. Todavia, mesmo com uma população de 14 milhões de habitantes no Brasil, dentro das escolas tinha-se uma frequência de apenas 250.000 (duzentos e cinquenta mil pessoas) nas escolas primárias. Além do mais, o processo dentro das escolas era muito lento em relação ao processo de aprendizagem, pois muitas escolas ainda nem existiam no estado do Pará, conseqüentemente, muitos professores ensinavam as suas matérias em suas próprias casas.

<sup>16</sup> Com a República, o autor acreditava que a educação assumiria o foco central de suas ações, notadamente aquelas dedicadas à educação infantil, por considerar a base para a formação de jovens capazes de contribuir com o desenvolvimento da nação, o fortalecimento da democracia e, principalmente, para dirimir as desigualdades sociais, dentre elas a escravidão (Cf. OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino Público**. São Luís: Typ. do Paiz, 1874. p. 19).

<sup>17</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>18</sup> PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987. p. 83-85.

Clarice Melo e Socorro França (2014), na obra *História da Educação no Pará*, afirmam que: “não só no Brasil como em vários países, o espaço do ensino foi, a princípio, marcadamente masculino. Para além disso, na segunda metade do século XIX, as mulheres estavam longe de uma expressividade no ensino das primeiras letras”.<sup>19</sup> Isto posto, analiso que foi um desafio o século XIX para que muitas pessoas pudessem se formar, pois o ensino era precário e, acima de tudo, apenas os de famílias abastadas tinham um ensino adequado no estado do Pará.

Nesta análise é importante a reflexão de Clarice Melo e Socorro França, que compreendem que o ensino provincial no Pará deixou muito a desejar, principalmente na formação de professores, pois “em 1855, dos cinquenta e um professores primários da Província do Pará, apenas sete eram mulheres”.<sup>20</sup> Mais uma vez ratifica a importância de uma formação voltada tanto para homens quanto para as mulheres, assim, contribuiria de forma geral e provincial, para todos que necessitavam de um letramento e formação para estarem prontos e inseridos nas fábricas provinciais.

Contudo, tem um ponto importante que fica bem evidente esse quadro, pois havia muitos professores leigos, que não tinham uma formação adequada, assim, Clarice Melo e Socorro França, mencionam que esses professores “sem os estudos completos do curso normal na docência primária, era muito alto em todo o Brasil e persistiu por um longo tempo”.<sup>21</sup> Para além disso, as autoras acrescentam que “dos 57.690 professores, 33.440 possuíam o curso normal completo, enquanto 24.250 eram professores leigos”<sup>22</sup>. Ou seja, muitos professores que estavam em sala de aula não terminaram o curso normal e eram leigos. Assim, analiso o porquê de muitas formações terem sido de péssima qualidade no estado do Pará.

A narrativa deixa claro o porquê do analfabetismo provincial e as dificuldades e evidências em relação ao currículo para a formação dos trabalhadores e as meninas desvalidas em relação ao objetivo implantado pela Sociedade Propagadora de Ensino, uma vez que apresenta um currículo totalmente diferente do primário ao secundário, e desde o Brasil colonial já havia muitos Lyceus que formavam trabalhadores para as indústrias. Compreendo o currículo do Lyceu Benjamin Constant, para tentar entender as diretrizes dessa formação e o currículo do Orphelinato Paraense, pois o objetivo daquele governo em criar uma instituição específica era voltada a trabalhadores e meninas órfãs no estado do Pará.

---

<sup>19</sup> MELO, Clarice Nascimento de; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de. (Org). **História da Educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014. p. 152.

<sup>20</sup> *Id., ibid.*

<sup>21</sup> MELO; FRANÇA, *op. cit.*, p. 153.

<sup>22</sup> *Id., ibid.*

A pesquisa está dividida em quatro capítulos: no primeiro, sobre **Educação: do Império da fé à Educação Laica**. E em suas subunidades: Da Separação entre Igreja e Estado à Educação Laica; Educação e Sociologia Republicana: educação, sociedade e a ideia de progresso. Neste primeiro capítulo pesquisei como se deu esse processo dentro das escolas noturnas e da lei criada em 1891 sobre a matéria de ensino religioso, onde se tornou facultativo no ensino primário. A partir das crianças, pessoas jovens e adultas menos favorecidas e a Política Educacional no Estado do Pará, no final do século XIX, pois permite analisar o momento de reconstrução de uma política através do novo governo de Lauro Nina Sodré, onde possibilita analisar a mudança do Império para a República e no momento da chegada das indústrias no Pará, pois era necessária uma mão de obra qualificada. Assim, a importância em me debruçar nos documentos da época, através dos jornais, dos relatórios, das revistas e das mensagens para historiar o processo histórico é fundamental para esta tese no estado do Pará.

No segundo capítulo, analiso sobre **o Cenário da Educação Pública no Pará e as Transformações Republicanas**, e as suas subunidades: A Instrução Pública no Pará: os últimos anos da Monarquia e o alvorecer republicano; para que e para quem eram as escolas do Estado? Diretrizes pedagógicas das escolas republicanas. Essas questões sobre a educação e a entrada da República possibilita analisar as diversidades sociais dessas pessoas analfabetas e que estavam excluídas da sociedade provincial. Para além disso, permite pensar na criação de uma nova instrução e/ou educação para as pessoas menos favorecidas que estão à mercê da sociedade local, e permite pensar as políticas implantadas no Pará.

No terceiro capítulo, pesquisei uma associação implantada no governo de Lauro Nina Sodré, denominada **Sociedade Propagadora de Ensino** e as suas subunidades: A República de todos e o ensino de pobres e classes proletárias; A Sociedade Propagadora do Ensino: uma investida paralela do governo? Os sócios e suas ações para a educação. Analiso a sua criação e as suas metas em relação aos alunos que estudavam à noite e aos professores no processo de ensino e aprendizagem e sobre o que ensinar por meio do currículo, das matérias, dos conteúdos e materiais. Há a importância nesse tema de reconstrução de uma nova educação na República. Para além disso, analiso essa associação que criara uma escola noturna chamada de Lyceu Benjamin Constant para esses trabalhadores terem as oportunidades de aprendizagem em uma determinada formação para serem inseridos nas indústrias no estado do Pará.

No quarto capítulo pesquisei a escola noturna chamada de **Lyceu Benjamin Constant e o Orphanato Paraense**. E as suas subunidades sobre a Educação e mentes masculinas e femininas: ensino por gênero, cultura e sociedade; Propostas e ações pedagógicas; Alunos e alunas e os ofícios; as artes e ofícios no Pará e o perfil do aluno; A Exposição Artística e



Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, onde pesquiso a importância do currículo nessa escola noturna para a formação desses alunos em terminarem o ensino primário e terem uma profissionalização que suprisse essa mão de obra. Para além disso, pesquiso as meninas desvalidas que estavam à mercê da sociedade provincial e dentro da escola do Orphelinato Paraense.

A Educação no século XIX era muito precária, uma vez que não havia sequer salas de aula, além de muitos professores que ministravam as suas matérias em seus próprios lares. Nesse sentido, a explanação sobre as visões da educação de jovens e adultos no Brasil mostra os percalços de uma educação elitista apresentada fora do país. Por isso, são importantes as reflexões de Vera Masagão Ribeiro (2001), ao afirmar que:

Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes aonde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento.<sup>23</sup>

Eram com essas concepções que a visão de uma política educacional era voltada com relação aos jovens e adultos, uma vez que se tinha nas mentes dos nossos representantes que a educação deveria ser focada para as elites da nossa Província. Entretanto, analisei, que por meio da criação da (SPE), teve-se a iniciativa da criação, neste estado, de uma escola com turmas à noite, voltada àqueles trabalhadores que estavam inseridos nas indústrias e que deveriam ter uma formação direcionada a uma mão de obra qualificada, para que permanecessem em seus trabalhos.

Analisar a formação das crianças, jovens e meninas desvalidas no século XIX possibilita evidenciar que muitas destas eram voltadas diretamente para uma formação específica dentro das instituições educacionais no estado do Pará. Assim, o autor compreende que a instrução e/ou educação pública no final dos oitocentos foram primordiais, pois afirma que:

---

<sup>23</sup> Portanto, é a partir de uma concepção ampla e sistêmica da problemática educacional brasileira, procurar identificar como as práticas de educação de jovens e adultos, assim como a reflexão pedagógica em torno delas, foram traçando uma história particular, que encerra mais que a sucessão de iniciativas pontuais e provisórias, em torno das quais não se gera nenhum acúmulo. Elegendo como foco nas políticas de escolarização básica de jovens e adultos. RIBEIRO, Vera Masagão. As Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 1, nov. 2001. Disponível em: <http://dx.2001doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. Acesso em: 20 dez. 2022.

A relação hoje evidente entre crianças e escolas, como qualquer relação existente na sociedade, não é natural. A afirmação da educação das crianças, primeiramente como um valor e, posteriormente, como uma necessidade e um direito, é fruto de um longo processo histórico, repleto de idas e vindas, rupturas e permanências, vitórias e derrotas. No Brasil, a gênese desse processo de constituição de um sistema público de educação e, portanto, o deflagrar da construção da relação entre crianças e escolas.<sup>24</sup>

O processo dessas crianças não foi natural, por isso, nesta análise foi observado que muitas crianças no período imperial não tiveram uma formação adequada em sua construção de conhecimento, visto que a educação era voltada para uma mão de obra qualificada, com o fim de estarem inseridas nas fábricas. Além do mais, na própria escola havia a matéria de educação física, onde daria a perceber quais as crianças que teriam os seus corpos preparados e saudáveis para construir uma ascensão social. Ou seja, na própria instituição escolar já existia um público-alvo para essa formação.

De acordo com Maricilde Oliveira Coelho (2014), em a “História da Educação no Pará”, compreende que “a partir de 1889, o novo regime político brasileiro, regime republicano, exigia da Escola Normal a missão de formar professores para a geração que surgia na República e para a República”.<sup>25</sup> Assim, percebo a importância desta formação, pois analiso que além de não haver prédios escolares, também eram poucos os professores que tinham, e muitos deles sediavam as suas casas para ensinar as suas matérias aos alunos provinciais.

Neste viés, é necessário refletir sobre o advento da República em nossa província, pois é um momento único e desafiador para a educação dos mais pobres e humildes. Assim, é importante analisar o discurso de Lauro Nina Sodré sobre a nova escola normal de preparar e formar professores no início da República, pois;

O governador, orgulhoso da formação da primeira turma de professores no novo modelo político do país, não poupou elogios aos responsáveis pela educação nesse regime democrático: a Escola Normal, condição essencial e indispensável para melhorar o nível da instrução pública, e os normalistas, esclarecedores de todos os espíritos.<sup>26</sup>

O governador Lauro Nina Sodré aproveitou o ensejo e comunicou a importância desses novos professores que foram formados na Escola Normal para ensinar nas escolas públicas tudo

<sup>24</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e Escolas na Passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acesso em: 15 nov. 2022.

<sup>25</sup> COELHO, Maricilde Oliveira. Discursos da Docência: o feminino na nova escola republicana. In: MELO, Clarice Nascimento de; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de. (Org). **História da Educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014, p. 151-164.

<sup>26</sup> COELHO, Maricilde Oliveira. *Op. cit.*, p. 151.

que aprenderam em sua formação como professor. Para além disso, Maricilde Oliveira Coelho (2014) menciona os alunos que se formaram na Escola Normal, onde:

A colação de grau da primeira turma de normalistas republicanos, em janeiro de 1894, diplomou as seguintes alunas: Sirena de Castro Valente, Maria Guajarina de Lemos, Ernestina Braga, Marina Stellina Valmont, Maria José Baena, Mariana Hesketh Cavallero de Macedo, Vicentina Silva e os alunos José Procópio Correa Pinto e Fábio D'Andrade e Silva.<sup>27</sup>

Analiso inicialmente a importância dessa narrativa, pois traz à baila uma formação de professores, onde a maioria eram mulheres e poucos eram os professores homens, evidentemente que muitas fontes trazem à tona que o salário do professor era ínfimo diante da responsabilidade que tinha em sala de aula para formar alunos capazes de serem inseridos nas fábricas no estado do Pará. Para além disso, “não só no Brasil como em vários países, o espaço do ensino foi, a princípio, marcadamente masculino”<sup>28</sup>.

O processo de formação de professores e professoras no estado do Pará foi muito árduo, por isso trago o relato de Maricilde Oliveira Coelho (2014), que apresenta um quadro representativo entre professoras e professores que terminaram o magistério para ensinar no primário (Tabela 1).

Tabela 1 - Alunos matriculados na Escola Normal do Pará, distribuídos por gênero (1900-1906)<sup>29</sup>

Anos	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1900	18	193	211
1901	31	212	243
1902	48	283	331
1903	48	348	388
1904	45	344	389
1905	27	277	304
1906	21	211	232

Fonte: Coelho (2014).

A Tabela 1 demonstra que mesmo a província tendo a responsabilidade de formar professores, o que se percebe é que a maioria que frequentava a escola normal eram mulheres.

<sup>27</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>28</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>29</sup> COELHO, Maricilde Oliveira. *op. cit.*, p. 153.

Além disso, “o número de professores leigos, isto é, sem os estudos completos do curso normal na docência primária, era muito alto em todo o Brasil e persistiu por um longo tempo”<sup>30</sup>. Analiso que, por isso, o analfabetismo na Província do Pará era alto, pois a falta de políticas públicas, iniciativas governamentais e, acima de tudo, de um programa voltado aos mais pobres e humildes. Entretanto, esse paradigma foi quebrado com o início da República, onde o governo de Lauro Sodré construiria um programa nas instituições educacionais noturnas que beneficiaria essa classe excluída, das mais avançadas no estado do Pará.

Com a implantação do regime republicano provincial e com as mudanças nas relações de trabalho dentro das fábricas, haja vista que a abolição dos escravos ocorrera com antecedência de pouco mais de um ano da proclamação e a transição de um longo processo do trabalho escravo ao assalariado, que atuaria na produção artesanal, manufatureira e industrial, e criando a necessidade da implementação de novos processos institucionais educacionais, aliada às transformações tecnológicas da era das revoluções exigiria o desenvolvimento de um operariado familiarizado com tais transformações. Além do mais, iniciou-se um governo voltado para valorizar essa mão de obra, por meio da criação de uma associação pensada por Lauro Sodré para dar vida a essas pessoas excluídas da sociedade local.

O ensino ganhou destaque com a ação política e ideológica dos republicanos, aos quais os valores propagavam o processo modernizador de progresso, disciplina e da ordem que formava noções presentes nos discursos positivistas. Esta era a base de sustentação do enaltecimento de ícones da República<sup>31</sup>. Evidentemente que é necessário refletir sobre a importância do processo do ensino profissional, pois analiso que muitos desses trabalhadores não tinham uma formação específica, por isso, a ideia do governador Lauro Nina Sodré era implantar uma associação que criasse duas escolas, uma voltada para a mão de obra qualificada e uma formação para tirar das ruas meninas desvalidas abandonadas pelos pais e/ou pelas perdas de seus pais nas guerras.

Nesse caminho, o “ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, às “meninas desvalidas”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”<sup>32</sup>. Assim sendo, essas reflexões fazem com que se pense na importância desta formação profissional para essas pessoas, todavia, não havia um

---

<sup>30</sup> MELO; FRANÇA; *op. cit.*, p. 153.

<sup>31</sup> COELHO, Alan Watrin. **Ciência do Governar: Positivismo, Evolucionismo e Natureza em Lauro Sodré**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. f. 28.

<sup>32</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 182.

programa específico voltado a esses atores sociais. Para além disso, o objetivo era de regeneração pelo trabalho, ou seja, mais que aprendizagem de técnicas de trabalho, urgia formar hábitos de trabalho disciplinado, afastando os jovens da ociosidade ignorante, do vício do crime<sup>33</sup>. Essa era a forma ideal de controlar a segurança pública dentro das províncias, todavia, também eles (os jovens) eram controlados por suas ações por meio de sua disciplina, e isso garantia um ser mais passivo e não crítico dentro dos seus saberes e do seu conhecimento de formação, que se tornaria mais um que se limitaria a dar continuidade ao processo de profissionalização em sua sociedade provincial.

Evidentemente é necessário retornar ao século XIX, onde a instrução era ínfima, por não abranger todas as classes sociais. De fato, o período demonstra que os filhos de proprietários não frequentavam as escolas provinciais que existiam, pois, de acordo com José Murilo de Carvalho (2007), em “A construção da ordem: teatro das sombras”, que analisa que “a elite brasileira, sobretudo, na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo na magistratura e do exército”<sup>34</sup>. Esses fatos comprovam a importância da educação e/ou instrução no estado do Pará, pois as classes menos favorecidas eram impedidas de formarem cidadãos críticos, e acima de tudo, estes não tinham recursos financeiros para sair do país e se formar em Direito, Medicina etc. Todavia, de fato, havia uma elite que tinha o controle dos mais pobres no estado do Pará, através do sistema econômico e político e industrial provincial.

O sistema de educação no século XIX era totalmente voltado às classes elitizadas, uma vez que as classes proletárias da sociedade provincial não tinham “sequer uma escola voltada para os mais pobres, “desprovidos”, “carentes”, menos abastados socialmente, por isso torna-se relevante a narrativa de José Murilo de Carvalho (2007), o qual menciona que o “elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões: porque toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”<sup>35</sup>. De fato, a elite tinha o controle das classes analfabetas, com isso mantinha o poder econômico e político em suas mãos, contudo, esse poder foi sendo reduzido com a entrada do governo de Lauro Nina Sodré, quando criou uma associação que desenvolveu um currículo voltado para essas classes que estavam

---

<sup>33</sup> *Id., ibid.*

<sup>34</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a Elite política e industrial. Teatro das Sombras: a Política Imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 37.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, p. 65.

inseridas nas fábricas e oportunizou para todos a terminarem o ensino primário e terem um ofício e/ou uma profissão no estado do Pará.

Assim sendo, é importante a presença de um quadro demonstrativo, no qual torna visível os alunos provinciais matriculados:

Tabela 2 - Estudantes brasileiros matriculados por Estado em todo o Brasil.<sup>36</sup>

Capitania/Província	% de Estudantes	% da População
Pará	3,70	3,13
Maranhão	8,78	2,41
Piauí	0,08	2,84
Ceará	0,40	6,40
Rio G. do Norte	0,08	2,01
Paraíba	1,21	3,64
Pernambuco	11,52	11,73
Alagoas	0,08	3,20
Sergipe	0,24	3,13
Bahia	25,93	15,44
E. Santo	0,24	3,13
Rio de Janeiro	26,81	10,70
Minas Gerais	13,61	15,11
São Paulo	3,70	9,21
Santa Catarina	0,00	1,69
Rio G. do Sul	1,53	5,07
Mato Grosso	0,40	0,85
Goiás	1,21	1,31
Cisplatina	0,48	?

Fontes: Moraes (1940) e Carvalho (1974). Elaboração do autor.

Neste viés, a Tabela 2 demonstra que esses 3,70% de alunos e 3,13% da população eram das elites provinciais do Pará, que foram matriculados por fazerem parte das classes sociais que tinham recursos próprios e controlavam a maioria da sociedade. Para além disso, o autor chama a atenção que o analfabetismo era muito grande no estado do Pará. Para tanto, de fato comprova uma elitização local no Pará. Além do mais, analiso este processo educacional que permitiu aos mais pobres terem uma formação no ensino primário e se formarem em uma determinada

<sup>36</sup> Tabela elaborada pelo autor desta tese, cujos dados foram extraídos de: MORAIS, Francisco. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 62, p. 137-335, 1940. Os dados sobre a população foram extraídos da “Memória Estatística do Império”, na tese: CARVALHO, José Murilo de. *Elite and State-building in Imperial Brazil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Stanford University, Stanford, 1974. 2 v., f. 73.

profissão provincial, seja ela como marceneiro, alfaiate, ferreiro, encanador, enfim, que suprisse uma mão de obra qualificada nas indústrias no Pará.

De acordo com José Murilo de Carvalho (1974), muitas eram as famílias com recursos que priorizavam o ensino dos seus filhos, por isso o autor compreende que “os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo colégio Pedro II, e no afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina”.<sup>37</sup> Para além disso, o historiador afirma que “as duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis),<sup>38</sup> ou seja, para esses alunos terminarem o curso de Direito ou Medicina deveriam pagar esse valor para ministrarem as suas disciplinas nessas faculdades de ensino superior. De fato, eram essas faculdades que formavam os alunos do estado do Pará, contudo, a maioria dos alunos que não tinham recursos próprios e eram dependentes do governo, que a partir do início da República criou uma Sociedade Propagadora de Ensino, que implantou um currículo voltado para os alunos que estavam à margem da sociedade e que não tinham recursos para o processo de aprendizagem local.

É com esse intuito que busco a pesquisa documental através dos arquivos, uma vez que o meu *métier* permite analisar nos arquivos esses documentos. Carlos Bacellar (2005) afirma que “encontrar documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação de prazer que nos move para retornar à pesquisa”.<sup>39</sup> De fato, sigo com esse propósito em minha pesquisa de encontrar documentos dentro da educação sobre essa associação que criou um currículo voltado para uma mão de obra inserida nas indústrias no Estado do Pará. Para além disso, analiso as meninas desvalidas do colégio Orphelinato Paraense.

Portanto, a pesquisa é árdua, em relação a esses quatro capítulos, todavia, de muito conhecimento e aprendizado científico, onde foi analisada a importância de desfrutar desses caminhos, mesmo muitas vezes saindo do papel de historiador e pensando como pedagogo, por meio da reflexão e da prática. Assim sendo, conclui-se que se tem de ir em direção a outras ciências para uma melhor contribuição ao trabalho de tese, por isso, acredito que este trabalho contribuirá não só para os conhecimentos do autor, mas para outros pesquisadores em se

---

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, p. 74.

<sup>38</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>39</sup> BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005. p. 49.

aprofundarem por caminhos do processo de ensino e aprendizagem no final do século XIX, especificamente no estado do Pará, no governo de Lauro Nina Sodré.

Dentro desta pesquisa apresento a necessidade de uma formação no ensino primário, por isso, é importante a mensagem do governador exposta em 1917 ao congresso legislativo do Pará, assim, Lauro Nina Sodré narra a importância:

Entendendo que não devemos parar, nem consoante o velho e sábio preceito *propter vitam vita perdere causas*, muitas tem sido já as medidas adoptadas para que remontemos. Assim, entre outras, a criação de escolas em pontos do interior do Estado, onde crescido número de crianças reclamavam o mestre-escola. Antes que o governo possa chegar à medida extrema, que tantos preconisadores tem, havendo-a muitos como o meio único de dar combate de morte a maior chaga social, qual é o analfabetismo contra o que em o nosso paiz se está fazendo essa tenaz campanha patriótica, antes de que tenhamos de dar o ensino à força, é essencial que o levemos solícitos a quem pol-o pede, pondo o professor ao pé dos alumnos.<sup>40</sup>

Ratifico a importância que o governador apresentou no congresso sobre a necessidade de criar escolas na capital e no interior do estado para erradicar o analfabetismo, pois constata-se que criando escolas e tendo professores formados e adequados em suas matérias, certamente muitos alunos sairiam do índice análogo ao analfabetismo e formariam um novo índice de pessoas que terminaram o ensino primário e se formaram em uma determinado ofício e/ou profissão, e assim essas pessoas seriam inseridas nas fábricas, por terem uma formação e qualificação que essas fábricas tanto necessitavam dessa mão de obra provincial.

A pesquisa documental entende que a formação do professor é fundamental para o processo epistemológico do ser humano em toda a sociedade provincial, por isso o pensamento de Clarice Melo e Socorro França (2014), contribui para isso. Assim, as autoras relatam que “o magistério é um sacerdócio a que se entrega o professor, uma obrigação diária de encaminhar o espírito e formar o caráter das novas gerações, e que o professor primário, é o criador da mentalidade nacional dos povos, encaminhando a criança para as atividades que formam o complexo da vida social”<sup>41</sup>. Portanto, o papel do professor na criação de uma associação voltada para minimizar o analfabetismo no estado do Pará, contribui em toda a formação do homem em sua sociedade local, independente de classe social.

Analiso que essa formação no magistério primário contribuiu para promover a erradicação do analfabetismo provincial local, no entanto, temos sempre que refletir que o processo de diferença social sempre existiu. Clarice Melo e Socorro França (2014) mencionam

<sup>40</sup> PARÁ. Governador (1917-1921: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará**. Belém: IOE-PA, 1917. p. 62.

<sup>41</sup> MELO; FRANÇA, *op. cit.*, p. 159.



que “devemos reconhecer que eles estão sempre ligados às relações sociais de poder, sendo seu significado expressivo dessas relações”<sup>42</sup>. Na verdade, compreendo que este processo sobre o homem de forma geral é sempre egoísta para com outrem, evidente que cabe ao poder político, através de programas voltados à formação do homem, buscar minimizar essas diferenças sociais em todo o mundo.

Portanto, o trabalho documental requer dedicação do pesquisador em relação os documentos pesquisados, para apresentar à sociedade a educação que não queremos, e que educação queremos para as gerações vindouras; para uma educação voltada a um currículo que inclua a criança, o jovem, o adulto em sua formação. Para tanto, refletimos da importância de haver professores qualificados e comprometidos em repassar o seu conhecimento para esses alunos, no intuito de serem pessoas mais críticas em sua sociedade local e provincial, só assim poderemos, em um futuro próximo, termos pessoas tanto na política, tanto no judiciário e na educação que contribuam para um mundo mais próspero e eficaz para todos de sua sociedade.

Assim sendo, a princípio, cabe informar sobre como se dará a pesquisa em sua trajetória: A) Levantamento bibliográfico e fichamentos de textos especializados sobre a história da educação republicana, conforme as seções de orientações; B) Pesquisa no acervo de jornais microfilmados na Biblioteca Pública Arthur Vianna, onde se pode encontrar debates acerca da educação e cidadania em jornais como: *O Diário de Notícias*, *O Democrata*, *A República* e a *Província do Pará*; C) A pesquisa na seção de Obras na Biblioteca Pública Arthur Vianna, onde analisarei os livros sobre a educação pública, relatório de governo, falas e mensagens referentes ao período de 1891 a 1895 existentes no Arquivo Eletrônico da Universidade de Chicago. Nesse caminho de pesquisa poderei traçar aspectos do homem em toda a sua formação, independente de classe social no estado do Pará, e na documentação poderei encontrar informações sobre as principais medidas relacionadas à instrução pública no Pará.

Neste sentido, é importante o pensamento de Moacir Gadoti<sup>43</sup> (1998) exposto na obra *Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação*, ao considerar que “pela produção de um tipo de conhecimento ‘molhado da existência’ e de história, um conhecimento que deve ser acima de tudo, uma ferramenta de mudança das condições de vida daqueles que não têm acesso à existência plena”. Por isso, analiso a necessidade de uma epistemologia capaz de transformar o homem em um ser crítico e capaz de mudar a sua realidade provincial. Neste sentido, sigo em

---

<sup>42</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 164.

<sup>43</sup> MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação**. Porto Alegre: ArtMed. 1998. p. 80.

minha tese para apresentar, através dos documentos, como era o processo de aprendizagem no final do século XIX e início do século XX, pois permite, através das fontes documentais, um caminho capaz de encontrar pessoas que, mesmo sendo pobres buscaram caminhos diferentes daqueles propostos pelos políticos provinciais. E, acima de tudo, que a educação é o caminho capaz de mudar todas as sociedades.

## CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO: DO IMPÉRIO DA FÉ À REPÚBLICA LAICA

Na conjuntura em que vivemos e nos debatermos pela elevação das nossas instituições políticas, pelo desenvolvimento econômico e integração das áreas desocupadas do país. Não é menor a luta pela erradicação do analfabetismo que gangrena e apodrece todos os esforços de soerguermos a nossa nação à altura de outras civilizadas. Um povo ignorante, nunca estará apto a compreender suas instituições, e tão pouco usar de seus direitos para preservar suas liberdades.<sup>44</sup>

Altamir Souza (1972) analisou o processo educacional vivenciado no Brasil colonial, como uma divisão clara de ensino. Assim sendo, as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas que foram construídas pelos próprios indígenas, todavia, nas chamadas missões, os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios. Para além disso, os locais eram mais estruturados em razão do investimento mais pesado, por isso, a formação da maioria da sociedade era excluída por parte do governo português e da igreja católica. Nesse sentido, é fundamental a análise sobre como se deu este processo de aprendizagem nesse período na República sobre esta educação laica, e quais os seus propósitos quanto à essa formação dentro desta sociedade na Província do Pará. Nesse sentido, Roger Chartier (1988) conceitua que;

[...] as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.<sup>45</sup>

Por isso, analisar o social e o discurso como sendo fundamentais, uma vez que permitirá uma investigação por meio do cultural, da política e da economia, como que se transitam nesses conceitos historiográficos, pois, muitas vezes, mesmo utilizando-se da razão, o que interessava era ter o controle dos mais pobres em determinada sociedade, especificamente dentro das escolas de ensino primário, onde se notou que o grande conflito que se teve foi quanto à aprovação da legislação de 1891, que facultou o ensino religioso nas escolas primárias da Província do Pará.

Neste caminho sobre a instrução pública é fundamental a narrativa do historiador Admarino Gonçalves Matos Júnior (2018), que em sua dissertação apresentada em 2018, assevera que “No século XIX, o modelo educacional amplamente difundido pelos governos provinciais no processo de expansão da Instrução Pública Primária do Império, destinado a

<sup>44</sup> SOUZA, A. **Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará**. Belém: IOE-PA, 1972. p. 5.

<sup>45</sup> CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 17.

meninos desvalidos, foi aquele voltado para o ensino de ofícios”. Ou seja, de controlar, por meio deste processo, essas crianças desvalidas, além do próprio projeto político que sustentava essa formação de ofícios na Província do Pará para disciplinar as crianças livres e pobres.<sup>46</sup>

Assim sendo, percebe-se que no decorrer dos anos imperiais foi-se construindo um modelo de escolas que suprissem as necessidades dos mais pobres, por isso é importante, pois, segundo Luís Antônio Cunha (2000):

Logo após a Proclamação da República, ainda em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao “cidadão ministro da guerra” Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Ele continha todo um plano, calcado no positivismo de Augusto Comte, para “incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República”, como modelo a ser seguido por todos os empregadores. Propunha medidas como o estabelecimento do salário-mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde, a regulamentação da aprendizagem de ofícios, e outras. O memorial faz referência a dois problemas de ordem geral, que afetariam a sociedade como um todo. Primeiro, as necessidades da produção, em particular a crescente demanda da indústria moderna que **“vai exigindo do proletário cada vez maior instrução para bem manejar as máquinas”**. Segundo, as necessidades do Estado, que, “exigindo que cada cidadão cumpra espontaneamente o seu dever, **vão impondo a cada um maior grau de moralidade e de instrução para a prática e o conhecimento do mesmo dever”**.<sup>47</sup>

Contudo, era importante terminar o ensino primário para escolher um ofício e/ou profissão dentro das oficinas e se capacitarem em dois anos, nos quais esses alunos poderiam ter no final do curso uma formação profissional, por isso a importância de analisar esse discurso de forma crítica, para com essa historiografia pesquisada no século XIX e início do século XX. Nesse sentido – o social – segundo Roger Chartier (1988), “não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros”<sup>48</sup>, pois, percebe-se que os interesses políticos em seus discursos deixavam muitos aquém do seu projeto, por isso, na prática, os mais pobres e/ou eram excluídos de uma formação, que poderiam contribuir em sua sociedade. Todavia, Murray Rothbard (2013) deixa claro que o indivíduo pode ir em busca do seu próprio conhecimento, e que “há a variedade dos interesses e talentos individuais que permite o aumento da especialização e da divisão do trabalho, das quais

<sup>46</sup> MATOS JÚNIOR, Admarino Gonçalves de. **A educação dos meninos desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)**. 2018. 139 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. p. 12.

<sup>47</sup> CUNHA, *op. cit.*, p. 39.

<sup>48</sup> CHARTIER, R. *op. cit.*, p. 17.

dependem as economias civilizadas”.<sup>49</sup> Assim, acredito que mais uma vez a escola era a grande saída desses indivíduos mais pobres, que necessitavam estar em busca do seu próprio conhecimento para serem reconhecidos como cidadãos e também inseridos nas fábricas no estado do Pará.

É nesse caminho, em relação aos sujeitos envolvidos, que as dificuldades de aprendizagem eram muitas, todavia, cabe contextualizar o periódico o jornal A Província do Pará, o qual narra que “Queremos a instrução primaria derramada por todos os ângulos, por todas as cidades, por todas as villas, aldêas, freguezias, povoações da província”<sup>50</sup>. Ou seja, ter escolas com professores que pudessem levar a instrução aos mais necessitados de toda a Província do Pará, pois minimizaria o analfabetismo nas suas respectivas localidades, além do mais, segundo este jornal, enfatiza “porque em fim só a luz da instrução pode libertar o povo brasileiro da ignorância em que se debate”<sup>51</sup>, assim sendo, já existia dentro dos discursos políticos projetos que possibilitassem a todos os sujeitos de baixa renda escolas em que tivessem uma aprendizagem de instrução, onde contribuiria para formar cidadãos para o mundo profissional, seja ela nas artes, ofícios e, principalmente, terem uma formação profissional voltada à indústria.

Todavia, cabe refletir sobre a importância desses menores abandonados, uma vez que, de acordo com Admarino Matos Júnior (2018), o termo “menor” é:

[...] comumente associado a meninos desvalidos que viviam vagando pelas ruas, tida como escola do vício e do crime, ou viviam no ócio, sem trabalho, associando a criança à criminalidade. Por outro lado, o termo “aprendiz”, herança das corporações de ofícios medievais, expressa a condição desse menor de inserção nas diversas instituições de ensino que formasse e preparasse para um ofício específico.<sup>52</sup>

Neste sentido, o significado do termo menor estava associado ao vício, ao crime, e a essas crianças sem trabalho, além do termo aprendiz direcionado aos ofícios medievais e ligado às instituições de ensino, por isso a importância de se buscar, dentro do processo político, um controle para esses indivíduos à mercê da sua localidade provincial.

Neste caminho, dos sujeitos em relação ao processo de ensino e aprendizagem, é fundamental também o que José Veríssimo (1890) coloca com relação à Instrução Pública na Província do Pará em 1890, que “o povo contenta-se sempre com a instrução elementar,

<sup>49</sup>ROTHBARD, M. *op. cit.*, p. 15.

<sup>50</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Instrução Primária. **A Província do Pará**, Belém, n. 44, p. 3, 19 de maio de 1876.

<sup>51</sup>*Id.*, *ibid.*, p. 3.

<sup>52</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 53.

deixando vasia como os factos mathematicamente o hão sempre provado, as escolas de grão superior”<sup>53</sup>, que aceitam qualquer tipo de aprendizagem, além de ocasionar uma distinção de aprendizagem, uma vez que obter o grau superior só os sujeitos de classe média poderiam, pois já haviam concluído o ensino primário, entretanto, a maioria das pessoas eram analfabetas em determinadas localidades do Brasil, sobretudo no estado do Pará.

Neste sentido, o ensino primário não foi muito bem aceito por todo o estado do Pará, pois se percebia que este processo tinha como norte, através do regime da lei n. 1.295, de 20 de dezembro de 1886, onde era constituído em escolas provisórias, escolas de primeiro grau e escolas de segundo grau. Para além disso, conforme afirma José Veríssimo (1890), que “as escolas provisórias, cuja criação não era precedida de nenhuma formalidade de informação que a justificasse e que de comum não correspondia a nenhuma necessidade provada, foi um recurso eleitoral de que se usou e abusou largamente”<sup>54</sup>, ou seja, muitas dessas ações educacionais foram eleitoreiras, para angariar prestígio político, todavia, não havia o mínimo de escolas, professores e, principalmente, um programa específico para cada província. Além do mais, segundo o próprio jornal A Província do Pará, em 1891, extinguiu-se a obrigatoriedade do ensino religioso, tornando-o facultativo por toda a sua extensão. Analiso que a partir desse momento o Estado teve mais autonomia em relação à Igreja.

A educação primária, no final do século XIX, ocorrera de forma política e eleitoreira, para tanto, a saída encontrada, segundo Lauro Nina Sodré, foi abrir muitas instituições filantrópicas que contribuíram com a aprendizagem de muitos cidadãos, que viviam à mercê de sua sociedade, assim sendo, cabe contextualizar José Bezerra Neto (2014), uma vez que:

O objetivo das instituições filantrópicas citadas anteriormente era de formar um cidadão para ser útil à pátria, mas também, principalmente, formar sujeitos capazes de realizar uma ocupação útil. Isso, no plano político, impediria o surgimento dos pensamentos considerados subversivos e revolucionários, especialmente no que dizia respeito às propostas de mudanças de sistema de governo, e direcionaria as preocupações populares aos assuntos ligados às “[...] fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial que melhor bem-estar pudesse propiciar.”<sup>55</sup>

Portanto, com essas propostas de incentivar aqueles que estavam indo por outros caminhos ilícitos em sua sociedade, oportunizou uma formação profissional que melhor lhes adequasse em sua formação, pois, ratifica-se que essas instituições filantrópicas

<sup>53</sup> VERÍSSIMO, José. **A Instrução Pública do Estado do Pará: 1890**. Relatório apresentado pelo Diretor Geral, ao Governador do Estado Dr. Justo Leite Chermont. Belém: Typ de Tavares Cardoso, 1890. p. 14.

<sup>54</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 67.

<sup>55</sup> BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.2, jul./dez. 2014, p.89.

contribuíram para controlar os pensamentos dos mais subversivos e minimizar o analfabetismo no estado do Pará. Além do que, muitos foram os alunos que concluíram o ensino primário e tiveram uma formação depois de dois anos, sendo inseridos em uma determinada profissão dentro das indústrias.

Nesse sentido, é importante a análise das características dentro de uma escola, por isso, o *Almanak: administrativo e industrial de 1868*, informa que o Collegio Paraense “foi inaugurado a 16 de fevereiro de 1862. Pelo regulamento de 11 de setembro de 1861, aprovado pela lei provincial n. 302, de 22 de outubro do mesmo ano. Nelle são admittidas três classes de alumno”, para tanto, é fundamental expor o Quadro 1 sobre os perfis dos alunos desse colégio.

Quadro 1 - As classes de alunos do Collegio Paraense e a reserva aos pobres e suas mensalidades.<sup>56</sup>

<b>Internos</b>	<b>Meio Pensionistas</b>	<b>Externos</b>	<b>Aos pobres: Internato</b>	<b>Aos pobres: Meio Pensionistas</b>
Os que moram no estabelecimento.	Os que entram às 7 horas da manhã e sahem-às 5 da tarde, depois de concluidos os estudos.	Que só vem dar as lições e retiram-se no fim dellas.	10 lugares.	10 lugares.
25\$000 réis por trimestre adiantados.	15\$000	A matrícula de 8\$000, em duas prestações, sendo a primeira no começo do ano e a segunda no fim, quando não tenham perdido o ano nas disciplinas em que foi matriculado.	Isento de mensalidades.	Isento de mensalidades.

Fonte: Almanak: administrativo e industrial de 1868. Elaboração do autor.

Conforme apresentado no Quadro 1, é perceptível uma clara formação específica quanto aos alunos que poderiam ter uma formação primária e secundária, mesmo com a instrução sendo pública. Todavia, existiam vários tipos de alunos: **os internos**, que pagariam trimestralmente 25\$000 réis adiantados; **os meio pensionistas**, que pagariam 15\$000 réis, e começariam as suas aulas “a partir das 7 horas da manhã e sahem-às 5 da tarde, e depois de concluidos os estudos”; **os externos**, “que só vem dar as lições e retiram-se no fim dellas”, entretanto, tinham que pagar a matrícula no início do ano de 4\$000 réis e se terminasse o ano e não tivesse perdido nenhuma disciplina pagaria os outros 4\$000 réis restante. Além disso, existiam as vagas destinadas aos mais pobres da sociedade nesse Collegio Paraense, sendo que esses alunos eram isentos de

<sup>56</sup> ALMANAK: Administrativo e Industrial de 1868. Belém: Ed. Carlos Seidl, 1869, p. 63-64.

mensalidades. Todavia, o número de vagas oferecidas aos mais pobres era apenas dez (10) vagas, considerado irrisório, uma vez que o índice de analfabetismo era muito alto no país.

Segundo Altamir Souza (1972), nas últimas décadas do século XIX, em todo o país, a instrução primária era ineficaz. Além disso, “O Brasil tinha uma população avaliada em 8.330.000,00 criaturas, onde possuía pouco mais de 100.000 crianças de ambos os sexos que recebiam essa instrução”<sup>57</sup>, ou seja, a maioria dessas criaturas não estavam inseridas na educação primária. Nesse sentido, são por esses caminhos que pesquisarei sobre esta educação, onde possibilitará analisar o que de fato era importante para a formação naquele período republicano.

Nessa vereda de pesquisa é importante a narrativa de que muitas vezes os pais eram os responsáveis pela educação dos seus filhos, assim, Rothbard (2013), em “Educação Livre e Obrigatória”, traz em suas concepções que:

A história do desenvolvimento da educação obrigatória é uma história da usurpação estatal do controle dos pais sobre seus filhos para o próprio bem do estado; uma imposição de uniformidade e igualdade para reprimir o crescimento individual; e o desenvolvimento de técnicas para impedir o crescimento do poder de raciocínio e do pensamento independente entre as crianças.<sup>58</sup>

Analiso que o Estado já tinha uma preocupação quanto ao conhecimento adquirido dentro das escolas, por isso a preocupação quanto à instrução repassada pelos professores dentro dos seus conteúdos, para que os alunos não pudessem ter pensamentos críticos contra o Estado. Além disso, os pais controlavam a epistemologia dos seus filhos. Portanto, a história apresenta um controle tanto no âmbito do Estado, quanto na criação dos pais em pleno século XIX e início do século XX.

Segundo Altamir Souza, “a Constituição do Império no seu artigo 179, § 32, determinava a instrução gratuita a todos os cidadãos. Mas faltavam boas escolas e bons professores, e um magistério habilitado e formado por escolas normais”<sup>59</sup>. Entretanto, esta formação estava a cargo da Assembleia Legislativa, por isso, muitas vezes ao invés de beneficiar a instrução, tornava-se cada vez mais precário o ensino primário, devido às injunções políticas, com isso, ocasionava um prejuízo ainda maior com esta instrução gratuita garantida pela Constituição. Ou seja, percebe-se os interesses políticos e sociais em se manter o controle dos mais pobres, visto que muitas vezes o próprio professor tinha que ministrar em sua casa o conteúdo da sua matéria.

---

<sup>57</sup> SOUZA, A. *op. cit.*, p. 6.

<sup>58</sup> ROTHBARD, M. *op. cit.*, p. 29.

<sup>59</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 6.



Na Província do Pará, destaca-se essa instrução como sendo controlada pela Assembleia Legislativa. Contudo, essa instrução visava minimizar o analfabetismo na Província do Pará, entretanto, ficara à mercê das injunções políticas representadas pelos deputados, que muitas vezes não se importavam com esta instrução. Todavia, no Pará havia uma população livre que chegava a 290.000 habitantes, no entanto, não havia escolas na maioria das localidades, e as escolas que existiam eram precárias, onde chegava a um total de quase 5.300 alunos de ambos os sexos matriculados. Contudo, quase 36.000 crianças não estavam inseridas nas escolas e eram analfabetas.

Diante do quadro de analfabetos no país, é importante as reflexões do Dr. José Liberato Barroso, que ratifica em seu livro “A Instrução Pública no Brasil em 1867”, que “é incontestável que a insuficiência de professores constitui um defeito, de que se ressent a nossa instrução primária”<sup>60</sup>, para tanto, especifica-se no estado do Pará que: “não havia escola normal. Na ocasião da criação do Liceu Paraense, criado pela lei n. 97, de 1841, assinada pelo presidente da província Visconde de Souza Franco, que figurava no Artigo 13 a criação de uma aula de ensino normal.<sup>61</sup> Por isso, reflete-se a importância desta instrução para que minimizasse o analfabetismo no estado do Pará.

Para além disso, os alunos, para serem matriculados, era necessário que fizessem alguns exames de saúde, assim sendo, de acordo com Admarino Matos Júnior, afirma que;

Basta um simples olhar na legislação e no regimento da Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha para perceber este aspecto, antes da criança ser admita na instituição era necessário passar por uma inspeção de saúde supervisionada por um médico da enfermaria do Arsenal do Pará. Se constatado qualquer “defeito”, doença ou máxima falta de higiene o aluno era reprovado e acabava excluído do sistema escolar sem qualquer forma de reivindicação.<sup>62</sup>

Analisando que era necessário que os alunos estivessem bem de saúde e bem alimentados, pois nos exames, se constatado algum defeito (doença), o aluno era automaticamente cortado da escola de aprendizes da Marinha. Além disso, constata-se que dentro das escolas os alunos tinham que ter os corpos normais para o processo de aprendizagem, mesmo sendo controlado pela força armada e pelo Estado provincial.

No estado do Pará, outrora, o índice de crianças que não frequentam as escolas era muito alto. Além do mais, as escolas que existiam eram precárias e muitas vezes não havia professores formados para ministrar determinadas matérias. Para tanto, reflete-se da

---

<sup>60</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 7.

<sup>61</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>62</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 54.

importância da lei criada em 1871 pelo então presidente da Província Joaquim Pires Machado Portela, através da lei n. 669, de 13 de abril daquele ano, a qual criaria, por meio do seu Artigo 3, que “é igualmente autorizado o presidente da Província a crear uma escola normal em que se possam habilitar para o magistério da instrução primária do Estado do Pará, as pessoas, que à elle se dedicarem”<sup>63</sup>. Por isso, a legislação de 1871 permitia formar professores para que suprissem as necessidades de reduzir o analfabetismo na Província. Para além disso, contribuía para inserir as crianças nas escolas para o processo de aprendizagem quanto à instrução pública em sua localidade provincial.

A lei implantada de 1871 permitiu que a escola normal fosse inaugurada em 3 de maio, ao meio-dia, pelo presidente coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães no Liceu Paraense, sendo recebido pelo corpo docente daquele colégio, onde as aulas se distribuíram por dois estabelecimentos de ensino, uma vez que não possuía um prédio próprio, por isso os professores se dividiam entre os dois colégios para ministrar as suas respectivas disciplinas (Quadro 2).

Quadro 2 - Horários semanais dos professores.<sup>64</sup>

DIA DA SEMANA	HORÁRIO	DISCIPLINA
<b>Segunda-feira</b>	7 às 8 horas 8 às 9 horas 9 às 10 horas	Música Aritmética Pedagogia
<b>Terça- feira</b>	8 às 9 horas 9 às 10 horas 10 às 11 horas	Religião Gramática Desenho
<b>Quarta-feira</b>	7 às 8 horas 8 às 9 horas 9 às 10 horas	Música Aritmética Pedagogia
<b>Sexta-feira</b>	8 às 9 horas 9 às 10 horas	Religião Gramática
<b>Sábado</b>	8 às 9 horas 9 às 10 horas 10 às 11 horas	Aritmética Pedagogia Desenho

Fonte: Souza (1972). Elaboração do autor.

Diante desse relatório, quanto aos horários aqui expostos, é importante a reflexão de Noemi Santos da Silva (2013) sobre a *Instrução e Trabalho: a experiência dos ingênuos no Paraná (1871-1888)*, onde enfatiza que “será priorizada a noção de instrução, por estar intimamente associada com as práticas escolares no final do século XIX, período no qual as percepções daquilo que se entendia por “instrução” foram afetadas pelo processo de

<sup>63</sup> SOUZA, op. cit., p. 9.

<sup>64</sup> Id., ibid, p. 11.

propagação da ideia de “instrução elementar”, pois, segundo a autora, por um conjunto de saberes e valores propagados pela escola com uma especial intenção de integração, mesmo que desigual, dos mais pobres à vida social. Ou seja, esta era a instrução dada aos mais necessitados daquele período, uma instrução elementar<sup>65</sup>. E que muitas vezes era controlado pelo Estado provincial.

Nesse sentido, é importante a narrativa do livro *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e Indicador para 1904-1905*. Obra estatística e de consulta fundada em 1904, I anno, onde informa que essa instituição de ensino iniciou com;

A criação d'este estabelecimento de ensino profissional data de 1871, em virtude da Lei nº 6G9 de 13 de abril d'esse anno. Occupava então a presidência da provincia, o Dr. Joaquim Pires Machado Portella. Com o advento republicano o ensino normal teve o início de uma epocha nova, cheia de esperanças para o ensino público. Em janeiro de 1893 a Escola Normal passou a funcionar no edificio de propriedade do Estado, a rua 28 de Setembro. Em 1903, na administração do Ex. Snr. Dr. Augusto Montenegro, o edificio foi ampliado e melhor adaptado, ficando transformado em um bello estabelecimento de instrucção.<sup>66</sup>

Portanto, com o tempo, percebe-se que a instrução profissional começara no século XIX, em muitas instituições através da legislação mencionada. Por isso, acreditara que o ensino de aprendizagem tivera nas suas localidades que, acrescentava matérias facultativas como o ensino religioso, todavia, priorizaram a formação profissional, depois que concluíssem o ensino primário. Além disso, observa-se que os alunos escolhiam uma profissão para se formarem em dois anos e seriam inseridos em determinada fábrica no estado do Pará.

Assim, conforme o *Almanack*, “O pavimento superior ficou destinado ao funcionamento do curso normal e o inferior para as escolas do grupo anexo, com entrada independente pela Travessa de Santo Antônio. A matrícula elevou-se a 387 alumnos, sendo 339 do sexo feminino e 48 do sexo masculino, até 1903”. Além disso, devido aos salários serem muitos baixos para a formação de professores e professoras, a procura era muito baixa por parte dos homens. Assim sendo, apresento o Quadro 3, com os professores e professoras da escola normal até 1903.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> SILVA, Noemi Santos da. Instrução e trabalho: a experiência dos ingênuos no Paraná (1871-1888). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 13., 2012, Londrina. **A História da Escrita**: Fragmentos de historiografia Contemporânea. Londrina: UEL, 2013, p. 57.

<sup>66</sup> ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará. 1904-1905. Belém: F. Cardoso, 1904 p. 16.

<sup>67</sup> ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará, 1904, *op. cit.*, p. 17.

Quadro 3 - Lentes Cathedaticos da Escola Normal, com a sua respectiva disciplina.<sup>68</sup>

LENTEs CATHEDRATICOS	DISCIPLINAS
Paulino de Almeida Brito, dr.	Português e Litteratura
Cap. Cornelio Pereira de Barros Júnior.	Português
Antônio Marques de Carvalho, major.	Francês
Eufrosino P. Francisco Nery, dr.	Geographia, Chorographia e Cosmographia
Arthur Theodulo dos Santos Porto, dr.	História geral e do Brazil
Elias Augusto Tavares Vianna, dr.	Pedagogia e instrução moral e cívica
Vital Cardoso do Rego, dr.	Physica, Chimica e História Natural
Alfredo Luiz de Vasconcellos Chaves, dr.	Mathematicas
Anesia Schussler, D.	Calligraphia
Josepha T. Lacerda Rodrigues, D.	Prendas

Fonte: Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e Indicador para 1904-1905.

Observa-se que muitos professores ministravam mais de uma matéria ou disciplina na Escola Normal, além disso, a própria legislação criada em 1871 na Província tendo Joaquim Pires Machado Portela como governador, que através da Lei n. 669, de 13 de abril de 1871<sup>69</sup>, estabelecia, no Artigo 3, que “é igualmente autorizado o presidente da Província a crear uma escola normal”, ademais, o ensino religioso era facultativo e esta instituição de ensino não possuía nenhum professor para ministrar essa matéria no estado do Pará.

Nesse contexto, a educação em outros países tinha as suas peculiaridades de formação da criança e nas quais o controle do Estado. Assim sendo, no período espartano;

[...] o estado foi organizado como um vasto campo militar, e as crianças eram apreendidas pelo estado e educadas nos quartéis com o ideal de obediência a ele. Esparta realizou a completa conclusão lógica do sistema obrigatório; controle estatal absoluto sobre a “totalidade da criança”; uniformidade e educação em passiva obediência às ordens do estado.<sup>70</sup>

Assim, reflito sobre uma educação controlada pelo Estado para uma mão de obra estatal, além de uma educação totalmente militarizada e aprendida nos quartéis e para o seu próprio controle social dessas crianças, pois estas aprendiam apenas o básico e o Estado servia apenas como controle social. Portanto, mais uma vez, a pesquisa demonstra que o processo de aprendizagem era plural e diversificado entre os países, pois, outrora, eram muitos os modos de ensinamentos, dependendo de cada sociedade provincial.

<sup>68</sup> *Id., Ibid.*

<sup>69</sup> PARÁ. [Decretos e Leis etc.]. Lei n. 669, de 13 de abril de 1871. In: **Collecção das leis e dos actos do governo da província do Pará, Tomo XXIII, Anno de 1871**. Belém: Typ. do Diário do Gram Pará, 1871. 83 p., T. 23

<sup>70</sup> ROTHBARD, *op. cit.*, p. 29.

Nesse contexto, a obra *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará: 1904-1905* aponta que existia um grupo anexo à Escola Normal de Ensino, que se chamava de Lyceu Paraense, que também contribuía com esta instrução, por isso, corrobora a importância em seu quadro (Quadro 4).

Quadro 4 - Grupo Anexo da Escola Normal: Seção Feminina e Masculina.<sup>71</sup>

NÍVEIS	SEÇÃO FEMININA	SEÇÃO MASCULINA
<b>Escola complementar</b>	Maria J. Baena Camisão, D.	Hilário M. de Sant'Anna.
<b>1ª Elementar</b>	Ignez M. de Ribeiro Dantas, D.	Josephino C. Rosa Lobato.
<b>2ª Elementar</b>	Emilia Silva, D.	Perciliano Ferro e Silva.
<b>3ª Elementar</b>	Maria Martins Sarnumho, D.	José Nogueira Travassos

Fonte: Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e Indicador para 1904-1905.

Ou seja, conforme o Quadro 4, havia outras formações na Escola Normal, entre outros grupos, e de professores e professoras que contribuiriam com as classes sociais mais pobres e que precisavam se formar para terem oportunidades de trabalho profissional, dependendo da sua localidade e da respectiva necessidade profissional.

De acordo com Altamir Souza, havia as disciplinas de cada ano, por isso a importância de apresentar um quadro com os professores, com as suas disciplinas e o ano (Quadro 5).

Quadro 5 - Quadro docente efetivo e seus respectivos substitutos, distribuídos por ano letivo.<sup>72</sup>

ANNO	DISCIPLINAS	LENTE EFETIVOS	LENTE SUBSTITUTOS
1º	Francez	Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas	Luiz Alfredo Monteiro Baena
1º	Inglez	Carlos Kitynger	Pe. Benedicto Tomé da Cunha e Mello
2º	Francez	Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas	
2º	Inglez	Carlos Kitynger	
2º	Aritmética		
2º	Algebra		
3º	Latim		
3º	Geometria		
3º	Trigonometria		
3º	Contabilidade	Joaquim Rodrigues Roxo	
3º	Escreituração		
4º	Latim		
4º	Geographia	Dr. João Baptista Passos	Filippe Nery Penna Moraes
4º	Philosophia	Conselheiro Tito Franco de Almeida	Dr. Heráclito Vespasiano Feock Romano
5º	Latim		
5º	Grammatica Philosophica	Dr. Américo Marques de Santa Rosa	Padre Felix Vicente de Leão
5º	História	Dr. José Ferreira Cantão	
6º	Latim		
6º	História	Dr. José Ferreira Cantão	
6º	Rhetorica	João Diogo Clemente Malcher	Conego Ismael de Senna Ribeiro Nery

Fonte: Souza (1972). Elaboração do autor.

<sup>71</sup> ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará, 1904, *op. cit.*, p. 17

<sup>72</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 11.

Portanto, analiso que o quadro mostra a importância das disciplinas com os professores que as ministrarão no ginásio, além disso, sabe-se que a realidade não era essa, pois a maioria da sociedade era analfabeta, e muitas vezes à mercê de uma vaga no ensino primário. Além do mais, são importantes as concepções do professor e historiador Elson Monteiro (2014), que em sua tese *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará da segunda metade do século XIX: 1850-1900*, afirma que:

A ideia de filantropia presente na maçonaria brasileira do século XIX, segundo Falcon, mantinha relação direta com o pensamento ilustrado e, segundo o “pragmatismo das luzes”, as práticas filantrópicas deveriam ser calcadas em atitudes e sentimentos humanitários. Escravidão, doença, fome, pobreza, desemprego, guerra e patriotismo, e podemos acrescentar a ignorância e o analfabetismo, foram alguns dos principais temas com os quais a ideia de filantropia esteve associada.<sup>73</sup>

A importância nesse conceito sobre filantropia, estava incluso o analfabetismo, que era a maioria da sociedade naquele momento de instrução, pois muitas crianças passavam fome, além de não terem assistência à saúde e um lar para morar. Além disso, percebo quanto à educação laica e a Igreja sobre os seus posicionamentos em relação aos sujeitos, uma vez que a Igreja queria ter um controle sobre o Estado e na formação dessas crianças provinciais.

Neste caminho de outrora, é importante a narrativa de José Veríssimo, em seu relatório de 1891 sobre a Instrução Pública no Pará, onde discorre sobre o colégio do Amparo:

Podia ser uma instituição de que o Pará houvesse de orgulhar-se, e si eu fosse dos que se contentam com o nome e não indaga até que ponto as instituições servem ao seu destino, não hesitaria em dizer que não sei si há no Brasil, ao menos nos Estados, uma semelhante: um estabelecimento que gratuitamente **asyla, instrue e educa**, dotando mesmo algumas, mais de duzentas órfãs indigentes. É sem dúvida bello e glorioso para nós. Mas quão longe está aparência da realidade! [...] mas não instrue, nem sobretudo as educa. **Não seria exagero dizer que em rigor limita-se a hospedar-as**<sup>74</sup>

Nesta linha de pensamento, observo que, com o tempo, este colégio se transformaria em uma instituição de ensino privado chamado Gentil Bitencourt, que instruiu alunos de classe média. Além do mais, é importante refletir sobre esta instrução pública no século XIX, pois a mesma era precária, conforme o relatório de José Veríssimo em 1891, onde assevera que:

O estado lamentável, em que a instrução pública se acha em toda a Província, merece a vossa mais séria e particular atenção. [...] Consultando-se os mapas vê-se, que 45 escolas de instrução primária têm sido creadas, sendo 40 para meninos, e 5 para

<sup>73</sup> MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX: 1850-1900**. Orientado por Willian Gaia Farias. 2014. 242 f. Tese (doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, f. 179.

<sup>74</sup> VERÍSSIMO, José. **A Instrução Pública do Estado do Pará**: Relatório de 1890. Belém: Typ. Tavares Cardoso e Comp., 1891. p. 167-169. Grifos nossos.

meninas: – mas como são elas regidas? Que número de alunos as frequenta? Qual o grau de seu aproveitamento? [...] entrando-se neste exame o resultado é desanimador. As escolas se acham, com mui poucas exceções confiadas a professoras, aos quais falecem todas as condições de capacidade, ou que **tendo abraçado o magistério, não por vocação, mas unicamente como um meio de vida**, não zelam, como devem, a educação de seus discípulos, limitando-se, no exercício de suas funções, a satisfazer as exigências, a que se não podem absolutamente subtrair. Acresce, que a essas escolas falta direção, e efetiva fiscalização sobre a sua disciplina e regime. O método e a prática do ensino, partes tão importantes em matéria de instrução elementar, **ficam inteiramente dependentes da vontade e escolha de professores sem inteligência, nem dedicação.**<sup>75</sup>

Neste caminho, analiso que não havia uma formação adequada de professores na educação pública e em outros colégios, sem nenhuma formação pedagógica, todavia, havia um processo de formação assistencialista, servindo apenas como moradia para órfãos e desvalidas daquele período, além do que, observo que o ensino público, estava à mercê de cada Estado.

Ademais, percebo que existiam muitas estratégias e controle por parte do estado do Pará, visto que, Admarino Matos Júnior narra que “A escola proposta para classes inferiores deveria generalizar os rudimentos de saber **ler, escrever e contar**”. Ou seja, bitolando o processo de ensino, além disso, o historiador corrobora que “apenas os indivíduos livres poderiam frequentar a escola, e que os indivíduos que apresentassem qualquer deficiência física, doenças crônicas e contagiosas estariam impossibilitadas deste acesso”<sup>76</sup>. Isto é, exigia um perfil adequado a todos os alunos que desejassem ingressar na escola provincial. Na verdade, a pessoa de classe social baixa estava à mercê de um processo de aprendizagem voltado para o controle e uma mão de obra qualificada para serem inseridos nas fábricas no Estado do Pará.

Nesse sentido, é importante o que Marc Bloch conceitua, que a história nos tempos como sendo analisada como única, pois, dependendo da época e da historiografia, seguirá uma linha de pensamento, por isso o historiador enfatiza que as mudanças geológicas podem também ser modificadas pelas ações dos seres humanos, pois, nesse caminho, é interesse dos próprios homens a história. Além disso, o historiador acrescenta que a ação do homem está no caminho da história<sup>77</sup>.

Nesse viés de pesquisa sobre essa nova linha de pensamento em relação aos interesses políticos e sociais sobre a República e a Educação Laica, é importante o que o historiador apresenta em relação à historiografia, pois, “a obra de uma sociedade que remodela, segundo

<sup>75</sup> D’AGUIAR, Fausto. **Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Exmo. Sr. Dr. Fausto d’Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1851.** Belém: Typ. Santos & Filho, 1851. p. 44-45. Grifos meus.

<sup>76</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 54.

<sup>77</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 53.

as suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente ‘histórico’. Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas”<sup>78</sup>. Nesse sentido, analiso a importância de pesquisar esses novos olhares históricos em relação às atitudes de políticos, de professores e alunos de baixa renda que queriam ter a oportunidade de se formar em uma escola e almejar cada vez mais uma profissionalização na Província do Pará.

Nesse processo de aprendizagem sobre a profissão é incontestável a narrativa de José Murilo de Carvalho, em sua obra *A Construção da Ordem*, onde conceitua que:

Deve combinar seus conhecimentos teóricos com o conhecimento da situação operária e com sua capacidade profissional. Foram esses quadros que não só levaram a efeito o trabalho de mobilizar as massas para a revolução, mas que também garantiram depois a organização do novo Estado.<sup>79</sup>

Ou seja, dessas profissionalizações que o Estado teve o controle em sua formação para que não houvesse um pensamento contrário dentro da política de Estado. Evidentemente que a formação da mão de obra era diversificada entre as províncias, contudo, no estado do Pará, tinha-se uma preocupação em tirar o índice de analfabetismo, visto que esta classe social deveria concluir o ensino primário e terminar em dois anos na escolha de um ofício e/ou mão de obra para estar inserida em uma determinada fábrica, para aproveitar a sua qualificação de mão de obra na prática. Assim, foi o intuito desta concepção que acredito ser do autor de o Estado ter em suas mãos esse controle de formação provincial.

Nesse sentido, a busca sobre essa instrução é de fundamental importância, o que ocorria na Escola noturna, por isso, “os dez meses de Theodoro Braga no Instituto Lauro Sodré em 1917, mostram que existiam três arrecadações:

Uma para material de typografia e encadernação; outra para material de oficinas e sapataria e alfaiataria e a terceira abrangendo as demais oficinas, guarda objectos, outros para cozinha, óleos, lubrificantes, etc. etc. Em nenhuma delas havia a menor ordem. Assim, enquanto os educandos deixavam de sair por falta de roupa, calçados, bonets, e correames, as arrecadações jaziam pejudadas de panno branco e de algodão para o 2 uniforme e roupa branca interna e casemira de lã azul escuro para o 1, de pelles e couros apodrecidas umas, aproveitáveis outras<sup>80</sup>.

O que analiso é que existiam certos investimentos no instituto, que contribuiriam na formação desses alunos, como, por exemplo; muitos materiais de typografia, sapataria, enfim.

---

<sup>78</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>79</sup> CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, p. 36.

<sup>80</sup> BRAGA, Theodoro. **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Typ. Livraria Gillet, 1917. p. 17.



Todavia, muitos estudantes não saíam por faltas de roupas, evidentemente que a prioridade era a formação desses alunos que almejavam uma formação profissional.

De acordo com Marc Bloch, “há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens”<sup>81</sup>. Por isso, seguimos na busca desses sujeitos, uma vez que possibilitará contribuir com a história dos homens, pois a ação dos homens torna possível analisar, em determinado período, uma ou umas historiografias que possam indicar a sua história. Para além disso, analiso que a ação do homem tem consequências em seu modo de vida. Todavia, o historiador deixa claro que a “‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais”<sup>82</sup>. Por isso, em minha pesquisa almejo buscar através dos documentos caminhos que contribuam para o objetivo central, que é encontrar alunos que concluíram o ensino primário, mesmo sabendo que a matéria de ensino religioso se tornou facultativa, no entanto, continuaram a sua formação por mais dois anos em um determinado ofício ou profissionalização, pois cabe ao historiador desvendar esses caminhos vagos.

Contudo, observo que a pesquisa avança em direção a uma instrução que possa reduzir o analfabetismo no estado do Pará, assim sendo, é importante a narrativa de Theodoro Braga, que em dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré conceituou que “a instrução teórica estava a cargo de quatro professores normalistas, e que está a maior parte dos educandos que se dividem pelos quatro anos de curso elementar, segundo a organização do ensino público oficial”<sup>83</sup>. Braga acrescenta ainda que muitos educandos, mesmo concluindo o curso, continuavam nas oficinas desenvolvendo as suas atividades de aprendizagens.

Theodoro Braga narra que em relação ao ensino teórico, pois, “Na verdade, reflito que o ensino poderia ser mais proveitoso se o professor fosse bem mais preparado para as suas matérias”. Além do que, “culpa não cabe ao professor da cadeira, o Sr. José Sidrim, que é competente. É a própria organização do ensino que o priva de alargar o seu campo de ação”<sup>84</sup>. Ou seja, os professores poderiam ter mais oportunidades de aprender em sua formação educacional, assim sendo, é importante visualizar o Quadro 6, por meio dos cursos teóricos.

Quadro 6 - Quantidade de alunos, distribuídos por série.<sup>85</sup>

SÉRIE	ALUNOS
1º ano	26
2º ano	35
3º ano	29
4º ano	19

<sup>81</sup> BLOCH, *op. cit.*, p. 54.

<sup>82</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 55.

<sup>83</sup> BRAGA, *op. cit.*, p. 32.

<sup>84</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>85</sup> BRAGA, *op. cit.*, p. 36.

Curso Concluído	11
Somma	120 alunos

Fonte: Braga (1917).

Também se torna relevante apresentar, por meio do Quadro 7, o quantitativo de alunos por especialidade de ofício do curso técnico.

Quadro 7 - Quantidade de alunos do Curso Técnico, distribuídos por ano e ofício<sup>86</sup>

OFFICINA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
Alfaiate	13	6	1	1	21
Encadernador	7	1	2	1	11
Ferreiro	17	5			22
Marceneiro	16	51	4	3	73
Sapateiro	7	1			8
Typographo	10	4	6		20

E o último quadro é também importante, pois é o curso teórico e/ou técnico, que se apresenta no Quadro 8.

Quadro 8 - Quantidade de alunos do Curso Teórico, distribuídos por ano e ofício.

OFICINA	1 ANO	2 ANO	3 ANO	4 ANO	CONCLUÍDO	TOTAL
Alfaiate	3	9	5	2	2	21
Encadernador	6	1	3	1		11
Ferreiro	4	4	6	6	2	22
Marceneiro	19	14	9	3	1	46
Sapateiro	3	1	3	1		8
Typográpho	1	6	3	4	6	20
<b>Somma</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	<b>29</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>120</b>

Fonte: Braga (1917).

Portanto, acredito que muitos alunos se formavam em uma determinada profissão, sendo como alfaiate, marceneiro, encadernador, sapateiro, tipógrafo, além do mais, tinham oportunidades de continuar o processo de aprendizagem dentro das oficinas, mesmo após formados. Além disso, tinham as oportunidades através dos seus conhecimentos técnicos de serem inseridos nas fábricas, uma vez que a mão de obra deveria ser qualificada, por isso, mais uma vez, analiso a importância dessa profissionalização no estado do Pará, pois o índice de analfabetos em todo o Brasil era muito alto, e a saída outrora foi a chegada da República, para promover uma educação laica, que contribuísse para que esses alunos pudessem estar fora do

<sup>86</sup> *Id., ibid.*

mundo ilícito e terem a oportunidade de tornar seres sociais e profissionais e que contribuíssem em sua localidade.

Assim sendo, reflete-se em Luís Antonio Cunha, em *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, onde assevera que “o principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político”<sup>87</sup>, ou seja, que a educação deve estar voltada para uma formação específica em suas localidades provinciais. Para além disso, o autor afirma que: “A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores. Nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total” liberado e pleno”<sup>88</sup>. Uma vez que todos podem construir as suas próprias epistemologias educacionais, independente de família, classe ou religião a que pertença, assim, irá possibilitar um desenvolvimento individual que envolve as suas aptidões, vocações e as suas subjetividades, pois é nesse objetivo que a escola deve construir um ser capaz de reconstruir e/ou construir em sua localidade uma formação crítica, que seja capaz de mudar os pensamentos e construir, pela educação, uma sociedade mais democrática e mais empática para com outrem.

Reflijo, nesse caminho, que a educação possibilita uma sociedade mais humana e preocupada em erradicar o analfabetismo no estado do Pará, pois, de acordo com Luís Antonio Cunha, “as diferenças entre homens são causadas pela educação”<sup>89</sup>, todavia, mesmo o autor sendo contrário à universalização do ensino. Sendo assim, analiso que muitas foram as percepções de ensino e formação entre os políticos na assembleia legislativa no estado do Pará. Neste sentido, outrora, os seus objetivos naquele momento foi de retirar o poder da igreja através da matéria de ensino religioso, por isso, a partir da aprovação de que esse ensino seria facultativo nas escolas de ensino primário, houve um grande conflito por parte do Estado e da Igreja, causando um grande prejuízo para as pessoas que queriam ter o ensino primário, para então terem a oportunidade de se formar em dois anos numa determinada profissão, para se inserirem nas fábricas.

Luís Antonio Cunha, em sua obra intitulada *Educação e Desenvolvimento Social do Brasil* ratifica que havia um plano nacional de ensino, pois ressalta que:

[...] o objetivo da educação nacional será fortificar o corpo e desenvolvê-lo por meio de exercícios de ginástica; acostumar as crianças ao trabalho das mãos; endurecê-las contra toda espécie de cansaço; dobrá-las ao jugo de uma disciplina salutar; formar-lhes o coração e o espírito por meio de instruções úteis; e dar conhecimentos

---

<sup>87</sup> CUNHA, Luís Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social do Brasil**. Rio de Janeiro. F. Alves, 1980, p. 34.

<sup>88</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 34.

<sup>89</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 35.

necessários a todo cidadão, seja qual for a sua profissão (princípio de orientação concreta e prática).<sup>90</sup>

Ou seja, essa era a formação que se deveria ter nacionalmente em todas as províncias, entretanto, as províncias tinham as suas próprias autonomias em elaborar, por meio de um currículo, a formação de um cidadão no ensino primário e em sua profissionalização, contribuindo assim com os grandes empresários dentro das fábricas. No entanto, a saída estava na mudança da Monarquia para a República, em que possibilitasse na educação uma formação para uma instrução voltada aos interesses políticos, sociais e, acima de tudo, que o Estado tivesse o controle desse processo educacional no estado do Pará. Além do mais, o próprio ensino religioso tornou-se facultativo, dificultando os laços entre o Estado e a Igreja, por isso, outrora, os homens políticos e os padres não estavam preocupados com a instrução dos mais pobres, e sim em se manter, por meio do poder, quem teria o controle dessas pessoas no estado do Pará.

### 1.1 DA SEPARAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO À EDUCAÇÃO LAICA

Um programa pode ser muito bem formulado: pode conter muita preciosidade: pode finalmente ser bellissimo, mas, não trazer nem proveito, nem facilidade no ensino; antes pelo contrário pode arcar sérios embaraços quer para o mestre, quer para o discípulo.<sup>91</sup>

Diante desses argumentos quanto ao programa e as classes sociais, onde não era homogêneo o ensino primário, além disso, analiso que, dependendo de cada local, dever-se-ia ter uma determinada formação. Assim, de acordo com Admarino Júnior, foi importante a narrativa sobre esse processo de formação para esses indivíduos, pois, constata-se que:

[...] o Governo Imperial delegou ao poeta Gonçalves Dias de visitar algumas **províncias do Norte e Nordeste** com a incumbência de observar e examinar as escolas ou qualquer outro estabelecimento destinado ao ensino e educação da mocidade, sejam públicos ou particulares, em seguida, produziu um relatório sobre a realidade da Instrução Pública do Pará. Ao visitar os estabelecimentos de ensino e as oficinas dos Arsenais militares, **Gonçalves Dias encontrou menores aprendendo os mais variados ofícios nas diversas oficinas de Ferreiros, Serralheiros, Funileiros e Carpinteiros**, que nos permite observar que mesmo antes da criação do sistema de escolas de aprendizes, os arsenais militares **já dispunham de um sistema**

<sup>90</sup> CUNHA, 1980, op. cit., p. 43.

<sup>91</sup> VALMONT, Maria. Educação. **A Escola**: Órgão dos alunos da Escola Normal, Belém, v. 1, n. 5, p. 2, ago. 1892.

**de alistamento de menores para formação de trabalhadores**, embora seu funcionamento fosse de forma assistemática, sem preparo e organização adequada de ensino e aprendizagem.<sup>92</sup> (Grifos meus).

Ou seja, entendo que já havia uma sistematização de ensino por parte da Marinha, a qual formava vários menores em ferreiros, serralheiros, funileiros e carpinteiros, e que contribuíram na região em seus ofícios dentro das fábricas. Para além disso, já se tinha um direcionamento quanto à formação desses menores, pois posteriormente se tornariam trabalhadores provinciais.

Neste sentido, compreendo como fundamental nesta pesquisa a lei do Ventre Livre, pois possibilita entender, o que analiso como o Estado via esses desvalidos no estado do Pará, visto que:

A Lei de 28 de setembro de 1871 é também um auxiliar não menos eficaz, pondo-se em prática a aquisição de ingênuos de 13 anos de idade. O Regulamento vigente das escolas não exclui o recrutamento, pois diz que essas admitirão menores orphãos desvalidos e ingênuos, remetidos pelas autoridades judiciárias e policiais; logo só dessas autoridades depende o aumento deste estabelecimento (Relatório do Estado da Companhia de Aprendizizes do Maranhão em 1888).<sup>93</sup>

Assim sendo, compreendo que esta legislação veio a minimizar o analfabetismo e a controlar os passos desses desvalidos, uma vez que contribuía com o seu recrutamento nas forças armadas, pois tirava das ruas essas pessoas deixadas à mercê pela província. Para além disso, muitos desses indivíduos eram abandonados pelos seus pais e muitos eram órfãos, por perderem seus pais na guerra. Por isso, inúmeros fatores contribuíram para o alto índice de analfabetos no estado do Pará.

Em referência ao processo educacional local, quanto às matérias de ensino, é importante o pensamento de Luiz Antônio Cunha, na obra *Educação e Religiões*, no qual enfatiza que “no ensino primário e secundário, o domínio da igreja católica era garantido por lei”<sup>94</sup>. Nesse sentido, exigia que todos os alunos tivessem a matéria de ensino religioso em todas as escolas provinciais, assim sendo, quem tinha o controle do ensino era a igreja, além do mais, a lei de 15 de outubro de 1827 ratificava em:

[...] criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, listava o conteúdo do ensino, na forma de matéria, entre elas o

<sup>92</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 57.

<sup>93</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo; Coleção GIFÍ. Código do Fundo - 01. Notação/Data ou Período do Documento -5F-459. Seção de Guarda-CODES. Cf.; LINS, Mônica Regina Ferreira. A infância e a mocidade na Marinha no período entre 1870 e 1910: aspectos históricos da educação elementar, profissional e militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em: 2 ago. 2017.

<sup>94</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Religiões**: a descolonização religiosa da Escola Pública. Belém: UFPA, ICED, 2013. p. 32.

princípio da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana à compreensão de meninos<sup>95</sup>.

Assim, compreendo que todas as crianças deveriam aprender esses ensinamentos no ensino primário, para que a igreja tivesse o controle dos mais pobres, e assim por diante, e controlaria o modo de vida de todos em determinada cidade do país. Contudo, Luiz Antônio Cunha ratifica que nenhuma outra crença deveria existir nas escolas, pois o próprio “Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, estava recheado de restrições a religiões não católicas”<sup>96</sup>. Nesse contexto, analiso que não poderia ter nas escolas qualquer tipo de crença, além da católica. Além do que, Cunha acrescenta que: “Propagar por meio de papéis impressos litográficos ou gravados que se distribuísse por mais de quinze pessoas doutrinas que destruam as verdades fundamentais da existência de Deus”<sup>97</sup> era crime, que poderia ser de quatro meses a um ano de prisão e multa em dinheiro, ou seja, entendo que o controle era total por parte da Igreja Católica no estado do Pará.

Nesse viés, reflito o porquê da separação entre a Igreja e o Estado, o que fica bem definido na legislação constitucional de 1891, quando esta retira do currículo a matéria de ensino religioso, fazendo com que este ensino fosse facultativo nas escolas de ensino primário, sendo assim, torna-se importante a citação do legislador Rui Barbosa, onde enfatiza no:

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes a liberdade, a segurança individual e a propriedade nos termos seguintes:

§ 1º Ninguém póde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, sinão em virtude de lei.

§ 3º Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum.

§ 4º A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º Os cemiterios terão character secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral pública e as leis.

§ 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.

§ 7º Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança com o governo da União, ou o dos Estados.<sup>98</sup>

<sup>95</sup> BRASIL. Decretos e Leis. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. *In*: BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brazil de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. 1 v. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

<sup>96</sup> CUNHA, *ibid.*, p. 34.

<sup>97</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>98</sup> BALEEIRO, Aliomar. **A Constituição Brasileira de 1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. p. 82-83. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2),

Neste caminho, o legislador outrora especificado no Artigo 72, e em seus parágrafos da constituição de 1891, onde enfatiza que as instituições não são mais obrigadas a terem em seus currículos matéria de ensino religioso, pois caracteriza que foi o princípio de muitos conflitos existentes entre a Igreja e o Estado, além disso, a Igreja perde as concessões de direitos nos cemitérios, e é permitido a todos os indivíduos seguir por uma crença que queira professar.

De acordo com Luiz Antonio Cunha, o professor de ensino religioso:

[...] passa a ocupar o lugar de auxiliar da direção da escola nas atividades de orientação educacional, nos projetos coletivos da escola, nas atividades culturais e comemorativas. Em certos casos esse professor adquire um importantíssimo papel na definição e na execução da proposta pedagógica da escola. Assim é que o ensino religioso acaba colonizando áreas da vida escolar relativas à formação geral e a orientação educacional.<sup>99</sup>

Neste sentido, compreendo que com a entrada do professor de ensino religioso ocupando cargo de direção, onde analiso que teria total domínio em outras áreas, por isso, o ensino acabaria tendo o controle da igreja, uma vez que este poderia intermediar nas ações pedagógicas e orientá-las para os objetivos da escola.

De acordo com Luiz Antonio Cunha, o autor compreende que na formação dos alunos secundários, eles juraram na solenidade: “juro manter a religião do Estado”<sup>100</sup>, assim sendo, comprova nessa narrativa no final do curso secundário o controle da Igreja na formação desses alunos, uma vez que era fundamental para a Igreja manter a instrução por meio dos conteúdos em relação à epistemologia de cada aluno, principalmente na matéria de ensino religioso. Todavia, refletira que existiria “a separação entre o Estado e as organizações religiosas tornaram-se conhecidas e apreciadas em seus efeitos”. O próprio imperador Pedro II teve contato pessoal com essa realidade durante os três meses passados nos Estados Unidos, em 1876. A progressiva laicidade da educação pública na França, mesmo sendo a total separação entre o Estado e a Igreja Católica.

Conforme Rui Barbosa, o qual corrobora que foi praticamente ele quem escreveu toda essa legislação de 1891, onde priorizara que o importante foi tornar livre todo cidadão que queira se formar nas instituições de ensino primário, pois exclamava em alta voz, que não era mais obrigatório o ensino religioso. Ou seja, o ensino primário não estava mais nas mãos da Igreja, todavia, nas mãos do Estado, além disso, poucas eram as escolas que tinham professores formados para atuarem dentro das salas de aulas no estado do Pará.

<sup>99</sup> CUNHA, 2013, *op. cit.*, p. 24.

<sup>100</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 33.

Nesse sentido, é indispensável a pesquisa de Andresson Carlos Elias Barbosa sobre o *Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos meninos Desvalidos na Belle Époque*, onde enfatiza ser necessário que se tivesse um projeto nacional voltado para os mais pobres, pois o que se analisara era que “variados projetos, tanto de educação como de nação, tiveram como proponentes não só o poder público, mas também a igreja e a sociedade civil, que colocaram as suas concepções em disputa,”<sup>101</sup> ou seja, muitas eram as suas especificidades em relação aos seus interesses, todavia, o que se analisa era que a igreja queria manter o controle dos mais abastados da sociedade.

Sendo assim, “a importância de civilizar as camadas mais amplas da população. Para atender a esse ponto, a escola torna-se a grande aliada na construção do Estado nacional”<sup>102</sup>. Para além disso, “há também outros produtos culturais; teatros, bibliotecas, laboratórios, museus, que consorciados às escolas de diversos níveis, integram o programa educativo imaginado no nível integral”<sup>103</sup>. Na verdade, o que analiso a princípio, é que a história não poderia ter sido construída pelas classes baixas, pois não tinham conhecimentos adequados para tais realizações, entretanto, o que busco em minha pesquisa é evidenciar que muitos alunos dentro desse sistema laico ficaram livres para concluir o ensino primário e obter em dois anos a sua formação profissional, ou seja, para estarem preparados para o mercado de trabalho no estado do Pará. Por isso, é fundamental a narrativa de José Veríssimo, o qual acrescentava que “pela via educacional conseguir-se-ia atingir o progresso e elevar o país ao nível dos países mais desenvolvidos.”<sup>104</sup> É nesse caminho de análise que afirmo que “com a implantação da República, o que se buscou foi uma nova narrativa de nação que permitisse um novo olhar.”<sup>105</sup> Dentro das escolas que pudessem ensinar os mais excluídos da sociedade, especificamente no estado do Pará.

Neste caminho de pesquisa, analisei o periódico paraense *A Escola: Órgão dos alunos da Escola Normal*, no qual deixa claro que:

---

<sup>101</sup> BARBOSA, Andresson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém Époque**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 69. Disponível em: [https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/diss\\_andreson\\_carlos\\_elias\\_barbosa.pdf](https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/diss_andreson_carlos_elias_barbosa.pdf). Acesso em: 01 jul. 2022.

<sup>102</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>103</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>104</sup> *Id.*, *Ibid.* p. 72.

<sup>105</sup> CARDOSO, Lucas Ayres. A Instrução Pública no Pará no período de 1891 a 1897. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. SEÇÃO PARÁ (ANPUH-Pará), 12., 2021, Belém. **Anais ...** Belém: Cabana, 2021, p. 21.



D'estas duas escolas surgiu uma opinião média que mais tarde foi abraçada por todos os povos cultos: Devia, fosse qual fosse a classe social, fazer parte dos deviam os programmas ser formulados de accordo com o meio social e progresso de cada localidade.<sup>106</sup>

Ou seja, dependendo da Província, as instituições de ensino deveriam criar um currículo que fosse necessário para cada classe social, todavia, compreendo que fica evidente que essa autonomia dos Estados não contribuiria para a homogeneização da construção do conhecimento. Para além disso, muitas dessas instituições poderiam ter em seus quadros professores capacitados para ministrar os seus conteúdos para os alunos do primário e para as suas formações específicas. No entanto, muitas outras instituições de ensino primário ficariam sem professores capacitados – e o mais grave – muitas dessas escolas não tinham nem carteiras, quadros, gize muitas vezes os professores ministravam as suas aulas em suas próprias casas etc.

A educação no estado do Pará foi um desafio para professores e alunos se formarem, por isso, nesse momento, cabe a narrativa de José Murilo de Carvalho sobre a obra *A Construção da Ordem*, onde compreende que na Espanha, por exemplo, nas universidades coloniais permitiram a formação de uma elite local, além de uma formação religiosa diferente da formação em Coimbra, ou seja, mais uma vez comprovo que, dependendo da sua cultura local, os países, estados, enfim, tinham as suas autonomias sobre a formação de classes mais baixas para terem o controle Estatal.<sup>107</sup> Nessas veredas de pesquisa, é importante a reflexão sobre o momento que a instrução passava, por isso, a narrativa da historiadora Maria Tereza Chaves de Mello em *A República Consentida*, corrobora que muitos jovens oficiais não se interessavam pela carreira militar, pois, “o que lhe interessava eram os estudos teóricos, a possibilidade de ascensão social, de integrar-se à elite pela via da instrução”<sup>108</sup>, visto que a maioria da população era analfabeta e, dependendo de qual localidade, apenas 1%, poderia adquirir um diploma de nível superior, uma vez que era muito mais aprazível por este meio de nível superior alcançar mais rápido, do que participar como oficial, para além disso, o período inicial da República possibilitaria um alvorecer entre os cidadãos brasileiros com este novo regime.

Muitas são as iniciativas no período da República em relação às camadas mais pobres, por isso é indispensável a análise de Lauro Sodré, em *Crenças e Opiniões*, onde defende que:

O mais seguro caminho por onde a philosophia positiva se dará o credo das novas gerações. E pela palavra dos mestres que a doutrina do relativo mais facilmente se há de

<sup>106</sup> A ESCOLA, 1892, *op. cit.*, p. 2.

<sup>107</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 38.

<sup>108</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura Democrática e Científica do Final do Império**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Ed. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. p. 55.

infiltrar no seio das camadas sociaes, e occupará nas almas o lugar vasio da doutrina do absoluto. Por isso é que eu, adepto da philosophia positiva, sou contrário aos ensinamentos dos meus consecrários, quando elles mandam fechar as Escolas públicas, e querem deixar sob o regimenda livre concurrencia, desamparada dos poderes publicos, exclusivamente entregue a iniciativa individual, a instrução popular.<sup>109</sup>

Fica evidente na análise em relação ao ensino popular, pois entendo que não se preocupavam com esta instrução de ensino aos mais pobres, ficando à mercê individual de cada província como se daria essa instrução pública. Portanto, mais uma vez, destaca-se o contraditório em relação à educação que se planejava nesse novo regime republicano, entretanto, especifica o positivismo de Lauro Sodré sobre as suas idealizações como legislador e como governador do estado do Pará.

Porém, mesmo com essas posições em relação a instrução popular, Lauro Sodré afirma que: “eu quero para a minha Pátria um régimen de governo em que todos os cidadãos, esclarecidos pela sciencia, sejam capazes de lêr e comprehender o código fundamental dos direitos inamissíveis”<sup>110</sup>. Nesse caminho de educação laica que seguirei refletindo sobre a lei de 1891, sobre o ensino religioso, que se tornou facultativo. Além disso, tornará oportuna uma instrução mais propícia para os mais humildes de cada localidade no período da Província.

O caminho sobre essa matéria de ensino religioso tornou-se um conflito entre o Estado e a Igreja, por isso, é fundamental a narrativa do historiador Admarino Júnior, que corrobora a ideia de que “Ao longo do século XIX, por todo Império brasileiro, houve diversas formas de assistência à **infância pobre, órfã e desvalida**. Esta assistência desenvolveu-se através das instituições religiosas de caridade”. Além disso, acrescenta o historiador que “as ações políticas de tutela e proteção do Estado através de diversas instituições públicas educacionais de cunho primário e profissionalizante”.<sup>111</sup> Assim, várias eram as instituições que contribuía para esses desvalidos, pois era a forma do Estado controlar, através da educação, os conhecimentos adequados e propícios para essa formação primária e profissionalização. Assim, a pesquisa mostra que o Estado tinha um plano traçado para essa sociedade de baixa renda, e que muitas vezes não havia sequer uma escola em suas províncias coloniais.

De acordo com Mário Cortella, em *A Escola e o Conhecimento*, o autor compreende que “Para nós, em última instância, adaptar-se é morrer. Estar adaptado significa estar acomodado, circunscrito a uma determinada situação, recluso em uma posição específica; adaptar-se é,

<sup>109</sup> SODRÉ, Lauro. **Crenças e Opiniões**. Belém: IOE-PA. 1896. p. 26.

<sup>110</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>111</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 59.

sobretudo, conformar-se (acatar a forma), ou seja, submeter-se”<sup>112</sup>. Podemos sair do analfabetismo, por meio de uma educação que possibilite uma formação de qualidade, onde todos os seres humanos, independentemente de classe social, possam ter uma escola que possibilite uma mudança de conhecimento em sua localidade provincial.

A educação é o caminho para a mudança do homem em sua sociedade, por isso, Mário Cortella reflete sobre a importância da ação humana, uma vez que:

[...] essa ação transformadora consciente é exclusiva do ser humano ou práxis, é consequência de um agir intencional que tem por finalidade a alteração da realidade de modo a moldá-la às nossas carências e inventar o ambiente humano. O trabalho é, assim, o instrumento da intervenção do humano sobre o mundo e de sua apropriação (ação de tornar próprio) por nós”.<sup>113</sup>

Ou seja, essas ações que buscamos realizar estão intrinsecamente como um instrumento da ação do trabalho, que está ligado à cultura dos homens na sua sociedade. Contudo, percebemos que mesmo que tenhamos essa intencionalidade, o Estado tinha o controle dessa formação por meio dos conteúdos implantados pelas escolas que assim existiam naquele momento provincial.

Nesta perspectiva, é importante a narrativa de Leandro Karnal, ao afirmar que “para atender melhor a importância das humanidades, é preciso ter bem claro que devemos estar preparados para ocupar um espaço na sociedade globalizada, sob o risco de sermos sufocados por ela”. Evidentemente que esta percepção é diferente da realidade da província, todavia, fica claro que a saída para uma educação de qualidade depende muitas vezes da formação do docente e de políticas públicas no Estado do Pará, voltadas para a formação dos alunos que estavam inseridos nas fábricas provinciais. Para além disso, é importante pensar nos processos de ensino voltados às localidades de cada sociedade, uma vez que a mesma possibilitaria um ensino mais adequado para cada pessoa que buscasse o ensino primário.

Neste caminho, Leandro Karnal enfatiza que esta educação de qualidade está relacionada à necessidade de continuação da formação dos jovens numa universidade, pois “a percepção do conjunto de movimentos que estão sendo executados no mundo exige, por parte dos nossos jovens, uma cultura que vá além da técnica. Portanto, história neles!”<sup>114</sup>. Por isso, a importância de um programa educacional que busque a sua implantação para todos nas escolas

<sup>112</sup> CORTELLA, Mario Sergio. **A Escola e o conhecimento**: Fundamentos Epistemológicos e Políticos. 8. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004. p. 39. (Coleção prospectiva: 5).

<sup>113</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 41.

<sup>114</sup> KARNAL, Leandro. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 21.

públicas, uma vez que dará oportunidade para que todos possam ser importantes nas suas formações técnicas e superiores. E. acima de tudo, todos de uma sociedade possam ter a oportunidade no processo de formação no ensino primário e em sua formação profissional.

Contudo, Leandro Karnal chama a atenção sobre a importância do professor em sala de aula, uma vez que “um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com o melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre os seus alunos”<sup>115</sup>, por isso, o papel do professor em sala de aula faz toda a diferença na formação dos alunos, entretanto, se esses professores buscarem a todo momento metodologias inovadoras, pois, dependendo do quantitativo de alunos, a sua forma de construir conhecimento será o diferencial na formação individual para um ser mais crítico em sua sociedade. Para além disso, criar escolas propícias para todos os alunos.

Evidentemente que a historiografia sobre o regulamento é importante, por isso, o Decreto n. 88, de 24 de maio de 1841, enfatizava, pelo vice-presidente da Província:

Bernardo de Souza Franco. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa decretou, e eu sancionei o seguinte Decreto: Art. 1º O governo fica autorizado: § 1º A comprar casa, que achar mais vantajosa e própria para o estabelecimento dos Educandos. § 2º A dar-lhe um regulamento, que tenha por base o Ensino das Artes Mecânicas mais interessantes ao público, e a boa educação civil, o qual será aprovado pela Assembléa Provincial. § 3º A mandar aprontar Oficinas para as Artes de mais proficuo exercício dentro do estabelecimento.<sup>116</sup>

O decreto de 1841 autoriza, através da Assembleia Provincial, que devem escolher qual a casa que se deve comprar e transformar em escolas, e que dentro delas tenham o ensino das artes Mecânicas e de ter oficinas de artes dentro destes estabelecimentos para que os educandos possam aprender esses ofícios, e que sirvam como aprendizagem de ensino e profissional no estado do Pará. Além do mais, este decreto especifica que no “Art. 2º O Governo não poderá distrair para fora do mesmo estabelecimento, nem despedir os Aprendizes, se não dois anos depois de completos em seus respectivos Ofícios, salvo, porém, o caso de impossibilidade física ou moral”<sup>117</sup>. Na verdade, o que o governo não queria eram alunos fracos, sem condição física, enfim. Todavia, o governo não dava sequer uma merenda para esses alunos, ou seja, exigia-se

<sup>115</sup> KARNAL, *op. cit.*, p. 22.

<sup>116</sup> PARÁ. [Decretos e leis]. Decreto n. 88, de 24 de maio de 1841. Documentos da História da Educação Paraense. **Revista HISTEDBR On-line**: Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, p. 05. Disponível em: <https://periódicos.sbu.unicamp.br/ojs.index.php/histedbr>. Acesso em: 12 mar. 2022.

<sup>117</sup> *Id.*, *ibid.*

do aluno uma condição física adequada, mas não se dava sequer condição para os mesmos alunos em sala de aula no ensino primário.

Neste caminho de pesquisa, cabe aqui refletir sobre como se dava o ensino na China, pois percebe-se um processo de aprendizagem bastante interessante; assim sendo, Herbert Spencer considera que a China levou:

[...] a ideia da educação obrigatória até sua conclusão lógica: Lá, o governo publicou uma lista de obras que podem ser lidas; assim, temendo os efeitos perturbadores da inovação, não permite que nada possa ser ensinado além do que procede de si mesmo. A fim de produzir cidadãos padronizados exerce uma disciplina rigorosa sobre todas as condutas. Existem “regras para sentar, levantar, andar, falar, e se curvar, fixadas com a maior precisão”.<sup>118</sup>

Ou seja, as obras ensinadas deveriam ser do seu país, e todos os alunos deveriam pedir autorização para qualquer feito em sala de aula, além disso, analiso que as obras apreendidas em sala de aula estavam voltadas à sua sociedade educacional e voltada para o crescimento social. Assim, percebo que no final do século XIX não se tinha aqui no Brasil provincial conteúdos internos voltados à aprendizagem dentro das escolas, no entanto, conteúdos centralizadores por parte do governo, visando controlar o processo de aprendizagem dentro das escolas primárias coloniais.

No decorrer do século XIX percebeu-se que na legislação de 1851, através da lei n. 203, de 27 de outubro de 1851, que o decreto apresenta as matérias do ensino primário: **eram leitura e escrita, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática e noções dos deveres morais e religiosos**, ou seja, ainda existia a matéria de ensino religioso até 1851, e, segundo a lei supracitada<sup>119</sup>, todos os alunos do ensino primário deveriam aprender a ler e escrever sobre os conteúdos dessas matérias. Diante disso, é importante a narrativa de Vitor Sousa Cunha, em *a Instrução Pública Primária na Província do Pará na Segunda Metade do Século XIX em Belém Pará*, onde outrora refletira sobre a importância da “associação entre Igreja e Estado que permitia ao apostolado católico realizar “[...] um violento processo de censura doutrinária [...] mediante a submissão dos manuais escolares, entendidos também como livros didáticos ou compêndios escolares”<sup>120</sup>, onde a igreja católica queria ter o controle dos alunos por meio do processo de aprendizagem dentro das escolas primárias.

<sup>118</sup> ROTHBARD, op. cit., p. 40.

<sup>119</sup> PARÁ. [Decretos e leis]. Lei provincial nº 203 de 27 de outubro de 1851. Documentos da História da Educação Paraense. **Revista HISTEDBR On-line**: Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP, p. 05. Disponível em: <https://periódicos.sbu.unicamp.br/ojs.index.php/histedbr>. Acesso em: 12.03.2022.

<sup>120</sup> NERY, Vitor Sousa Cunha. **Instrução Pública Primária na Província do Pará na Segunda Metade do Século XIX**. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Assim sendo, a legislação de 1851 ratificava ser necessário ter alunos dentro dessas escolas primárias em todos os lugares da Província no Pará, pois, no Artigo 2º o presidente da província estabelecera as escolas do 1º grau da instrução primária em todas as localidades da Província, em que possam reunir-se de 15 a 30 meninos<sup>121</sup>. Ou seja, era preciso ter dentro destas escolas o mínimo de alunos e o máximo de alunos, que era 30, uma vez que era o número adequado para se ter este processo de aprendizagem nas escolas.

Carlota Boto menciona que “o tema da educação passa, então, a ser discutido sob a lógica de um controle estatal regulador e aglutinador das iniciativas no campo da instrução”<sup>122</sup>. E é isso que acontece com a aprovação na Assembleia Legislativa, quando o ensino religioso deixou de ser obrigatório para ser facultativo e o Estado tomou o controle do ensino em todas as escolas públicas de ensino primário. Assim sendo, analisara também que o ensino, de acordo com Carlota Boto, possibilitaria “[...] um deslocamento da antiga concepção de escola, embora não seja apropriado falar em ruptura. Trata-se da adequação do modelo escolar, que vinha sendo desenhado desde o nascimento em vias de fortalecimento”<sup>123</sup>. Além disso, há que se analisar uma educação laica, possível para todos os níveis de ensino, pois Carlota Boto reflete, em Diderot, que:

A instrução obrigatória constitui uma possibilidade única de fazer que todas as crianças, seja qual for a sua origem, vivam do mesmo modo e, nesse sentido, formem uma comunidade ainda que por alguns anos – com a condição de que as distinções de classe e de fortuna não se prolonguem mais oficialmente no interior do colégio, como era o caso do século XVII: nenhum aluno terá um quarto separado, um criado ou preceptor a serviço exclusivo de sua pessoa: que eles sejam todos confundidos, que eles aprendam a igualdade<sup>124</sup>.

Portanto, desde o século XVII, analiso uma formação diferenciada entre as classes sociais, por isso, a importância sobre essa instrução no trabalho de Carlota Boto, quando em seu conceito de que em todas as escolas há necessidade de aprendizagem para todas as pessoas, independentemente de origem. Para além disso, a autora prioriza que esse processo de ensino seja igual, na massificação de uma educação laica, onde se inclua um conteúdo que englobe todos os alunos, visto que minimizaria o analfabetismo na Província do Pará, e o tornaria, através deste ensino, um ser mais ativo e mais preparado em sua localidade.

---

Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013. Disponível em: [https://prosp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/07/vitor\\_sousa\\_cunha\\_nery.pdf](https://prosp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/07/vitor_sousa_cunha_nery.pdf). Acesso em: 01 jul. 2022, f. 38.

<sup>121</sup> PARÁ. [Decretos e leis]. Lei provincial nº 203 de 27 de outubro de 1851, *op. cit.*, p. 5.

<sup>122</sup> BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: EDUNESP, 1996. p. 51.

<sup>123</sup> *Id.*, *ibid*

<sup>124</sup> BOTO, *op. cit.*

Neste viés de formação, em relação aos sujeitos propostos, busca-se a informação do mesmo, por isso, torna-se importante a narrativa de Milton Santos em *O Espaço do Cidadão*, onde reflete que:

[...] o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais, Direitos a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.<sup>125</sup>

Nesse sentido, uma das perspectivas que se busca é uma educação que proporcione uma formação que possibilite a saída, para melhor ser visto como cidadão em sua localidade, e que influencie para que outros também possam seguir o caminho para uma educação de qualidade. Assim sendo, o geógrafo Milton Santos assevera que “se organiza a rede de caminhos e a rede de cidades segundo hierarquias, e de como se distribuem territorialmente os indivíduos, segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo”<sup>126</sup>, ou seja, analiso que, dependendo de antemão das políticas de Estado de cada localidade, pode ocorrer que a educação esteja interligada no controle de um currículo que mantenha uma epistemologia que não prejudique os seus próprios interesses pessoais.

Neste caminho é fundamental refletirmos sobre os alunos que estavam inseridos nesse contexto, pois, segundo enfatiza Admarino Matos Júnior:

Desse modo, na tentativa de formar sujeitos trabalhadores úteis, disciplinados, dóceis e ajustados à sociedade, garantindo e prevenindo a não inserção ao vício e a imoralidade, tão combatidas na época, a instituição assumia um importante papel na sociedade paraense. A criação desta instituição visava, sobretudo, civilizar a população local, iniciando pelos meninos pobres, por serem, na concepção das autoridades e da elite dirigente, as mais suscetíveis ao aprendizado dos nobres princípios civilizatórios.<sup>127</sup>

Em síntese, analiso que as instituições tinham um papel importante para a formação desses indivíduos, pois era o caminho adequado para minimizar o analfabetismo no estado do Alagoas, além do mais, possibilitaria tirar das ruas esses desvalidos e órfãos abandonados por seus pais, e muitas vezes os seus pais tinham sido mortos na guerra, portanto, a saída certamente era a educação provincial de qualidade.

De acordo com o periódico da *Revista Familiar*, que discorre sobre a educação, ratifica que “sem dúvida nos responderão: não temos nada porque... estamos ainda muito atrasados! E a quem se deve esse atraso... A falta de uma séria instrução e nada mais”<sup>128</sup>, por isso, era mais

<sup>125</sup> SANTOS, Milton. *O cidadão Polido*. São Paulo: EDUSP, 1996-2001. p. 19.

<sup>126</sup> Id., *Ibid.*, p. 11.

<sup>127</sup> MATOS JÚNIOR, *op. cit.*, p. 62.

<sup>128</sup> COSTA, D. Antonio de Macedo. Sumário: Educação Primária. *Revista Familiar*: Periódico dedicado às famílias, Belém, v. 1, n. 1, p. 4, 4 de fevereiro de 1883.

pertinente que essa instrução fosse implantada gradativamente nessa província, uma vez que o periódico conceitua que:

De fato: se vamos pela proporção do tempo, em sessenta annos de liberdade teríamos feito a metade do que há ainda vamos pensar, vamos ver, vamos dormir sobre o caso para conciliar as ideias e dar então o primeiro passo! Miséria ou esquecimento? As estatísticas sobre a instrução pública em todos os paizes do globo, que temos sobre a nossa mesa de trabalho, sentimos profundamente ter que calcar ao peso da verdade o nosso amor-próprio nacional para confessarmos que somos um dos últimos, e para avançarmos mais: que há paizes barbaros tão ou mais adiantados em material de instrução pública do que o nosso caro Brazil.<sup>129</sup>

Seguindo nessa análise, percebo que a instrução no Brasil foi apresentada e criada de forma atrasada no processo de aprendizagem para os mais pobres, visto que os filhos de proprietários de terras que moravam no estado do Pará adquiriam a sua educação de qualidade na Europa. Além disso, essa instrução pública só foi possível a partir da República, o que possibilitaria uma atenção especial para com a educação para todos, independente de classe social. Assim sendo, é necessário que nessa instrução percebamos que as províncias tinham as suas autonomias em relação às instruções de ensino, por isso, a instrução foi atrasada devido à falta de políticas públicas dos nossos representantes legislativos no estado do Pará no final do século XIX. Para além disso, havia um conflito entre a Igreja e o Estado quanto à catequização dos alunos em relação à matéria de ensino religioso, uma vez que foi aprovada na Assembleia Legislativa que se tornaria facultativa em todo o ensino primário, assim, a educação laica seria possível a todos que quisessem concluir o ensino primário e ter uma formação profissional.

Contudo, é importante refletir sobre o século XIX em relação a esse processo de ensino entre o Estado e a Igreja, uma vez que houve muitos conflitos, por isso, Luiz Antonio Cunha disserta em seu artigo sobre *A Laicidade em Disputa: religião, moral e civismo na educação brasileira* que:

Após a independência, em 1822, o Império Brasileiro herdou de Portugal o regime do padroado, mantendo o catolicismo como religião do Estado. Em consequência, nas escolas públicas de todo o país, **a doutrina católica impregnava todos os currículos em todos os níveis escolares**. Os professores, por sua vez, eram obrigados a prestar juramento de fé católica, podendo ser punidos por perjúrio. O Código Criminal proibia a pregação pública de religiões diferentes da oficial e a difusão oral ou por escrito de ideias contrárias à imortalidade da alma, para o que previa penas de pecuniárias e de prisão.<sup>130</sup>

<sup>129</sup> *Id, ibid.*

<sup>130</sup> CUNHA, Luiz Antonio. A Laicidade em Disputa: Religião, moral e civismo na Educação Brasileira. **Revista Teias**, v. 15, n. 36, p. 3, maio 2014.



Os professores tinham que jurar sobre o seu compromisso nos currículos de ensinar aos alunos nas escolas primárias a matéria de ensino religioso, todavia, eles não poderiam negligenciar esses ensinamentos, pois seriam penalizados por falso juramento. Além disso, Cunha acrescenta que: “Nas três últimas décadas do século XIX, a simbiose Igreja Católica-Estado começou a incomodar a ambos. De um lado, o papado pretendia aumentar o controle sobre o clero brasileiro, de modo a desenvolver uma atividade religiosa sem as limitações impostas pelo aparato estatal”<sup>131</sup>. Analiso que os anos finais do século XIX foram marcados por conflitos entre a Igreja e o Estado; de um lado, a Igreja queria manter o processo de ensino em suas mãos a partir do ensino religioso dentro das escolas públicas e em todo o ensino primário; de outro lado, o Estado, que aprovou na legislação de 1891 que o ensino religioso não seria mais obrigatório, sendo assim, temos essas disputas de manter ao Estado o controle do poder.

Neste caminho, Luís Antônio Cunha ratifica que durante alguns anos de conflitos entre o Estado e a Igreja, observara que o ensino religioso passou de público a privado, e acrescenta que “durante alguns anos, no lugar da religião foi introduzida a disciplina Moral nas escolas secundárias públicas, que os positivistas mais radicais gostariam que fosse a “religião da humanidade”, conforme a doutrina de Augusto Comte<sup>132</sup>. Ou seja, o Estado queria manter o controle educacional em sua localidade provincial no Pará.

Além do mais, os professores não poderiam ministrar essa matéria de ensino religioso durante os seus horários de trabalho em sua escola pública de ensino primário, e que não poderiam ser remunerados por ministrar essa matéria de ensino religioso no estado do Pará. Para além disso é importante a narrativa do historiador Admarino Júnior, onde menciona que:

A partir da segunda metade do século XIX crescem as iniciativas dirigidas à educação dos filhos das camadas populares para o trabalho. Foram projetos de origem variados com iniciativa governamental (provincial, algumas com incentivo do governo central), religiosa (ordens religiosas), particular (filantropos ou empresários) ou misto (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A grande maioria dos estabelecimentos era do tipo de internatos onde o contato do sujeito interno com a sociedade e com a família era rigidamente controlado, principalmente as instituições voltadas para o ensino de ofícios mecânicos, inseridas no meio urbano.<sup>133</sup>

Portanto, até o momento analiso que a educação de qualidade que tanto esperava a partir da entrada da República, teve uma grande disputa de poder entre o Estado e a Igreja, pois ambos queriam manter o controle educacional no ensino primário, entretanto, os mesmos deixavam de observar a formação dos mais necessitados e em sua maioria era analfabeta, assim sendo,

---

<sup>131</sup> *Id., Ibid.*, p. 7

<sup>132</sup> *Id., ibid.*

<sup>133</sup> MATOS JÚNIOR, op. cit., p. 71.

reflito que a educação foi sendo gradativamente alcançada a partir da minimização dos conflitos internos entre o Estado e a igreja, pois, o mais importante era criar um currículo capaz de formar pessoas mais críticas em sua sociedade, para além disso, no final do século XIX, surge uma associação criada por um governador chamado Lauro Sodré que almejará uma formação primária e uma formação profissional para as pessoas mais pobres no Estado do Pará, que terão a oportunidade de estarem inseridos dentro do industrialismo.

## 1.2 EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA REPUBLICANA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E A IDEIA DE PROGRESSO

A palavra história é uma palavra antiquíssima: [tão antiga que às vezes nos cansamos dela. Raramente, é verdade, chegou-se a querer riscá-la completamente do vocabulário]. Os próprios sociólogos da era durkhemiana lhe dão espaço. Mas é para relegá-la a um singelo cantinho das ciências do homem: espécie de calabouço onde, reservando à sociologia tudo lhe parece suscetível de análise racional, despejam os fatos humanos julgados ao mesmo tempo mais superficiais e mais fotuitos<sup>134</sup>.

O historiador Marc Bloch, reflete sobre o momento em que se pesquisa a educação. Sendo assim, é fundamental a sua narrativa em relação a sua importância onde se propõe a historiografia que se deve buscar no século XIX, sobre a instrução das pessoas que viviam no estado do Pará. Nesse sentido, “O ideal será que cada um chegue ao grau mais elevado compatível com as suas aptidões; quanto mais educado o povo, tanto mais próspera a Nação; quanto mais educado o indivíduo, tanto mais capaz de viver em plenitude”<sup>135</sup>. Por isso, outrora menciona que essa educação deveria ser para todos, independentemente de classe social. Para além disso, no periódico *A Estrela do Norte de 1863*, afirmou-se que “a religião é um bálsamo salutar que preserva da corrupção, não só a ciência, mas todas as manifestações da actividade humana”.<sup>136</sup> O Bispo Antônio Macedo da Costa acreditava que a religião possibilitava a instrução religiosa, e era a saída para transformar e moralizar uma sociedade, e “o elemento principal do futuro, progresso e engrandecimento”<sup>137</sup>, especificamente no estado do Pará. Assim, reflito sobre a importância no processo de aprendizagem para as sociedades mais vulneráveis e que não tinham condições de saírem das suas localidades para aprender em outras escolas esse conhecimento tão promissor que foi concluir o ensino primário e se formar em uma profissão que possibilitasse estarem inseridos em uma fábrica na sua localidade.

<sup>134</sup> BLOCH, op. cit., p. 51.

<sup>135</sup> CUNHA, Luiz Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, 1980. In: BLAUG, M. (Org.). **Economics of education**. Harmondsworth, UK: Penguin Books, 1968. v. 1, p. 51.

<sup>136</sup> COSTA, D. Antonio de Macedo. Prospecto. *A Estrela do Norte*: periódico religioso, Belém, n. 1, p. 7, terça-feira, 6 de janeiro de 1863.

<sup>137</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 7.

Danyelle Gonçalves, Elizabeth Furtado e Epitácio Macário Moura, na obra *Sociologia da Educação* entendem que:

[...] esse processo deve ocorrer ainda nos marcos da sociedade capitalista. Uma das grandes contribuições teóricas do autor reside no fato de ele ter atribuído um grau de importância às discussões da educação, entendendo-a como elemento fundamental da construção de uma nova sociabilidade. Para ele, os agentes principais das mudanças seriam os intelectuais e um dos seus instrumentos mais importantes, a escola.<sup>138</sup>

Assim, analiso que o processo educacional terá êxito se tivermos escolas estruturadas para atender a todos os alunos, independente de classe social; e mesmo sabendo que as mais excluídas são as de baixa renda, por isso, se o Estado obtiver na sua estrutura educacional um regulamento que aprove um programa onde todas as pessoas tenham a mesma oportunidade de concluírem o ensino primário e terem a oportunidade de aprender uma arte ou um ofício, certamente teremos seres mais críticos em suas sociedades.

Alan Christian de Souza Santos menciona em sua tese que “foi a presença ilustre da reinauguração da escola mantida pela oficina maçônica de nome homônimo, que havia sido transferida da Estrada do Maguari para a Avenida Ceará e se preparava também para oferecer ensino noturno aos trabalhadores”.<sup>139</sup> Nesse contexto, a educação foi transferida de um local para o outro, mas, acima de tudo, continuou formando os trabalhadores que buscavam um ofício e/ou artes.

De acordo com o jornal *A Confederação Artística*, órgão das Classes Operárias em (1888), “na oficina de marceneiro à rua Conego Siqueira Mendes de Bibiano de Barros aceitão-se meninos ou rapazes que quizerem aprende-o ofício, com os quatro ramos concernente a arte, garante-se casa, meza e luz e boa aprendizagem”<sup>140</sup>. Observa-se que havia possibilidades de aprendizagem para aqueles operários que queriam aprender um ofício, uma vez que o índice de analfabetismo era muito alto no estado do Pará. Contudo, havia uma morada para todos que quisessem aprender um ofício.

Neste caminho pelas informações de pesquisa, torna-se importante o pensamento de Mário Manacorda, que reflete sobre *O Princípio Educativo em Gramsci*, em que narra a sua história: “é a recordação de uma escola autoritária e discriminadora, que através da terrível

<sup>138</sup> GONÇALVES, Danyelle Nilin; FURTADO, Elizabeth; MOURA, Epitácio Macário. **Sociologia da Educação**. 3. ed. Fortaleza: Ed. UECE, 2019. p. 32.

<sup>139</sup> SANTOS, Alan Christian de Souza. **O Senador Militar: Poder, Sociabilidade e Escrita de Si na Trajetória Parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)**. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, f. 462. Disponível em: [https://www.pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/2020\\_09\\_SANTOS\\_Alan\\_Tese.pdf](https://www.pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/2020_09_SANTOS_Alan_Tese.pdf). Acesso em: 9 maio 2022.

<sup>140</sup> CARNEIRO; COUTINHO. Promptidão, Aceio e Perfeição. **Confederação Artística: Órgão das Classes Operárias**, Belém, n. 20, p. 2, quinta-feira, 20 de setembro de 1888. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820709&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 out. 2022.

advertência de um diretor – conhece os 84 artigos do regulamento; esmaga e assusta o rapazola que por má saúde não havia podido frequentá-la antes”. Para além disso, o autor reitera que:

Compreende-se perfeitamente que essas primeiras impressões se tenham gravado fortemente sobre o jovem, já inclinado pela infidelidade física a pensar na “impossibilidade de absoluta quase fatal” de ser amado até mesmo por seus familiares e que tenham suscitado nele um “instinto de rebelião, pois desde menino eu era contra os ricos porque não podia estudar”<sup>141</sup>.

Ou seja, muitas vezes a memória pode afetar o nosso comportamento em relação ao espaço que se poderia ter e não se teve, em virtude de uma educação que era voltada para a classe da elite e percebe-se que muitos dos aprendizados voltados para a classe baixa estava voltada especificamente a uma formação de ofício ou profissionalização.

Nesse sentido é fundamental a narrativa de José Veríssimo sobre a Educação Nacional em 1890, onde ratifica que:

[...] a História é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo, e não o governo quem em definitiva pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos – cumpre insistir – são antes seus que dos administram e dirigem. Sobrou por isso, razão a quem disse, cada povo tem o governo que merece.<sup>142</sup>

Sendo assim, o povo deveria ter voz, quanto aos seus direitos educacionais, todavia, analiso que a educação deveria ser voltada para todo o povo, mas a história nos apresenta que a maioria da sociedade estava à mercê de uma formação e reconstrução de como ser mais crítico em sua localidade, por isso, muitas vezes o povo estava interligado em relação à política nacional sobre a sua formação e profissionalização, uma vez que a maioria das pessoas eram analfabetas. “E sem impedimento da nossa centralização administrativa e política, a escola brasileira, isolada na esfera de uma pura e estreita acção de rudimentar instrução primária, não teve a mínima influência nem na formação do carácter nem no desenvolvimento do sentimento nacional”<sup>143</sup>. Pois, manter o controle do povo através da instrução era fundamental para a administração e para a política de outrora, já que a maioria que representava e legislava na assembleia legislativa fazia parte da elite, e muitas vezes mandava os seus filhos para a Europa, em busca de uma formação que possibilitasse ser diferente das oferecidas no estado do Pará.

<sup>141</sup> MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Trad. Por William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990. p. 17.

<sup>142</sup> VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Belém: T. Cardoso, 1890. p. 9.

<sup>143</sup> *Id., ibid.*, p. 17.

José Veríssimo compreende que a educação era muito fragmentada entre as regiões, por isso, percebo que de certa forma não existia um conteúdo educacional formalizado para aplicar nas escolas. Desse modo, a elite enviava os seus filhos, por exemplo, para Portugal, sendo relatado pelo autor que “Durante muito tempo os estudos iriam fazer à Europa, muito especialmente a Portugal. Lisboa e Coimbra eram os nossos capitães intellectuaes”<sup>144</sup>. Ou seja, era a saída para uma educação de qualidade, entretanto, somente as famílias de alto poder econômico poderiam desfrutar deste aprendizado. Para além disso, Veríssimo acrescenta que: “Não possuimos uma revista que leve a todos os cantos do paíz os trabalhos dos escriptores, dos seus pensadores, dos seus artistas e os estudos do paíz”<sup>145</sup>. Assim era a informação, muitas vezes não repassada para as pessoas que sabiam ler e escrever, e que muitas delas deixavam de estudar por falta de interesse de políticos que foram eleitos pelo próprio povo.

Conforme Lauro Nina Sodré, em sua mensagem dirigida em 1º de agosto de 1917 no Congresso Legislativo do Pará, enfatizava que “Não há quem aqui ignore o muito que sofreu o ensino com a crise, que levou o Thesouro a deixar por dilatados mezes e annos sem pagamento de seus já minguidos vencimentos os que exercem a nobre profissão de mestre”<sup>146</sup> ou seja, muitas vezes os mestres não recebiam os seus ordenados mensalmente e, por isso, a educação ficou à mercê de políticos que se utilizavam de seus próprios interesses, ocasionando um atraso no processo de aprendizagem. Além disso, ficou evidenciado o alto índice de analfabetismo no estado do Pará.

Neste viés, Sodré acrescenta que “Era de ver o abandono das classes pelos que se atravancavam às portas da repartição pagadora a implorar aquillo a que tinham direito como paga legal de serviços prestados no desempenho da sua missão”, uma vez que muitas vezes os mestres não recebiam os seus salários. Para além disso, acrescentava que “peor era de certo o que ocorria no interior do estado, onde devido à falta de recursos, esses funcionários procuravam em outras profissões os meios de vida”<sup>147</sup>, pois não tinham salários fixos mensais, obrigando a muitos a buscarem uma fonte de renda em outras profissões.

Em virtude dos acontecimentos ocorridos outrora, observo que Sodré resolveu essa situação, visto que “A regularidade no pagamento dos ordenados normalizou a situação,

---

<sup>144</sup> *Id., ibid.*, p. 19.

<sup>145</sup> *Id., ibid.*, p. 22.

<sup>146</sup> PARÁ. Governador (1917-1921: Lauro Sodré), *op. cit.*, p. 61.

<sup>147</sup> *Id., ibid.*.

restituindo os mestres às suas cadeiras”. Outra situação importante sanada por Lauro Sodré foi “na ocasião de verificar as faltas de que se ressentem as nossas escolas, cujo mobiliário já está sendo convenientemente preparado até que em grande parte seja substituído, como é necessário”<sup>148</sup>, ou seja, a educação começaria a se modificar com essa nova gestão, preocupada com uma educação que pudesse ter o mínimo de conforto e a responsabilidade para com os seus professores e alunos.

Neste viés, é importante a tese de Alan Christian Santos, *O Senador Militar: Poder, Sociabilidade e Escrita de Si na Trajetória Parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*, na qual o autor menciona que:

Na edição da Revista do Grêmio Paraense, Lauro Sodré colaborou na seção “Estado do Pará”, voltada a informar o grau de desenvolvimento do estado em relação à educação, indústria, imprensa, literatura e navegação, tomados por setores estratégicos para a formulação de impressões positivadas a respeito da região.<sup>149</sup>

Ou seja, que a educação era uma prioridade por parte do então senador Lauro Nina Sodré, que por algumas vezes foi governador do estado do Pará, além do mais, contribuiu na formação de muitos trabalhadores, e criou muitas escolas noturnas no Estado do Pará.

Neste contexto, é fundamental a narrativa de Luís Antônio Cunha, ao mencionar que “a escola é a instituição onde se reúnem pessoas definidas como imaturas e especialistas em educação que desenvolvem as atividades previstas por um currículo pré-existente, sujeitas àquelas à avaliação e sanção por esses especialistas”<sup>150</sup>, onde observo que o ensino excluía a maioria da sociedade, uma vez que os critérios que existiam serviam para alguns e outros não participavam dessa construção de um currículo voltado para todos em uma determinada sociedade.

Nesse sentido analiso a importância de se refletir sobre esse processo dentro das escolas uma vez que Luís Antônio Cunha corrobora que nesta investida:

[...] foi na sociedade capitalista que se concebeu uma nova função para a escola: a de reclassificar as pessoas oriundas das diferentes classes sociais conforme suas motivações e potencialidades inatas. Entretanto, elaborada essa concepção nova de escola, e mesmo tendo ela passado a integrar a ideologia oficial, os sistemas escolares não estavam, sempre, organizados da mesma forma conforme esse alvo. Também não foram sempre suficientemente extensos de modo a escolarizar toda a população.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 62.

<sup>149</sup> SANTOS, A., *op. cit.*, f. 462.

<sup>150</sup> CUNHA, 1980, *op. cit.*, p. 113.

<sup>151</sup> *Id.*, *ibid.*

Na verdade, analiso que não queriam que muitos alunos de classe baixa fizessem parte desse processo de ensinamentos, uma vez que possibilitaria uma formação mais crítica em sua sociedade. Por isso, o controle nessas formações era fundamental para o Estado. Para além disso, “no início das sociedades capitalistas até o seu amadurecimento no século XIX, os sistemas escolares excluía praticamente todos os trabalhadores”.<sup>152</sup>

Neste sentido, reflete-se sobre a importância dos jornais em colocar as informações para a sociedade letrada, pois sabemos que a maioria das pessoas eram analfabetas, contudo, este meio de comunicação evidencia muitas preocupações em relação à educação e instrução. Para além disso, é importante também citar os Interesses Protetores da Infância, visto que só é divulgado a partir de 1896 a 1900, ou seja, muitas dessas crianças desvalidas estavam à mercê da sociedade. Para tanto, vimos o governador Lauro Nina Sodré apresentando em seu programa de governo que construiria escolas públicas e filantrópicas para minimizar o analfabetismo em sua localidade provincial.

A educação nas províncias não foi hegemônica, pois o conhecimento distribuído sofreu transformações no decorrer do tempo. Neste aspecto, cabe a narrativa de Horn e Germinari, em que a educação tem “o conhecimento altamente estratificado denota uma clara distinção entre o que é tomado como conhecimento e o que não é. Tal hierarquização pode ser observada na rígida hierarquia existente entre professores e alunos”<sup>153</sup>, uma vez que em sala de aula apenas o professor poderia falar e o aluno só escrevia e escutava. Além disso, o conteúdo apresentado estava conforme o controle e autonomia de cada província em todo o Brasil.

O século XIX mostrou que deveria mudar o analfabetismo no estado do Pará, por isso seria fundamental que houvesse projetos que possibilitassem um ensinamento que contribuísse para com todos. Nesse sentido, é fundamental o que Mário Cortella nos ensina, pois “é a concepção sobre o conhecimento dentro da sala de aula, no mais das vezes, o conhecimento é entendido como algo acabado, pronto, encerrado em si, sem conexão com sua produção histórica”<sup>154</sup>. Ou seja, analiso que geralmente os mais pobres foram excluídos até em sala de aula de contribuírem com os seus conhecimentos, além disso, a maioria dos sujeitos das camadas subalternas não tinham oportunidades de se formar em graus superiores, pois o que se percebe é que já existia um caminho de ofício e/ou profissionalização para determinada classe social no estado do Pará.

---

<sup>152</sup> *Id., ibid.*

<sup>153</sup> HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysy Dongley. **O Ensino de História e seu Currículo: teoria e método**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 17.

<sup>154</sup> CORTELLA, *op. cit.*, 2004, p. 101.

Nesse caminho que a pesquisa segue analisando documentos que podem trazer à baila, contribuições que possam visibilizar os sujeitos esquecidos da sua sociedade, pois muitas historiografias até aqui refletidas comprovam as diferenças sociais e culturais no estado do Pará.

Neste viés de análise, reflete-se sobre a importância de se voltar às informações sobre ao século XIX, com relação ao período monárquico, uma vez que Camila Kochiba enfatiza que “Politicamente, o reinado de D. Pedro II, que se estendeu por longos 48 anos (1841-1889), terminara, encerrando uma forma de governo que há muito havia deixado de ser praticada abertamente no Ocidente, considerada – para dizer o mínimo – obsoleta”<sup>155</sup>. Neste sentido, evidenciavam-se muitas manifestações por parte do povo e pela imprensa, pois divulgavam notícias que queriam mudar esse governo, “como um passo decisivo em direção à necessária e acalentada modernização do país”.<sup>156</sup> pois “a esmagadora maioria da população brasileira era analfabeta e considerada mal qualificada para qualquer trabalho além do meramente agrícola ou artesanal”<sup>157</sup>.

Na verdade, o que analiso no século XIX e XX, era que o índice de analfabetos era muito grande, todavia, em São Paulo a tecnologia foi tomando parte de um desenvolvimento que minimizaria por meio da eletricidade, pois “um novo padrão tecnológico se instala as primeiras reações mesclarem desconfiança e deslumbramento: os animais que puxavam os bondes foram substituídos pela tração elétrica e a forma de energia luminosa e misteriosa”<sup>158</sup>, por isso, desde se preocuparem com um programa que suprisse uma formação adequada para os mais pobres, investiram em um progresso tecnológico, em que muitas vezes “os atropelamentos e as indenizações pagas pela *Light* às vítimas<sup>159</sup>, ocasionados pelos bondes que passavam em velocidade de 40 quilômetros por hora.

O mais importante seria a mudança de uma tecnologia que superasse os animais que puxavam os bondes, para uma tecnologia mais rápida, porém, muitos foram os acidentes ocorridos em São Paulo, no entanto, “o sujeito atropelado por um bonde é considerado um ‘felizardo’, pois a indenização paga pela empresa fê-lo ascender socialmente (!), algo que não estava muito longe da realidade, ao se fazer um exame mais detalhado”<sup>160</sup>. Todavia, quanto à educação, foram raras as investidas que pudessem minimizar o índice de analfabetismo em todo

---

<sup>155</sup> KOCHIBA, Camila. **Os Periódicos da República**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006, p. 3.

<sup>156</sup> KOCHIBA, *op. cit.*, p. 3.

<sup>157</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 3.

<sup>158</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 18.

<sup>159</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>160</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 19.



o Brasil, pois era alarmante crianças desvalidas, adolescentes e jovens que não tinham sequer concluído o ensino primário.

Nesse sentido, cabe citar o periódico *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, de 3 de maio de 1900, onde enfatizava que:

[...] é o órgão de instrução publica no Estado do Pará. Vem preencher uma lacuna, realizar um progresso, n'esse departamento de administração, um dos mais importantes, se não for o que mais releva na actual phase da vida institucional do paiz. Fazer o mestre, tendo em vista o discipulo, é, por um lado dos mais sérios do problema, fazer o cidadão. Este ultimo desiteratum é todo um programma de governo republicano, não a tarefa única dos poderes políticos, convergentemente empenhados n'esse nobre tentamen de ducação civica, mas a missão de uma epocha, sciente e consciente das necessidades superiores que a assignalam.”<sup>161</sup>

Era necessário que se priorizasse a educação, pois o índice de analfabetismo era muito alto no estado do Pará, uma vez que não se priorizava o ensino, por isso este periódico nos mostra a importância de uma época que tenha e valorize o sujeito quanto ao direito à sua educação, para se tornar, de fato, um cidadão em sua sociedade.

Hamilton Santos, em *O Espaço do Cidadão*, compreende que o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais.<sup>162</sup> O que o geógrafo Hamilton Santos nos apresenta sobre ser um cidadão é que, pelo fato de ter nascido, e independente de classe social, todos os sujeitos de uma determinada sociedade precisam ser amparados pelo Estado quanto aos seus direitos, onde é inalienável esse direito para, de fato, ser um cidadão brasileiro. Para além disso, “o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados”. Portanto, compreendo que, dependendo da forma de governo, pode existir um cidadão brasileiro, onde tenha todos os seus direitos como cidadão, sobretudo para uma educação de qualidade.

Evidentemente, que nesse caminho se torna relevante informar que em 3 de maio de 1900, a *Revista A Escola*, fundada pelo diretor geral da Instrução enfatiza a importância de o professor ensinar o aluno, por isso, “o ilustre dr. Virgílio Cardoso, digno sucessor do pranteado e inolvidável administrador dr. Américo Santa Rosa tem a esse respeito o seu lemma, na tarefa grandiosa que lhe pertence levar avante – é preciso partir do mestre para o discípulo”<sup>163</sup>. Para tanto, é importante que se tenha bons professores para ensinarem os alunos em suas matérias. Assim sendo, “cabe ao

<sup>161</sup> OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.

<sup>162</sup> SANTOS, Hamilton. *O Espaço do Cidadão: o cidadão polido*. São Paulo: EDUSP, 1926-2001. p. 2.

<sup>163</sup> *Id., ibid.*, p. 4.

professor, segundo os modelos, multiplicá-los, adaptando-os às necessidades das classes que elle dirige”<sup>164</sup>. A importância de ter um professor em sala de aula com o intuito de sempre pensar em seus conteúdos para a formação do seu aluno, em torná-lo mais crítico em sua sociedade, certamente é o caminho para uma educação de qualidade. Todavia, a revista *A Escola* enfatiza que:

Um povo sem luz é um povo sem vida; um machinismo que se desdobra inconsciente de si e do mundo exterior, movido apenas pelas necessidades materiaes, sem ambições, sem energias, sem incentivos, indispensáveis ao progredimento da vida social. Isto, sob a República, é um perigo para ella e para o proprio povo. Já na sessão de 15 de setembro de 1892, do Senado Federal, a grande mentalidade de Manoel Victorino Pereira, combatendo a extinção do Pedagogium do Rio, dizia em feliz inspiração; **voto, sr. Presidente, contra as supressões orçamentárias em materia de instrucção.** A República tem o dever imperioso, iniludível, inadiável, de desenvolver, de aperfeiçoar e difundir a instrucção no paíz.<sup>165</sup>

A República representou uma esperança com relação à educação e na formação dos professores, e na própria estrutura dos colégios, pois analisou que era a saída para uma formação mais adequada. Portanto, essa nova forma de governo, mesmo com um índice muito alto de analfabetismo, viu-se a implantar um programa que possibilitasse a melhoria a educação e a forma de vida das pessoas mais pobres da sua sociedade. Contudo, era um trabalho árduo em relação a um planejamento que voltasse a atenção diretamente para criar um programa e um currículo que minimizasse o analfabetismo no Brasil.

Cabe a análise de Maria Chaves de Mello sobre a República Consentida, pois foram muitas as manifestações dos movimentos sociais, uma vez que tudo “que ocorria na década foi feito na centralidade da Corte durante o Império. O que nela acontecia repercutia no país e quem quisesse publicidade, prestígio ou posição política, social, literária devia frequentá-la”.<sup>166</sup>

Na verdade, o Império queria que se aliassem todos que eram oposição, contudo, a historiadora chama atenção em Silva Jardim, quando o governo monarquista “percebia com clareza que, para uma revolução republicana ter êxito, devia se dar no Rio de Janeiro. Ou seja, chamar atenção da coroa, pois muitas das ações realizadas “no interior do país abortaram todas. Por isso o fundamental seria que fosse realizada no Rio de Janeiro para se ter maior impacto quanto às manifestações dos movimentos sociais. Para além disso, “a possibilidade de abarcar a vida nacional num só golpe de vista! Poder conversar durante

<sup>164</sup> *Id., ibid.*, p. 5.

<sup>165</sup> OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: a escola. *A Escola*: Revista Oficial de Ensino, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.

<sup>166</sup> MELLO, 2007, p. 55.

a manhã com um amigo do Rio Grande do Sul e jantar à tarde com outro do Pará'.<sup>167</sup> Ou seja, era a forma ideal de manifestação, para a busca dos seus direitos, principalmente para uma educação de qualidade, que possibilitasse um processo de aprendizagem para os mais pobres do país.

Portanto, no primeiro capítulo vêm sendo apresentados documentos em relação à forma de governo apresentada pela República, com o intuito de comprovar, através da Constituição de 1891, que o ensino religioso de obrigatório, passou-se a ser facultativo no ensino primário do Estado do Pará, assim sendo, criaram-se conflitos entre o Estado e a Igreja, contudo, a educação passou por períodos que muitas vezes o professor tinha que ensinar em sua casa, para os alunos do ensino primário<sup>168</sup>. Nesse sentido, mostraram-se no primeiro capítulo que teria que criar um programa que suprisse a necessidade dos mais pobres no Estado do Pará. A entrada da República, possibilitaria uma sensível melhoria na educação para a sociedade mais pobre, e teriam mais oportunidades de formação, por meio do programa apresentado pelo governador Lauro Nina Sodré no Estado do Pará.

Os alunos que quisessem ter uma profissionalização, precisariam terminar o ensino primário e depois escolheriam os ofícios, como marceneiros, alfaiates, ferreiros, tipógrafos, enfim, de ter uma formação específica que duraria mais dois anos após a conclusão do ensino primário. Assim os colocariam em atividades práticas dentro das fábricas, e os conhecimentos e atividades adquiridos poderiam ser utilizados em seu cotidiano profissional. Para além disso, o conhecimento adquirido em formação tornaria possível que esses trabalhadores, jovens e adultos, atuassem e tivessem um emprego fixo na indústria do estado do Pará.

Considero importante enfatizar que a partir dos documentos de revistas, de jornais, de leis do governador, além dos referenciais de livros, foi possível que se investigasse e se entendesse sobre o processo de criação, propostas curriculares, argumentações políticas e sobre a identificação de alguns professores e alunos no período da República. Assim sendo, cito Sodré, que enfatiza que “os séculos perpassam velozes. Haviam sido constituídas as sínteses parciais. O saber positivo caminhava sempre. Tornar positivo o espírito humano foi sempre o resultado da luta em que se resolve a história”.<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> *Id., Ibid.*, p. 57.

<sup>168</sup> BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891. *In: Coleção de leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1, 1891.

<sup>169</sup> SODRÉ, 1896, *op. cit.*, p. 40.

De acordo com Lauro Sodré, era necessário que em 1891 procurasse mostrar as benesses políticas naquele momento, por isso em sua mensagem, compreendera que:

Somos um grande Estado, que hoje, na posse de sua autonomia e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgado de si uns grandíssimos horizontes, e desenhada a perspectiva de um futuro de propriedades imensas. [...] Consigamos nós moralmente subir às eminências do nível das criações da natureza, saibamos proficuamente utilizar as nossas forças, e é certo que podemos rever para o Estado do Pará em um futuro não remoto, uma situação das mais prósperas e das mais felizes. Para encetar essa vida nova não devem saltar nos infundados receios de que possam periclitir as instituições políticas vigentes. [...] A lei da persistência faz que ainda, sob a República, subsistam como triste legado do cahido regimen, vícios e abusos, que só o evolver dos tempos conseguirá eliminar. Tenhamos, porém, fé nas instituições vigentes, a cuja sombra se vão educando as novas gerações.<sup>170</sup>

A mensagem do governador ressalta que o fundamental do período era a mudança de regime, pois seria a única saída de mudança para uma vida nova. Por isso, é importante que se analise a formação dos trabalhadores jovens e adultos, como fundamental para a melhoria do estado do Pará, uma vez que a mão de obra qualificada era importante para os grandes proprietários de fábricas, além disso, muitos desses proprietários eram sócios efetivos da Sociedade Propagadora de Ensino, que contribuíram mensalmente com mil réis para a criação do Lyceu Benjamin Constant, e que os nomes dos mesmos eram colocados diariamente no Jornal A Província do Pará.

Contudo, não se deixa de refletir sobre a possibilidade de muitos outros estudos voltados a este primeiro capítulo, pois acredita-se que esses alunos que concluíram o ensino primário e se formaram com habilitação em uma profissão contribuíram para uma mão de obra qualificada nas indústrias do estado do Pará. Entretanto, analiso, a priori, que a própria instituição formadora desses alunos não queria que eles tivessem uma formação crítica para o ônus do governo. Ademais, ficou comprovado, através dos documentos, que em todos os anos a disputa por essa vaga nessas instituições educacionais era muito concorrida, pois a mão de obra contribuiria para a economia no estado do Pará.

---

<sup>170</sup> PARÁ. Governador (1891-1897: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1891.** Belém: Typ. do Diário Official, 1891. p. 12-13.

## CAPÍTULO II - O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARÁ E AS TRANSFORMAÇÕES REPUBLICANAS

A larga política, traçada pelo grande paraense, acha-se naturalmente inspirada nos três princípios altruísticos de Michelet: - A educação, a educação, sempre a educação. E compreendendo, basta a força, mas para a civilização é mister a sabedoria, procurou evangelizar a instrução.<sup>171</sup>

O Brasil tinha um grande índice de analfabetos, e especificamente no caso do Estado do Pará, não havia escolas, além da falta de professores e muitas vezes os professores tinham que ministrar aulas em suas próprias casas. Assim, é importante a concepção de Maria Chaves de Mello, ao corroborar esta afirmação.

[...] já no final do ano de 1888, o retorno do herói da Revolta do Vintém, Lopes Trovão, foi saudado. A abolição retomara um lugar de progresso histórico: assentado o Estado liberal brasileiro – nas suas vertentes política e social –, estava desfeito o nó que acorrentava o país do passado. Colocava-se, agora, a pátria na estrada do século, cujas setas apontavam na direção da civilização e do progresso. Talvez estivesse subentendido que, sob outra direção, a revolução – ou seja, a República – se purgaria de “excentricidades”, fazendo-se nacional”, o que se analisa que não teria outro caminho a entrada da República, pois esta revista nos mostra que “após a queda do gabinete João Alfredo, a revista assumia a interpretação do percurso que da Abolição leva a República, entendia ela também, que se completava um ciclo: “restava a coroação [a república] de conquistas do progresso [independência e abolição]. Vale ressaltar o mesmo articulista que vira na abolição o casamento da Monarquia com o povo era o que, agora, como Luiz Delfino e os republicanos, entendia a Proclamação da República como o fecho exitoso de um caminho, o da democratização do país.<sup>172</sup>

De acordo com Maria Chaves Mello, a queda da monarquia era certa, pois as manifestações nas ruas defendiam os direitos através dos movimentos sociais e, diante dos acontecimentos, muitos que apoiavam queriam a queda da Monarquia. Portanto, corroboro que com a entrada da República surgira a esperança de uma educação que pudesse suprir as necessidades dos mais abastados da sociedade, por isso acreditava-se que os analfabetos poderiam sonhar em ter pelo menos um ensino primário podendo optar por uma formação que os inserissem nas fábricas e outras atividades de trabalho no estado do Pará.

Neste sentido, Manoel de Jesus de Siqueira Mendes, 1º vice-presidente da Província do Pará, menciona que a Assembleia Legislativa provincial decidiu e ele sancionou a divisão de dois ramos: o ensino primário da província, em ensino primário inferior e ensino primário superior. Assim sendo, é importante apresentar o Quadro 9.

<sup>171</sup> CAMPBELL, A. & Cia. Edição Especial. **O Pimpão**, Belém, falta o n., p. 4, 15 de agosto de 1891.

<sup>172</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 132.

Quadro 9 - Currículo do Primeiro ano do Ensino Primário Inferior.<sup>173</sup>

Leitura
Escrita
As quatro operações sobre números inteiros e fracionários
Noções práticas do sistema métrico de pesos e medidas
Noções de gramática portuguesa
Moral Civil
Religiosa

Fonte: Revista HISTEDBR, documentos, outubro de 2011.

Havia alguns critérios para implantar uma escola em determinado local na então Província do Pará, referidos no Art. 2º. Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870:

[...] Art. 2º. Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870. Em cada paróquia da província deveria haver uma escola de ensino primário inferior para o sexo masculino. Ademais, no art. 4º, se definia que nas vilas e freguesias onde a frequência for inferior a 60 alunos serão as escolas de ensino primário inferior regidas pelos párocos ou pessoas idôneas, vencendo unicamente uma gratificação de 500\$000”,<sup>174</sup>

Na verdade, tinha uma certa análise em relação ao quantitativo de alunos, pois se não tivesse mais de 60 alunos, os responsáveis seriam os padres e pessoas idôneas, entretanto, não tinham conhecimentos adequados para passarem os conteúdos exigidos para o processo de aprendizagem para os alunos que iriam às escolas. Além disso, analisara no “Art. 3º. O ensino primário inferior será obrigatório”.<sup>175</sup>

No Quadro 10 encontram-se os componentes do ensino primário superior.

Quadro 10 - Sobre as matérias.<sup>176</sup>

Gramática Portuguesa
Física e Naturais
Elementos de Aritmética e de Geometria
Geografia
História
Noções Rudimentares de Ciências

<sup>173</sup> Revista HISTEDBR, documentos, outubro de 2011, p. 286-332.

<sup>174</sup> *Id.*, *ibid.*, 2011, p. 30.

<sup>175</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>176</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 286-332.

Fonte: Revista HISTEDBR, documentos, outubro de 2011.

Também no ensino superior foi estabelecido pelos governantes que todo professor “que apresentar plenamente aprovado um número superior a 15 meninos, receberá uma gratificação por cada cinco, que excederem daquele número”<sup>177</sup>. Ou seja, havia até uma premiação para os professores aprovarem até cinco alunos, entretanto, não comprovam se, de fato, por meio dos conteúdos e avaliações esses alunos tinham boas médias para alcançarem a nota mínima exigida. Ou seja, grande parte dos alunos que passavam, muitas vezes não eram avaliados por adquirir uma instrução, mas dependendo de cada professor por suas avaliações subjetivas e objetivas.

Conforme a Revista Histedbr, fica claro que definia a existência de uma escola para o sexo feminino em cada uma das paróquias da capital e das cidades do interior, e nas vilas e paróquias do interior, onde a frequência ordinária de meninas for superior a vinte. Neste sentido, é fundamental também apresentar o Quadro 11, que diz respeito a esse processo de aprendizagem com relação às meninas e as matrizes curriculares que iriam ser ofertadas na escola ou paróquia:

Quadro 11 - Processo de Aprendizagem.<sup>178</sup>

Leitura
Escrita
As quatro operações sobre números inteiros
Gramática portuguesa
Moral Civil
Religiosa
Costura

Fonte: Revista HISTEDBR, documentos, outubro de 2011. p. 286-332.

A respeito das meninas, além da matéria de religião, elas tinham que aprender a matéria de costura, já que naquela sociedade era um ensinamento prático necessário para colocar em prática este uso em casa, mas que também poderia se voltar ao mercado de trabalho remunerado.

O livro *Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará*, (1972) ratifica que “no Brasil até pouco mais da segunda metade do século XIX, não tinha saído do seu estado embrionário, pois raras eram as escolas dessa categoria”<sup>179</sup>. Ou seja, analiso que não se tinha por parte dos representantes políticos um programa que minimizasse o grande índice de analfabetismo no Estado do Pará. Para além disso, enfatiza ainda que “Segundo informações

<sup>177</sup> *Id., ibid.*

<sup>178</sup> Revista HISTEDBR, documentos, outubro de 2011. p. 286-332.

<sup>179</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 7.

do Dr. José Liberato Barroso no seu livro *A Instrução Pública No Brasil*, publicado em 1867, referindo-se ao ensino normal no país, dizia: ‘é incontestável, que a insuficiência de professores constitui um defeito, de que se ressentia a nossa instrução primária; entretanto, pode-se também afirmar que também não temos ensino normal’<sup>180</sup>. A instrução só será minimizada conforme o tempo decorrido no final da Monarquia, uma vez que, com a nova forma de governo, possibilitaria uma educação propícia para os mais humildes no estado do Pará.

A instrução também foi construída a partir das ideologias dos representantes parlamentares, no período monárquico, estavam na Assembleia Provincial. A criação de currículo voltado a uma instrução que beneficiasse pessoas das camadas subalternas da sociedade estava bastante direcionada à necessidade de ter um conhecimento capaz de suprir a sua importância de aprendizagem, no entanto, havia uma questão de cultura política do Império brasileiro, onde menciona que:

[...] aquela se construiu nas diversas facetas de um conjunto de estratégias para garantir a hegemonia de um grupo político conhecido como “saquarema”. Dentre estas estratégias, um sistema de instrução pública tendo como dispositivo propostas e práticas de escolarização não limitadas à transmissão de habilidades instrumentais do **ler, escrever e contar**, mas que incorporou, também, questões mais profundas, como a formação da Nação, objetivando delimitar categorias sociais, e, ao mesmo tempo, possibilitar a integração de desiguais num todo.<sup>181</sup>

Assim sendo, analiso que a instrução pública no século XIX foi voltada ao controle entre as classes sociais, pois ler, escrever e contar não eram para todos, e mesmo que fosse, esse processo não contribuía para a formação de um ser mais crítico.

Em virtude da falta de um projeto que suprisse a necessidade de educação e/ou instrução, enfatizo a interpretação de Daniele Moura. em sua tese *A Imprensa Periódica a Serviço da República Paraense (1886-1898)*, na qual conceitua que:

[...] a violência e a criminalidade, passaram a ter notas diárias nos periódicos paraenses. Apesar de neste momento não ter imagens dramáticas, com artigos geralmente pequenos, mas com textos bem detalhistas e espalhados nas três páginas dos jornais com títulos diretos e objetivos como “monstruosidade”, “morte horrível”, “uma família assassinada”, “pancadaria”, “ferimento”, “facada”, “gatuno”, “furto de galinhas”. Enfim, crimes diversos desde furto, roubo, agressões físicas até homicídio. Tanta violência e criminalidade, gerada por vários fatores, dentre eles, pelas desigualdades sociais e bem como pela falta de educação e instrução da maioria da sociedade, assuntos presentes nos jornais e nos discursos políticos.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>181</sup> SOUSA, Ione Celeste J. de. **Escolas ao Povo: ingênuos, presos e trabalhadores na escolarização baiana 1870 – 1890**. Feira de Santana: Ed. UEFS, 2019. p. 244.

<sup>182</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 59.



Nesta perspectiva, fica evidente que a educação é fundamental para que não ocorra esse tipo de comportamento entre aqueles que tinham pouca instrução, por isso, a saída estava em criar escolas, ter professores, dar oportunidades aos mais pobres e, acima de tudo, não restringir a poucos o conhecimento educacional que podia mudar especificamente o ser humano como um todo e mudar o mundo.

Diante desta investida, nesse momento é importante o periódico *A República*, de 1886, onde compreende que:

A República – é esse jovem gladiador, que ora de offerece na arena das lutas pela razão, cheio de vida, prene de esperança, não pela regeneração do presente, já corrompido pela nojenta lepra da indignidade, mas pelo desabrochar de uma nova geração porvir, alimentada desde o, berço com as sans doutrinas da igualdade e fraternidade. Convém, pois, antes de tudo, predispor o solo, para a certa germinação das sementes e brilhantes colheitas, no futuro. Esse terreno é a intelligencia humana, e essas sementes, as doutrinas republicanas. Umas das faces, portanto, porque devem ser estudadas as divisas que ostenta a bandeira progressista, é a – instrução ao povo. Não há ente racional algum que não aspire o seu bem, que não almeje a sua perfeição. E a instrução é o caminho mais recto e seguro para a aquisição d’este desideratum.<sup>183</sup>

É importante o entendimento de Bazílio e Kramer em *Infância, Educação e Direitos Humanos*, onde ressaltam que “as crianças [...] sentem-se irresistivelmente atraídas pelos destroços que surgem da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro”.<sup>184</sup> Desse modo, reflito que as crianças reconhecem o mundo que estão inseridas, contudo, perdem o momento da sua infância como criança quando são inseridas prematuramente no mercado de trabalho. Além disso, os autores compreendem que “a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social e que as ideias de Vygotsky e Walon e o debate com Piaget mostram este avanço e revolucionam os estudos da infância”.<sup>185</sup> Neste raciocínio, o século XIX apresenta uma instrução para as crianças nas suas faixas etárias, pois o currículo nos mostra uma formação voltada ao ofício e/ou profissionalização, para essas crianças estarem inseridas nas fábricas em Belém do Pará.

O processo quanto à educação era árduo, uma vez que as possibilidades estavam voltadas para as crianças órfãs, sendo a maioria analfabeta, não tendo sequer a esperança de uma formação no ensino primário. Assim, entendo que o século XIX, mesmo com muitos problemas na educação, trouxe uma esperança a partir da implantação da República, pois,

<sup>183</sup> CARVALHO, José Paes de. A Nossa Instrução. *A República*: Órgão do Partido Republicano, Belém, v. 1, n. 1, p. 3, de 11 de setembro de 1886.

<sup>184</sup> BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 95.

<sup>185</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 96.

segundo José Veríssimo, traria uma educação voltada para todas as classes sociais, especificamente no estado do Pará.

É importante o entendimento de Cunha, ao afirmar que “a incorporação das massas imigrantes na cultura urbana se fez praticamente sem a participação da escola. As formas de ajustamento foram variadas”,<sup>186</sup> por isso, muitos trabalhadores analfabetos foram aprendendo a operar as máquinas dentro das fábricas. Nesse sentido, acrescenta o historiador que “trabalhadores analfabetos (ou quase) passaram a ser treinados nas próprias oficinas para operarem máquinas modernas e sofisticadas,<sup>187</sup> pois estariam inseridos nas fábricas.

Neste caminho de formação, pensar a escola no século XIX é refletir sobre a sua importância na formação dos mais pobres, por isso, fundamenta-se na legislação de 1988, quando o próprio historiador Luiz Antônio Cunha compreende que:

[...] a educação vem mencionada como um dos direitos sociais, ao lado da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção a maternidade e à infância, da assistência aos desamparados (art. 6), que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação... e sua qualificação para o trabalho (art. 205).<sup>188</sup>

Mesmo com a mudança de regime político, a instrução foi ganhando forma a partir de legislações que forçaram os políticos a criarem leis que contribuíssem de certa forma para os mais pobres das camadas subalternas da sociedade.

Assim, no limiar da República, o primeiro governador constitucional Lauro Sodré, em seu mandato de 1891 a 1897, menciona, em sua segunda reunião, que foi em 1º de julho de 1892 que:

[...] nós passamos da mocharquia para a República; nós tivemos que vencer de um salto a grande distância que vai de um regimen de centralização exagerada e ferrenha, em que as províncias eram umas satrapias, para uma larga federação em que os Estados devem constituir-se e viver vida autonoma, nós abandonamos de subito as práticas do parlamentarismo, que com todos os seus vicios e senões regentou-se durante o período de vida que tínhamos vivido como nação, para afazer-nos os novos moldes do regimen presidencial sabiamente adoptado pela constituição da República.<sup>189</sup>

<sup>186</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói: Ed. UFF; Brasília, DF: FLASCO Brasil, 1991, p. 32. (Coleção Biblioteca de Educação. Série 1. Escola, v. 17).

<sup>187</sup> CUNHA, 1991, *op. cit.*, p. 32.

<sup>188</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 444-445.

<sup>189</sup> PARÁ. Governador (1891-1897: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1892**. Belém: Typ. do Diário Official, 1892, p. 7.

Por isso, acredito que essa mudança de regime político possibilitou uma nova forma de pensar a educação no estado do Pará, uma vez que o índice de analfabetos era muito alto, e a com a abertura de fábricas e atividades comerciais a preparação de trabalhadores parecia ser uma demanda importante para a mão de obra no Pará.

Nesse sentido, torna-se importante compreender Lauro Sodré, ao defender que: “por mais complicado e por mais urgente que seja esse problema, a sua solução racional não é o Estado nem da lei que há de vir, em que pese aos socialistas de todos os matizes.”<sup>190</sup> Desse modo, analiso que a instrução seria a solução aos mais pobres, por isso, com o advento da República, houve investidas que eram justificadas como caminhos para a instrução de qualidade. O Governador Lauro Sodré investiu em implantar escolas noturnas. Portanto, no *Diário de Notícias*, em fevereiro de 1890, menciona que “uma das faces, portanto, por que devem ser estudadas as divisas que ostenta a bandeira progressista, é a instrução ao povo”<sup>191</sup>. Têm que garantir oportunidades aos mais pobres, pois possibilitaria minimizar o analfabetismo provincial.

Nesta investida, torna-se importante analisar que no século XIX, especificamente em seu final, a imprensa era a grande responsável por repassar informações a toda a sociedade, mesmo sabendo que a maioria era analfabeta. Todavia, cabe o entendimento de Daniele Moura, de que “era necessário transformar a sociedade, garantindo-lhe uma base pautada principalmente na educação e na instrução. [...], haja vista que a leitura e o acesso a outros impressos não eram acessíveis para todos”.<sup>192</sup> Ou seja, reflito que era muito alto o analfabetismo em todo o Brasil, uma vez que as províncias tinham as suas próprias autonomias de implantar o seu projeto educacional em suas localidades provinciais.

Nesta perspectiva, Daniele Moura corrobora o fato de que era necessário ter uma instrução, pois possibilitaria em sua sociedade ter bons hábitos, assim sendo, destaca:

Ao ler os jornais do final do século XIX se percebe que a sociedade está passando por mudanças em diversos níveis seja político, econômico, social e cultural. Um dos temas que chamam a atenção são questões que tratam sobre a moral, os bons costumes, padrões que a sociedade deve punir e/ou seguir, como a matéria citada anteriormente. Enfim, assuntos que passam pelas temáticas Educação e Instrução.<sup>193</sup>

<sup>190</sup> PARÁ. Governador (1891-1897: Lauro Sodré), *op. cit.*, p. 28.

<sup>191</sup> MELLO, J. Lucio A. Aulas do lyceu. *Diário de Notícias*, Belém, v. 11, p. 2, em 7 de fevereiro de 1890.

<sup>192</sup> MOURA, 2021, *op. cit.*, p. 62.

<sup>193</sup> Id., *ibid.*, p. 63. O fim da **educação** é desenvolver as faculdades moraes, enquanto a **instrução** visa a enriquecer as faculdades intellectivas. Não obstante, instrução e educação se aliam e confundem na pratica frequentemente; todavia, é importante estremal-as. Fazem-se mister princípios para a formação dos costumes. Ora, só mediante a intelligência os princípios se estabelecem. Concorre, pois, a instrução para a educação, tanto como a educação para a instrução, com o auxílio dos seus hábitos de ordem e regular trabalho. É compatível instruir sem educar; mas já o não é formar o coração sem ao mesmo tempo desenvolver o espírito.

Neste raciocínio, mais uma vez, analiso de como é importante um povo ter uma educação e/ou instrução em determinada sociedade, pois, possibilitaria terem bons costumes, além de estarem inseridos nas fábricas em suas próprias localidades, e acima de tudo, tornarem seres humanos capazes de contribuir para um mundo melhor e mais acessível para todos, e independentemente de classe social. Para além disso a historiadora acrescenta que “ter este texto ‘A Instrução e a Imprensa’, sido escrito por Veríssimo, visto que esta personalidade paraense congrega na sua vida pessoal e profissional o envolvimento direto nestes dois campos”.<sup>194</sup> Por isso, a importância nesse tema educação, pois o povo necessitava de professores que ensinassem matérias que contribuíssem para terminarem o ensino primário e terem uma formação profissional no Estado do Pará. Todavia, cabe aqui que “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”,<sup>195</sup> assim era em nossa localidade provincial.

## 2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ: OS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA E O ALVORECER REPUBLICANO

O assumpto que aparentemente parece ocupar um lugar importante entre as ideias dos nossos homens de Estado, e no pensamento da sociedade actual, mas que real e infelizmente não passa dos clássicos domínios do palavreiro, é a instrução e a educação das nossas mais bellas esperanças: Infância e Mocidade! Dizemos aparentemente, porque na realidade o é, e aquella proposição é tão evidente, está tão as claras, que bastará o mais superficial exame, sobre a matéria em questão, para mostrar ao crítico menos exigente o que entre nós pomposamente se chama: “instrução popular”, e o que, por uma arrojadíssima figura, se diz: derramar a luz nas camadas sociaes!<sup>196</sup>

Ao final da Monarquia no Pará havia um grande índice de analfabetismo, por isso a importância em analisar o processo educacional, pois com a mudança de regime político e

---

Cf. CAMPAGNE, E. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Porto: E. Chardon; Casa Ed. Lugan & Genelioux, sucessores, 1873. p.789).

<sup>194</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 64.

<sup>195</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: teatro de sombras. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008, p. 64.

<sup>196</sup> A Revista Familiar que Offertamos às Excm. Senhoras vem preencher uma lacuna cuja falta muito ressentia-se entre nós; não porque deixe de existir inúmeros jornaes, aliás muito bem escriptos; mas porque nenhum dedica-se especialmente ao que é de interesse em geral. Para as senhoras escrevemos esta revista, o seu programa é reunir o útil ao agradável, procurando nos limites de nossas forças tratar todas as questões de Educação, instrução, sciencias, literatura, indústria e comércio, do modo mais a menor e interessante. (Cf. Valmont, Maria. E Nunes, Olavo. **Pedagogia: programas de ensino**. **Revista Familiar**: Periódico dedicado às famílias, Belém, v. 1, n. 1, p. 4, 4 de fevereiro de 1883).

administrativo as concepções e ações voltadas a este setor também passaram por mudanças. Daí a importância de compreender a atuação da instrução pública no Pará no alvorecer republicano.

Em Belém, no ano de 1892, um periódico intitulado *A Escola: Órgão dos Alunos da Escola Normal*, afirmava que: “para que um “programa de ensino” seja executado com proveito, que ele preencha duas condições: “deve acomodar-se à capacidade dos alunos e encerrar simplesmente aquilo que lhes seja frutífero, deixando de parte todas as inutilidades.” Portanto, a importância em estudar a formação desses trabalhadores ou operários no governo de Lauro Sodré é relevante, pois “não se deve, por exemplo, ter um programa para criança de 10 anos, contendo latim, problemas de *physica*, de *chimica* etc.; nem também um para moços compreendendo somente rudimentos ou elementos de cada matéria”, ou seja, compreendo que os programas deveriam ser adequados conforme as idades de cada aluno no Estado do Pará.<sup>197</sup>

Assim, outrora contínuo acerca do processo educacional na República, onde José Veríssimo considera que o novo regime representaria a descentralização de uma política que no novo regime seria voltada às classes populares, pois alcançaria uma igualdade para todos, visto que:

O novo regime, que só o propósito de ser de regeneração para a nossa pátria legitimaria, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os seus propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a explorar a monarquia. Ao seu ingênuo autor, desde a juventude dedicado, com ardor e estudo, às questões de educação, parecia que tanto a filosofia especulativa como a experiência da humanidade certificavam-se que o meio mais apto, mais profícuo, mais direto e mais prático de obter emenda e correção, era a educação.<sup>198</sup>

Desta forma, afirmo que a educação deveria ser considerada parte fundamental de um processo de transformação política que suprimiu o regime monárquico e inaugurou a República, embora tenha sido implantado sem nenhuma participação popular expressiva, e foi considerado por muitos de seus defensores como um grande evento.<sup>199</sup>

A implantação do regime republicano praticamente coincidiu com as mudanças nas relações de trabalho, haja vista que a abolição oficialmente ocorreu há pouco mais de um ano da Proclamação. Houve a transição de um longo processo do trabalho escravo ao assalariado que atuaria na produção **artesanal, manufatureira e indústria**, criando a necessidade da implementação de novos processos educacionais, o que, aliado às transformações tecnológicas da era das revoluções, exigiria o desenvolvimento de um operariado familiarizado com tais

---

<sup>197</sup> VALMONT, Maria. E Nunes, Olavo. Pedagogia: programas de ensino. *A Escola: Órgão dos alunos da Escola Normal*, Belém, v. 1, n. 5, p. 2, ago. 1892.

<sup>198</sup> VERÍSSIMO, *op. cit.*, p. 5-6.

<sup>199</sup> CARVALHO, 1990, *op. cit.*; FARIAS, 2005, *op. cit.*

transformações. Nesse sentido, o ensino ganhou destaque com a ação política e ideológica dos republicanos, aos quais os valores propagavam o processo modernizador de progresso, disciplina e da ordem que formava noções presentes nos discursos positivistas. Esta era a base de sustentação do enaltecimento de ícones da República.<sup>200</sup> Para além disso, é necessário refletir sobre a importância do processo do ensino profissional, pois analiso que muitos desses trabalhadores não tinham uma formação específica, por isso a ideia do governador Lauro Nina Sodré em implantar uma associação que criasse uma escola voltada a uma formação profissional.

De acordo com Jorge Nagle, o “ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às ‘classes populares’, às ‘classes pobres’, aos ‘meninos desvalidos’, ‘órfãos’, ‘abandonados’, ‘desfavorecidos da fortuna’”.<sup>201</sup> Por isso, estas reflexões fazem com que se pense na importância desta formação para o mercado de trabalho, voltada às camadas subalternas, entretanto, não havia um programa específico voltado a esta sociedade. Além disso, o objetivo era de regeneração pelo trabalho, ou seja, mais que aprendizagem de técnicas de trabalho, urgia formar hábitos de trabalho disciplinado, afastando os jovens da ociosidade ignorante, do vício do crime”. Que era a forma ideal de controlar a segurança pública dentro das províncias. Todavia, também eles (os jovens) eram controlados por suas ações por meio de sua disciplina, e isso garantia um ser mais passivo e não crítico dentro dos seus saberes e do seu conhecimento de formação, que se tornaria mais um que se limitaria a dar continuidade no processo de profissionalização em sua sociedade local.

Todavia, é importante refletir que nos programas de ensino:

Por muito tempo discutiu-se na Europa o assunto relativo aos programas de ensino: Uns diziam que era conveniente formular programas especiais para cada escola, segundo a classe social a que pertencesse os alunos: para filhos de artistas, agricultores etc., os programas deveriam apropriar-se às diferentes indústrias e profissões. Não convinha (nem convém) que n’uma aldeia habitada por lavradores se organizasse um programa de ensino onde se inscrevessem matérias de alta instrução como, por exemplo, história universal, rethórica, literatura etc., nem ainda, que n’um meio de grande civilização viessem insertas nos programas simplesmente noções e primeiros princípios de disciplinas necessárias a alunos d’esta classe social mais adiantada e mais desenvolvida. Antes pediam eles que além do ensino primário se desenvolvesse o gosto pelas belas artes, se ensinasse princípios de sociabilidade mais desenvolvido do que os de simples moral etc.<sup>202</sup>

Este documento sobre os programas de ensino evidencia a relação de diferenciação entre as classes sociais, demonstrando que desde o início já se tinha a visão de excluir as pessoas,

<sup>200</sup> COELHO, *op. cit.*, p 28.

<sup>201</sup> NAGLE, 2009, *op. cit.*, p. 182.

<sup>202</sup> VALMONT, Maria. E Nunes, Olavo. Pedagogia: programas de ensino. **A Escola**: Órgão dos alunos da Escola Normal, Belém, v. 1, n. 5, p. 2, ago. 1892.

uma vez que definia quais as disciplinas deveriam formar cada classe social no processo de formação profissional. Quanto a esta questão, Ronaldo Araújo defende que este modelo de educação profissional, ainda de caráter informal, destinava-se a indivíduos de classes inferiores, objetivando a sua adequação à realidade do trabalho desde cedo. Para além disso, a mão de obra escrava em algumas atividades artesanais e manufatureiras, fazendo com que essas atividades fossem objeto de preconceito, afastando delas os indivíduos livres, que não queriam ser associados aos escravos.<sup>203</sup> Contudo, reflito que é preciso destacar que no período estudado o termo educação profissional não era aplicado aos modelos priorizados nesta pesquisa.

Portanto, entendo que a educação seria transformada pela República e aos poucos passaria a assumir o dever de investir na educação de todos os indivíduos da sociedade brasileira. Neste caminho de análise, considero fundamental a tese de Maria Teresa Chaves de Melo, na obra *A República Consentida*, onde compreende que:

As questões brasileiras foram pensadas através do arsenal das ideias novas. Por meio de outros conceitos e semântica, e as informações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma do que nos temas, retirados do repertório liberal.<sup>204</sup>

Com a República, houve a investida em uma narrativa da nação que permitisse um novo olhar, pois, segundo a historiadora Maria Teresa de Melo, “os grupos reformistas contestadores não tinham no parlamento no seu espaço de ação política e de repressão”.<sup>205</sup> Ou seja, analiso que a sociedade estava à mercê do poder da Monarquia, todavia, a sociedade necessitava de um programa geral dentro das instituições escolares, pois outrora sequer havia escolas, por isso, muitos foram às ruas buscar os seus direitos e igualdade social, independentemente de instrução, assim o povo clamava por uma formação igualitária.<sup>206</sup>

De acordo com Ronaldo Araújo, o Sistema Educacional público e gratuito era altamente excludente e a formação profissional de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos “humildes, pobres e desvalidos”. Assim, reflito que foi a forma encontrada para assegurar um disciplinamento popular, pois era a garantia de controlar os mais pobres que viviam no final do século XIX. Para além disso, no estado do Pará, garantia o seu poder nessas políticas assistencialistas aos mais humildes das camadas sociais desfavorecidas.

---

<sup>203</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, p. 51.

<sup>204</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 11.

<sup>205</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 11.

<sup>206</sup> VALMONT, Maria. E Nunes, Olavo. Pedagogia: programas de ensino. alta o autor. Falta o título da matéria da revista. **A Escola**: Órgão dos alumnos da Escola Normal, Belém, v. 1, n. 5, p. 2, ago. 1892.

Todavia, a última década da Monarquia, na ampliação do espaço público ocorreu nas associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares, além disso, na rua foi ressignificada e os meetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, por isso, conforme a autora, os direitos foram sendo conquistados através da ida para a rua, que resultou na implantação da República, através dos meios de comunicação: a propaganda, a literatura e a imprensa que conseguiram fazer essa sociedade no regime republicano<sup>207</sup>. A política nas ruas gerou muitos conflitos, principalmente com “a conferência de Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica, no dia 30 de dezembro, onde o propagandista pretendeu responder aos “argumentos republicanos” que Joaquim Nabuco contestava no mesmo jornal”<sup>208</sup>.

No entanto, enfatizo que havia pessoas que defendiam a Monarquia, por isso, chama a atenção a atuação da Guarda Negra, pois, segundo Maria Tereza de Melo registra que atuaria para defender a princesa Isabel e as instituições. Além disso, A Guarda Negra foi composta por libertos e capoeiras que ameaçavam republicanos, gritando Viva a Monarquia! Assim, tentavam impedir que adentrassem o novo período que se chamaria República. Entretanto, foi importante a ação vivida por Silva Jardim, que em muitas de suas conferências refletia sobre a importância de “um grupo de pretos inspirados correram a mim para agredir-me”. Entretanto, amigos populares me ajudaram para que eu não fosse atingido. Todavia, a Guarda Negra continuaria a impedir a conferência de Silva Jardim, que em seu discurso queria o fim da Monarquia e o início da República, onde queriam a todo custo manter a ordem através dos conflitos nas ruas, muitas vezes impedindo as conferências que se pronunciassem para uma nova República.

Nesse sentido, reflito sobre a importância da saída da Monarquia e a entrada da República, a qual possibilitaria que a educação no Brasil gerasse muitas discordâncias com relação ao tipo de conhecimento que cada pessoa deveria adquirir-la, pois a grande maioria teria muitas vezes acesso precário ao mercado de trabalho. No estado do Pará, na vigência da Monarquia, segundo José Veríssimo, não havia formação adequada aos professores, a inexistência de escolas e muitas vezes os próprios professores ministravam aulas em suas casas. Dessa forma, nesse congresso ficou claro que:

O resultado veio a firmar-se o princípio da divisibilidade das escolas em categorias: escolas de 1ª, de 2ª, de 3ª classe. Tem por fim esta classificação tornar obrigatório somente o programa das escolas de 1ª classe, deixando facultativos os cursos das de 2ª e 3ª para os

---

<sup>207</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 12.

<sup>208</sup> *Id. ibid.*, p. 19.



alunos que quiserem ou que tiverem tempo e meios de completar sua educação. Este é o fim que deve ter em vista o legislador que formular o programa de ensino.<sup>209</sup>

Nessas reflexões é importante a citação de Eric Hobsbawm, ao enfatizar que “o que interessava a esses historiadores era a evolução da economia, e esta, por sua vez, os interessava porque esclarecia a estrutura e as mudanças da sociedade”.<sup>210</sup> Por isso, o que prevalecia era a economia, pois era o mais importante, todavia, não uma formação mais crítica, por isso que no âmbito do governo de Lauro Nina Sodré analiso a formação dentro do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant para os trabalhadores jovens e adultos que estavam inseridos nas fábricas e que necessitavam desta formação profissional.

Diante destas análises, Maria Teresa Mello afirma que muitas pessoas da sociedade foram às ruas reivindicar os seus direitos quanto à uma educação de qualidade e queriam o fim da Monarquia, pois, muitas vezes a Coroa era culpada pelas desordens, por não impedir nem punir a agressão contra o povo e por encobrir as ações dos homens da corte, por isso, uma dessas reivindicações foi contra esses homens que queriam controlar as ações do povo.

Sendo assim, o povo defenderia os seus direitos e a saída era ir para as ruas e divulgar as notícias na imprensa, pois permitia que todos soubessem sobre a Monarquia. Portanto, o meio de comunicação mais viável foi a imprensa, para informar o povo desse governo onde mantinham a todo custo a ordem na força, por isso, esses homens descobriram que deveriam, por meio da propaganda, informar o povo dos acontecimentos do governo que estava no poder. E ainda que no meio acadêmico tenha-se analisado que “a crônica política não deixou a imprensa, enquanto o republicanismo que ganhava mais adeptos nos meios acadêmicos e positivistas, entre artistas, literatos, e na intelligencia em geral. Na Politécnica, Enes de Souza, Timóteo da Costa”, onde iam sendo colocadas pessoas que contribuiriam com a República, especificamente no âmbito da educação.

No reinado de D Pedro II, a grande valorização estava marcada pelas “casacas”, que eram chamadas pelos militares de os bacharéis, que desejavam o respeito por seu ofício, que era apoiada pelo governo atual, todavia, Maria Teresa Chaves de Mello enfatiza que no final do século XIX muitos jovens alistavam-se para terem uma ascensão profissional no estado do Pará, pois o índice de analfabetismo era muito alto, e a saída era por meio do Exército, ou seja, alistar-se. Entretanto, Maria Teresa de Mello registra ainda que, embora a intelectualidade científica fosse importante, o que contribuía, de fato, era a ascensão profissional no estado do Pará.

<sup>209</sup> A ESCOLA, 1892, *op. cit.*, p. 2.

<sup>210</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 13.

Contudo, não significa dizer que o ensino não fosse nela também bacharelesco, onde recebiam o título de bacharel em matemática e ciências físicas. Ou seja, penso que muitas vezes o processo de ensino era apenas para uma formação profissional. E não de qualidade.

Neste sentido, Maria Teresa Chaves de Mello assevera que o importante era sair do analfabetismo e galgar uma ascensão profissional dentro do Exército, pois outrora era a saída para alcançar uma nova vida social no estado do Pará, mesmo sabendo que a maioria da sociedade era analfabeta e só 1% podia ostentar um Diploma Superior.<sup>211</sup> Para além disso, tanto os militares quanto os civis queriam uma ascensão social, pois a maioria civil buscava, por meio do diploma, ser comparada a um intelectual dentro de um governo que valorizava os estudos teóricos para a formação de bacharéis.<sup>212</sup>

Dessa forma, é importante adentrar na *Constituição de 1891*, especificamente no Artigo 69:

Art. 69 - São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiverem em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. Muitos eram os critérios para se tornarem e serem considerados cidadãos brasileiros. Ainda no Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.<sup>213</sup>

Registro antes que o documento declara que os mendigos e os analfabetos não podiam votar, significa dizer que a maioria da população não votava, pois o índice de analfabetismo era muito alto em todo o Brasil, e no final do século XIX. Por isso, muitos brasileiros não participavam da eleição.

Dentro destas análises é necessário refletir sobre a obra *Memórias da Indústria Paraense*, na qual Leila Mourão corrobora o fato de que as indústrias oferecessem políticas públicas, a qual almejasse disciplinar e avançar o desenvolvimento provincial em nossa

---

<sup>211</sup>MELLO, *op. cit.*, p. 39

<sup>212</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87.

<sup>213</sup> BRASIL Constituição (1891), *op. cit.*

localidade regional. Ou seja, é um estudo sobre a potencialidade da indústria em nosso estado e a sua contribuição possível para a construção educacional regional do novo Brasil.<sup>214</sup>

De acordo com Leila Mourão, a presença histórica da indústria no Pará data do século XVIII, e essas indústrias ocorreram mesmo nos moldes artesanais. Aplicou-se tanto aqui quanto no restante do Brasil a forma de colonização que teve por base a implantação da monocultura canavieira e a instalação de engenhos e engenhocas para a produção de açúcar e aguardente, paralelamente à exportação de produtos vegetais nativos de interesse comercial, que ficaram tradicionalmente conhecidos como “drogas do sertão”, ou seja, entendo que o importante nesse período foi que no Pará se organizaram como estabelecimentos geradores de produção total e diretamente orientados pela e para a Corte portuguesa. Além do mais, toda a produção já tinha locais que iam ser aproveitados por sua monocultura<sup>215</sup>. Os empreendimentos envolveram os diversos setores sociais que aqui viviam: o proprietário rural, o clero, o comerciante luso ou já o brasileiro nativo e o escravo africano, onde estabeleceram relações sociais de produção correspondentes às históricas relações de produção e político-econômicas existentes na sociedade brasileira. Portanto, analiso que essas relações sociais foram fundamentais para o desenvolvimento social, além disso, muitas classes sociais se envolviam com esta produtividade no estado do Pará.<sup>216</sup>

No final do século XIX e início do século XX a economia paraense foi marcada pelo extrativismo e exportação do látex para a fabricação da borracha, face às exigências da indústria internacional, uma vez que as constantes inovações tecnológicas, como o uso regular da roda pneumática para bicicletas e automóveis, entre outras ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América, onde ampliaram em grande escala a demanda dessa matéria-prima e obrigaram a economia extrativa do Pará a operar quase exclusivamente a seu serviço. Assim, outros setores de atividades, em particular da agricultura de subsistência foram subestimados. Para além disso, permitiu-se a dinamização da extração e exportação do látex e a navegação a vapor foi implantada no rio Amazonas pelo Barão de Mauá. Por isso a necessidade de produtividade desta matéria-prima por esses trabalhadores de diversas classes sociais, pois beneficiaria uma mão de obra de forma quantitativa e qualitativa.<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> MIRANDA, Leila Mourão. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

<sup>215</sup> Cf. Leila Mourão: A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra (Miranda, *op. cit.*, p. 1).

<sup>216</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 4.

<sup>217</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 5.

Devido à produtividade do látex, Belém do Pará desenvolveu o processo de urbanização ocorrido no Pará entre o final do século XIX e início do século XX, financiado principalmente com os lucros das exportações do látex. Além disso, ocorreu uma certa orientação de aplicações de recursos (rendas e capitais) em outros setores extrativos, na agricultura e em alguns ramos fabris. Evidentemente que existiam outras monoculturas, todavia, o látex era o principal produto econômico da Província e depois do estado do Pará.

O período demonstra que o Brasil iniciou a elaboração de políticas de proteção à indústria nacional. Dentre as medidas protecionistas adotadas, destacou-se a implantação da “Tarifa Alves Branco”. De 1844, que eleva a tributação sobre os produtos importados, por isso o Decreto de 12 de agosto de 1844 estabelece que 2.243 produtos a tarifa de 30% – o dobro de até então – 40% a 60%, no caso de artigos com similar no Brasil ou de fabril substituição; de 2% a 25% de artigo de largo consumo e difícil produção (carvão de pedra, trigo em grão, borracha, certos tecidos, trigo, bacalhau, salitre, zinco, ferro), considera ao todo 2.416 artigos. Ou seja, os produtos que fossem comercializados fora do decreto sofreriam uma certa porcentagem através do decreto realizado pelo Brasil.<sup>218</sup>

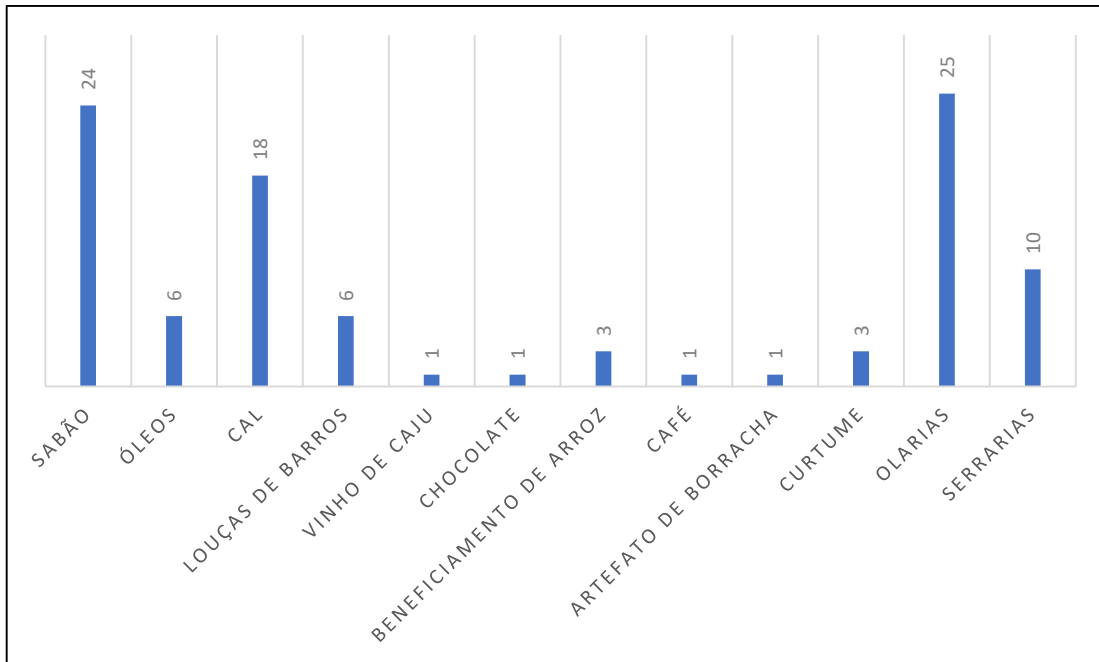
Na Província do Pará, em 1862, havia 92 pequenos estabelecimentos fabris e 166 engenhos de açúcar e aguardente. As fábricas ocupavam em média dez (10) trabalhadores, mas nesta média estão incluídos os estabelecimentos que à época ocupavam cem (100) ou mais trabalhadores, como aqueles que utilizavam quase que exclusivamente a força de trabalho familiar, em torno de seis (06) pessoas. Nesse sentido, é importante apresentar o Gráfico 1, demonstrando o quantitativo de fábricas.

Gráfico 1 - Fábricas do Pará em 1862.<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Gráfico adaptado pelo autor desta tese de Miranda (1987, p. 8).

<sup>219</sup> FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo Econômico 1862**. Rio de Janeiro, 1863; MOURA, I., 1895, *op. cit.*, p. 10.



Fonte: Gráfico adaptado pelo autor, com base no Censo Econômico 1862 (IBGE, 1895, p. 10).

De acordo com Leila Mourão Miranda, alguns estabelecimentos destacaram-se principalmente pelas variedades e qualidade de produção, como a Fábrica Freitas Dias, fundada em 1861, propriedade de J. S. Freitas & Cia., que naquele período contava com mais de quatrocentos (400) operários. Essa firma executou posteriormente importantes obras de construção civil como a do Matadouro Modelo, o antigo prédio do Banco do Brasil, em Belém, Hospital de Tuberculose no Maranhão, além de agências bancárias e outras edificações em Recife. A fábrica produzia pregos, objetos de ferraria, carpintaria, funilaria e construção civil.<sup>220</sup>

O processo de industrialização, conforme o entendimento de Leila Mourão Miranda, está relacionado com o mercado consumidor e com a força de trabalho livre, e que, mesmo em pequenas escalas, tem os efeitos da política financeira, pois, é importante pensar na possibilidade de que a política implantada no século XIX teve efeitos nefastos, e até o final da primeira década dos oitocentos, beneficiaram-se algumas iniciativas empresariais no estado do Pará. Portanto, “a extração e a manufatura simples da borracha, cacau, madeira e juta foram as mais agraciadas com os financiamentos oficiais”<sup>221</sup>. Ou seja, registro que existia prioridade por parte dos governantes, visto que essas monoculturas geravam muitos benefícios para a economia do país, todavia, no século XIX tiveram muitas dificuldades em relação à formação de uma mão de obra qualificada, pois não havia escolas públicas para todos na sociedade que quisessem iniciar o ensino primário e escolher um ofício e/ou profissão, para assim concluírem e serem aproveitados nas indústrias no estado do Pará.

<sup>220</sup> MIRANDA, *op. cit.*, p. 12.

<sup>221</sup> *Id. ibid.*, p. 28.

Acácia Zeneida Kuenzer, em *Pedagogia da Fábrica*, analisa a educação dentro da fábrica como sendo fundamental para esses trabalhadores, pois compreende que a formação para o trabalho é apenas parte do processo de aprendizagem, uma vez que o fundamental é preparar esse operário para uma mão de obra qualificada, e sem tempo para as suas críticas dentro do seu espaço de trabalho. Assim, é o modo capitalista no processo de produção no estado do Pará. Todavia, esse mesmo trabalho realizado não torna esse trabalhador como parte que recebe sobre a sua produção no trabalho, de fato, a sua mão de obra engrandece o modo capitalista dos grandes proprietários. Assim era o século XIX e início do século XX, em busca de uma mão de obra qualificada e preparada para ser inserida nas fábricas. Para além disso, a autora menciona que esse processo de ensino era voltado para aprenderem as técnicas de ensino para atuar dentro das fábricas, ou seja, compreendo que a mão de obra qualificada era fundamental para o processo produtivo e lucrativo nas fábricas, independentemente de adoecimento dos próprios trabalhadores<sup>222</sup>.

Leila Mourão Miranda chama a atenção em relação à força de trabalho, pois a indústria paraense era de baixa capacidade técnica de força de trabalho, utilizada de modo geral, oriunda do campo e do interior, e de outros estados, na qual se praticava uma agricultura rudimentar e se utilizava fundamentalmente de instrumentos de trabalho simples, que não requeriam maior especialização. Além disso, as relações de trabalho estabelecidas à época, salvo raras exceções, tinham como base preceitos e preconceitos de orientação patriarcal escravocrata ou de transição entre esta e as orientações tipicamente capitalistas, já estabelecidas em outros países industrializados.<sup>223</sup>

De acordo com Leila Mourão Miranda, o surgimento do operariado em Belém do Pará ocorreu sob os auspícios de uma sociedade escravocrata, e por quase todo o século XIX teve suas atividades normatizadas por sua legislação escravista. Além disso, com a abolição e a institucionalização do regime republicano prevaleceu nas relações de trabalho muito da mentalidade escravista brasileiro, haja vista que a regulamentação da jornada de trabalho era de oito horas diárias e o salário era mínimo, e tinha as leis de férias. Ainda havia toda uma formalização de leis que estabeleciam a carga horária de cada trabalhador dentro das fábricas no estado do Pará.<sup>224</sup>

A cidade de Belém vivia momentos de transformação quanto à sua urbanização. E a respeito desta questão, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes considera o processo educacional no final do XIX e início do século XX, a qual conceitua excluir a classe trabalhadora do desenvolvimento de modernização regional, pois, mesmo que esses

---

<sup>222</sup> KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

<sup>223</sup> MIRANDA, *op. cit.*, p. 34.

<sup>224</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 34.

trabalhadores contribuíssem com a sua mão de obra, não faziam parte desse desenvolvimento, uma vez que eram analfabetos. Assim, não tinham o direito de viver dignamente, de ter uma moradia, de um saneamento propício, uma saúde digna<sup>225</sup>. Ou seja, reflito que esses trabalhadores não eram reconhecidos de forma cultural quanto ao seu modo de vida provincial.

O jornal *A Província do Pará* evidencia que esta transformação na urbanização sobre as mudanças ocorridas não privilegiaram as camadas populares da sociedade de Belém. Nesse caso, a narrativa da historiadora Maria de Nazaré Sarges afirma que a modernização contribuiu muito com os grandes proprietários na era industrial, pois foi o início das pessoas saírem às ruas para mostrar as suas riquezas, todavia, esqueciam-se que o índice de analfabetismo entre as classes mais pobres era muito alto no estado do Pará.<sup>226</sup>

Assim, compreendo que a sociedade menos favorecida, mesmo fazendo parte dessas inovações no desenvolvimento da urbanização, ficou excluída, e nem sequer teve uma formação adequada nas escolas, pois estava sempre trabalhando nas indústrias, todavia, com o decorrer do tempo, percebeu-se no governo de Lauro Sodré, através do seu programa de governo, a criação de uma escola de horário noturno que iria formar vários profissionais de áreas diferentes, beneficiando uma mão de obra mais qualificada no estado do Pará.

Maria de Nazaré Sarges assevera que com as mudanças veio à tona a exclusão de muitas pessoas que contribuíram para esta inovação, além disso, eram excluídos de muitos benefícios que ela (a cidade) proporcionaria, entretanto, beneficiou um pequeno grupo da sociedade que esbanjava a sua riqueza na própria rua, como o seu poder de riqueza.<sup>227</sup>

Portanto, na conjuntura em análise, a borracha foi o meio de transformação da cidade de Belém, pois beneficiou a economia nos investimentos de muitos locais, contudo, o poder público deixou de valorizar grandes áreas das periferias, no sentido de construção, entretanto, esta cidade ficou conhecida como a cidade amazônica.

Nesse viés, o Estado brasileiro passava por muitas transformações em função da transição da Monarquia para a República e, neste contexto, destaca-se a educação de trabalhadores e de seus filhos. Portanto, enfatizo que é necessário refletir sobre o andamento das políticas públicas educacionais implantadas no governo de Lauro Sodré, através do regulamento de 1890. Nesse pensamento, Luana Costa Viana defende que houve mudanças

---

<sup>225</sup> NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da República**: entre a cidade imperial e a metrópole republicana. 2017. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

<sup>226</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 19.

<sup>227</sup> *Id., ibid.*, p. 19.

no estado do Pará durante a Monarquia e final do século XIX, pois o governador Lauro Nina Sodré foi um dos gestores que alavancou a educação dos mais pobres no estado do Pará, em seu governo de 1891 a 1897. Assim sendo, analisou o Regulamento Escolar, programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do estado do Pará aprovado em 1890. Além disso, a autora assevera que a disciplina de educação física dentro das escolas primárias contribuiu para minimizar os problemas das crianças e adolescentes para que se regenerassem em suas ações cognitivas e deixassem de ter preguiça em sala de aula<sup>228</sup>. Além do mais, a disciplina de educação física era uma forma de estimular todos os alunos a combater os maus hábitos para manter a ordem.

A reorganização da educação escolar brasileira, particularmente no Pará, durante as décadas iniciais do regime republicano, destacou que a Educação Física deveria entrar nos programas escolares brasileiros como estratégia para o desenvolvimento de corpos saudáveis e robustos, que atendessem às demandas do mercado de trabalho em expansão no país. Tal posicionamento foi inspirado no ideário já adotado nos países tidos como mais desenvolvidos no período em que postulavam que os exercícios eram promotores de desenvolvimento moral, do espírito nacional e patriótico dos educandos.<sup>229</sup>

Segundo José Veríssimo, o ideário higienista influenciou a nova proposta educacional do regime republicano e esteve presente como argumento para a construção de grupos escolares. E isso pode ser observado no relatório de 1891, apresentado por Veríssimo, onde preconizava a criação de grupos escolares alegando que era uma prática adotada em países modernos, além de ser uma opção que facilitava a fiscalização. Portanto, compreendo que ele queria que fossem implementados esses aspectos, pois contribuiriam para a higienização educacional no estado do Pará.<sup>230</sup>

Dentro destas concepções em relação à formação do aluno em sala de aula, é importante refletir culturalmente sobre o diálogo, dado que permite a perspectiva cultural ao trabalho sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento. Neste sentido, a hierarquização da própria estrutura social e da história cultural, separa-se, sem dúvida, de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social, a qual se dedica

---

<sup>228</sup> VIANA, Luana Costa. **A Colonização de corpos, Corações e Mentes: Educação e Higienismo em Escritos de Periódicos Pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2015. p. 23.

<sup>229</sup> FRANÇA, Ney Ferreira. **A história da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

<sup>230</sup> VIANA, *op. cit.*



exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém, opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.<sup>231</sup>

Na educação paraense havia pesquisas com relação à produção historiográfica da educação brasileira, inseridas no debate sobre a especificidade da intenção dos republicanos paraenses, visto que a ideia era analisar e ultrapassar o modelo educacional e com métodos extremamente rigorosos, os quais verificavam que os castigos físicos existiam e tornavam o meio fundamental da aprendizagem, e de verificar que muitas instalações eram improvisadas e precárias.<sup>232</sup> Portanto, analiso que a busca por um modelo que fosse viável para uma aprendizagem que avançasse em todas as necessidades de ultrapassar o “viés” dos castigos físicos, e a busca por um modelo que fosse capaz de sair desta aprendizagem, que inovasse por outros caminhos para uma formação que valorizasse o ser humano como um ser que pensa e pode contribuir em sua sociedade, independentemente de classe social.

A vida política nas regiões foi marcada pelo atraso, uma vez que o processo educacional não era homogêneo e as leis que regiam esse processo permitiam que as províncias determinassem através do seu governo a sua forma de gerir os projetos e reformas cabíveis de ordem conforme cada nível de instrução, pois o objetivo era manter a ordem. Por isso, França (1997) enfatiza “que as elites paraenses estavam mais preocupadas em sua formação bacharelesca para construir o aparelho administrativo do Estado imperial do que o efetivo desenvolvimento educacional na população”.<sup>233</sup>

A população escrava de 1872 tinha um índice de 99,9% de analfabetos e somente 16,85% da população livre na faixa etária entre 6 e 15 anos. Além disso, apenas 12.000 alunos frequentavam a escola secundária. Mas analiso que os alunos do ensino primário estavam inseridos dentro numa população de 8.490.910 habitantes. Por isso, é fundamental resgatar as escolas normais, pois Tanuri (2000) assevera que as instituições de Niterói, Bahia, São Paulo e Pernambuco foram criadas para os jovens do sexo masculino, todavia,

---

<sup>231</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n 11, p. 173-191, 1991.

<sup>232</sup> BARROSO, *op. cit.*

<sup>233</sup> FRANÇA, Maria do P. S. G. de Souza Avelino. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Lyceu Paraense – 1840/1889.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

não existiam vagas para as mulheres, mesmo sabendo que mais tarde seriam criadas escolas femininas, além disso, observo que na República, antes de 1865, já havia a vontade de promover uma valorização através da escola normal, com o início de uma educação feminina para o magistério nacional.<sup>234</sup>

Segundo William Gaia Farias, a educação pública compreende que as transformações foram ocorrendo na gestão do governador Lauro Sodré, e umas das iniciativas foi especificamente a educação, tendo criado uma instituição no horário noturno chamada Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, para permitir uma formação profissional para que os operários fossem inseridos nas fábricas no estado do Pará.

Portanto, compreendo que o ensino público terá no seu currículo um instrumento de inculcação ideológica aos valores positivistas, pois as reformas educacionais introduzem novidades curriculares no processo de formação do futuro cidadão<sup>235</sup>. Dessa forma, a ideia do Positivismo era manter a ordem e o progresso por meio da lei, pois permitia que o aprendizado da ciência por meio de experiências práticas e com a formação moral e cívica. Com esta última, conseguia-se implantar nas escolas um processo educacional para os alunos dentro dos currículos, o que se contribuía para o seu aprendizado educacional. Nesse sentido, o governo defendia, acima de tudo, que o objetivo no processo de aprendizagem era manter dentro das atividades “lições de coisas”, o que estava intrínseco no cidadão, um ser que necessita da ordem e do progresso para a sua formação, uma vez que através da lei foi possível controlar as ideias positivistas de Lauro Sodré. Assim sendo, acredito que essas estratégias de apresentar e colocar em prática um ensino através da ordem e de disseminação dos conhecimentos científicos são formas que permitem analisar como se pensava uma instrução no estado do Pará.

Vera Candau (2000) defende que a prática escolar encontra pessoas de diferentes níveis sociais em sua sociedade, por exemplo: costumes, crenças, cores, etnia, em sala de aula, por isso, cabe ao professor, com as suas metodologias, implantar diferentes aulas e vídeos para que todos tenham a mesma oportunidade de aprender para a sua formação educacional. Todavia, creio que a escola não se preocupava com as classes sociais, além

---

<sup>234</sup>TANURI, L. M. História da Formação de Professores *Revista Brasileira de Educação*, n 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

<sup>235</sup>BARROSO, *op. cit.*

disso, a instrução era voltada para as crianças que estavam muitas vezes abandonadas pelos pais na Província do Pará.<sup>236</sup>

Vera Candau entende que a escola é um universo que constrói uma cultura discriminatória dentro dos perfis de cada aluno, todavia, cabe à escola mudar esse fracasso de aluno e aluna para alcançar os seus objetivos para contribuir para a formação de seres mais ativos e críticos em sua sociedade regional.<sup>237</sup>

Portanto, a meu ver, fica evidente que os alunos precisam valorizar a matrícula que se alcança dentro das escolas, pois o número de alunos que concorrem a uma vaga é grande e, além disso, deveriam ter um ofício e/ou uma profissionalização através do currículo implantado nas escolas. Neste sentido, ressalta-se que o fundamental dentro das escolas primárias é haver programas que contribuam para que os alunos possam se formar e ter a oportunidade de estarem inseridos nas fábricas no estado do Pará. Portanto, para além disso, acredito ainda que a escola que se preocupa com um currículo voltado ao seu público em sua formação, essa escola busca uma formação para um ser mais crítico em sua sociedade provincial.

---

<sup>236</sup> CANDAU, Vera Lúcia Ferrão et al. **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: CNPQ/PUC-RIO, 2000, p. 20.

<sup>237</sup> *Id.*, *ibid.*

## 2.2 PARA QUE E PARA QUEM ERAM AS ESCOLAS DO ESTADO?

Se compararmos o Pará e Amazonas, essa patria dos cidadãos de arco e flecha na phase humorística do Sr. Martinho de Campos, com as províncias que mais população tem no império, vemos que o Amazonas e o Pará, são, relativamente às demais províncias, ainda as demais florescentes, aquellas que contribuem com maior somma para a instrucção pública, excepção feita da côrte! Segundo um cálculo publicado nos jornaes do Rio devido ao deputado Sr. Ferreira Vianna, os governos geraes e provinciaes do Brazil despendem annualmente dez mil contos com 4.742 escolas frequentadas por 146.180 alumnos.<sup>238</sup>

Pensar em mais de quatro mil escolas, onde frequentam mais de mil alunos, é refletir sobre as possibilidades no processo de aprendizagem, uma vez que a maioria eram crianças, para além disso, muitas vezes o aprendizado era passado nas casas dos professores. E o repasse dado pelo Estado era irrisório para suprir o quantitativo de alunos que frequentavam todas essas escolas no estado do Pará.

Conforme o entendimento de Alessandra Martinez de Schueler, muitos são meninos abandonados por seus pais, entretanto, cabe à Província implantar projetos sociais para que eles possam ter oportunidades de sair ruas e serem inseridos nas escolas para terem a oportunidade de se formar e serem atores sociais e mais críticos em sua sociedade regional.<sup>239</sup>

Na verdade, o que se reflete sobre essa narrativa que era grande irresponsabilidade dos pais abandonarem os seus filhos nas ruas, e muitas vezes estavam à mercê dos ratoneiros que se aproveitavam dessas crianças para venderem gazetas e obrigarem fazerem pequenos furtos e engraxar sapatos, ou seja, penso que essa era a realidade no estado do Pará com relação às crianças que muitas vezes eram abandonadas pelos próprios pais. Assim sendo, a autora acrescenta que essas crianças estavam nas ruas e muitas delas eram delinquentes, sendo chamados de pequenos agentes que estavam nas ruas, de ambulantes, escravas, livres, nacionais e estrangeiros, enfim, era uma camada cujos problemas deveriam ser resolvidos pela Província, assim, no Império caberia resolver os problemas sociais dessas crianças e adolescentes, por isso, as políticas públicas seriam a saída para esta sociedade provincial e regional.<sup>240</sup>

O que reflito sobre o pensamento de Alessandra Schueler é que eram muitas as funções das crianças e jovens no período do Império, visto que eram abandonados pelos pais, por isso,

<sup>238</sup> MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu Barão de. **A Amazonia**: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil. Lisboa: Typographia Minerva, 1883. p. 29.

<sup>239</sup> SCHUELER, Alessandra Martinez de. Crianças e Escolas na Passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, p. 4, set.1999.

<sup>240</sup> *Id.*, *ibid.*

a saída era assumir vários papéis, como sapateiros, engraxate, enfim, com isso começou a se pensar em uma escola para essas crianças abandonadas no estado do Pará.

Quanto a este processo de aprendizagem, é importante pensar que o período vivia os conflitos sociais e políticos, assim sendo, corroboro a narrativa de José Murilo de Carvalho, de que “o império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária”<sup>241</sup> ou seja, analiso que mesmo tendo o poder de divulgar as informações a imprensa estava atrelada aos interesses próprios das pessoas ligadas a esses partidos, e que muitas vezes as informações eram repassadas pela imprensa, contudo, o período demonstra um alto índice de analfabetismo no estado do Pará, deixando essas informações à mercê daqueles que eram letrados, por saírem do país e irem adquirir a formação, por exemplo, em Portugal. Todavia, a maioria da população era analfabeta, principalmente no estado do Pará.

Neste processo de aprendizagem fica claro o posicionamento quanto ao ensino, por isso, é fundamental a narrativa de Maria Chaves de Mello, a qual enfatiza que a abolição foi o pretexto para que a sociedade fosse às ruas reivindicar os seus direitos quanto a instrução educacional. Neste sentido, a historiadora reflete quanto a um poema – *Fiat Libertas a Quintino Bocaiúva*, de Luiz Delfino, onde enche a sua estrofe, que:

Ao ver que não há mais na pátria um só escravo [...] Ouço um grande rumor, ouço o rumor de um bravo, [...] Mas... somos nós o condor, grande, como o oceano? [...] O escravo negro extinto, ergueu se o escravo branco; [...] É cedo! É cedo pois: deixa a cama de rosas: Do teu sumo direito, ó pátria, inda não gozas... [...] E a ideia do trono que hoje se venera: Não é a redenção, não é nova era, [...] Dirias, ó liberdade, ó ídolo que adoro [...] Então, como hoje, em nova e louca efervescência farse-á de uma só a nossa independência. Teremos a liberdade inteira de uma vez [...]. E em todo o continente americano um bravo, Como o de hoje soou – libertado do escravo, Amanhã soará – libertado dos reis [...]<sup>242</sup>

Assim foi-se construindo com a chegada da República um sonho de um dia ser exterminado o escravo e a liberdade ao nosso povo brasileiro nas mãos da Monarquia, para além disso, tinham uma esperança de obter a instrução que muitos almejavam com esse novo regime chamado República, contudo, analiso que esse processo quanto à instrução foi gradual, devido a muitos fatores, por exemplo, o analfabetismo muito alto, a falta de professores qualificados para determinados ensinamentos, principalmente no primário. Contudo, reflito que a

---

<sup>241</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 53.

<sup>242</sup> DELFINO, Luiz., *op. cit.* p. 131-132.

escola tinha um rumo quanto a quem era destinado esse ensino e para que servia este processo, pois, analiso que teria um alto índice de analfabetos no estado do Pará.

Evidentemente há uma documentação sobre a forma de como se vendiam os escravos, e que muitos eram os alunos que queriam uma instrução, por isso, se faz necessário o periódico *Jornal do Pará: Órgão Oficial de 1867 a 1878*, onde enfatizava a venda dos escravos “na forma da lei. Anunciado a venda dos escravos Marcellina com 30 annos avaliada em 1:000\$000 rs. Laurindo com 20 annos avaliado em 800\$ rs, mencionados no edital de 4 de agosto do corrente anno”.<sup>243</sup> Neste momento, analiso que era necessário que apresentasse no jornal um edital informando o escravo e o seu valor, que muitas vezes era analfabeto e queria ter uma instrução no ensino primário.

Neste viés, reflito sobre a importância do *Jornal Treze de Maio* de 1846, onde enfatiza que a responsabilidade era da Assembleia Provincial de criar um estabelecimento de ensino, assim sendo, essa legislação que “o actual estabelecimento dos Educandos desta Cidade, sobre o que versa o seguinte projecto de Lei, teve origem na Presidência do General Andréa de baixo do nome de Companhia de Aprendizizes”<sup>244</sup>, ou seja, registro que quem assumia o processo de aprendizagem quanto aos colégios era a assembleia provincial que delimitava quem deveria ter acesso a esse conhecimento dentro das escolas.

Assim sendo, torna-se importante apresentar, que outrora a Assembleia Legislativa Provincial Decretou o seguinte Regulamento, em 1846:

[...] por exemplo no Artigo 2 – O fim desta Escola he habilitar a mocidade indigente no emprego das Artes, e Officios mecânicos. No capítulo 2, **Traz a Educação e Ensino. Que no Artigo 8** – O Estabelecimento dá aos Educandos sustento, vestuário, curativo, e ensino. Para além disso, Artigo 11 – A Instrução Primária, e Doutrina Christian he extensiva a todos em aula apropriada dentro do Estabelecimento, a qual será pública, e poderá ser frequentada por estudantes de fóra. No artigo Artigo 14 – Para o ensino dos Educandos devem sempre ser proferidos pela ordem, em que vão deziguaes, os officios de Carapina, Pedreiro, Carpinteiro, Marcineiro, Ferreiro, Alfaiate, e latoeiro de folha branca. Ou seja, existia leis que tinham metas a serem alcançadas dentro das escolas primárias e em sua formação para cada alunos que terminassem o ensino primário em sua fromação.<sup>245</sup>

O Regulamento de 1846 deixa claro a forma de quem e para quem eram os educandos que fariam parte desta instituição de ensino, pois enfatizava que seriam aqueles alunos expostos,

<sup>243</sup> ALMEIDA, Irmão & Companhia. Escola de Ensino Primário. *Jornal do Pará: Órgão Oficial*, Belém, v. 4, n. 175, p. 3., terça-feira, 4 de agosto de 1868.

<sup>244</sup> ANDRÉA, General. Assembleia Provincial. *Jornal Treze de Maio*. Belém: Typ. Santos & Filho, n. 600, p. 1, sábado, 2 de maio de 1846.

<sup>245</sup> *Id.*, *ibid.*

órfãos, e desvalidos, e o seu objetivo era habilitar a mocidade indigente no emprego das Artes e Ofícios mecânicos. Esses eram os alunos da época, que teriam um ensino voltado para determinada formação específica na província do Pará. Além disso, o regulamento enfatiza que o número de alunos seria de cem, e a responsabilidade seria de um diretor, que seria substituído nos impedimentos por um subdiretor. E que dá aos Educandos sustento, vestuário, curativo e ensino. E que o ensino constará de “Instrução Primária, Doutrina Christian, e hum Ofício mecânico”. Sendo assim, os alunos que tivessem talento, teriam lições de Geometria aplicada às Artes. Na verdade, os melhores alunos que tivessem um melhor desempenho continuariam o processo de aprendizagem para uma formação de ofício ou profissionalização na Província do Pará.

Contudo, analiso neste regulamento de 1846 que as vestimentas eram adequadas aos alunos, todavia, eles não poderiam utilizar armas e, além disso, o aluno que saísse da Escola sem prévia licença do Diretor, seria corrigido, quando apresentado e quando reincidente com gravidade, e circunstâncias por algum dos meios apontados no artigo antecedente. Neste sentido, tinha-se uma preferência como alunos desta instituição de ensino os órfãos desvalidos e desamparados, os filhos de viúva pobre e os filhos de pais miseráveis, que não tinham meios de educá-los. Portanto, eram para essas pessoas que a escola deveria ter e o regulamento formalizou a sua entrada para um determinado ofício, em seu processo de ensino e ofício.

De acordo com Demerval Saviani, havia um índice alarmante sobre as crianças, por isso, assevera que muitos alunos que entravam nas escolas primárias eram semianalfabetos, o que dificultava o processo de ensino e aprendizagem – e muitos deles também encontravam o próprio processo educacional fora do Brasil<sup>246</sup>. Era muito grande o desafio do estado do Pará em criar uma escola que pudesse suprir todas as necessidades das crianças daquele período, e que muitas vezes, mesmo criando instituições de ensino, teriam critérios próprios para inserirem determinadas crianças e jovens em suas instituições, além disso, acrescenta Saviani (1999) que muitos eram as crianças que estavam fora da sua idade escolar em suas séries, por isso cabia um programa que contribuísse para essa camada que estava fora do seu perfil escolar. Por isso, muitas

---

<sup>246</sup> A marginalização tem-se dois grupos importante que enfatizam que “temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. E as teorias entendem ser a educação um instrumento de descriminalização social, logo, um fator de marginalização. Assim sendo, percebe-se facilmente que ambos os grupos explicam a questão da marginalidade a partir de determinada maneira de entender as relações entre a educação e a sociedade. Assim, para o primeiro grupo a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida. A educação emerge aí como um instrumento de correção dessas distorções. (Cf. SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses da educação e política 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999). (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 5, p. 15.).

dessas crianças, mesmo tendo direito a estarem na escola, estavam sendo marginalizadas pela própria província, por não atenderem um perfil adequado aos critérios do regulamento da escola.

Diante disso, Demerval Saviani, em suas concepções sobre a escola e a democracia, ratifica que as instituições escolares organizavam o seu planejamento em forma de classes, para que cada uma tivesse um professor que em sua metodologia colocasse, de fato, as lições para os alunos fazerem disciplinadamente os exercícios. Assim, os alunos que eram inseridos na escola deveriam seguir as ordens do professor por meio da disciplina, pois este era um critério fundamental dentro das escolas primárias no estado do Pará. Para além disso, Saviani esclarece que uma grande parte desses alunos eram operários e camponeses que queriam concluir a escolaridade, onde contribuiria no processo de produção em sua sociedade,<sup>247</sup> ou seja, penso que esses trabalhadores poderiam estar inseridos nas fábricas. Assim sendo, os alunos eram aqueles abandonados por seus familiares, desvalidos e vagabundos que estavam nas ruas no estado do Pará.

Pensar na instrução pública no estado do Pará certamente foi muito significativo, pois, Altamir Souza conceitua que no Brasil, depois de 1850, não existam escolas preparadas para atender às demandas dessa população abandonada e que estava à mercê da sociedade, por isso, Dr. José Liberato de Castro analisa que era insuficiente os professores que tinham a sua formação no estado do Pará, pois a demanda era muito grande em relação ao analfabetismo provincial.<sup>248</sup>

Analiso que eram poucos os professores para assumir turmas na escola normal, e que muitas veze, os próprios professores ministrariam as aulas em suas casas, portanto, essas instituições educacionais eram poucas que havia em todo o Brasil, assim sendo, Altamir Souza afirma que as escolas que existiam no Brasil no final do século XIX não tinham uma organização que pudesse contribuir na formação dos alunos que buscavam uma determinada instrução para estarem inseridos nas fábricas no estado do Pará, pois a falta de mão de obra qualificada era muito escassa devido ao analfabetismo ter um índice muito alto em todo o Brasil<sup>249</sup>. Nesse momento, sobre as instituições escolares analiso que não havia um projeto político educacional que suprisse as necessidades para formar as crianças abandonadas e outras desvalidas que foram abandonadas pelos seus pais e outras que eram órfãs pois seus pais haviam morrido na guerra. Além disso, as escolas que existiam não tinham sequer um número adequado de professores e um planejamento financeiro e curricular para a formação dessas pessoas mais pobres no estado do Pará.

---

<sup>247</sup>SAVIANI, *op. cit.*, p. 34.

<sup>248</sup>SOUZA, *op. cit.*, p. 07.

<sup>249</sup>*Id.*, *ibid.*



Registro, mais uma vez, que a Instrução Pública estava à mercê de um planejamento que suprisse uma formação adequada há esses sujeitos, por isso, cabe enfatizar o governo do Dr. Joaquim Pires Machado Portela, mesmo tendo sido curto o seu mandato, decretou, através da Lei n. 669, de 13 de abril de 1871, que a instrução primária e secundária era a saída para minimizar o analfabetismo, assim, implantou escolas normais para suprir essa demanda e escolas normais para formar professores, para estarem inseridos e formar pessoas que tivessem interesse de concluir o ensino primário<sup>250</sup>. E a partir desta formação, esses alunos teriam mais dois anos para se formar em uma determinada profissão no estado do Pará.

A partir dessa lei foi possível enxergar uma esperança no fim do túnel quanto à iniciativa do governador Joaquim Portela de criar uma escola primária e secundária, contudo, teria que ser aprovado pela Assembleia Legislativa, e que fossem capacitadas as pessoas que se interessassem ao magistério. Nesse momento, vislumbra-se, mais uma vez, a possibilidade de tirar das ruas as pessoas (crianças e adolescentes) abandonadas por seus pais.

A escola foi inaugurada nessa província para minimizar os problemas sociais e políticos, pois muitos desvalidos, vagabundos, estavam nas ruas do estado do Pará. Assim, de fato, foi instituído o funcionamento da Escola Normal, com seus professores e diretores, por isso, é importante, a priori, ratificar alguns nomes de professores que contribuíram para escola normal formar alunos que estavam à mercê da sociedade provincial, como, por exemplo, o professor Américo Santa Rosa, que ministrava a matéria de gramática da língua portuguesa nacional, outro professor era Henrique Eulálio Gurjão, professor de Música, o professor Constantino Pedro Chaves da Motta, que ministrava a matéria de Desenho, neste aspecto, esses professores foram primordiais na formação de muitos professores dentro da escola normal, a qual contribuiu para minimizar o analfabetismo no Estado do Pará.<sup>251</sup>

Nesse momento, analiso como foi importante a inauguração desses estabelecimentos de ensino no estado do Pará, uma vez que possibilitaria uma formação mais adequada às crianças, e adolescentes que estavam nas ruas e, para além disso, termos uma instituição de ensino instrucional que formaria outros professores a concluírem na escola normal o curso de Magistério, para atuarem dentro das escolas primárias para ensinarem alunos e estes concluíssem o ensino primário, depois terem a oportunidade de escolher uma profissão para estarem inseridos nas fábricas provinciais.

Desse modo, torna importante esclarecer que a Escola Normal era dividida em dois estabelecimentos de ensino, pois a mesma ainda não possuía o seu prédio próprio, por isso foi

---

<sup>250</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 9.

<sup>251</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 10.

dividido no Liceu Paraense e no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Para melhor compreensão faz-se necessária a apresentação do Quadro 12, quanto à divisão dos professores.

Quadro 12 - Professores, matérias e horários do Lyceu Paraense.<sup>252</sup>

PROFESSOR	DISCIPLINA	HORÁRIO
<b>Henrique Eulálio Gurjão</b>	Música	7 às 8 hs, Segunda-feira
Guilherme Francisco Cruz	Aritmética	8 às 9 hs, Segunda-feira
Cônego José Pinto Marques	Religião	8 às 9 hs, Terça-feira
Camilo Henrique Salgado	Pedagogia	9 às 10 hs, Segunda-feira
<b>Américo Marques Santa Rosa</b>	Gramática	9 às 10 hs, Terça-feira
<b>Constantino Pedro Chaves da Motta</b>	Desenho	10 às 11 hs, Terça-feira
Henrique Eulálio Gurjão	Música	7 às 8 hs, Quarta-feira
Guilherme Francisco Cruz	Aritmética	8 às 9 hs, Quarta-feira
Camilo Henrique Salgado	Pedagogia	9 às 10 hs, Quarta-feira
Cônego José Pinto Marques	Religião	8 às 9 hs, Sexta-feira
Américo Marques Santa Rosa	Gramática	9 às 10 hs, Sexta-feira
Guilherme Francisco Cruz	Aritmética	8 às 9 hs, Sábado
Camilo Henrique Salgado	Pedagogia	9 às 10 hs, Sábado
Constantino Pedro Chaves da Motta	Desenho	10 às 11 hs, Sábado

Fonte: Souza (1972). Elaboração do autor.

Esses eram os professores que ensinavam as matérias com os seus horários na instituição do Liceu Paraense no ensino primário, o que possibilitou minimizar, de fato, o analfabetismo no estado do Pará, e que tirou das ruas muitas pessoas que estavam à margem da sociedade.

Também é importante apresentar o Quadro 13, a qual apresenta os professores com os seus horários no colégio Nossa Senhora do Amparo.

Quadro 13 - Professores, matérias e horários do Colégio Nossa Senhora do Amparo<sup>253</sup>

NOME	DISCIPLINA	HORÁRIO
Cônego José Pinto Marques	Religião	8 às 9 hs, Segunda-feira
<b>Américo Marques Santa Rosa</b>	<b>Gramática</b>	9 às 10 hs, Segunda-feira
Constantino Pedro Chaves da Motta	Desenho	10 às 11 hs, Segunda-feira
Henrique Eulálio Gurjão	Música	7 às 8 hs, Terça-feira
Guilherme Francisco Cruz	Aritmética	8 às 9 hs, Terça-feira
Camilo Henrique Salgado	Pedagogia	9 às 10 hs, Terça-feira
Cônego José Pinto Marques	Religião	8 às 9 hs, Quarta-feira
Américo Marques Santa Rosa	Gramática	9 às 10 hs, Quarta-feira
Guilherme Francisco Cruz	Aritmética	8 às 9 hs, Sexta Feira.
Camilo Henrique Salgado	Pedagogia	9 às 10 hs, Sexta-feira
Constantino Pedro Chaves da Motta	Desenho	10 às 11 hs, Sexta-feira

<sup>252</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 11. (Grifo meu).

<sup>253</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 11. (Grifo meu).

Henrique Eulálio Gurjão.	Música	7 às 8 hs, Sábado
Américo Marques Santa Rosa.	Gramática	9 às 10 hs, Sábado

Fonte: Souza (1972). Elaboração do autor.

Analiso, nesse momento, que a implantação das instituições de ensino foi aprovada por meio de uma lei, a priori, explicitava que o ensino seria ministrado por esta instituição, porém, saída foi lecionar em duas instituições de ensino que suprissem à necessidade de erradicar o analfabetismo tão alto no Brasil, por isso a importância desses professores, embora muitas vezes assumiam mais de uma matéria e em duas instituições ao mesmo tempo, contribuindo no processo de ensino no estado do Pará. Portanto, essas instituições escolares foram os primeiros colégios, que mesmo com o poder aquisitivo, muitas vezes não tinham professores formados. Essa foi a grande demanda de formar professores qualificados para lecionar nas escolas primárias e minimizar o analfabetismo regional e em todo o Brasil<sup>254</sup>. Portanto, fica evidente que o Pará queria tirar das ruas as crianças e adolescentes que, muitas vezes, por suas condições sociais precárias, cometiam delitos que prejudicavam o meio social da sua sociedade. Portanto, foi necessário criar uma legislação que, de fato, possibilitasse tirá-los das ruas. Porém, precisava-se de bons professores para contribuir no processo de ensino em Belém. Para além disso, analiso essa ida e vinda dos professores utilizando as salas de aula tanto do Liceu Paraense quanto do Colégio Nossa Senhora do Amparo, e que, através das suas matérias, inclusive de música, aritmética, gramática, etc., minimizou essa carência no processo de formação dos alunos na escola primária.

Muitos foram os discursos quanto à minimização e erradicação do analfabetismo no final do século XIX e início do século XX, por isso é importante conhecer as políticas e projetos aprovados com o ideal adequado para a formação nacional do ser humano, especificamente no estado do Pará, sobretudo para o controle social e político. Todavia, cabe a reflexão de que não havia um currículo adequado para o processo de instrução. Também não havia um quantitativo de professores qualificados para atuar nas escolas, e muitas vezes os professores que havia ministravam as suas aulas em suas próprias casas.<sup>255</sup>

Ione de Sousa (1972) defende que não existia um projeto político e curricular que pudesse ter uma escola noturna que limitasse o acesso à instrução. Além disso, a autora firma também que as crianças que adentrassem a escola deveriam ter uniformes adequados para frequentarem um banco de escola. Todavia, a Província não estava preocupada em formar um cidadão mais crítico em sua classe social, uma vez que o governo analisava que com menos

<sup>254</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 12.

<sup>255</sup> COSTA, Edivando da Silva. **Civilizar a Nação pela Instrução Pública: a Formação de Professores e Ensino Primário no Pará (1891 a 1909)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. f. 15.

estudos, menos críticas em seu poder. Para além disso, não havia escolas noturnas<sup>256</sup>. Pois, registro que os nossos governantes não estavam preocupados em criar escolas para essa demanda social regional no estado do Pará.

### 2.3 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS REPUBLICANAS

Da história humana, para demonstrar que a intelligencia e a educação constituem o mais alto de todos os valores commerciaes, a nascente mais caudalosa da riqueza, a condição fundamental de toda a prosperidade.<sup>257</sup>

A instrução na Província do Pará não contava com diretrizes pedagógicas para as crianças, adolescentes e desvalidos no período do Império, uma vez que essas pessoas estavam nas ruas e, ainda, muitos professores não tinham uma formação adequada e havia falta de muitos professores nas escolas. Com frequência os professores ensinarem nas suas próprias casas, sem necessariamente seguirem diretrizes. Mas cabe destacar a legislação definida no alvorecer republicano paraense:

Artigo 1: Os trabalhos escolares começarão e findarão exactamente á hora determinada no Regulamento 7 de maio do corrente anno.

Artigo 2: Os professores se apresentarão na escola, e, sob pretexto algum, salvo necessidade urgente e inadiável, **se ausentarão da sala da escola em que devem funcionar e na qual se conservarão até que tenham saído todos os alunos.**

Artigo 3: **Os professores devem apresentar-se na escola decentemente vestidos,** dando aos seus alumnos pela correcção e aceio de seu traje e porte uma lição moral. É-lhes prohibido apresentarem-se em chinellos.

Artigo 4: É também expressamente prohibido aos professores, em funcções escolares, **fumar,** occupar-se de assumptos estranhos a escola, **muito principalmente políticos e religiosos.**

Artigo 5: As suas relações com os alumnos devem ser sempre cheias de urbanidade e bonhomia.

Artigo 7: A sala da escola será caiada todos os annos. **Deve ser conservada com o máximo aceio, sendon varrida e espanada duas vezes todos os dias,** antes da entrada manhã e da tarde, e lavada ao menos uma vez por mez. As janellas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola como a casa em que funciona, serão objeto de minuciosos cuidados hygienicos.

**Artigo 8: Funcionando a escola na casa de residencia do professor, lhe será reservado o melhor compartimento, como as melhores dependencias para as necessidades escolares.**

<sup>256</sup> SOUSA, Ione Celeste J. de. **Escolas ao Povo: Ingênuos, presos e trabalhadores na escolarização baiana 1870 – 1890.** Feira de Santana: Ed. UEFS, 2019. p. 27.

<sup>257</sup> BARBOSA, Rui. **Orações do Apostolo:** Centenário do Marques de Pombal, pronunciado a 8 de maio de 1882, club de regatas Guanabarenses, Imperial Theatro de Pedro II. Rio de Janeiro. Ed. da Revista de Língua Portuguesa, 1923. p. 80.

**Artigo 9: Para o serviço exclusivo dos alumnos haverá em toda a escola latrinas, lavatório e água de beber, tudo installado segundo os preceitos da hygiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso aceio.**<sup>258</sup>(Grifos meus).

O regulamento escolar apresenta algumas estruturas, comportamentos dos professores e alunos, uma vez que especifica no artigo segundo que os professores não devem se ausentar das salas de aula quando estiverem ensinando os seus alunos. No artigo terceiro, que os professores devem observar as vestimentas dos seus alunos. O artigo quarto revela que os professores não devem fumar e trazerem assuntos estranhos como políticos e religiosos para a sala de aula. No artigo sétimo, que a escola deve pelo menos duas vezes na semana serem limpas e pelo menos uma vez por mês a escola deve ser lavada. No artigo oitavo, quando a escola funcionar na residência do professor, priorizar o melhor compartimento para todos os afazeres dos alunos. No artigo nono, que deve haver uma estrutura para os alunos, com pelo menos um lavatório e água de beber. Assim sendo, analiso que a estrutura apresentada pelo regulamento escolar onde comprova o perfil que deveria ter cada aluno para estar neste processo de instrução no ensino primário no estado do Pará.

Pensar a instrução pedagógica na República faz com que se reflita sobre o perfil da escola, assim sendo, Ione Sousa ratifica que o processo de ensino educacional foi importante devido à mão de obra qualificada que deveria empreender na formação do aluno que terminasse o ensino primário e tivesse uma formação profissional que contribuísse no mercado de trabalho<sup>259</sup>. Trata-se de uma instrução voltada para aqueles trabalhadores mais aptos na moral e no ofício, para além disso, é importante a narrativa de Marc Bloch sobre a Apologia da História, onde enfatiza que a pesquisa que o historiador realiza pode, de fato, contribuir com a demanda educacional, suprimindo a sua necessidade de minimizar os erros quanto à formação educacional do indivíduo<sup>260</sup>. Entretanto, Ione Sousa ressalta que a camada pobre continuou sendo marginalizada fora das escolas, uma vez que analiso, outrora, dentro das reformas educacionais no período do final do século XIX e início do século XX<sup>261</sup>, que não havia um projeto político no estado do Pará que, de fato, suprisse a necessidade da sociedade mais humilde regionalmente.

Refliço que as escolas existentes outrora, no século XIX e início do século XX, não supriam as necessidades dos mais pobres na sociedade, onde muitas vezes via-se crianças nas ruas e muitas delas abandonadas pelos próprios pais, por isso, torna-se fundamental apresentar

---

<sup>258</sup> PARÁ. Direção Geral de Instrução Pública. Ensino primário. **Regulamento Escolar**. Programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1890. p. 7-8.

<sup>259</sup> SOUSA, *op. cit.*, 2019. p. 27-28.

<sup>260</sup> BLOCH, *op. cit.*, p. 17.

<sup>261</sup> SOUSA, *op. cit.*, p. 29.

aqui que “no cenário político e educacional dos fins da década de 1870 e início da de 1880”<sup>262</sup>. Ou seja, começava a se pensar por meio de regulamento diretrizes para a criação de escolas noturnas que contribuiriam para essas pessoas abandonadas em sua sociedade. Assim, em 1873 criou-se a Sociedade Propagadora de Instrução popular, a qual contribuía com o curso primário regular e também aulas avulsas, palestras, enfim, foi uma instituição noturna criada para tirar das ruas indivíduos que estavam à mercê da sociedade provincial.<sup>263</sup>

Nas décadas finais do século XIX, foi-se construindo escolas noturnas que contribuíram para os mais pobres aprenderem um determinado ofício e estarem inseridos nas fábricas em suas cidades. A partir das diretrizes tomadas no final do século XIX, foi possível criar nas instituições escolares regulamentos que suprissem a formação específica de cada escola, pois essa possibilidade seria possível a partir da instauração da República, no processo de aprendizagem para os menos favorecidos, sobretudo porque as províncias tinham autonomia de implantar os seus próprios currículos para uma determinada formação e dos mesmos (no caso, os mais pobres e desvalidos) estarem aptos para um ofício ou profissão no Pará.

Assim sendo, analiso a importância desse novo regime, por possibilitar uma nova diretriz para a instrução, uma vez que os mais pobres poderiam sonhar no decurso provincial, uma legislação que pudesse contribuir no processo de instrução, por isso, de acordo com Costa, no estado do Pará, em 1894, o congresso decretou uma proposta para o ensino público com a finalidade de criar escolas primárias, escolas normais, escolas profissionais e a formação técnica para uma mão de obra qualificada e preparada para estar inserida nas fábricas provinciais. Portanto, vislumbra-se, nesse momento, a possibilidade de ensino no estado do Pará, e sobre essas formações de aprendizagem que permitem minimizar o analfabetismo em nossa localidade provincial. Outrossim, conforme enfatiza Jucimar Santos, o processo educacional de um povo deveria ser o princípio básico de qualquer estado que deveria formar cidadãos mais críticos em sua sociedade. Isto posto, a instrução qualificada é primordial para minimizar o analfabetismo no estado do Pará.<sup>264</sup> Sendo assim, este momento deixa claro que a saída para o analfabetismo dos mais pobres deveria ser a instrução, com o objetivo, de fato, ter um cidadão. Neste caminho de análise e reflexão, é importante o que o geógrafo Hamilton Santos nos apresenta em *O Espaço do Cidadão*, que a criança que nasce tem direito de ter uma educação de qualidade oferecida pelo Estado, independentemente de classe social<sup>265</sup>. Ou seja, independentemente de ser humano que

---

<sup>262</sup> SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

<sup>263</sup> SANTOS, Jucimar, *op. cit.*, f. 40.

<sup>264</sup> SANTOS, E., *op. cit.*, p. 17.

<sup>265</sup> SANTOS, H., *op. cit.*,

nasça, todos tem direitos iguais, inclusive na formação de uma instrução e/ou educação que possa contribuir numa formação mais crítica em sua sociedade provincial.

Brayner enfatiza que deveria haver escolas preparadas para a formação de indivíduos mais qualificados para a demanda profissional dentro da República, onde “poderia se encarregar de retomar a relação entre educação e espaço decisório naqueles níveis onde os homens — exatamente porque são homens, era apenas para os homens que tinham que estudar, e que deveriam ter oportunidades de se capacitarem e terem uma formação específica em sua ação profissional,<sup>266</sup> isto é, tornando-se visível frente aos outros, uma vez que possibilitaria em seu potencial cognitivo a forma de pensar, de argumentar, e de propor, por suas ações, o poder de decisão. Nesse contexto, analiso a importância das escolas republicanas de outrora abrirem vagas tanto para homens quanto para mulheres, independente de classe social, por isso, esses são os desafios das desigualdades republicanas que poderiam ser minimizados por meio das vagas nas escolas, sendo ofertadas para todos que busquem a sua formação profissional e seus ensinamentos.

Adriana Maamari ratifica que a instrução educacional deveria atingir a todos, sendo ela pública, homens e mulheres tinham que ter uma formação qualificada apresentada pelo Estado através de um programa que suprisse toda a demanda social. Assim, as diretrizes curriculares que devem ser implantadas, para todos os gêneros, independente de classe social, pode possibilitar o processo de instrução na formação de um ser mais crítico. Ademais, a autora enfatiza que garantir uma formação qualificada na formação do indivíduo é garantir que minimize o analfabetismo no estado do Pará<sup>267</sup>. Nesse momento, assim analiso que a busca por este caminho, por uma educação de qualidade, possibilita que todas as classes possam ter o mesmo processo de aprendizado para a formação de um ser mais ativo e crítico em sua sociedade.

Nesse momento de muita perspectiva em relação à instrução na então Província refletise da importância do Regimento Interno do Gimnasio Paraense, uma vez que ele determinava o processo de instrução. Nesse aspecto, o artigo primeiro mostra a importância da lei número 97, de 28 de julho de 1841, sob a denominação do Lyceu Paraense, e posteriormente denominado Gimnasio “Paes de Carvalho”, tem por fim difundir o ensino das ciências e letras, e funcionará como externato. Essa era a instrução que deveria existir na nossa localidade provincial. Além disso, enfatiza que no regulamento institucional da escola, que no artigo terceiro, estabelece que a excedência de alunos poderia ser avaliada anualmente pela escola em

---

<sup>266</sup>BRAYNER, Flávio. **Educação e Republicanismo**: Experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Liber Livro Ed., 2008, p. 2.

<sup>267</sup>MAAMARI, Adriana Mattar. A Fundamentação Filosófica da Escola Republicana. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, n. 82, p. 59-81, jul./dez. 2009.

relação às crianças a serem redistribuídas para outras salas dentro na mesma escola. Ou seja, a cada ano se fazia uma determinada avaliação quanto a um determinado número de alunos.<sup>268</sup>

Assim, especifica-se que não poderia haver turmas com mais de 40 alunos; e na última série do primário não poderia haver turmas com mais de 20 alunos. Nesse sentido, analiso como se tinha uma preocupação quanto ao quantitativo de alunos em sala de aula, em relação à preocupação quanto ao processo de aprendizagem em Belém do Pará.<sup>269</sup>

O próprio regimento deixa claro no artigo sexto sobre as diretrizes pedagógicas, que “o curso fundamental, ministrado em cinco annos, será constituído das disciplinas abaixo indicadas, distribuídas em cinco séries, conforme pode ser observado no Quadro 15<sup>270</sup>”.

Há, nesse momento de formação no curso fundamental, que a cada ano de curso entrava uma nova disciplina para complementar a sua própria formação e necessidade que se precisava, por isso, destaca-se a disciplina do Latim, Inglez, Allemão, Chimica, enfim, disciplinas que contribuíam para a sua formação no curso fundamental. Para além disso, destaca-se no programa de ensino e horários eram feitos pelos professores e tinha que ser aprovado trienalmente pela congregação antes do início das aulas. Acrescenta ainda no regulamento as instruções dadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública que os métodos utilizados no processo de ensino e aprendizagem utilizado no planejamento anual letivo dos alunos para a sua formação. Ou seja, existia sempre a autonomia dos professores em ensinar os alunos no processo de ensino no estado do Pará.<sup>271</sup>

Nesse processo sobre o programa implantado pelo professor,<sup>272</sup> percebo que o material disponibilizado pelos professores, muitas vezes tinha que ser comprado pelos próprios alunos. Para além disso, a entrada desses alunos no curso fundamental se daria em duas vezes, sendo: “uma na primaria série no exame determinado pelo regimento, e em 1 de dezembro, privativo aos alumnos do curso de adaptação; e a outra em fevereiro, para os candidatos estranhos”. Portanto, deixo claro que a entrada desses alunos fica evidente que deveriam ter determinado perfil para fazerem parte desta instituição de ensino.

Para tanto, evidencia para que todos os alunos pudessem frequentar as salas de aulas, todos deveriam serem matriculados, o que ocorreria no período de 1 a 14 de março do ano corrente. Assim sendo, essas eram as diretrizes das escolas republicanas ocorridas no início da República

---

<sup>268</sup> GYMNASIO DO PARAENSE. **Regimento Interno**. Belém: Off. Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1956. p. 3.

<sup>269</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 3.

<sup>270</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 3-6

<sup>271</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 7.

<sup>272</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 8.



no estado do Pará. Portanto, este processo educacional minimizou o analfabetismo educacional e instrucional regional e provincial em todo o Brasil. Todavia, penso que esse processo educacional foi gradual, devido o que José Murilo de Carvalho deixa claro: “com os baixos salários os professores não permaneciam como professores”.<sup>273</sup> Assim se deu o processo de aprendizagem no ensino primário, cujas disciplinas estão discriminadas por séries no Quadro 14.

---

<sup>273</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 67.

Quadro 14 - Disciplinas do curso fundamental.<sup>274</sup>

PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE	TERCEIRA SÉRIE	QUARTA SÉRIE	QUINTA SÉRIE
Portuguez	Portuguez	Portuguez	Portuguez	Portuguez
Francez	Francez	Francez	Francez	Latim
História da Civilização	Inglez	Inglez	Inglez	Alleão (facultativo)
Geographia	História da Civilização	História da Civilização	Latim	História da Civilização
Mathematica	Geographia	Geographia	Alleão (facultativo)	Geographia
Sciencias Physicas e Naturais	Mathematica	Mathematica	História da Civilização	Mathematica
Desenho	Sciencias Physicas e Naturais	Physica	Geographia	Physica
Música (canto orpheonico)	Desenho	Chimica	Mathematica	Chimica
	Música (canto orpheonico)	História Natural	Physica	História Natural
		Desenho	Chimica	Desenho
		Música (canto orpheonico)	História Natural	
			Desenho	

Fonte: Pará (1890). Elaboração do autor.

<sup>274</sup> PARÁ, 1956, *op. cit.*, p. 3-6.

### CAPÍTULO III - A SOCIEDADE PROPAGADORA DE ENSINO

A primeira exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant realiza-se devido, antes de tudo, ao concurso da Sociedade Propagadora do Ensino, sobretudo a energia de caracter e a boa vontade entusiastica do seu presidente, Dr. José Antonio Pereira Guimarães, que, cumpridor exacto dos Estatutos, procura, há 2 annos, realizar esta brilhantissima idéa, que, fomentando o desenvolvimento industrial e artístico do nosso meio, há de lançar sobre a sociedade, que elle preside, maiores fulgores de sancção publica e maiores symphatias de acceitação universal.<sup>275</sup>

Analiso esta associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino a partir desta exposição, onde o seu presidente, Dr. José Antonio Pereira Guimarães, que com muito esforço fez uma exposição no estado do Pará, e que muitos dos alunos vieram expor as suas artes, que aprenderam em sua instituição escolar noturna, e muitos eram premiados no Theatro da Paz. Por isso, acredito que esta iniciativa do presidente contribuiu ainda mais para o processo de formação nessas instituições escolares, e que minimizou o analfabetismo no estado do Pará. Ademais, essa associação criou um currículo que formou muitos trabalhadores que estavam inseridos nas fábricas, e que no decorrer foram assumindo melhores posições, pois estavam sendo formados em uma escola noturna que frequentavam a partir das 18:00hs até as 22:00 horas.

Ressalta-se que fica evidente que as indústrias necessitavam de uma mão de obra qualificada, assim sendo, o governador Lauro Nina Sodré, em sua campanha para o governo, implantaria uma escola noturna chamada de Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, para formar em uma determinada área para ingressarem nas fábricas no estado do Pará.<sup>276</sup>

Diante disso, o historiador firma que no final do século XIX, a educação poderia ser administrada por um governo que, de fato, se preocupasse em ter em sua província trabalhadores que pudessem se formar, além disso, por estarem à mercê da sociedade e serem os mais necessitados, em 16 de novembro de 1892, foi criada uma associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino, para construir um currículo que pudesse oportunizar a essas pessoas e, ao mesmo tempo, que suprisse essa mão de obra nas fábricas.

No livro *Crenças e Opiniões*, o governador Lauro Nina Sodré, em muitos de seus discursos, defendia que a educação poderia minimizar o analfabetismo no estado do Pará, por isso, o governador, em sua narrativa, assegura que:

<sup>275</sup> MOURA, Ignácio. **Estado do Pará**: a Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Belém. Typ. Diário Oficial, 1895. p. 9.

<sup>276</sup> CARDOSO, 2021, *op. cit.*, p. 33.

[...] tão sincera e tão ardorosa é em mim a fé republicana, que eu confundo no mesmo culto a Pátria e a República, noções que no meu espírito já se identificaram, porque eu não concebo a Pátria senão livre, grande e feliz, e só da República, ao que sinto, essa liberdade, essa grandeza, essa felicidade hão de provir.<sup>277</sup>

A narrativa e comprovação quanto aos anseios do governador Lauro Nina Sodré, reitera que só por meio da República era possível todos serem livres e terem acesso a uma educação através desta associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino, uma vez que muitos proprietários, políticos, funcionários públicos contribuíram com esta associação, para dar oportunidade para os alunos a concluírem o ensino primário, escolherem uma formação profissional e serem inseridos nas fábricas, pois esses alunos escolheriam uma profissionalização depois que tivessem concluído o ensino primário, e que em dois anos teriam matérias específicas em sua formação profissional; e, nesse momento, os alunos que concluíssem essa formação recebiam também prêmios de primeiro, segundo e terceiro lugares no Theatro da Paz, entregue muitas vezes pelo diretor da associação ou do próprio governador do estado do Pará.

Nesta investida, observo que na fase inicial da República, o índice de analfabetismo no estado do Pará era muito alto, assim, foi importantíssimo que existisse uma relação de atividade desenvolvida na imprensa para divulgar os atos ocorridos na educação, além disso, os aspectos essenciais foram importantes para trazer a paz e o progresso de uma determinada sociedade. Neste sentido, a imprensa foi fundamental para a República.<sup>278</sup>

A imprensa foi a responsável por informar e contribuir para a minimização do analfabetismo no estado do Pará, porém, evidentemente a mesma imprensa também contribuiu para manter a escravidão no Pará. Neste viés, a historiadora acrescenta que “Os jornais produzidos no Brasil no final do século XIX, da mesma forma que na Europa, principalmente, após o processo de independência, apresentavam como princípio os pensamentos iluministas de veicular valores e ideias, objetivando a educar o público leitor”.<sup>279</sup> E possibilitando um processo que permita uma educação e/ou instrução de qualidade em qualquer localidade do Brasil; e para erradicar esta falta de conhecimento para os mais humildes e desvalidos no estado do Pará.

---

<sup>277</sup> SODRÉ, L., 1896, *op. cit.*, p. 300.

<sup>278</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 66.

<sup>279</sup> *Id.*, *Ibid.*

Compreendo, nesse contexto, que a imprensa foi fundamental no processo educacional e de informações para com os mais pobres e desvalidos, uma vez que “os jornais apresentam notável relevância, por serem um dos poucos espaços nesse momento que contemplavam a apresentação e debate de temas variados, desde a política, educação, instrução e o cotidiano de uma sociedade que passava por grandes transformações em diversos níveis”<sup>280</sup>. Evidentemente, que a maioria das pessoas eram analfabetas.

Neste contexto, reflete-se com a chegada da República e do governo provisório Lauro Nina Sodré, que no início de seu mandato implantou uma associação que tomaria conta da educação dos “operários” que trabalhavam nas indústrias em Belém do Pará. Nesse sentido, é necessário compreender como surgiu essa associação, por isso, volta-se ao período anterior, de 1876, quando foi criada no Rio de Janeiro uma Sociedade de simpatizantes do positivismo, mas que, acima de tudo, apenas as ideias de Comte. No ano seguinte, analisei que dois jovens membros da Sociedade, sendo o fluminense Miguel Lemos e o maranhense Teixeira Mendes, que foram expulsos da Escola Politécnica, sendo assim, os dois foram para Paris, na França, onde aderiram ao positivismo religioso. Desta forma, os positivistas iam em busca de conhecimentos e lá permaneceram até 1880. No entanto, decidiram que no ano seguinte de 1881 voltariam ao Brasil.

No entendimento de Maria Teresa Chaves de Melo, o que mais importava naquele momento de formação eram os estudos teóricos, uma vez que possibilitava uma ascensão na sociedade, para além de integrar-se à elitização dentro da instrução pública; e o diferencial é que a maioria da sociedade atingia um índice de 75% de analfabetos e apenas 1% receberia e poderia ter um diploma superior. Nesse sentido, observei que a formação do militarismo não interessava, pois, segundo Augusto Comte declarava que não era importante a carreira militar, portanto, a busca para estar inserido em uma elite seria através da formação no ensino superior, todavia, o período demonstrava um analfabetismo muito alto no Brasil. Assim sendo, analisei que com o advento da República é importante o pensamento de Jorge Nagle, ao considerar que:

A república recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: Democracia, Federação e Educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A República proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação.<sup>281</sup>

---

<sup>280</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 181.

<sup>281</sup> NAGLE, 1976, *op. cit.*

Com a Proclamação da República possibilitaria tirar o país do atraso em relação à instrução e/ou a educação, pois o processo histórico apresentara uma formação dependente das nações europeias e o próprio Benjamin Constant queria que tivesse uma educação voltada para a maioria da sociedade, uma vez que a mesma educação privilegiou apenas uma elite e, por isso, era imprescindível que os primeiros esforços fossem voltados à educação primária, a qual possibilitava aos trabalhadores e seus filhos estarem em uma instituição à noite, pois esses operários e/ou trabalhadores estavam inseridos nas fábricas no estado do Pará. Neste sentido, é importante que se entenda que com “a Proclamação da República em 16 de novembro de 1889, já em fevereiro do ano seguinte tratava o governo de reformar seriamente a instrução pública”.<sup>282</sup> Para oportunizar a instrução escolar às populações de baixa renda e aos trabalhadores que estavam inseridos nas fábricas no estado do Pará.

Nesta perspectiva, foi criada uma associação chamada “Sociedade Propagadora de Ensino que tem hoje um capital de 75:157\$930 réis representado em apólices da Dívida Estadual e Federal, depósitos na Caixa Econômica, e bens moveis e utensílios”.<sup>283</sup> Neste sentido, refletir sobre a importância desta Sociedade no estado do Pará permite analisar o porquê destas contribuições, e de quantos eram arrecadados todo mês, pois esses sócios eram a maioria homens e mulheres da alta sociedade. Assim sendo ratifica que “O rendimento anual é de 2:540\$000 e a sua despesa é de 15:300\$000”. Para além disso, recebiam outros benefícios, por isso, o autor enfatiza que “os benefícios e serviços que esta útil associação tem prestado ao nosso meio industrial e artístico votam subvenções anuais onde tem contribuído para a prosperidade social”,<sup>284</sup> e a subvenção Estadual anual foi de 15:000\$000 e o Municipal de 5:000\$000”. Portanto, analiso que esta associação tenha contribuído com este Estado e o Município através do ensino. Além de contribuir na formação desses trabalhadores por meio desta escola noturna chamada “Lyceu Benjamin Constant onde tem prestado a instrução popular na formação dessas classes proletárias, e contribuído com os operários que frequentam o Lyceu nas oficinas e nas fábricas em que trabalham”<sup>285</sup>. Assim sendo, esta associação tinha minimizado o analfabetismo na formação desses operários nas indústrias no estado do Pará.

Nesse viés, é importante apresentar um quadro demonstrativo dos que contribuíam mensalmente para o Lyceu Benjamin Constant. Ademais, havia outras pessoas da sociedade e

---

<sup>282</sup> PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **A Educação no Pará: Documentário**. Belém, SEDUC, 1987, p. 14.

<sup>283</sup> MOURA, Ignácio. **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1895, p. 25.

<sup>284</sup> *Id., ibid.*

<sup>285</sup> *Id., ibid.*

fora dela que ajudavam o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Por isso, no Quadro 15 apresento pessoas importantes da sociedade no estado do Pará que contribuíram para minimizar o analfabetismo em sua localidade com mil réis mensais.

Quadro 15 - Contribuições do Lyceu Benjamin Constant.<sup>286</sup>

CONTRIBUIÇÕES	VALORES
Luiz Lavigne: um bilhete do benefício promovido pela comissão.	5\$000 réis
Donativo do capitão Adolfo Lemos de Souza.	69\$000 réis
Um bilhete de loteria remetido pelo dr. Chefe de segurança.	5\$000 réis
<b>D. Rosa Francisca de Oliveira Godinho; mensalidade de out. a dez.</b>	<b>3\$000 réis</b>
<b>D. Maria Francisca do Valle Paiva.</b>	<b>3\$000 réis</b>
Raul Paes de Azevedo.	3\$000 réis
Leandro Ferreira Campos.	3\$000 réis
Pedro Paulo de Oliveira Santos.	3\$000 réis
Luiz Domingos da Silva.	3\$000 réis
D. Maria Amélia Valente do Couto.	3\$000 réis
Luiz D. Juvenal Tavares.	3\$000 réis
D. Maria da Silva Santa Rosa.	3\$000 réis
Luiz Gonçalves Velloso.	3\$000 réis
D. Maria Cavallero da Veiga Cabral.	3\$000 réis
Dr. Antonio Marçal.	3\$000 réis
Dr. João José Godinho.	3\$000 réis
Marcos Nunes.	3\$000 réis
João Cancio da Silva Castro.	3\$000 réis
Marcellino de Lima Barata.	3\$000 réis
João Alberto da Silveira.	3\$000 réis
Manoel Antonio de Pinho.	3\$000 réis
João de Amorim Lima.	3\$000 réis
Dr. José Luiz Coelho.	3\$000 réis
Dr. Haydde Rosa Godinho.	3\$000 réis
Juventino Jayme de Almeida	3\$000 réis
Constantino E. Wan-Meyll.	3\$000 réis
<b>TOTAL ARRECADOS DOS CONTRIBUINTES TRIMESTRAIS</b>	<b>148\$000 réis</b>

Fonte: Assis (1892). Elaboração do autor.

O Quadro 15 permite analisar que muitos sócios que contribuíam mensalmente para a Sociedade Propagadora de Ensino muitas vezes pagavam a sua mensalidade trimestralmente, além disso, outros homens e mulheres ajudavam de forma diferente, ou seja, comprando um

<sup>286</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 4690, p. 1, de 14 de fevereiro de 1892.

bilhete feito pela comissão, outros compravam bilhetes de loterias, enfim, de uma forma ou de outra esta associação teria fundo suficiente para investir na instituição do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

Neste caminho, os Quadros 16 e 17 demonstram que muitas pessoas não tinham nenhum conhecimento, entretanto, muitas delas, por exemplo, os professores, contribuía, mesmo sabendo que o seu salário era baixo. Além disso, permite analisar que no governo de Lauro Nina Sodré era importante formar essas pessoas, para fazerem parte desse processo de formação, pois as indústrias estavam se instalando no estado do Pará e precisavam de uma mão de obra qualificada.

Neste caminho o governo prestou esclarecimentos em relação aos benefícios recebidos e despesas realizadas, que podem ser visualizadas no Quadro 16.

Quadro 16 - Caixa da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>287</sup>

<b>OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>VALORES</b>
Caixa Econômica	<b>12:000\$000 contos</b>
Donativos: juros das 8 apólices doadas pela diretoria da praça do Commercio de 1893, destinados a prêmios aos alumnos.	<b>400\$000 réis</b>
Banco Norte do Brasil	<b>18:000\$000</b>
Mensalidades e joias: recebidos de 1891	<b>520\$000 réis</b>
Mensalidades e jóias: recebidos de 1895	<b>544\$000 réis</b>
<b>Apólices estaduais: 6 sorteadas em 31 de dezembro de 1891</b>	<b>6:000\$000 contos</b>
2 ditas em 31 de dezembro de 1895	<b>2:000\$000 contos</b>
Subsídio: recebido do thesouro (1894-1895)	<b>20:000\$000 contos</b>
Subsídio para a exposição	<b>5:000\$000 contos</b>
Subsídio da Intendênci	<b>5:000\$000 contos</b>
<b>Juros: Recebidos de 1894</b>	<b>350\$000 réis</b>
<b>Juros: Recebidos de 1895</b>	<b>3:000\$000 contos</b>
<b>Exposição: Receita própria</b>	<b>12:810\$390 réis</b>
<b>TOTAL</b>	<b>93:819\$750 réis</b>

Fonte: Assis (1896). Elaboração do autor.

O Quadro 16 mostra que a sociedade tinha muitos benefícios, subsídios, apólices, mensalidades, bancos, juros e joias que contribuía para a criação da escola noturna chamada Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que formaria operários que estavam inseridos e trabalhando nas fábricas o dia todo, e à noite estavam adquirindo uma formação dentro desta

<sup>287</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5802, p. 3, de 8 de março de 1896.



instituição escolar noturna. Ora, esta formação profissional terminaria em seis anos, a partir da sua formação no ensino primário e mais dois anos em algum curso específico escolhido na sua formação dentro das oficinas.

Neste contexto, a escola começou as suas atividades educacionais de horário noturno, assim, é importante frisar que só foi possível graças à associação chamada de SPE, que criou um currículo, onde implantou os seus horários e gastos, por isso, apresento o Quadro 17, com a saída dos gastos da Sociedade Propagadora de Ensino.

Quadro 17 - Saída de réis da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>288</sup>

<b>OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>VALORES</b>
Caixa Econômica	<b>533\$000 réis</b>
Donativos: Importância despendida em prêmios aos alunos	<b>251\$000 réis</b>
Banco Norte do Brasil	<b>35:800\$000</b>
Honorários e gratificações: Aos senhores professores empregados do Lyceu	<b>12:710\$000</b>
Apólices gerais: compras de 16 ditas do typo 03 a 05 de juros	<b>14:800\$000 réis</b>
Móveis e utensílios	<b>130\$000 réis</b>
Contas a pagar: Ditas de 04 e custo ano	<b>30\$500 réis</b>
Expediente	<b>76\$000 réis</b>
Exposição: várias despesas	<b>27:232\$070 réis</b>
<b>Saldo de 1896</b>	<b>975\$412 réis</b>

Fonte: Assis (1896). Elaboração do autor.

Analiso que nessa fonte documental mostra que os benefícios e despesas existiam um parecer que afirma que a comissão de finanças da Sociedade Propagadora de Ensino era encarregada especialmente da forma dos estatutos, de examinar o balanço geral e **as contas apresentadas pelo tesoureiro Sr. José de Castro Figueiredo**, que apresenta o seu parecer julgando-o em condição de aprovação (Grifo meu).

Neste viés, a comissão examinou toda a escrita e folga em reconhecer que tem sido feita com a maior regularidade, clareza e asseio, e as despesas acham-se todas convenientemente documentadas. Para além disso, a receita durante o ano de 1895, foi de 6::778\$000 e a despesa de 41:559\$838, acusando, portanto, um saldo de 20:220\$262 com que se elevou o capital da SPE a 93:352\$692 réis. **Assina a Sociedade Propagadora de Ensino, em 9 de fevereiro de 1896, Henrique Santa Rosa, Francisco da Silva Aguiar e Sabino Henrique da Luz.**

<sup>288</sup> *Id, ibid.* p.3.

Portanto, demonstra que “[...] esta associação trabalhava de forma transparente anualmente e apresentava no congresso através de uma comissão todas as suas despesas e benefícios para que fossem aprovadas as suas contas”.<sup>289</sup>(Grifo meu).

Neste caminho, é fundamental a fonte documental do jornal *Folha do Norte* de 1897, a qual corrobora que a SPE solenizou a cerimônia de entrega das medalhas da Exposição do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant aos alunos expositores premiados, e dos diplomas de sócios beneméritos aos Sr. Dr. Lauro Sodré e José Antonio Pereira Guimarães, presidente daquela Associação<sup>290</sup>. Para além disso, foi rigorosamente executado todo programa de solenidade, e certamente digna de comemorar a celebração em Belém “do proveitoso certame das artes industriais e ciências, que se levou a efeito no último ano passado”.

Assim, usaram belamente da palavra **o Sr. Dr. Lauro Nina Sodré**, que com patrióticas frases encerrou a sessão. Além do mais, o Sr. Arthur Viana, membro da diretoria do Lyceu Benjamin Constant, recitou uma vibrante poesia. Além da magnífica orquestra, sob a regência dos maestros Gama Malcher e Roberto de Barros, assim como as distintas violinistas e harpistas dd. Virginia Bloch e Esmeralda Cervantes foram delirantemente aplaudidas. Foi uma belíssima festa, bastante concorrida, que oferece ao público a Sociedade Propagadora de Ensino. Portanto, os melhores trabalhos da exposição, especificamente dos alunos do Lyceu Benjamin Constant ganharam premiação por esta Associação criada pelo governador da Província do Pará Lauro Nina Sodré.<sup>291</sup> (Grifo meu).

Assim, foi assegurando aos alunos desta escola noturna que era possível sim concluírem o ensino primário e escolherem uma profissionalização para serem inseridos nas fábricas e serem mais visualizados em suas localidades provinciais.

Neste sentido de valorização e minimização do analfabetismo, muitas outras escolas eram importantes. Sendo assim, trago a narrativa de Felipe Tavares de Moraes, ao enfatizar que “as reformas da Escola Normal e do Lyceu Paraense, eram concebidas como indispensáveis para levantar o nível da instrução pública”,<sup>292</sup> e esta concepção estaria implantada no governo

---

<sup>289</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5804, p.3, de 8 de março de 1896.

<sup>290</sup> ESTADO do Pará. Livro da porta. **Folha do Norte**, Belém, p. 2, de domingo, 24 de janeiro de 1897.

<sup>291</sup> ESTADO do Pará. Livro da porta. **Folha do Norte**, Belém, p. 2, de domingo, 24 de janeiro de 1897.

<sup>292</sup> MORAES, Felipe Tavares de. **A Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)**: os sentidos de uma concepção político-educacional republicana. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 42. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2761>. Acesso em: 23 nov. 2023.

provisório de Lauro Nina Sodré de 1889-1891. Assim sendo, fazem-se necessárias as palavras do autor, ao refletir que:

O relatório de Antônio José Ferreira Braga apresenta as suas preocupações com a instrução e a sua incompatibilidade com os desenvolvimentos materiais da província. Considera que a falta de professores, de escolas e de alunos é a tríade negativa que marca a educação da província. Reputa, ainda, que a formação de professores é um elemento estrutural para melhorar a educação, tanto que faz referência a Grécia que, para conquistar a sua independência e liberdade, primeiro fechou as portas das escolas primárias até que a Escola Normal fornecesse o número necessário de mestres para o ensino.<sup>293</sup>

Foi necessário fechar as portas de escolas primárias para que, a priori, se preocupassem em formar professores que contribuíssem com a formação desses alunos, por isso, torna-se importante analisar, dentro da Sociedade Promotora de Ensino, como funcionava e quem eram os responsáveis por implantar um currículo para os trabalhadores e seus filhos, onde só tinham aulas noturnas, todos os dias úteis, das 18:00 às 22:00 horas.

Ronaldo Araújo compreende que “a educação profissional para o trabalho a mais diretamente vinculada ao momento da produção sempre foi colocada no âmbito da educação como um todo, e tinha como preocupação imediata combater os malefícios da divisão do trabalho”.<sup>294</sup>

Desta forma, é importante analisar as concepções políticas-educacionais republicanas e as propostas do primeiro governo Lauro Sodré, para este novo momento na educação e formação desses proletários e seus filhos, pois foi implantado pela associação, por meio do programa vinculado às concepções do governo republicano que estava sendo instituído com o funcionamento noturno, das 18:00 às 22:00hs, em dias úteis, para que não prejudicasse a força de trabalho. Neste sentido, destaco as palavras de Theofilo Braga:

[...] à medida que a educação pública se alarga, a indústria se multiplica, que as opiniões se racionalizam, o indivíduo adquire um maior grão da sua consciência e procura afirmar por todas as formas a própria independência. É nessa fase de transformação que o Estado se imobiliza, concentrando a autoridade nos privilégios dinásticos, apoiando-se nas classes atrasadas, conservadoras por instinto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrofiadora chamada a centralização administrativa.<sup>295</sup>

---

<sup>293</sup> *Id, Ibid.*, p. 50.

<sup>294</sup> ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Educação Profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 186.

<sup>295</sup> CARVALHO, José Paes de. Colaboração: do espírito e caráter das rebeliões paraense. **A República**: Órgão do Partido Republicano, Belém, p. 2, de 7 de setembro de 1886.

Conforme Ignácio Moura, “em suas reuniões no palácio do governo foi instalada definitivamente esta sociedade no dia 12 de outubro de 1893, em comemoração ao aniversário da descoberta da América”.<sup>296</sup> Para além disso, na inauguração o Presidente “exm. sr. Barão de Marajó enfatizou que “tem por fim estudar todas as questões de ciencias e letras cuja solução possa trazer qualquer desenvolvimento a futura Amazônia”,<sup>297</sup> portanto, analiso que as suas publicações com relação à ciência e letras eram divulgadas a cada três meses e o seu principal redator foi o bibliotecário Sr. Bertino de Miranda, que era um excelente auxiliador desta associação. Tinha Apenas 30 anos, foi escritor e jornalista, e escreveu muito tempo o jornal *O Commercio do Amazonas*, em Manaus, e veio para o estado do Pará em 1890.<sup>298</sup>

Analisei os vencimentos dos professores de Música por meio da Lei de nº 10, de 9 de janeiro de 1892, onde “fica os vencimentos de professor de música do Instituto de Educandos de Artífices Paraense e manda que a respectiva cadeira seja provida por meio de concurso”,<sup>299</sup> o professor de música, por exemplo, recebia 1.600.000 réis e a sua gratificação; 800.000 réis.

Assim sendo, muitos professores de música do Instituto tinham um vencimento e uma gratificação anual, mas só poderiam exercer esta profissão quando eles fizessem concursos para concorrerem a esses cargos. Todavia percebe-se nesta lei que todas as disposições em contrário que o secretário publique, imprima e faça divulgar a todas as pessoas que queiram concorrer a este cargo e que se inscrevam dentro do período proposto. Neste sentido, as vagas para professor de música tinham as suas atribuições, ordenados e gratificações. Outra legislação significativa foi a Lei nº 32, de 11 de agosto de 1892, que “contribuiu para refletir-se sobre o governo provincial que foi o Lyceu Paraense, que declarava no primeiro artigo a dispensa de 18 meses de trabalhos letivos, João Baptista Ferreira Penna, o qual está implícito a sua liberação”.<sup>300</sup>

Dessa forma, muitas das ações do governador do estado do Pará foram importantes, uma vez que se analisa através da Lei nº 53, de 27 de agosto de 1892, que contribui com uma Escola de Agricultura e uma Escola de Fazenda Agrícola, onde torna explícito que essas escolas teriam um curso que contribuiria para esta formação, por isso, é necessária a apresentação desta instituição.

---

<sup>296</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 43.

<sup>297</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>298</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 44.

<sup>299</sup> BRASIL. Decretos e Leis. Lei nº 10 de 09 de janeiro de 1892. In: BRASIL. **Collecção das leis da República do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892. 1 v. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

<sup>300</sup> BRASIL. Decretos e Leis. Lei nº 32 de 11 de agosto de 1892. In: BRASIL. **Collecção das leis da República do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892. 1 v. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

Neste caminho cria-se, através da lei sobre a construção de uma Biblioteca Pública do Estado, onde custou **sessenta contos de réis**, a qual contribuirá para a formação dos futuros **engenheiros, advogados**. Todavia, a mesma biblioteca estará proibida de ser utilizada pelos alunos que estudaram no Lyceu de Artes e ofícios Benjamin Constant. Além disso, existia uma exclusão por parte desses líderes que tomariam conta dessa escola.

No período pesquisado, organizou-se um conjunto de instituições educativas, dentre as quais destacam-se o Museu Paraense, o Liceu Paraense, a Escola Normal, a Sociedade de Estudos Paraenses, a Sociedade Propagadora de Ensino e a Biblioteca Pública. Neste sentido, Lauro Nina Sodré buscava, através do seu programa, que essas instituições contribuíssem para a formação das classes mais pobres no estado do Pará. Neste sentido, a narrativa de Nelson Sanjad torna-se importante, pois:

Nesse rol de obras há reforma do Instituto Paraense Artificies em um suntuoso prédio para crianças pobres de todo o estado, o instituto de Liceu de Artes e Ofícios para público adulto, e para crianças “desvalidas” associação protetora dos órfãos e Colégio Nossa Senhora do Amparo.<sup>301</sup>

Outrora, analiso nas concepções do historiador que os discursos de Lauro Sodré enfatizavam que as classes menos favorecidas tivessem oportunidades de se formarem, dependendo de suas idades em uma profissão voltada para o mercado de trabalho. Destacava-se que esta instrução permitiria uma formação técnica e não oneraria ao Estado, no entanto, não formaria um ser mais crítico em sua sociedade.

Conforme Nelson Sanjad, havia várias funções para uma mão de obra ser implementada, sendo elas: econômicas, industriais, comércio e agricultura, que era um mecanismo utilizado pelos países considerados modernos e que podia ser aplicado no Pará, na administração de Sodré. Mas, para isso, ele defendia um ensino técnico para atividades agrícolas, distinta da tradição da formação de bacharéis, por isso, a ideia positivista de Lauro Sodré era justamente aumentar a mão de obra em uma formação técnica, onde o salário seria de menor valor, todavia, a preocupação do governador era justamente em não formar um cidadão de nível superior, pois, na sua concepção, aumentaria as despesas com os cofres públicos, por isso, “o cidadão com o Diploma iria compor um exército de funcionários, e aumentaria os gastos com os cofres

---

<sup>301</sup> SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva**: O Museu Paraense entre o Império e a República, 1886-1907. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

públicos, que ocorria usualmente no Brasil e no Pará”,<sup>302</sup> pois a sua ideia positivista era oferecer uma mão de obra qualificada e sem impactos significativos de retorno à sociedade.

Portanto, analiso que dentro do programa de Lauro Sodré, a sua ideia era de manter um “obstáculo ao progresso e isto ocorria somente por causa da insuficiência de um ensino técnico capaz de fazer amar cada um o ofício, que poderia eleger, os meios e as oportunidades”.<sup>303</sup> Neste sentido, reflito que o fundamental para Lauro Sodré era manter sempre uma capacitação voltada para as classes mais pobres, mas sempre de ensino técnico, e voltado às indústrias, uma vez que, não se exigia um nível superior e sim um ensino técnico com capacitação, por isso, o programa de Lauro Sodré foi fundamental, pois a grande maioria da sociedade era analfabeta.

Corroboro a ideia de que quanto mais tivessem oportunidade, os mais pobres mais teriam a possibilidade de estar inseridos na sua própria sociedade, por isso, Sodré acreditava que “quanto mais instruída fosse uma população, melhor seria o desenvolvimento da nação”<sup>304</sup>. E, nessa conquista, o país ou Estado estaria em condições de enfrentar as disputas acirradas de mercado internacional entre os povos modernos, por isso o governador tinha uma visão muito estratégica, pois permitia pensar a formação como sendo fundamental, ao enfatizar que:

A organização do ensino técnico, disse já alguém, não é uma simples questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos empenhados na luta travada no terreno da população e das permutas. Nos torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a vitória há de caber aos mais aparelhados, isto é, aos mais instruídos.<sup>305</sup>

Nestes moldes, o governo tentava tornar sempre possível uma capacitação aos trabalhadores e de esses estarem inseridos no mercado de trabalho, uma vez que permitia não só no estado do Pará, como também em outras províncias e até mesmo ao mercado internacional a sua capacitação. Sodré tinha em mente as ideias positivistas de sua formação, pois privilegiou algumas instituições que contribuiriam para esta capacitação e tiraram das ruas pessoas abandonadas por todo o país, além de tornar fundamental refletir sobre as concepções do governador, em implantar algumas instituições que contribuíssem para o programa do seu governo.

---

<sup>302</sup> SANTOS, José de Arimatéa Gouveia dos. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 2016, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: Ed. UFSC, 2016, p. 6-7.

<sup>303</sup> SODRÉ *apud* SANTOS, José, p. 24.

<sup>304</sup> SANTOS, José, *op.cit.*, p. 7.

<sup>305</sup> SODRÉ *apud* SANTOS, José, p. 24.

O governador implantou esta instituição em 1893 e, conforme enfatiza Selma Garrido Pimenta: “O Orphelinato Paraense foi criado pela Associação Protetora dos Órfãos, em Belém, e era mantido por associados e por doações”.<sup>306</sup> Todavia, percebemos que no decorrer do tempo esta instituição pediria ajuda à Intendência Municipal de Belém, pois a pesquisadora declarou que “no ano de 1900, os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, além disso, o “principal representante na época, o intendente Antônio José Lemos”, era opositor a Lauro Sodré<sup>307</sup>. Assim, penso que mesmo sendo opositores politicamente, Lauro Sodré e Antônio Lemos buscavam inserir e dar oportunidades a esses órfãos desvalidos da sociedade do estado do Pará.

Acredito ser importante reconstruir a definição desta instituição, pois segundo Houaiss, a palavra “orfanato”, em seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, significa “estabelecimento assistencial, público ou particular, que tem por finalidade abrigar e educar órfãos, ou crianças abandonadas”<sup>308</sup>. Ou seja, analisamos, a priori, que no decorrer do tempo a assistência vai se transformando conforme as necessidades dos seres humanos, especificamente desde a idade média.

Segundo enfatiza Selma Garrido Pimenta: “ao retratar a infância em Paris, explica que no ano de 1633, na França, foi criado uma instituição por Saint Vicent de Paul denominada “Companhia das Filhas da Caridade”, e que tinha como missão cuidar e educar todas as crianças encontradas nas ruas”<sup>309</sup>. A autora acrescenta ainda que “neste ano aumentou o número de crianças abandonadas nas ruas, nos hospitais e nas igrejas de Paris. Mas, só em 1793 o Estado passou a dar mais atenção a esses menores, ao baixar um decreto que afirmava que as crianças abandonadas seriam apoiadas pelo Estado e seriam chamadas de “d’enfants naturels de La Patrie” (filhos naturais da Pátria). Nesse sentido, as comissões administrativas dos hospitais e a assistência pública passaram a dar maior atenção aos pequenos abandonados. Rizzo *apud* Selma Pimenta, afirma que “os orfanatos e asilos foram criados para dar assistência às crianças órfãs de pai e mãe, crianças filhas de viúvas que precisavam trabalhar, ou até mesmo de mães solteiras, que queriam esconder da população a gravidez indesejada, já que o fato de ser mãe solteira era vergonhoso

---

<sup>306</sup> PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores: identidade e saberes**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 30.

<sup>307</sup> *Id., ibid.*

<sup>308</sup> HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009, p. 473.

<sup>309</sup> *Id., ibid.*, p. 31.

perante a sociedade”<sup>310</sup>. Ou seja, havia uma preocupação do Estado em tirar das ruas essas crianças abandonadas pelos pais, principalmente daquelas mães que tinham filhos e eram solteiras.

No governo de Lauro Sodré percebemos a preocupação em criar essas instituições, com o intuito de tirar das ruas essas crianças, pois Selma Pimenta enfatiza que o processo de ensino foi se modificando com o tempo, uma vez que os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como educá-las para um ofício.<sup>311</sup>

No Pará, “em 1804 foi criado o Recolhimento das Educandas pelo bispo Manoel de Almeida Carvalho. A instituição objetivava amparar e educar meninas índias. Acrescenta-se ainda que “esse espaço se tornou mais tarde o ‘Colégio Nossa Senhora do Amparo’ que, de acordo com seu regulamento, passou a proteger e educar meninas órfãs, pobres e desvalidas”. Ou seja, no decorrer do tempo, observa-se que essas instituições foram criando em seus objetivos uma espécie de acolhimento para com essas crianças desamparadas. Para além disso, é uma instituição filantrópica, neste sentido, destacava-se o Orphelinato Paraense, que era mantido por associados e por doações, por isso, nesse primeiro momento, não se caracterizava como público, nem como privado, mas como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos”.

De acordo com Selma Pimenta, a instituição chamada Associação Protetora dos Órfãos transformou-se em Orphelinato Paraense em 1902<sup>312</sup>. Ele foi instalado em 15 de agosto do mesmo ano e, em 1906, tornou-se Orfanato Antônio Lemos. Tal associação era composta por membros associados que, por meio de doações e trabalhos voluntários, atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém. Porém, faz-se necessário averiguar esta associação sobre a sua origem. Por isso, no jornal *A Província do Pará*, de 1893, segundo Selma Garrido Pimenta, a Associação Protetora dos Órfãos “é uma sociedade cuja iniciativa pertence ao honrado governador Lauro Sodré e foi fundada no dia 13 do corrente, podemos desde já chamá-la filantrópica tal o fim a que se destina”<sup>313</sup>. Neste sentido, a criação desta instituição foi fundamental, pois enfatiza que “para criar a Associação Protetora dos Órfãos, o jornal *A Província do Pará* de 10 maio de 1893 relatou

---

<sup>310</sup> Rizzo *apud* PIMENTA, S., 2012, P. 31.

<sup>311</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 31.

<sup>312</sup> *Id. Ibid.*, p. 32.

<sup>313</sup> *Id. Ibid.*



que foi distribuída uma circular, dirigida ao grande número de cidadãos reconhecidos por seu espírito protetor para que viessem a fazer parte da Associação como sócios”<sup>314</sup>. Por isso, nas palavras do Governador, “Cabia a eles contribuir mensalmente com uma quantia em favor dos pobres e desamparados. Portanto, passaria uma “folha circular que deveria ser preenchida e em seguida entregue no palácio do governo”. Ou seja, os sócios deveriam contribuir para essas pessoas mais pobres e desamparadas.

Neste caminho de colaboração, o jornal *A Província do Pará*, de 20 de junho de 1893, traz à baila as contribuições dos sócios, que ajudaram essas crianças desamparadas, por isso, apresento a seguir os nomes e as quantias de cada colaborador do Orphelinato Paraense (Quadro 18).

---

<sup>314</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 35.

Quadro 18 - Contribuições ao Orphelinato Paraense.<sup>315</sup>

<b>NOMES</b>	<b>DOAÇÃO</b>	<b>VALORES</b>
Barão do Monte Cordovil	Jóia e Remissão	200\$000 réis
Agostinho José de Almeida	Idem	200\$000 réis
José Gonçalves de Medeiros Branco e sua esposa	Idem	200\$000 réis
Joaquim Nogueira Travassos	Idem	100\$000 réis
Carlos Alves Ribeiro	Idem	100\$000 réis
Produto de subscrição promovida pelo agente Ferreira	Donativos	80\$000 réis
Dona Rosa Pena	Jóia e Mensalidade	50\$000 réis
Antonio Dias dos Santos	Idem	50\$000 réis
Tenente Coronel Ludegero A. Silazar e sua esposa	Idem	20\$000 réis
Dezembargador Gentil Bittencourt	Idem	20\$000 réis
Janio Nelson e sua esposa	Idem	21\$000 réis
Dr. Feliciano H. Hardemin	Idem	21\$000 réis
Dr. Alyrio P. e Melo	Idem	21\$000 réis
Major Leopoldo E Pereira Lima	Idem	20\$000 réis
Francisco de Sá Gonçalves de Medeiros	Idem	20\$000 réis
Desembargador José Gonçalves Coimbra e sua esposa	Idem	10\$000 réis
General Frederico Cavalcanti	Idem	13\$000 réis
Tenente Coronel Francisco C. Aguiar e Souza	Idem	13\$000 réis
Dr. João Gonçalves de Medeiros	Idem	13\$000 réis
Dona Luiza G. de Silveira	Idem	12\$000 réis
Tenente Manoel E. Gouveia Monteiro	Idem	12\$000 réis
Alferes Levino Monteiro de Oliveira	Idem	13\$000 réis
Capitão Carlito Malaquias Mendes	Idem	13\$000 réis
Dr. Joaquim Rodrigues de Souza Filho	Idem	13\$000 réis
Dr. Themintoles de Figueiredo	Idem	13\$000 réis
Francisco X. D. Cardoso	Idem	13\$000 réis
Capitão Manoel R. de Mattos	Idem	10\$000 réis
José Rocha	Idem	10\$000 réis
Manoel José Correa	Idem	10\$000 réis
Manoel F. Neves	Idem	10\$000 réis
Raymundo Lavareda de Lima	Idem	10\$000 réis
Francisco X. P. de Melo	Idem	10\$000 réis
Capitão Manoel Borges	Idem	10\$000 réis
Francisco Apligio Caldas	Idem	10\$000 réis
Dr. José L. Pereira Lima	Idem	10\$000 réis
Manoel de Góes Nogueira	Idem	10\$000 réis
Manoel A. F. Borges	Idem	10\$000 réis
Capitão José Carlos da Silva Telles	Idem	10\$000 réis
Dona Anna Hardemias	Idem	8\$000 réis
<b>TOTAL DE VALORES</b>	<b>Fim</b>	<b>1:301\$000 réis</b>

Fonte: Assis (1893). Elaboração do autor.

<sup>315</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. *A Província do Pará*, Belém, n. 5084, p. 3, terça-feira, de 20 de junho de 1893.

As contribuições apresentadas demonstram que muitos ajudavam para que os seus nomes fossem divulgados nos jornais semanais, além do mais, os que contribuía eram militares, donos de fábricas e pessoas físicas. Assim, essa instituição filantrópica instalada em 1893 ajudou muitas crianças desvalidas a saírem das ruas, para terem a oportunidade de estar em um lar assistencial e, acima de tudo, para que essas crianças não tivessem pensamentos ilícitos e serem pessoas de bem na sociedade local.

Neste caminho provincial em relação a essas crianças desvalidas é importante a narrativa de Eric Hobsbawm, em *A Era do Capital: 1848-1875*, ao afirmar que a educação era o caminho das classes mais pobres, e no ensino primário percebia-se que o processo ainda estava em fase de formar professores para serem inseridos nas classes primárias no estado do Pará. Assim, é importante que:

[...] a educação escolar se tornava mais geral e, acima de tudo, a migração urbanizava povos rurais, todos estes ressentimentos encontravam uma ressonância geral crescente. Pois escolas e instituições, ao imporem uma língua de instrução, impunham também uma cultura, uma nacionalidade.<sup>316</sup>

Assim, percebo que além de muitos que contribuíram com esta instituição filantrópica, também existia o caminho da educação, para que os mesmos pudessem sair das ruas e terem um futuro promissor dentro da escola do ensino primário. Além do mais, o período demonstra um analfabetismo muito grande nas classes menos favorecidas locais no estado do Pará.

Havia uma preocupação muito grande do governador Lauro Nina Sodré em relação à educação, por isso, a sua justificativa da criação e colaboração dessas pessoas mais pobres e desamparadas foi importante, pois:

Bem sabeis que só pela cultura da inteligência e pelo trato esmerado do coração pode o homem, no seio da coletividade, em que vive, ser um elemento realmente útil à sociedade. E nas nações regidas pelo sistema político republicano, que dá ao povo o direito de governar-se, é de necessidade primordial incutir nos espíritos a grande verdade da ciência, os sagrados princípios da moral, sob cujo benefício influxo podem formar-se sólidos caracteres, cidadãos capazes de compreender e defender os direitos inamissíveis que as leis lhe asseguram.<sup>317</sup>

Compreendo que o governador apresentava estar de acordo com a Constituição, que estabelecia a inteligência, a coletividade e útil à sociedade, por isso, todos que se sentissem abraçados por esta causa deveriam preencher e entregar ao palácio do governo por meio da circular que poderia contribuir para esta instituição.

<sup>316</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021.p. 19.

<sup>317</sup> SODRÉ, L., *op. cit.*, p. 1.

Assim, segundo Selma Garrido Pimenta que “a instituição do Orphelinato foi importante na preparação do homem e da mulher para estarem livres em sua sociedade”,<sup>318</sup> nesse sentido, fora importante que esta aprendizagem estivesse conforme o que estabelecia a Constituição da República, onde tivessem tudo a ver com a ordem. Segundo as palavras do governador, esta instituição coloca os ideais republicanos em prática, uma vez que seguia pela filosofia de Augusto Comte. E era necessário controlar as órfãs e de fazê-las úteis à própria sociedade. Como descreve o jornal *Caridade*, que é fundamental este jornal, pois é “um documento e meio de comunicação que permite analisar todas as informações”,<sup>319</sup> pois o jornal é um meio que informa e esclarece a sua opinião. Dessa forma, Michel Foucault enfatiza que “compreende a interpretação do documento como um discurso. Nesse sentido, as fontes não se propõem apenas a transmitir informação, mas também se constitui um produtor de sentido”.<sup>320</sup> A análise e a reflexão permitem formar opiniões através dos documentos cientificamente, pois a busca por essas fontes contribuirá para o objeto da pesquisa.

De acordo com Ernesto Cruz, “as informações vindas dos jornais eram para as pessoas que sabiam ler e escrever”<sup>321</sup>, pois a maioria da sociedade era analfabeta, e o jornal do Orphelinato queria formar ou reforçar na sociedade paraense a ideia sobre a importância de se construir um espaço para amparar e educar órfãs. Por isso, são relevantes as concepções de Adriene Ferreira Pimenta, de que “as famílias não viam o recurso à assistência como um ato de desamor, mas uma possibilidade de proteger seus filhos do infanticídio”.<sup>322</sup> Portanto, analiso que esse recurso foi importante para as famílias, e de contribuírem com os seus filhos, pois todos estavam aliados às ideias de governador em implantar uma instituição que tirasse das ruas crianças desamparadas em suas localidades provinciais.

O governador Lauro Nina Sodré acompanhava muitas informações vindas da Europa, pois, em suas palavras sobre as instituições da França, analisou que na guerra, em 1870, “arrojou milhares de crianças à orfandade, onde perderam na guerra os seus pais, por isso, aderiu como

<sup>318</sup> PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores: identidade e saberes**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 35.

<sup>319</sup> SODRÉ, Lauro. Caridades. **Jornal Caridade**. Edição especial: Promovida pela corporação artística das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso & Cia com o valioso concurso de distintos colaboradores. Belém: Ed. Tavares Cardoso, jun. 1893, p. 6. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/820903/per820903\\_1893\\_00001.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/820903/per820903_1893_00001.pdf). Acesso em: 02 maio 2022.

<sup>320</sup> FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>321</sup> CRUZ, Ernesto. **As Obras Públicas do Pará**. Belém: IOE-PA, 1969.

<sup>322</sup> PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893 -1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012, p. 35.

sócio dessas crianças, o que permitiria, de certa forma, minimizar que fossem para as ruas”.<sup>323</sup> Neste sentido, o jornal *A Província do Pará*, de 7 de setembro de 1893, informou que, com o intuito de conseguir sócios para compor a Associação Protetora dos Órfãos, ressaltava a sua importância, e que havia muitos órfãos no Brasil e no mundo que necessitavam ingressar nessa instituição, pois lhes permitiria uma vida mais digna e mais controlada pelo estado do Pará.

Neste sentido, os documentos permitem a análise de que, com a mesma finalidade, foi criada a Associação Protetora dos Órfãos, onde o jornal *A província do Pará*, de 11 de maio de 1893, anunciava que “todas as pessoas podem ajudar e contribuir com esta instituição do Orphelinato Paraense, pois se inscrevem sendo membros da Associação Protetora dos Órfãos e que logo em seguida teria uma reunião prévia”,<sup>324</sup> no dia 11 de maio, no horário noturno na sala do palácio do governo.

O governador Lauro Sodré apresentou “a diretoria provisória da Associação, da qual faziam parte como presidente o Dr. Henrique Cordeiro de Castro, como secretários ficaram Phileto Bezerra e Dr. Bento Miranda, e compondo o conselho administrativo estava o Dr. José Paes de Carvalho, A. Berneaud, Dr. Theotônio de Brito, Capitão E. Ponte, Dr. Paes de Andrade, Antonio Pinho, Dr. F. Hardman, Leandro Campos, Emílio Martins e Visconde de São Domingos. Neste sentido, no dia 19 de maio passou a ser anunciado o valor único de 100\$000 (cem mil réis), pelos sócios. “A previsão de instalação do Orphelinato estava marcada para o dia 15 de agosto e seria adiantado por força do próprio governante do estado do Pará.

A Sociedade passou a receber doações de várias partes do estado para que fosse inaugurada e que pudesse imediatamente receber as meninas desamparadas. Sendo assim, destacavam-se as pessoas que contribuía com esta instituição, dentre os quais estavam os comerciantes, os políticos, os médicos, os grandes proprietários da borracha, artistas famosos. Neste sentido, torna-se importante relatar que todas as pessoas que contribuíssem tinham os seus nomes publicados nas páginas de *A Província do Pará*. Além disso, essas pessoas que contribuíram queriam ser bem-vistas pela sociedade, e entendo que muitas dessas pessoas tinham um certo apadrinhamento com o governador, por isso os seus nomes eram publicados no jornal *A Província do Pará*.

Na análise de Selma Garrido Pimenta, o *Relatório da Intendência Municipal de Belém de 1902*, explica que o Orphelinato foi recebido com entusiasmo pela população paraense, de

---

<sup>323</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. A prática dos Órfãos. *A Província do Pará*, Belém, n. 5149, p. 3, de 07 de setembro de 1893.

<sup>324</sup> ASSIS, Joaquim José de. Notas Oficiais. *A Província do Pará*, Belém, n. 5053, p. 2, de 11 de maio de 1893.

notícia que era constantemente veiculada pelos principais jornais locais da época e contribuiu para que a nova instituição conseguisse vários sócios e muitos donativos. A própria autora declara que “O número de sócios desta associação era de 535, dentre eles 405 homens e 130 mulheres”,<sup>325</sup> e, além desses sócios, a instituição recebia doações em dinheiro, em bens, em joias, em alimentos, em objetos como máquina de costura, aparelho telefônico, flores, perfume, leite, café, açúcar, farinha, feijão, água, fogos de artifício para o dia da festa e outros. Neste sentido, o jornal *A Província do Pará* anunciava em suas páginas as várias doações vindas de todo o estado, bem como feitos curiosos como o de Paulino de Brito e o do maestro Gama Malcher, que se encarregaram de compor um Hino, com o propósito de que as órfãs no dia da inauguração pudessem pedir bênçãos para seus protetores. No entanto, não encontrei nas fontes da letra do hino de autoria dos referidos compositores, entretanto, o jornal *A Província do Pará*, de 10 de fevereiro de 1895, traz um poema de autoria de Paulino de Brito dedicado às órfãs, onde declara que: **“Senhores, neste momento, a ideia que nos consagra é a liga do sentimento contra um déspota – a desgraça: há no mundo uns entesinhos sem lar, sem pão, sem carinhos, sem pais e sem mães também. Nos batem chorando à porta: quem tem a fibra de tão morta que lhe não abra? Ninguém!”**<sup>326</sup>. Dessa forma, registro a importância de que todos poderiam colaborar com essa instituição, ajudando as crianças desamparadas e nas ruas (grifo meu).

Nessa perspectiva de colaboração, o *Jornal A Província do Pará*, de 7 de junho de 1893, destacava “Na prisão de São José, os presos João Evangelista Ibiapina e Mauricio José do Nascimento, que diziam ser porta voz dos demais presos, também queriam contribuir com as doações. “Pedimos permissão para daqui também concorrermos com alguns mesquinhos produtos do nosso pouco trabalho”,<sup>327</sup> mas eles acrescentavam que “ao mesmo tempo em que se colocavam como pobres desamparados pediam ajuda à Associação “somos também órfãos, banidos do seio da sociedade, sem o aconchego do lar e as doçuras da família, pedimos da Protetora dos Órfãos sua válida proteção.” Neste sentido, dois personagens que mereceriam ser tratados cientificamente mais a fundo, mas deixaremos que outros que leiam esta tese possam se debruçar sobre esses “órfãos” dentro prisão de São José.

Houve também nesse período a criação da Caridade, a qual enfatiza Selma Garrido Pimenta, ao relatae que “muitos operários ajudavam através dos produtos da fábrica a contribuir

---

<sup>325</sup> PIMENTA, S., op. cit., p. 38.

<sup>326</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. *A Província do Pará*, Belém, n. 5566, p. 2, de 10 de fevereiro de 1895.

<sup>327</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Opherlinato Paraense. *A Província do Pará*, Belém, n. 5661, p. 2, de 7 de junho de 1895.

para a instituição do Orphelinato”.<sup>328</sup> Portanto, a forma como o governador lidava com esta instituição, muitas pessoas queriam corroborar, pois percebia a importância em ajudar essas crianças, pois teriam mais oportunidades e o estado controlaria a sua inteligência e ordem. Acrescenta-se o jornal a Caridade, pois o porquê de se chamar a Caridade, sensibiliza as virtudes que mais enaltecem o homem, a caridade; é, sem dúvida, uma das mais sublimes, pela fecundidade dos seus benefícios resultados. Ela estreita os corações, confraternizando-os, levando arrimo à fraqueza, à instrução, à ignorância e sustento à miséria.<sup>329</sup>

Parafraseando Pimenta, ao enfatizar que havia um processo de ensino que contribuía para que esses proletários se formassem para serem instruídos em uma determinada profissão, assim, o objetivo era de que os cidadãos legitimassem as instituições republicanas, e era “uma tentativa de criar um imaginário republicano na sociedade paraense”. Por isso, a importância da declaração de Selma Garrido, pois:

Utilizar essas estratégias de inaugurar monumentos e realizar eventos nas datas significativas para o regime republicano, como ocorreu com o Orphelinato, pode ser entendido como um recurso estratégico utilizado por Lauro Sodré, adepto das ideias republicanas, na época governador, e o criador da Associação Protetora dos Órfãos.<sup>330</sup>

Neste sentido, analiso que o importante era lembrar sempre das pessoas e desses feitos significativos no governo, visto que a memória estaria sempre viva para qualquer acontecimento, pois permitia nas pessoas que o governador cumpria e sensibilizava outros a ajudar as pessoas mais pobres e desvalidas da sociedade no Estado do Pará. Pois, Lauro Nina Sodré argumentava que “[...] comemora hoje o grandioso acontecimento político, em virtude do qual a antiga Província aderiu ao brado – Independência ou Morte repercutidas no Ypiranga”<sup>331</sup>. Os quais as festas consagradas a essa patriótica comemoração alia-se ao fato da inauguração do Orphelinato Paraense, caridosa instituição cuja iniciativa partiu do ilustre Governador do Estado Lauro Sodré. E a festa de inauguração “do Orphelinato Paraense, que ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102 (atual Padre Eutíquio), esquina com a Rua Santo Amaro, no dia 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã, e que, em seguida, funcionou na rua dos Mundurucus, n. 30. Assim sendo, torna importante refletir sobre sua diretoria, composta por um diretor, um tesoureiro e um secretário, que eram o Dr. José H. Cordeiro de Castro, Manoel

<sup>328</sup> JORNAL CARIDADE *apud* PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 42.

<sup>329</sup> JORNAL CARIDADE, *op. cit.*, p. 42.

<sup>330</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 43.

<sup>331</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5130, p. 1, de 15 de agosto de 1893.

Ignácio da Cunha e Euclides de Farias. Dando continuidade nessa reflexão, o prédio que iria comportar os espaços e formidáveis acomodações, além de um pátio com árvores frutíferas. Conforme declara Selma Garrido Pimenta, “as fontes apresentam dados que demonstram que os espaços para funcionamento do Orphelinato eram alugados”<sup>332</sup> e acrescenta que no decorrer do tempo, o prédio foi para a Vila de Santa Izabel. Por isso, analisei nas fontes, porém, não encontrei o valor exato do aluguel, mas que se tornara um prédio próprio em Santa Izabel. Pois, permite refletir que, segundo Selma Pimenta, esta instituição almejava instalar outras dentro da instituição de caridade, sendo, contudo, a primeira no Orphelinato Paraense, pois, de acordo com *A Província do Pará*, de 17 agosto de 1893, “acha-se inaugurado nesta cidade o primeiro dos asilos de órfãos desvalidos que a Associação Protetora dos Órfãos pretendia estabelecer nesta cidade”<sup>333</sup>. Portanto, compreendo que as ideias positivistas do governador Lauro Nina Sodré estavam se consolidando em suas políticas educacionais, pois, ao mesmo tempo que corroborava tirando das ruas essas crianças da miséria, também permitia um controle por meio da ordem e garantia literalmente a constituição do Estado. Neste sentido, observo especificamente que “ocorreu a ‘seleção’ das órfãs,<sup>334</sup> e tinham que se adequar a alguns critérios como a declaração, constando o seu nome, idade, paternidade, vacinas e onde moravam”, por isso, a importância de cumprir a constituição e tornar possível as ideias positivistas de Lauro Nina Sodré.

Com referência a esta instituição, faz-se necessário refletir sobre o Estatuto a ser criado pelo Decreto Federal de nº 173, de 10 de setembro de 1893, que regulava “a organização das associações que fossem fundadas para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição”<sup>335</sup>. No artigo primeiro, o referido decreto instituía que “as associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede”. Nesse sentido, o decreto visava ter o controle dos vários tipos de instituição, e essas, por sua vez, ao serem registradas, tornar-se-iam legítimas. No segundo artigo, a inscrição far-se-á vista

---

<sup>332</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 44.

<sup>333</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 45.

<sup>334</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5131, p. 3, de 17 de agosto de 1893.

<sup>335</sup> BRASIL. Decretos e leis. Decreto Federal de nº 173 de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. In: BRASIL. **Coleção das leis [da] República dos Estados Unidos do Brasil de 1907**: atos do poder legislativo (decretos de janeiro a dezembro): atos do poder executivo (decretos de janeiro a março). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.



do contrato social, compromisso ou estatutos devidamente autenticados, os quais ficarão arquivados no registro civil. Assim, torna-se fundamental registrar a Associação Protetora dos Órfãos, além do Orphelinato, onde estes deveriam possuir uma lei. No terceiro artigo, a denominação, para fins de associação do instituto, foi importante que a associação fosse administrada ativa e passivamente em juízo, às quais essas relações para com o terceiro e os membros respondessem ou não subsidiariamente pelas suas obrigações como representantes da associação e contraíssem em nome da instituição.

Selma Garrido destaca no Art. 7º do Decreto Federal nº 173, da Constituição de 1891, onde enfatiza que era proibido aos diretores os atos de gestão concernentes ao fim da associação<sup>336</sup>. Além do mais, os diretores “serão obrigados a prestar contas anualmente à assembleia geral”. Além disso, todos os membros teriam direitos de votar na assembleia geral, sendo as resoluções tomadas por maioria dos votos dos membros presentes. Acrescenta-se ainda com relação à Associação que “o referido decreto afirma que estas se extinguirão por determinação do prazo em execução limitado e por consenso de todos os seus membros, onde cessaria o fim da associação ou tornando-se impossível preenchê-lo. Neste sentido que perdendo a associação todos os seus membros, além dos casos previstos nos estatutos.

Havia, ainda, com a extinção desta associação, os bens existentes seriam divididos entre os membros, e, em caso de morte dos membros, os bens ficariam para a União. Por isso, é necessário enfatizar que no seu estatuto, “a Associação Protetora dos Órfãos afirmava ainda que os órfãos receberiam da Associação benefícios como “casa, mesa, luz, vestuário, instrução primária, ensinando-se aos do sexo feminino toda sorte de costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos”<sup>337</sup>. Posso observar que a educação para as meninas órfãs era pensada de forma distinta da educação para os meninos órfãos. Desta forma, a associação preocupava-se com todos os órfãos, pois “não se limitava apenas a amparar e educar meninas, visto que mesmo ainda não tendo construído uma instituição para abrigar meninos”, a Associação criava estratégias a fim de ampará-los, educá-los e mantê-los sob seu controle. Por isso, segundo Garrido Pimenta:

Os órfãos, assim colocados, poderão formar depois de três anos de aprendizagem e conforme sua idade e aptidão, um pecúlio constituído por salários recolhidos mensalmente à Caixa Econômica, e que lhes será entregue ao chegar a sua maior idade, se não falecerem antes, caso em que reverterá esse pecúlio em benefício da Associação. Portanto, os sócios desta Associação, o segundo o estatuto “descrevia que poderia associar-se qualquer pessoa que voluntariamente desejasse “sem distinção de

---

<sup>336</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 47.

<sup>337</sup> ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS. Estatuto. *In: A Província do Pará*, Belém, de 28 de dezembro de 1893, p. 2.

sexo, idade, classe, nacionalidade, crença, quer sejam residentes na capital, quer no interior do Estado.<sup>338</sup>

Neste sentido, é possível perceber que grande parte dos sócios eram pessoas influentes da sociedade paraense, que tinham certo poder econômico e social. Todavia, deixa claro que “todas as pessoas que quisessem corroborar poderiam tornar-se um sócio”<sup>339</sup>. Portanto, deixei claro aqui que, independentemente de classe social, quaisquer pessoas poderiam ajudar esta Associação Protetora de Órfãos. Dessa forma, esta associação tem muito a nos informar através das fontes, documentos, relatórios e referenciais, por isso, a importância da continuidade desta pesquisa para outros pesquisadores que queiram se aprofundar sobre essas meninas e meninos que eram abandonados pelos seus pais, além de perceber a perda do pai na guerra. Para além disso, deixo, a priori, a convocação apresentada pelo governador, para irem à primeira seção ordinária dessa associação. Entretanto, deixo os vestígios para outros pesquisadores se aprofundarem nesta pesquisa.

### 3.1 A REPÚBLICA DE TODOS E O ENSINO DE POBRES E CLASSES PROLETÁRIAS

À medida que se afasta de nós a velha República, a boa e legítima República de 89, é possível aos espíritos isentos julgá-la, discernindo no conjunto os benefícios que produziu, as forças que mobilizou em proveito da coletividade, os sedimentos deixados na estrutura da nação para torná-la maior e mais poderosa.<sup>340</sup>

O processo educacional mostra as dificuldades que o governador Lauro Nina Sodré teve em seu mandato, pois observei que no final do Império para o início da República, o ensino público muitas vezes era ministrado nas casas dos professores, assim, era um desafio ao governador implantar um projeto ousado que beneficiasse os mais pobres no estado do Pará. Com esse intuito, fica claro que o governador não mediria esforços para que os excluídos da sociedade pudessem ter um ensino primário voltado para ingressarem nas fábricas e se tornarem mais críticos em suas localidades. Neste viés, é importante a narrativa de Emmanuel Sodré, ao afirmar que “o ideal de uma grande vida é um pensamento da juventude executado na idade madura”.<sup>341</sup> Por isso, outrora tornara-se fundamental a sua preocupação com os mais pobres em seu governo.

<sup>338</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 49.

<sup>339</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5236, p. 2, de 28 de dezembro de 1893.

<sup>340</sup> SODRÉ, Emmanuel. **Lauro Sodré na História da República**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1970, p. 3.

<sup>341</sup> SODRÉ, E., *op. cit.*, p. 10.

Assim sendo, é importante a narrativa de Emmanuel Sodré, sobre a preocupação de Lauro Nina Sodré quanto ao lado social das pessoas que estavam à mercê da sociedade, uma vez que “fácil, portanto, é de avaliar o seu sentimento de simpatia para com o proletariado e de quanto o preocupavam os problemas da chamada questão social”<sup>342</sup>, ou seja, penso que tinha em mente um plano educacional que pudesse minimizar a erradicar o analfabetismo no estado do Pará, por meio de instituições educacionais. Ademais, o próprio governador assegura que:

Se preocupava em proporcionar às classes mais desprotegidas tôdas as possibilidades de adquirirem a necessária capacidade para o bom desempenho de sua tarefa na vida pública e profissional. Assim é que criou, em Belém, o Liceu Benjamin Constant, de começo amparado apenas por contribuições particulares. “estabelecimento de ensino popular, a cujas aulas noturnas concorrem gentes de tôdas as condições e idades e em grande número, a alargar a esfera do ensino das artes e ofícios, que pela sua lei orgânica tem de ministrar o povo.”<sup>343</sup>

Registro do pesquisador, que essa foi a saída encontrada pelo governador outrora para minimizar o analfabetismo no estado do Pará, onde criaria instituições de ensino primário, tanto para meninos quanto para trabalhadores que necessitavam concluir o ensino primário e se formarem em uma determinada arte e/ou ofício, e serem, de fato, inseridos nas indústrias, que tanto necessitavam de uma mão de obra qualificada, uma vez que essa mão de obra estava faltando em várias localidades no estado do Pará.

De acordo com Carlota Boto, o colégio seria a saída para um processo único de aprendizagem, e independente de classe social, uma vez que “a instrução obrigatória constitui uma possibilidade única de fazer que todas as crianças, seja qual for a sua origem, vivam do mesmo modo e, nesse sentido, formem uma comunidade ainda que por alguns anos”<sup>344</sup>, ou seja, que elas sejam iguais em seus ensinamentos dentro do colégio, mesmo sendo de diferentes classes sociais. Assim, o conteúdo é passado de forma igualitária para todos em sala de aula e aprendido por todos.

Neste viés de aprendizagem, é importante reafirmar que este processo de ensino mostra que o aprendizado era deficitário, pois, muitas vezes não se tinha sequer um professor qualificado para lecionar no ensino primário, sendo assim, o Decreto n. 821, de 10 de fevereiro de 1900, nos apresenta como seria esse processo, por isso, a seguir apresento o Quadro 19, referindo sobre o seu regulamento nas escolas públicas, onde o Art. 5, n. 6 do Regulamento

---

<sup>342</sup> *Id., ibid.*, p. 104.

<sup>343</sup> *Id., ibid.*, p. 105.

<sup>344</sup> BOTO, *op. cit.*, p. 52.

Geral do Ensino Primário, instituído pelo Decreto n. 625, de 2 de janeiro de 1899, onde aprovou o regimento interno e o programa de ensino.

Quadro 19 - Decreto n. 821 de 10 de fevereiro de 1900.<sup>345</sup>

**Artigo Primeiro:** A escola pública primária é a instituição criada e mantida pelos poderes públicos para o fim de difundir pela mocidade, gratuitamente e sem peias à consciência, **a instrução**, que é a base da ordem e do progresso, preparando-a devidamente para a vida social.

**Artigo Terceiro:** Para o dever que se impõe o poder público, o regulamento geral da instrução pública prescreve;

§ primeiro: Quanto ao prédio escolar.

Contribuição para o **aluguel de uma casa adequada**, podendo servir de residência ao professor, **enquanto não forem construídos prédios especialmente destinados à escola.**

§ Segundo: quanto a garantia do ensino

a) Nomeação de um **funcionario habilitado** a ensinar as matérias do curso primário.

b) Ser cidadão brasileiro, **não sofrer de moléstia contagiosa** e não ter **defeitos phisicos**, ter mais de 18 anos de idade sendo mulher e 20 sendo homem, e ser titulado pela Escola Normal do Estado.

**Artigo Quarto:** Para a obrigatoriedade que o poder público impõe, quanto à obrigatoriedade escolar, estabelece:

a) **Limite de idade de 7 a 14 annos para os meninos** e de **6 a 12 para meninas.**

b) Extender à **obrigatoriedade às populações que residirem nas cidades, villas e povoações ou n'um raio de 1 kilometro fora d'ellas**, exceptuadas apenas: I Primeiro: As creanças que residirem à distância da escola pública maior de um Kilometro.

**Artigo Quinto:** O professor deve compenetrar-se da nobreza das funcções que lhe são confiadas, encarando a sua missão na escola, **não como um mero meio de vida, mas como um verdadeiro apostolado, de que elle deve procurar ser sempre digno.**

**Artigo Sexto:** No exercício de suas funcções, cumpre-lhe observar restrictamente os seguintes deveres:

§ Primeiro: Quanto ao prédio escolar; a) Reservar para a escola a sala principal do edificio, quando esta funcionar em casa de sua residência. B) Mandar cair e pintar todos os annos, fazer espanar todos os dias antes da entrada dos alumnos, mandar lavar ao menos uma vez por mez e conservar com o máximo asseio a sala da escola;

§ Sexto: quanto ao desempenho de suas funcções:

a) Comparecer com pontualidade à escola, dez minutos antes de seu funcionamento, decentemente vestido, não podendo retirar-se senão depois de concluídos os trabalhos escolares e à hora marcada para isso no Regulamento Geral: **7 às 11:1/2 horas da manhã nas escolas do sexo masculino e feminino, e nas mistas: 7:1/2 às 10:1/2 da manhã tempo destino a meninas, e 2 às 5 da tarde, destinado aos meninos.**

Fonte: Pará (1900). Elaboração do autor. (Grifos meus).

<sup>345</sup> PARÁ. Decretos e leis. **Decreto n. 821 de 10 de fevereiro de 1900.** Aprova o regimento interno das escolas públicas do Estado do Pará. Belém: IOE-PA, 1900, p. 4-6. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/decreto821de10fevereiro1900/32/#zoom=z>. Acesso em: 22 fev. 2022.

No caminho desta pesquisa, penso que Lauro Nina Sodré instituiu esse programa, onde sempre se preocupou com a classe proletarizada do Estado do Pará, pois estabeleceu em sua mensagem que era necessário formar esse cidadão, assim sendo, enfatizou em seu discurso que: “Dá escola normal, no pé em que a collocámos, sahirá os grandes operários do futuro, aos quaes caberá a missão de ensinar o novo evangelho ao povo, educando a geração que surge na República, para a República”<sup>346</sup>. Assim, entendo que o caminho era ter escolas suficientes para todas as crianças e adultos que buscassem o ensino primário, além do que havia um plano nacional que especificou o seu programa dentro de um currículo que suprisse a necessidade de uma mão de obra preparada para o mercado de trabalho no estado do Pará. Assim, especifico a sua realização, ao idealizar uma escola noturna, nestes termos:

O Lyceu dotado como se acha de um programa de ensino integral, rigorosamente igual ao do Gymnasio Nacional, de cujas vantagens gosa por decreto do Governo Federal, é hoje um campo aberto à mocidade paraense, que n'elle pode colher todas as luzes necessárias e essenciaes a vida. Vai funcionando regularmente o Lyceu Benajamin Constant, curso noturno, especialmente instituído para a classe proletária, digno de merecer o auxilio valioso dos poderes públicos.<sup>347</sup>

Neste viés, William Gaia Farias, em sua tese *A Construção da República no Pará*, compreende a importância de haver grupos políticos que queriam se manter no poder, para tal, utilizavam ‘a manipulação do imaginário, para os republicanos históricos, foi arma valiosa para justificar o novo regime e legitimar o poder’<sup>348</sup>, por isso, entendo que com a entrada da República, mesmo tendo criado um imaginário republicano, possibilitou uma saída na educação para os mais pobres e, acima de tudo, tanto os mestres quanto os alunos tiveram uma luz no fim do túnel quanto a uma educação onde todos tivessem as mesmas possibilidades no estado do Pará.

De acordo com Cardoso, em *A Instrução Pública no Pará no período de 1891 a 1897*, o autor enfatiza: “para que um programa de ensino seja executado com proveito, que ele preencha duas condições: deve acomodar-se à capacidade dos alunos e encerrar simplesmente aquilo que lhes seja frutífero”<sup>349</sup>, ou seja, que os programas fossem inseridos nas idades próprias de cada aluno para serem melhor executados no processo de aprendizagem e em sua localidade. Para tanto, há de se refletir que o índice de analfabetismo era muito alto em todo território nacional.

Portanto, penso que a educação no estado do Pará foi gradualmente inserida devido à promessa de campanha do governador Lauro Nina Sodré, de criar uma instituição chamada de

<sup>346</sup> MARANHÃO, Paulo. Lyceu Paraense. **A República**: Órgão do Partido Republicano, Belém, v. 4, n. 697, p. 1, 18 de outubro de 1893.

<sup>347</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>348</sup> FARIAS, 2005, *op. cit.*, p. 61.

<sup>349</sup> CARDOSO, 2021, *op. cit.*, p. 18.

Sociedade Propagadora de Ensino, pela qual criou um programa voltado às classes excluídas e que também estavam inseridas nas fábricas em Belém do Pará, com o intuito de minimizar e erradicar o analfabetismo provincial. A meu ver, a vivência do governador como aluno da própria escola o sensibilizou em sua trajetória política educacional.

### 3.2 A SOCIEDADE PROPAGADORA DO ENSINO: UMA INVESTIDA PARALELA DO GOVERNO?

De manhã está junto à forja, ao malho e à bigorna e à noite aquela mão cansada de trabalhar com ferro desenha com tal delicadeza como se estivesse ocupada em apanhar flores durante o dia.<sup>350</sup>

Trago aqui a história de duas pessoas de classes sociais totalmente diferentes, uma vez que a criação de uma Associação possibilitou uma saída para a erradicação do analfabetismo no Pará, pois, a entrada da República no Brasil trouxe a implantação de um instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, que é, naturalmente, a ideologia. É através dela que ocorre a justificação racional da organização do poder. Essa ideologia entra em cena com os republicanos através das ideias positivistas importadas da Europa e implementadas no Brasil e no Pará. Os desdobramentos políticos e ideológicos do novo regime de governo estenderam-se aos jornais, ao campo artístico, à construção de monumentos, aos discursos, às pinturas, às iconografias e, principalmente, à educação. Era preciso, como disse José Murilo de Carvalho, em *A Construção da Ordem*, “formar as almas do povo” para legitimar o novo regime e alcançar as massas.

Neste processo de educação para os mais pobres, torna-se relevante acentuar que o governador Lauro Nina Sodré criou uma Associação que suprisse e dessa conta do índice de analfabetismo no estado do Pará, por isso criara uma Sociedade Propagadora de Ensino. Neste sentido, cabe analisar duas vivências distintas. O primeiro, operário, paraense, 25 anos, moço acanhado e dócil. Tem sua oficina de ferreiro na Rua dos Pariquis, na capital do Estado do Pará, em Belém e é infundido de uma melancolia própria dos artistas nacionais. Aluno do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, Manoel Simplício foi relacionado para expor dois trabalhos na Exposição Artística e Industrial do Estado do Pará de 1895. Apresentou “um estudo da cabeça de Carlos Gomes” e uma “Paisagem” da região amazônica. Por sua desenvoltura com as artes, o aluno se revelou “uma das grandes glórias do Lyceu Benjamin Constant, cujo curso

---

<sup>350</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 122.

desde as primeiras Letras e Desenho tem seguido progressivamente”.<sup>351</sup> O segundo, é uma paraense de 22 anos, filha de Antônio Lemos, notável político e membro da elite dirigente do Pará, onde teve desde criança inclinação para educação artística e nas Belas Artes, sobretudo para a música. Sua educação foi cuidadosamente confiada aos mestres Hermes, Agostinho de Medeiros, Idalina França, Clemente Ferreira e teve aulas e lições de harmonia com Carlos Gomes. Estudou Piano, Violino e compôs uma coleção de canções. Entre elas, “A Província do Pará”, dedicada ao seu pai e a Valsa “Artes e Ofícios na Amazônia”, oferecida à escola do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, para a exposição artística e industrial de 1895.

Assim analiso: Dois sujeitos, dois alunos que estudaram em escolas diferentes, dois artistas e duas histórias que envolvem trajetórias e ocupações diferentes na sociedade belenense, participando do mesmo evento e recebendo praticamente os mesmos “elogios” por suas capacidades técnicas ligadas à arte. Dois sujeitos que revelam dois lados de uma mesma moeda (social). O da oportunidade, diante do que a condição financeira permite, e do outro, a ausência dessa condição, que leva o sujeito a dividir a vida entre o lado de artista e o de operário, proletário, trabalhador manual. Assim sendo, foi direcionado a sujeitos como Manoel Simplício, que Lauro Sodré implementou uma das maiores iniciativas voltadas para a educação popular no estado do Pará – a criação de uma escola destinada à instrução de jovens e adultos que necessitavam de formação e qualificação diante das transformações políticas, sociais e econômicas, e da intensificação das demandas industriais e das artes na sociedade paraense.

Neste viés, a crença no poder da educação escolar acompanhou esse republicano durante o seu primeiro mandato como governador do estado do Pará. O investimento, em diversos aspectos relacionados à educação ocorreu através da fundação e reorganização de instituições de ensino. Promoveu um programa de criação, reformas e reestruturação de escolas como o Lyceu Paraense e a Escola Normal, o Museu Paraense, o Instituto Paraense de Artífices. Por iniciativa de Sodré, criou-se também a Sociedade Propagadora do Ensino, o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense. Lauro Sodré ainda criou no Lyceu Paraense um curso de Comércio e outro de Agrimensura “[...] tendo d’este último saído formado mancebos que labutavam na vida, trabalhando com muita proficiência”<sup>352</sup>. Ese foi o legado e a promessa de campanha feita pelo governador em implementar projetos educacionais que minimizassem o analfabetismo no estado do Pará.

---

<sup>351</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 122.

<sup>352</sup> FARIAS, 2005, *op. cit.*, p. 66.

Para tanto, específico que a criação da Sociedade Propagadora do Ensino ocorreu no dia 16 de novembro de 1891, data do segundo aniversário da Proclamação da República no Pará. Lauro Sodré estava à frente da Sociedade, com o interesse de estabelecer um sistema educacional republicano, com o objetivo de divulgar o ensino teórico e prático, sobretudo às classes proletárias e ocupadas da sociedade. Desse modo, a narrativa de Farias foi que na mesma noite em que a Sociedade Propagadora de Ensino foi criada, e Lauro Sodré fez a proposta do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant para atender às classes proletárias com aulas noturnas, colocando esta escola “entre os mais significativos e bem recebidos projetos educacionais da gestão de Lauro Nina Sodré”.<sup>353</sup>

As iniciativas do Estado imperial brasileiro voltadas para o ensino de ofícios, assim como as iniciativas das sociedades civis, estabeleciam ideologias legitimadoras que pretendiam:

No inciso a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação.<sup>354</sup>

Apesar da tentativa de propiciar a instalação de fábricas que possivelmente seria o destino dos artífices formados e especializados em algum ofício, as províncias não estavam preparadas para absorver tal demanda industrial<sup>355</sup>, pois, em plena metade do século XIX, nenhuma Província do Brasil tinha um setor industrial desenvolvido. Além disso, o foco do governo era controlar os mais pobres que se formavam nesses ofícios nas províncias e no Pará.

De acordo com Luiz Antonio Cunha, os objetivos políticos e econômicos da formação de trabalhadores com as iniciativas dos republicanos mesclavam objetivos ideológicos com objetivos políticos, passando a transformar o ensino de ofícios em controle social, destinado a amparar os filhos dos trabalhadores pobres e agora livres, com a propagação de um ideário e uma concepção política educacional aos moldes do pensamento republicano.

De acordo com Felipe Tavares Moraes, no jornal *A República* foi publicada uma série de artigos com o título “Nova Instrução”, tratando diretamente sobre a problemática educacional. Os artigos apresentam questões dos republicanos paraenses acerca da educação, seguindo o mesmo tom de crítica proposta pelo Manifesto do Partido Republicano, mas que agora, direcionado para o sistema educacional do Império. Procura-se formular uma proposição

---

<sup>353</sup> FARIAS, 2005, *op. cit.*, p. 67.

<sup>354</sup> CUNHA, 2000, *op. cit.*, p. 92.

<sup>355</sup> RIZZINI, *op. cit.*



de educação republicana pautada pela ciência, que seja a negação da educação do Império, a qual era tida como retrógrada e atrasada. Dentro desse discurso, os republicanos paraenses levantavam a importância e valorização de uma instrução popular. “*Pois o Regime republicano é o governo do povo, pelo povo, e segue-se que um dos pontos capitais da forma governamental republicana é a instrução do povo*”, que dizia o jornal *A República*.<sup>356</sup>

Desse modo, para o articulista era urgente a implementação de uma instrução do povo, para os filhos do povo. Apelava para que os governantes fossem mais preocupados com a educação popular. Que fossem mais caridosos. Completa dizendo que o século XIX só seria considerado o século das luzes a partir do momento em que a massa popular, a população mais pobre e humilde tivesse um cérebro de pensar livremente, de raciocinar logicamente, de resolver tudo por si. Os republicanos buscavam a incorporação do povo à nação, e isso só poderia ser feito por meio da educação, por onde se poderia efetivamente levar o cidadão a participar da vida política.<sup>357</sup>

É importante destacar que nos anos de 1891 a 1897, em que governou o Pará, Lauro Sodré deu continuidade às reformas educacionais iniciadas ainda no governo provisório de Justo Chermont [...], que teve como Diretor de Instrução Pública do Pará José Veríssimo. Neste Governo Provisório, houve reformas do ensino primário, em que formularam novos regulamentos, modificação curricular, adoção de novos métodos de ensino, descentralização da instrução pública e a preocupação com a formação de professores primários.<sup>358</sup>

Nesta perspectiva, Felipe Tavares Moraes enfatiza que foi “uma concepção política educacional republicana”,<sup>359</sup> buscando, na ótica dos republicanos, reparar os atrasos de uma educação imperial, utilizando os ditames da moderna ciência pedagógica, visando propiciar o progresso e a civilização do Estado. Neste sentido, compreendo que mesmo diante dessas reformas, Lauro Sodré deposita mais atenção na formação de professores e em uma educação que seguia os princípios da moderna ciência pedagógica e da instrução popular.

Portanto, no Governo Provisório de Justo Chermont as preocupações com a educação eram principalmente com a reforma do ensino primário, formação de cidadãos patrióticos e regenerados a partir da infância. Para além disso, no Governo de Lauro Sodré, por considerar

---

<sup>356</sup> MORAES, Felipe Tavares de. **A Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)**: os sentidos de uma concepção político-educacional republicana. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 42. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2761>. Acesso em: 23 nov. 2023.

<sup>357</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 44.

<sup>358</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 86.

<sup>359</sup> *Id.*, *ibid.*

já adequados os esforços do governo anterior, passa a depositar maior atenção ao ensino secundário, profissional e a formação de professores, além de especificar na classe operária a importância de formar o cidadão patriótico e regenerado. Assim, o governador Lauro Sodré continuaria implantando programas e se diferenciando nas finalidades educacionais, além da sua preocupação em ter uma mão de obra qualificada e preparada para as indústrias no estado do Pará, com o intuito de erradicar o analfabetismo provincial.

### 3.3 OS SÓCIOS E SUAS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

O Pará mostrara-se aos olhos do prelado o que era esquecidos pelos reis e ministros, na sua acanhada vida de colônia; o desvelado frade teve deante dos olhos o espectáculo pungitivo de uma população abandonada a si mesmo, sem recursos hygienicos, balda de socorros aos pobres, de educação a mocidade.<sup>360</sup>

Nesta investida de governar o estado do Pará, Lauro Nina Sodré consolidou o seu programa incluindo uma Associação que pudesse erradicar o analfabetismo em sua localidade, sendo assim, a instituição criou um currículo que incluiria matérias que formassem uma mão de obra preparada para estar inserida nas indústrias.

Lauro Sodré conclamou um grupo de pessoas de classes altas e operosas para criarem uma associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino. E com esse intuito foi feito um convite para estarem presentes no dia 9 de junho de 1891, para fundar nesse estado, um ensino teórico e prático, sobretudo às classes proletárias e ocupadas da sociedade, e que a mesma “Sociedade foi instalada no dia 16 de novembro de 1891”. Para além disso, depois de criada esta associação, foi composta a primeira diretoria. Assim, apresento os membros dessa diretoria no Quadro 20.

Quadro 20 - Diretoria da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>361</sup>

Diretores	
Dr. Pereira Guimarães	Alexandre Tavares
Valente do Couto	Gentil Bittencourt
Ó d’Almeida	Henrique Santa Rosa
Vasconcellos Drumond	Victor Bezerra
Tenente-Coronel João Gualberto da Costa e Cunha	Leandro Campos
Visconde de S. Domingues	Major Ignácio Nogueira
George Sumner	Professor Carlos Wiegandt
Professor Raymundo Espindola	

Fonte: Moura (1895). Elaboração do autor.

<sup>360</sup> VIANNA, Arthur. **A Educação no Pará**: Documentário. Esboço retrospectivo da Instrução Pública no Pará. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1987. p. 5.

<sup>361</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 20.

Nestes quadros em relação à diretoria da Sociedade Propagadora de Ensino, percebemos que militares e professores faziam parte, onde por três mandatos foram responsáveis por criar currículos e administrar a conta recebida através de benefícios por muitos homens da alta sociedade paraense que contribuíam mensalmente com uma quantia de 1\$000 réis mensal.<sup>362</sup>

Neste viés, esta Sociedade Propagadora de Ensino, que em muito contribuiu para erradicar o analfabetismo no final do século XIX no estado do Pará, além do mais, muitas pessoas que contribuíram mensalmente para a educação desta associação, tinham os seus nomes estampados nos jornais todas as semanas, assim sendo, torna importante apresentar a tabela abaixo com os nomes dos sócios (Quadro 21).

Quadro 21 - Sócios Remidos da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>363</sup>

<b>Sócios Remidos</b>	
<b>Dr. Lauro Nina Sodré</b>	<b>D. Theodora d'Almeida Sodré</b>
Conde de Leopoldina	<b>Penna &amp; Filhos</b>
<b>Thesouraria das Loterias da Santa Casa</b>	Dr. Justo Leite Chermont
D. Augusta de Assis Chermont	Dr. José Paes de Carvalho
Emilio A. de Castro Martins	M. J. da Costa e Silva &C.a
<b>Senador Manoel Barata</b>	Companhia U. E. F. Paraense
Barão de Tapajós	<b>Coronel Francisco C. Corrêa</b>
Dr. Pedro Leite Chermont	Almeida Martins
M. Marrack	Dr. Silvino Pinto Guimarães
Dr. Turiano M. Lins de Vasconcellos	Dr. Cicero Penna
<b>Ten.-Cel. Alipio de Almeida U. da Fonseca</b>	Antonio Corrêa Pinto
<b>Des. Antonio Bezerra da Rocha Moraes</b>	Dr. Alexandre Vaz Tavares
Commendador Antonio José de Pinto	Major Antonio Maria Filho
Antonio Augusto P. de Barros	Antonio C. Pinto
Tenente-Coronel Bento José da Silva Santos	Dr. Diogo Hollanda de Lima
<b>Ferreira &amp; C.a</b>	Francisco Baptista da Silva Aguiar
Capitão Gabriel Salgado dos Santos	<b>Loja Harmonia</b>
Coronel João G. da Costa e Cunha	Desembargador José de Araujo Roso Danin
Jayme A. de Oliveira da Gama Joaquim	J. Baptista de Araujo
Ten.-Cel. Augusto A. de Vasconcellos Drumond	Dr. José Ferreira Cantão
Luiz Eduardo de Carvalho	Miguel Seabra Martins
Rogaciano Pires Teixeira	Coronel Theodoro L. Chermont
Vicente A. de Figueiredo	Visconde de S. Domingos
Vicente Baptista da Silva Mourão	Barão de Belem
Ten.-Cel. Antonio J. Rodrigues dos Santos	Dr. Clementino Barros
Tenente-Coronel José Leopoldo P. Macambira	Major Joaquim Lopes Bastos
José Joaquim de Moraes Sarmento	<b>Commendador Pedro José da Rosa Salgado</b>

Fonte: Moura (1895). Elaboração do autor.

<sup>362</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 25.

<sup>363</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 21.

Os sócios beneméritos que contribuíam com essa associação eram, por exemplo: lojistas, militares, comendadores e muitos professores. Assim sendo, analiso que esta associação, através da exposição, mostrou, de fato, quem contribuiu e minimizou o analfabetismo no estado do Pará, e que, através das suas contribuições mensais de 1\$000 réis, independentemente de classe social, além disso, os seus nomes eram estampados nos jornais da época, destacavam-se também nas lojas que contribuíam para que os seus trabalhadores pudessem concluir o seu ensino primário e tivessem uma formação profissional na escola noturna, para ter em suas lojas uma mão de obra qualificada. Além disso, por meio desta Sociedade Propagadora de Ensino foi possível minimizar o analfabetismo no estado do Pará.<sup>364</sup>

A pesquisa também investigou que havia outros sócios que contribuíam com essa associação, por isso é importante relatar que, além desses sócios beneméritos, também havia sócios fundadores (não remidos) da Sociedade Propagadora de Ensino. De acordo com Ignácio Moura<sup>365</sup>, deve destacar os colaboradores que contribuíram mensalmente para a erradicação do analfabetismo em Belém do Pará, cujos nomes apresento no quadro no Quadro 22.

Quadro 22 - Sócios fundadores não remidos da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>366</sup>

<b>Sócios Fundadores não remidos</b>	
Dr. José Antonio Pereira Guimarães	Raymundo Joaquim Ramos Espindola
Raymundo Saraiva (falecido)	José de Castro Figueiredo
Capitão Raymundo Joaquim Martins	Lourenço Ferreira Valente do Couto
Dr. Victor Maria da Silva	Dr. Raymundo M. A. da Costa
Primeiro Tenente Manoel Ignacio da Cunha	Barão de Marajó
Major Ignacio Gonçalves Nogueira	Major José Marques Braga
Dr. Antonio do O' d' Almeida	Dr. Henrique A. Santa Rosa
Sabino Henrique da Luz	Bernardino de Senna Pinto Marques
Dr. Ignacio Baptista de Moura	Maestro José C. da Gama Malcher
Octaviano José de Paiva Junior	Roberto A. Moreira
João Florencio de Mello	Dr. Carlos A. Valente de Novaes
Zeno Cardoso	<b>Tenente-Coronel Aureliano P. Lima Guedes</b>
Severiano Bezerra de Albuquerque	<b>D. Augusta Nina Sodré</b>
D. Anna da Cruz Guimarães	D. Francisca Bandeira Guimarães
<b>D. Amelia Nina Sodré</b>	<b>D. Anna Nina Sodré</b>
D. Antonia Paiva Sodré	D. Anna Mauricia de Rezende
D. Clotilde A. R. Martins	D. Joanna Pinto Marques
D. Maria Amelia Valente do Couto	D. Maria Silva Santa Rosa
D. Olivia C. de C. Cunha	Alberto Frend
<b>Tenente Adriano Miranda</b>	Antonio Lydio Pereira Guimarães
Dr. Antonio Marçal	Antonio Martins Pinheiro

<sup>364</sup>MOURA, I., *op. cit.*, p.21.

<sup>365</sup>*Id.*, *ibid.*, p. 21.

<sup>366</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 23.

<b>Sócios Fundadores não remidos</b>	
Dr. Antonio dos Passos de Miranda	<b>Commendador Antonio Braule F. da Silva</b>
Antonio Marques de Carvalho	Antonio Delphin S. Guimarães
Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado	<b>Coronel Antonio Barbosa de Amorim</b>
Anezio Augusto Proença	Tenente-Coronel Antonio C. P. de Magalhães
<b>Senador Antonio José de Lemos</b>	Dr. Arthur T. dos Santos Porto
Antonio E. da Cunha Mello	<b>Ten.-Cel. Antonio Theodoro de Resende</b>
Antonio S. F. Celso	Belmiro Paes de Azevedo
Barão de Guajará	Bruce E. Guimarães
Carlos de Castro Figueiredo	Dr. Cypriano José dos Santos Carlos Wingandt
Carlos Bricio da Costa	Carlos Infante de Castro
Carlos Marcelino da Silva	Dr. Demetrio B. da Rocha Moraes
Egydio Leão de Salles	Ernestino Jayme de Almeida
Eustogio de Oliveira Lima	<b>Des. Ernesto A. de Vasconcellos Chaves</b>
<b>Senador Francisco Leite Chermont</b>	Francisco X. Dias Cardoso
Feliciano Martins da Silva	Francisco da Costa Junior
<b>Des. Gentil A. de Moraes Bittencourt</b>	<b>Tenente-Coronel Gonçalo de Lima Ferreira</b>
George H. Sumner	Dr. Geraldo de Souza Paes de Andrade
<b>Capitão Hermenegildo A. Carlos</b>	D. Izabel de Campos Lobato
<b>Desembargador João Hosannah de Oliveira</b>	Juventino Jayme de Almeida
Jayme P. da Gama Abreu	José Olympio Gomes
Joaquim da Silva Santos	Joaquim Paulo P. Perdigão
João Facundo de Castro Menezes	João de Amorim Lima
José Joaquim Pereira de Araujo	<b>Tenente-Coronel João Alberto da Silveira</b>
Dr. João José Godinho	Dr. João Epaminondas de Mello Passos
Leandro E. dos Santos Tocantins	Luiz G. Velloso
Dr. Luiz Vieira Lima Guimarães	Luiz Pignatelli
Manoel A. Marvão	Manoel Jorge de Almeida
Manoel E. Pereira Guimarães	Manoel de Oliveira (falecido)
Dr. Miguel Pernambuco	Manoel Vianna Coutinho
<b>Capitão Manoel Baptista Cordeiro</b>	Marcos Antonio Nunes
Dr. Manoel Odorico Nina Ribeiro	<b>Capitão Miguel A. Nobre Ledo</b>
<b>Tenente-Coronel Olympio Gomes da Rocha</b>	<b>Tenente-Coronel Pedro da Cunha</b>
Dr. Pedro de Moraes Bittencourt	Phileto B. da Rocha Moraes
<b>1º Tenente Pedro Paulo de Oliveira Santos</b>	Pedro Pereira da Silva Pinto
<b>Capitão Pedro Marcellino da Cruz</b>	Ricardo José de Oliveira Santos
Dr. Raymundo M. S. Porto	<b>Ten.-Cel. Raymundo Cyriaco Alves da Cunha</b>
Raul Paes de Azevedo	Serafim Jorge de Almeida
Tertuliano dos Santos Tavares	Dr. Themistocles A. de Figueiredo
Theodoro C. S. Penalber	Miguel da Cunha Penalber
Dr. Virgílio da Bohemia Sampaio	Victor Bezerra
<b>Coronel Domingos R. de Novaes</b>	Dr. Francisco Miranda
Joaquim Francisco Pimentel Junior	Dr. Rogerio Miranda
Antonio Feliciano dos Santos	Severiano R. Pampolha

Fonte: Moura (1895). Elaboração do autor.

Neste caminho, a pesquisa mostra que entre os sócios fundadores não remidos, muitos deles eram professores, desembargadores, tenentes e maiores militares, além disso, torna-se importante trazer alguns destes sócios que contribuía com essa Sociedade Propagadora de Ensino. Segundo o jornal *A Pátria Paraense*, de 8 de agosto de 1894, a Exposição Inter Estadual foi inicialmente prevista para ser realizada em 22 de janeiro de 1895, proposta por **José Pereira Guimarães**, diretor do Lyceu Benjamin Constant, que aprovou o projeto de uma exposição de artes e ofícios junto ao conselho administrativo da Sociedade Propagadora do Ensino<sup>367</sup>. Ou seja, José Pereira Guimarães (Figura 1), que também era diretor da SPE, em muito contribuiu com o currículo implantado dentro desta escola noturna.<sup>368</sup>

Figura 1 - José Pereira Guimarães, diretor do Lyceu Benjamin Constant e também diretor da SPE.<sup>369</sup>



Fonte: Academia Nacional de Medicina.  
Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-pereira-guimaraes/>.

Portanto, exponho a fotografia de **José Pereira Guimarães**, visto que este diretor do Lyceu Benjamin Constant, em muito contribuiu com a Sociedade Propagadora de Ensino, onde contribuía com 1\$000 réis mensalmente, para ajudar a construir uma escola noturna e um

<sup>367</sup> ANONIMA, Associação. Exposição de Artes e Offícios. *A Pátria Paraense*: diário noticioso, commercial e litterario, Belém, v. 1, n. 49, p. 1, de 24 de agosto de 1894.

<sup>368</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 21.

<sup>369</sup> ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **José Pereira Guimarães**. 2024. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-pereira-guimaraes/>. Acesso em: 11.07.2023.

currículo que tirasse das ruas pessoas indigentes e pessoas que estavam trabalhando nas fábricas no estado do Pará, para que pudessem ter uma formação mais crítica e adequada em suas formações profissionais.

Também outro colaborador, **José Cândido da Gama Malcher** (Figura 2), que nasceu em Belém em 2 de novembro de 1853, foi um músico, instrumentista, maestro brasileiro. Graduou-se engenheiro pela Universidade de Le Haye, Pensilvania EUA, que também assumiu vários cargos, quais sejam: Diretor Artístico da empresa Gomes Leal & Cia. Professor do Liceu Paraense e Professor do Conservatório Carlos Gomes. Neste sentido, José Cândido da Gama Malcher foi um dos colaboradores da SPE, onde contribuía 1\$000 réis por mês, com o intuito de manter a mesma Sociedade, que priorizava o processo de ensino no estado do Pará, visando minimizar e erradicar o analfabetismo provincial.

Figura 2 - José Cândido da Gama Malcher, colaborador da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>370</sup>



Fonte: Repertório Internacional de Iconografia Musical  
Disponível em: <https://ridim-br.mus.ufba.br/6cbim2021/pt/efemerides.html>.

---

<sup>370</sup> REPERTÓRIO INTERNACIONAL DE ICONOGRAFIA MUSICAL. Imagem, música, ação: Iconografia da cultura musical. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ICONOGRAFIA MUSICAL, 6., 2020, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2020. Disponível em: <https://ridim-br.mus.ufba.br/6cbim2021/pt/efemerides.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Assim, compreendo que **José Candido da Gama Malcher** foi um de muitos em sua localidade que contribuíram com a Sociedade Propagadora de Ensino e em seu currículo na escola noturna.

Neste caminho, é importante também destacar o Senador **Antonio José de Lemos** (Figura 3), nascido em São Luís, em 17 de dezembro de 1843 e falecido em 2 de outubro de 1913. Foi um político brasileiro com base eleitoral no estado do Pará, e foi um intendente de Belém entre 1897 e 1911, e que muito contribuiu para o desenvolvimento da Província do Pará. Lemos contribuía com 1\$000 réis mensais para a Sociedade Propagadora de Ensino, a fim de ajudar aos mais necessitados no estado do Pará.

Figura 3 - Senador Antônio José de Lemos, Intendente de Belém (1897-1911).<sup>371</sup>



Fonte: Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>.

**Antonio José de Lemos**, traz a sua trajetória como homem público, político e social, que através de suas ações contribuiu com a Sociedade Propagadora de Ensino em implantar uma escola noturna e criar um currículo para os mais pobres e humildes do estado do Pará, para que tivessem a oportunidade de concluir o ensino primário e terem uma formação profissional para ingressar nas fábricas locais.

---

<sup>371</sup> FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Seção de Obras Raras. Biblioteca Digital. **Antônio José de Lemos**. 2024. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>. Acesso em. 10.01.2024.



Neste viés, é importante apresentar o **Desembargador Gentil Augusto de Morais Bittencourt** (Figura 4), que nasceu em Cametá-Pará, em 22 de setembro de 1854 e faleceu em 30 de março de 1942 em Belém. Foi um político e magistrado brasileiro, que iniciou a sua carreira de magistrado em 1874, sendo nomeado Promotor Público da cidade de Vigia. E em 1880 assumiu a promotoria da capital. Também foi nomeado Juiz de Direito de casamentos em 1890 e em 1891; em 20 de junho deste mesmo ano foi nomeado desembargador. Foi eleito vice-governador do estado do Pará em 7 de fevereiro de 1891, exercendo o cargo de governador de 7 de fevereiro até 25 de março de 1891. Assumiu o governo em substituição a Justo Chermont, que se afastou do Pará para exercer as funções de Ministro das Relações Exteriores. Também ocupou interinamente a Intendência (prefeitura) de Belém nos anos de 1921 a 1923. Nesse momento da sua carreira, contribuía com 1\$000 réis mensais para manter a Sociedade Propagadora de Ensino, onde criou um currículo que seria implantado na escola noturna no Estado do Pará.

Figura 4 - Gentil Augusto de Morais Bittencourt, colaborador da SPE. <sup>372</sup>



Fonte: Fundação Cultural do Pará. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>.

É importante mencionar também que **Augusto Montenegro** nasceu em Belém, em 26 de junho de 1867 e faleceu na Suíça, em 31 de julho de 1915. Foi Advogado e um eminente político e Governador do Pará de 1 de fevereiro de 1901 a 1 de fevereiro de 1909. Iniciou e

---

<sup>372</sup> FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Seção de Obras Raras. Biblioteca Digital. **Gentil Augusto de Morais Bittencourt**. 2024. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>. Acesso em. 10.01.2024.

finalizou as obras da Estrada de Ferro Belém-Bragança em 31 de dezembro de 1901, regularizou as finanças, melhorou o serviço de águas e resolveu a secular pendência das terras do Amapá, ganhando dos franceses. Assim, é importante compreender um pouco da sua trajetória como político e colaborador da Sociedade Propagadora de Ensino, a qual criou um currículo voltado para as classes desfavorecidas do estado do Pará.

Neste caminho de colaboradores, cabe citar a trajetória de **Joaquim Gonçalves Ledo** (Figura 5), que nasceu em 11 de dezembro de 1781 e faleceu em 19 de maio de 1847. Foi um jornalista e político brasileiro, que contribuiu para a independência do Brasil. Além disso, em 15 de setembro de 1821 fundou o Revérbero Constitucional Fluminense, em parceria com Januário da Cunha Barbosa. E um dos articuladores da Independência do Brasil e um dos responsáveis pelo Dia do Fico e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1822.

Figura 5 - Joaquim Gonçalves Ledo.<sup>373</sup>



Fonte: Aslan (1975).

O primogênito do comerciante **Antônio Gonçalves Ledo** e de D. Maria dos Reis Ledo, era irmão de Custódio Gonçalves Ledo. Aos 14 anos mudou-se do Brasil para estudar em Portugal e entrou na Maçonaria. Assim sendo, Joaquim Gonçalves Ledo foi um dos contribuintes que doava 1\$000 réis mensais, para a Sociedade Propagadora de Ensino. Para a

---

<sup>373</sup> ASLAN, Nicola. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica. 1975, p. 33.

criação da escola noturna chamada de Lyceu de Artes e ofícios Benjamin Constant e dar oportunidades aos menos favorecidos do estado do Pará.

Portanto, vimos que o governador Lauro Sodré contava com muitos aliados para colaborar para com a Sociedade Propagadora de Ensino, pois o índice de analfabetismo no século XIX era muito alto e os mais pobres ficavam à margem da sociedade. Ademais, as contribuições de todos os sócios visavam alcançar os objetivos desta associação, que criou um currículo voltado a este público, que trabalhava o dia todo dentro das fábricas, e muitos eram analfabetos, que precisavam se qualificar para continuarem sonhando com bons salários a partir do processo de aprendizagem e formação profissional e/ou ofícios no estado do Pará.

Assim sendo, havia nessa Sociedade Propagadora de Ensino os sócios efetivos, por isso é importante nesta pesquisa citar nominalmente esses colaboradores no Quadro 23.

Quadro 23 - Sócios Efetivos da Sociedade Propagadora de Ensino.<sup>374</sup>

Sócios Efetivos	
D. Brites Assis	D. Thereza Montenegro
D. Anna A. Vieira Espíndola	<b>Dr. Augusto Montenegro</b>
Dr. Arthur Lemos	Senador Antonio N. Monteiro Baena
Dr. Bento José de Miranda	Bertino de Miranda Lima
Dr. Enéas Martins	Dr. Elias Vianna
Joaquim Pereira de Queiroz	Januário Gonçalves Nogueira
<b>Dr. Joaquim Gonçalves Ledo</b>	Luiz C. De Figueiredo
Professor Manoel P. Leitão Cacella	Manoel Guimarães Moreira
Dr. Pedro Raiol	José Ayres Watrin
Raymundo Gonçalves Nogueira	Conselheiro Samuel W. Marc Dowell
Silverio Francisco Pinheiro	Dr. Vicente José de Miranda
Dr. Virgílio Martins Lopes de Mendonça	Dezembargador José Gomes Coimbra
Dr. Theotonio Raymundo de Britto	Major Aristides E. Paes
Pedro Nogueira de Almeida	

Fonte: Moura (1895). Elaboração do autor.

Assim, os nomes apresentados no Quadro 23, comprovam de alguma forma o convívio e a participação dessas pessoas que contribuíam com essa associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino, que criou um currículo através da sua gestão, onde beneficiou muitas pessoas, que estavam à margem da sua sociedade do estado do Pará. Para além disso, contribuiu para minimizar o índice de analfabetismo, especificamente no estado do Pará.<sup>375</sup>

<sup>374</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 24-25.

<sup>375</sup> *Id.*, *ibid.*

Outrora, havia um índice muito alto de analfabetismo no estado do Pará, por isso a saída foi criar escolas noturnas que contribuíssem para que as pessoas humildes concluíssem o ensino primário e tivessem uma formação nas artes e ofícios. Assim, o governador Lauro Sodré implantou uma associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino, para que suprisse essas necessidades, por isso é importante apresentar as contribuições (Quadro 24).

Quadro 24 - Diretores e Sócios da SPE e contribuições mensais.<sup>376</sup>

<b>Categorias</b>	<b>Contribuições</b>
<b>Total de Diretores: 28</b>	28 Diretores que fizeram parte da Sociedade Propagadora de ensino.
<b>Total de Sócio benemérito: 54</b>	Total de 54 membros, sendo 6 companhias e uma tesouraria.
<b>Sócio benemérito</b>	Lauro Nina Sodré.
<b>Sócios fundadores não remidos:126</b>	Total de 126 membros, sendo dois falecidos.
<b>Contribuição mensal de cada sócio</b>	<b>1\$000 réis</b>

Fonte: Moura (1895). Elaboração do autor.

Portanto, o Quadro 24 demonstra que a Sociedade Propagadora de Ensino contava com 28 diretores, 54 sócios beneméritos, e tinha um sócio benemérito o governador Lauro Nina Sodré, e ainda 126 sócios não remidos cuja contribuição mensal era de 1\$000 réis. Ademais, muitos desses contribuintes eram donos de fábricas que queriam que os seus trabalhadores se qualificassem em determinada profissão e/ou ofícios, quando concluíssem o ensino primário, e dessem oportunidades para essas pessoas mais humildes se tornarem mais ativas e críticas em sua sociedade provincial.

Neste caminho de análise de pesquisa é importante a narrativa de Artur Viana, ao mencionar que “em 1890, assumindo o governo do Estado o Dr. Justo Chermont, tratou logo de reformar seriamente a instrução pública, e em 7 de maio assinava o Decreto n. 117, dividindo o ensino primário em elementar e integral”<sup>377</sup>. Isso possibilitaria que os diretores escolares em geral formulassem um regimento interno sobre a execução de programas, horários, e instruções para a formação desses alunos.

Desse modo, Arthur Vianna compreende que “quando o Pará aderiu à República, a instrução pública regia-se pela Lei n. 1.295 de 20 de dezembro de 1886, todavia, o Dr. Justo Chermont baixou o decreto 149 que regulamentou a instrução pública e especialmente o ensino

<sup>376</sup> *Id., ibid.*

<sup>377</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 29.

primário”.<sup>378</sup> E analiso que este regulamento trouxe mais importância para o ensino primário, e que, segundo José Veríssimo “o novo código introduziu e systematizou a educação physica; a que regulou o tempo máximo de cada aula; a que aumentou o tempo do trabalho escolar”<sup>379</sup> ou seja, com esse novo código o processo de aprendizagem nas escolas possibilitou uma formação mais crítica em desses alunos provinciais.

Portanto, entendo que essa instrução pública no período da República foi fundamental para que os mais pobres pudessem ter oportunidades de aprendizado para serem inseridos nas fábricas no estado do Pará, pois “os progressos alcançados pela instrução publica, devemos citar a criação do lyceu de artes e officios “Benjamin Constant”, do Orphelinato Paraense, do instituto cívico jurídico “Paes de Carvalho e da escola do commercio”<sup>380</sup>. Veja como as instituições no decorrer do tempo foram sendo valorizadas no decorrer da República e por meio do Estado. Para além disso, Arthur Vianna menciona que “o proletariado e aquelles que têm o dia inteiro absorvido em trabalhos podem concorrer aos cursos noturnos, onde encontrarão salutaes vantagens”<sup>381</sup>. Ou seja, acredito que o Estado, através dessas instituições educacionais, possibilitou a esses trabalhadores que estavam empregados nas fábricas, uma formação ao término do ensino primário e uma formação de ofício e/ou profissional para serem mais valorizados em seu trabalho industrial.

Neste sentido, Luciano Mendes de Faria Filho em *Pensadores Sociais e História da Educação*, compreende que:

Vygotsky ter sido o primeiro autor a explicar a formação histórica da mente, nomeadas de diferentes maneiras, a Psicologia vygotskiana sempre manteve em sua designação a dimensão histórica – Psicologia sócio-histórica; Psicologia sócio-cultural, propondo explicitamente a superação do modelo de compreensão do indivíduo como ser abstrato.<sup>382</sup>

Registro que Vygotsky, em sua obra sobre a epistemologia genética, enfatiza que o homem pode, através do processo de ensino e aprendizagem, construir em sua epistemologia, objetivos na mente capazes de contribuir em sua sociedade para um mundo melhor. Para além disso, o autor acrescenta que “um sujeito situado histórica e culturalmente, cognitivamente aparelhado para ler o mundo e situar-se diante das circunstâncias, usando como instrumento os dispositivos culturais, disponíveis em seu tempo (sistemas de criação, armazenagens e

---

<sup>378</sup> *Id., ibid.*, p. 12.

<sup>379</sup> *Id., ibid.*

<sup>380</sup> *Id., ibid.*, p. 13.

<sup>381</sup> *Id., ibid.*

<sup>382</sup> FARIA FILHO, *op. cit.*, 126.

transmissão de conhecimento). Mais uma vez, analiso que o indivíduo é capaz de aprender historicamente no processo institucional, onde o Estado possibilite dentro das instituições educacionais, escolas que contribuam nas suas formações e para o mundo cultural e profissional. Assim, reflito que o governador Lauro Nina Sodré, em sua investida como aluno e governador do estado do Pará, possibilitaria oportunizar aos alunos, mediante um currículo criado pela associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino, oferecer a trabalhadores proletários a formação em uma escola noturna a terem uma profissão para serem reconhecidos dentro das indústrias em sua localidade provincial.

No entanto, José Murilo de Carvalho, em sua obra “A Construção da Ordem” relata que:

[...] no Brasil, a educação antes de Pombal, estava quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas. Após a sua expulsão o Estado criou as aulas régias, cujos professores nomeava diretamente, todavia, os melhores professores não permaneciam em seus postos devidos os baixos salários<sup>383</sup>.

Portanto, assim era a educação no Brasil. Muitas vezes o professor não era valorizado pelo Estado, e geralmente o próprio currículo era inadequado para uma formação de uma mão de obra qualificada no estado do Pará. Para além disso, o estado se furtava de não ter entre as sociedades existentes por exemplo, dos mais pobres e humildes, uma sociedade letrada que ia contra os seus princípios políticos educacionais.

---

<sup>383</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 69.

## CAPÍTULO IV - O LYCEU BENJAMIN CONSTANT E O OPHELINATO PARAENSE

Direi alguma cousa sobre as instituições philantrópicas que em bem da infância existem no Pará, e empé tal se acham ellas, que creio eguaes não possui provincia alguma do Império; assim o collegio de Nossa Senhora do Amparo dá abrigo e ensino a 230 famílias com os cursos de instrução primaria e da Escola Normal, sendo depois preferidas as filhas d'este collegio no provimento das cadeiras de instrução primarias creadas pela provincia; chegando aos 18 annos aquellas das alumnas que casam são dotadas pela provincia. Este estabelecimento tem dado um não pequeno numero de mães de família de todos respeitadas, e uteiz ao paíz. O outro estabelecimento annalogo a este é o collegio de Educação creado pelo actual bispo Diocesano, com cerca de 200 alumnos, 100 das quaes pagando, 100 educadas gratuitamente, umas e outras recebendo educação mais ou menos elevada conforme a sua posição exige, contribuindo esta instituição para a moralisação do sexo feminino, pois vae buscar muitas creanças às classes mais infimas, que sem esta mão valedora se desgarrariam.<sup>384</sup>

Penso nesse processo de ensino, ao qual nos remetem as possibilidades de formação dentro destas instituições educacionais, pois muitas delas tiveram a oportunidade de formação do ensino primário e de estarem em uma sala de aula construindo a sua epistemologia.

Assim sendo, o governo brasileiro, por meio da Lei de nº 173, de 10 de setembro de 1893, que regula a organização das associações e o próprio processo de ensino no estado do Pará, uma vez que o índice do analfabetismo era muito alto, pois a saída era a educação, a qual minimizaria e possibilitaria aos mais pobres ingressarem no ensino primário e terem a oportunidade de escolher uma formação nas artes e/ou officios. Neste caminho de pesquisa, é importante a narrativa que “o problema estabelecido pela sociabilidade moderna, a incorporação do proletariado, nos países onde a revolução tem eliminado todos os odiosos privilégios de classes, há de resolver-se pela educação e pelo ensino”.<sup>385</sup> Por isso, ratifica que no estado do Pará continua sendo a educação para a mudança de sociedade.

O governador Lauro Nina Sodré atribuiu, através das políticas públicas, atenção especial à educação, que fazia parte da democracia e por isso fez algumas investidas na educação popular. Além do mais, a instrução pública era um dever do Estado e o ensino público filantrópico gratuito era o maior benefício a serviço da liberdade e, sobretudo, oportunizaria aos mais necessitados abrirem as suas formas de “consciência”<sup>386</sup> e serem pessoas mais críticas em sua localidade.

<sup>384</sup> MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de. **A Amazonia**: as provincias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil. Lisboa: Typographia Minerva, 1883. p. 31.

<sup>385</sup> BRASIL. [Decretos e leis]. Lei de nº 173, de 10 de setembro de 1893, *op. cit.*

<sup>386</sup>FRANÇA, *op. cit.*, p. 29.

O governador Lauro Nina Sodré menciona que com a entrada da República a educação poderia ter um melhor caminho, por isso compreende que:

No embate [...] da educação republicana, buscamos aprender a historicidade e os lugares de produção e enunciação destas representações em disputa, de modo a perceber o quanto estas visões permanecem impregnadas pelas próprias concepções produzidas pelos autores e sujeitos que vivenciaram as tensões e as lutas do processo histórico de constituição de uma (nova) ordem republicana. [...] Próprias do jogo de construção/reconstrução [...] lembranças e esquecimentos, luzes e sombras, estas representações em disputa permanecem circunscritas ao âmbito das clássicas análises diagnósticas e prognósticas. Devem, portanto, ser desconstruídas e problematizadas pelo pesquisador da educação na sua operação historiográfica, no diálogo e confronto permanente [...] de compreensão de uma dada realidade histórica.<sup>387</sup>

O Brasil passava por momentos de transformações, principalmente na educação, onde a melhor saída seria o mercado de trabalho, o que nas palavras do governador Lauro Nina Sodré “era necessário ter no Estado do Pará uma escola que formassem trabalhadores”<sup>388</sup>, por isso, o Lyceu Benjamin Constant foi criado neste caminho de proletários, sendo voltado para as artes e os ofícios. Além do mais, o governador Lauro Sodré defendia que o ensino popular figurava sempre entre os lemas da bandeira, que cobria as “falanges republicanas empenhadas nos prélios contra a realeza”<sup>389</sup>. Era necessário que desde a primeira hora da nossa vida governamental começasse o cumprimento da promessa, dados os passos iniciais para levar a realidade àquela legítima aspiração.<sup>390</sup>

Nos discursos do governador Lauro Nina Sodré era importante ajudar o progresso do espírito associacionista e de controle social, uma vez que eram armas poderosas do progresso em toda parte. Nesse sentido, os esforços resultaram da instituição da Sociedade Propagadora de Ensino, que criou um currículo voltado à formação profissional desses trabalhadores e manteve o Lyceu Benjamin Constant através de doações pelos homens operosos, funcionários públicos e empresários que queriam investir em suas fábricas no estado do Pará.

O projeto educacional do governador Lauro Sodré considerava fundamental a criação de uma Sociedade Propagadora de Ensino para levar à frente uma série de medidas necessárias

---

<sup>387</sup>FARIAS, *op. cit.*, p. 34.

<sup>388</sup>SODRÉ, L., *op. cit.*, p. 399.

<sup>389</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>390</sup> Recordações de ordem puramente histórica refletem a fidelidade de meu respeito, de meu carinho e de minha admiração a este verdadeiro estadista. Insigne cidadão prestante, a quem devo melhores horas de minha vida espiritual. Não faz mal que dele, novamente, me ocupe. Foi um grande homem. E não pode ser esquecido em cumprir na educação uma escola que suprisse a necessidade através de aulas noturnas para aqueles que não tinham tempo, pois estavam de dia dentro das fábricas. 2017. P. 454. (Cf. PIRES. Roberto Scalercio. Fragmentos da Vida “Justa e Perfeita” de Lauro Sodré. 2017. **Grande Oriente do Brasil**. Disponível em: <https://www.gob.org.br/fragmentos-da-vida-justa-e-perfeita-de-lauro-sodre-roberto-scalercio-pires/>. Acesso em: 16 ago. 2022).



às melhorias da instrução pública paraense, principalmente em direção aos trabalhadores pobres. Diante disso, em 1892 ocorreu a criação do “Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant”, sendo uma escola pública de ensino primário, com aulas de **português, francês, história universal, geografia, aritmética, álgebra e geometria, desenho, pintura e contabilidade, na época denominada escritura mercantil, constando ainda o estudo da mecânica, da física, química industrial e de taquigrafia**, e esta última matéria ajudou muito com o serviço dentro da escola.

Na exposição artística de 1895 Moura afirma que as disciplinas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant foram primordiais para muitos operários, uma vez que esta escola estava preparando bons operários industriais e excelentes artistas, e os professores que faziam parte desta formação e eram reconhecidos por serem destacados nas áreas nas quais ministravam essas aulas, por isso é fundamental apresentar a o Quadro 25, onde se destaca os professores e as respectivas disciplinas:

Quadro 25 - Professores e suas respectivas disciplinas.<sup>391</sup>

PROFESSORES	DISCIPLINAS
Raymundo Espíndola	Portuguez
Octaviano Paiva	Francez
Capitão sabino Luz	Arithmética
Dr. Ignácio B. de Moura	Algebra
<b>Dr. Henrique Santa Rosa</b>	<b>Geometria e Desenho Geométrico</b>
Roberto Moreira	Contabilidade
<b>Bernardino Marques</b>	<b>Geografia e História</b>
Maestro José C. da Gama Malcher	Desenho
João Florencio de Mello	Aula Primária

Fonte: Moura, I. (1895). Elaboração do Autor.

Foi apresentado outro quadro por meio de dados do jornal *A Província do Pará* de 1895, onde nele se pode verificar os horários, dias e disciplinas ministradas no Lyceu de Artes Benjamin Constant, e que contava com 300 alunos que estudavam de segunda-feira a sábado no turno da noite (Quadro 26).

<sup>391</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 28.

Quadro 26 - Horário das aulas do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.<sup>392</sup>

DIA	DISCIPLINA	HORÁRIO
Segunda-feira	Aritmética e Algebra	Das 7:00 às 8:00 da noite
Quarta-feira	Geographia e História	Das 7:00 às 8:00 da noite
Sexta-feira	Música	Das 7:00 às 9:00 da noite
Quarta-feira	Geometria Descriptiva e Desenho Descriptivo	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Sexta-feira	Contabilidade e Escripuração Mercantil	Das 8:00 às 9:1/2 da noite
Terça-feira	Portuguez e Francez	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Quinta-feira	Geometria e Desenho Geométrico	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Sábado	Desenho de Figuras e Ornatos	Das 7:00 às 9:00 da noite
Pará, 21 de janeiro de 1895, Raimundo Espíndola, 1º secretário		

Fonte: Assis (1895). Elaboração do Autor.

Na estrutura curricular, registro que é possível perceber a integração entre artes e ofícios, pois no currículo havia as ciências modernas, desenhos, pintura, música, desenho descritivo de desenho de figuras, além do idioma francês e a disciplina Música. Não se tratava apenas de formar somente mão de obra para uma atuação técnica e para atuação estritamente mecânica, mas sim formar trabalhadores com refinamento em diferentes ramos das artes.

No quadro a seguir podemos perceber que muitos professores lecionavam mais de uma disciplina. Ademais, alguns desses professores passaram a ensinar apenas no Lyceu Benjamin Constant, já que tinham se comprometido com a Sociedade Propagadora do Ensino, esforçando-se para formarem pessoas. Além do mais, cabe destacar que muitos desses intelectuais eram renomados na sociedade paraense e destacados no meio intelectual pelo desempenho de suas habilidades em cargos públicos e em outros círculos. Este é o caso, por exemplo, da **disciplina de música**, que foi ministrada pelo renomado **Maestro José C. da Gama Malcher**. Assim, o Quadro 27 apresenta o corpo docente e suas respectivas disciplinas cada disciplina.

Quadro 27 - Corpo docente e suas disciplinas do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.<sup>393</sup>

PROFESSOR	DISCIPLINA
Dr. Carlos A. C. Novaes	Geografia e História
Zeno Cardoso	Tachygraphia
Dr. Antonio Marçal	Chymica e Phyfica
Hildebrando B. de Miranda	Chymica e Phyfica
Dr. José A. Pereira Guimarães	História Natural

<sup>392</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Artes e Oficiais na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, n. 5551, p. 2, de 24 de janeiro de 1895.

<sup>393</sup> MARAJÓ, *op. cit.*, p. 29.

Fonte: Marajó (1883). Elaboração do Autor.

O quadro apresenta professores que trabalharam nas disciplinas no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, no entanto, alguns desses professores também atuaram em mais de uma disciplina. Assim sendo, no jornal *O Democrata*, 11 de fevereiro de 1892, há a notícia de criação de um curso livre de matemática aos alunos do Lyceu Benjamin Constant, no pavimento térreo do Lyceu Paraense. O curso livre foi iniciado pelo **professor Brito Bastos**. **As aulas aconteciam das 3 às 5 horas da tarde**, horário que antecedia o das aulas noturnas, de forma que os alunos matriculados em um dos cursos pudessem frequentar as aulas do currículo principal do Lyceu Benjamin Constant, podendo ter alternativa de complementação da sua formação ou um reforço no campo da matemática.<sup>394</sup>

O professor historiador Elson Luiz da Rocha Monteiro compreende que Sodré buscava “favorecer a frequência das classes populares com aulas noturnas e que se tratava de um esforço para levantar o nível moral do povo e de uma maneira melhor de impor à consciência pública o novo regime”.<sup>395</sup>

O governador Lauro Nina Sodré conceitua que era primordial o ensino técnico para os mais pobres, uma vez que possibilitaria aos mesmos estarem inseridos dentro das fábricas no estado do Pará. Neste sentido, “uma questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos, empenhados nessa luta travada no terreno da produção, [...] o drama da vida das nações policiadas, a Victória a vida há de caber ao mais aparelhado, isto é, ao mais instruído”. Para além disso, tem proporcionado muitas escolas públicas e externatos de ensino secundário por todo o interior do Pará<sup>396</sup>. Nesse sentido, o jornal *A República*, de 21 de novembro de 1892, nos apresenta que:

Sem que tenhamos em mira fazer do proletariado uma corporação de acadêmicos ou de sábios, é indispensável ministrar-lhe o ensino geral das ciências, que pondo ao alcance das suas inteligências, as leis naturais que regem todas as ordens de phenomenos, dará em resultado não deixa-lo estranho ao que faz a honra, o bem estar e a força da sociedade no meio da qual é chamado a viver.<sup>397</sup>

Compreendo a importância do processo de aprendizagem no estado do Pará, pois era a saída para a erradicação do analfabetismo e para as classes mais pobres terem a oportunidade

<sup>394</sup> ROSA, Dr. Américo M. Santa. Curso Livre de mathematicas **O Democrata**, Belém, v. 3, n. 32, p.1, quinta feira, 11 de fevereiro de 1892. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186171&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=2253>. Acesso em: 12 nov. 2022.

<sup>395</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 250.

<sup>396</sup> MARANHÃO, Paulo. Letras. **A República**: Órgão do Partido Republicano, Belém, n. 791, p. 1, Belém de 23 de novembro de 1892.

<sup>397</sup> *Id.*, *ibid.*

de ter uma epistemologia que pudesse alavancar uma formação para estarem inseridos dentro das fábricas provinciais.

Neste processo educacional, em relação à construção do conhecimento dentro das escolas públicas imperiais, percebo uma falta de sensibilidade por parte dos nossos governantes, pois, segundo José Murilo de Carvalho, em “A Construção da Ordem”, foi criado um “Ato adicional em 1834, onde a educação superior se tornou responsabilidade tanto do governo geral como dos governos provinciais, mas nenhuma escola superior foi criada pelas províncias durante o império”,<sup>398</sup> ou seja, compreendo que desde o Império, mesmo existindo uma legislação para se criar escolas superiores, as províncias não estavam interessadas em formar pessoas críticas em suas sociedades provinciais, pois o primordial era formar uma elite que pudesse manter uma homogeneização imperial dentro das próprias províncias, deixando de lado a grande massa do povo que era analfabeta, e assim se deu gradativamente o processo educacional no estado do Pará.

Nesta pesquisa, especifico que a exposição artística e industrial que ocorreu no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que foi organizada pelo diretor da época, Ignácio Moura, em 1895, foi importante para a apresentação dos trabalhos dos alunos e, com isso, dos resultados dos alunos do referido Lyceu Benjamin Constant, o que seria motivo de discursos e orgulho do diretor da instituição de ensino. Neste caminho, a exposição colocara todos os personagens que participaram deste evento em 1895: “Pois, realizaram-se muitos estudos através desta revista anual de Artes e indústrias n’este Estado, e sucessivas edições que ocorreram erros e enganos apontados nas edições anteriores. Entretanto, segundo Ignácio Moura”<sup>399</sup>. Adverte que era necessário ter outras exposições no estado do Pará, e enfatiza que “para outra exposição reuniremos em maior volume não só as observações e notícias que n’este livro vão, como novos esclarecimentos que nos forem dirigidos tanto sobre os produtos expostos n’este anno, como sobre os que têm de sê-lo no próximo vindouro”.<sup>400</sup> Ora, era importante que os alunos do Lyceu Benjamin Constant apresentassem os seus trabalhos realizados dentro das oficinas no estado do Pará.

Nesta perspectiva, Ignácio Moura demonstra que estava preocupado com os resultados da exposição, uma vez que, pela falta de experiência desses expositores, não estavam acostumados a se apresentar a um amplo público na exposição artística. Para além disso, havia por parte do responsável pela exposição, teoricamente, uma preocupação, entretanto, esta exposição foi muito benéfica para o Lyceu Benjamin Constant em relação aos muitos alunos que teriam a oportunidade

---

<sup>398</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 74.

<sup>399</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 05.

<sup>400</sup> *Id. ibid.*

de mostrar os conhecimentos adquiridos em sua formação, o qual muito contribuiu para esses trabalhadores e para minimizar o analfabetismo no estado do Pará.

Nesta investida, Lauro Nina Sodré atribuiu, através das políticas públicas, atenção especial à educação, defendendo que a “liberdade espiritual” fazia parte da democracia e por isso fez algumas investidas na educação popular. Além disso, defendia que a instrução pública era o principal dever do Estado e o ensino público gratuito seria talvez o maior benefício a serviço da liberdade, sobretudo da liberdade de “consciência”,<sup>401</sup> para a construção do conhecimento de uma determinada sociedade provincial.

Neste caminho de análise, torna-se relevante que façamos a reflexão sobre a importância de ter uma educação voltada aos mais pobres no estado do Pará, assim sendo, a narrativa do historiador William Gaia Farias, em sua tese *A Construção da República (1886 a 1897)*, compreende que:

No embate [...] da educação republicana, buscamos aprender a historicidade e os lugares de produção e enunciação destas representações em disputa, de modo a perceber o quanto estas visões permanecem impregnadas pelas próprias concepções produzidas pelos autores e sujeitos que vivenciaram as tensões e as lutas do processo histórico de constituição de uma (nova) ordem republicana. [...] Próprias do jogo de construção/reconstrução [...] lembranças e esquecimentos, luzes e sombras, estas representações em disputa permanecem circunscritas ao âmbito das clássicas análises diagnósticas e prognósticas. Devem, portanto, ser desconstruídas e problematizadas pelo pesquisador da educação na sua operação historiográfica, no diálogo e confronto permanente [...] de compreensão de uma dada realidade histórica.<sup>402</sup>

Nessas concepções do historiador, registro que o Brasil passava por momentos de transformações, principalmente na educação, onde a melhor saída seria o mercado de trabalho, o que nas palavras do governador, ao destacar que era necessário ter no estado do Pará uma escola noturna que formasse trabalhadores, assim, o Lyceu Benjamin Constant foi criado neste caminho de proletários, sendo voltado para as artes e os ofícios. Para além disso, Lauro Sodré afirma que o ensino popular sempre figurou entre os lemas da bandeira, que cobria as “falanges republicanas empenhadas nos prélios contra a realeza”. Ademais, era necessário que desde a primeira hora da nossa vida governamental começasse o cumprimento da promessa, dados os passos iniciais para levar a realidade àquela legítima aspiração.<sup>403</sup>

Nos discursos do governador, era importante ajudar o progresso do espírito associacionista e de controle social, uma vez que eram armas poderosas do progresso em toda parte do estado do Pará para a formação de uma mão de obra qualificada e preparada para ser inserida dentro das fábricas locais.

Nesta perspectiva de projeto educacional do governo, considerava-se necessária a criação da Sociedade Propagadora de Ensino para levar em frente uma série de medidas

<sup>401</sup> FRANÇA, *op. cit.*, p. 29.

<sup>402</sup> FARIAS, 2005, *op. cit.*, p. 34.

<sup>403</sup> PIRES, *op. cit.*, p. 454.

necessárias à melhoria da instrução pública filantrópica paraense, principalmente para os trabalhadores pobres. O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ofertava aulas de português, francês, história universal, geografia, aritmética, álgebra, e geometria, desenho, pintura e contabilidade, na época denominada escritura mercantil, constando ainda o estudo da mecânica, da física, química industrial e de taquigrafia – e esta última matéria ajudou muito com o serviço dentro da escola. Ou seja, enfatizo que essa associação educacional contribuiu com um currículo e na formação para a erradicação do analfabetismo no estado do Pará.

Nessa trajetória histórica é fundamental o que o jornal *O Liberal*, de 13 de maio de 1993, destaca que “o Colégio Estadual Antônio Lemos, que iniciou suas atividades em Belém como **orfanato para meninas carentes**, comemora hoje 100 anos de fundação. Há mais de 60 anos o colégio mudou-se para o Município de Santa Izabel a 50 quilômetros de Belém.”<sup>404</sup> Assim como o governador Lauro Nina Sodré tinha o seu projeto para a erradicação do analfabetismo no estado do Pará, havia outros políticos que também contribuíam para erradicar o analfabetismo, como Antônio Lemos, que tirava das ruas meninas carentes para lhes dar oportunidades de uma vida melhor em sua sociedade provincial.

O colégio Antônio Lemos “Atualmente possui 600 alunos nos cursos de 1º grau, Magistério, Administração e Ciências Humanas, em três turnos (Figura 6). As meninas aprendiam desde jardinagem ao bordado, incluindo serviço domésticos. Depois vinha o ensino de “aprendizagem das letras”. Essa instituição começou com 12 órfãs.

Figura 6 - Colégio Estadual Antônio Lemos.<sup>405</sup>

---

<sup>404</sup> MAIORANA, Romulo. Colégio Antonio Lemos comemora o Centenário. *O Liberal*, Belém, n. 25.764, p. 1, de 13 de maio de 1993.

<sup>405</sup> *Id.*, *ibid.*



Fonte: Maiorana (1993).

Essa instituição de ensino foi muito bem-vinda e criada pelo governador Lauro Sodré, que soube, através da sua gestão, implementar doações de sócios e de outros colaboradores no decorrer do seu mandato. Sendo assim, Selma Pimenta menciona que “em 1902 passou para o âmbito municipal com a ajuda de Antônio Lemos Intendente Municipal de Belém”.

O analfabetismo era muito grande no estado do Pará, pois uma das preocupações em seu mandato, era justamente erradicar essa falta de aprendizagem dentro das escolas, já que eram poucas devido a sua demanda, por isso o governador Lauro Sodré instituiu um currículo que suprisse essas necessidades, sendo assim, “No Orphelinato ensinava-se **as primeiras letras, literatura, prendas, economia doméstica, canto coral, piano, ginástica**, dentre outros. O Orphelinato Paraense era dirigido internamente pelas Filhas de Sant’Ana, mulheres religiosas de origem Italiana”<sup>406</sup>. Ou seja, analiso que essas professoras religiosas que ensinavam as matérias nessa instituição filantrópica, mas também “com alguns professores externos, que educavam as órfãs”<sup>407</sup> nesse estado do Pará.

É importante refletir que no momento da criação desse orfanato municipal, o que também o contribuiu no ensino primário foi “a escolha de livros e a exclusão de outros, visto que o Regulamento do Ensino Público, de 13 de junho de 1891, art. 194, determinava que o professor era livre para escolher o livro que lhe parecesse melhor”<sup>408</sup>. De fato, esse regulamento ajudou muitos professores a escolherem os livros adequados e a excluírem os que não contribuíam no

<sup>406</sup> PIMENTA, A., *op. cit.*, p. 7.

<sup>407</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>408</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 95.

processo de aprendizagem no estado do Pará, independentemente se estivessem entre os livros escolhidos pelo Conselho Educacional. Assim, de certa forma, o professor tinha o poder de escolha dos livros mais propícios a serem usados dentro da escola no ensino primário, contudo, o conselho tinha que aprovar o livro que o professor iria utilizar em sala de aula.<sup>409</sup>

Devido a esse regulamento, constata-se que dentro das escolas não se tinha um parâmetro adequado de livros, mesmo sabendo que não havia um livro adequado, por isso, torna-se fundamental a análise da Adriene Pimenta, onde compreende que “Em 1893, o então ex-diretor geral da Instrução Pública do Estado do Pará, José Veríssimo, também expunha os motivos pelos quais havia essa seleção de livros. Para ele, havia uma desordem na escola, visto que cada menino tinha um livro diferente”<sup>410</sup>. Ou seja, compreendo que esse regulamento tornou mais difícil ter um padrão de aprendizagem dentro das escolas no estado do Pará.

Assim, a fonte documental do jornal *A Província do Pará* (1895) menciona que “O livro de Edmundo de Amicis – coração, do qual uma das glórias brasileiras – José Veríssimo, diz: “O coração é realmente um livro singelo, verdadeiro, sóbrio e eloquente”,<sup>411</sup> que contribui com o modo de vida filosófico e moral da sociedade provincial do Pará.

De fato, é importante a narrativa de Demerval Saviani, por compreender que a instituição educacional é feita pelo homem para atender as suas necessidades humanas, e, dependendo de sua localidade, ssas mesmas necessidades são permanentes. Contudo, a instituição educacional não pode ser concebida como algo estático, uma vez que também é histórica, possuindo, assim, um caráter transitório.<sup>412</sup>

Demerval Saviani menciona que “a sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico”<sup>413</sup>. Ou seja, compreendo que uma instituição educacional vai se refazendo conforme as necessidades do homem, pode ter a sua finalidade transformada, dependendo da sua localidade provincial por meio da educação.

Assim sendo, Dermeval Saviani, em *Instituições Escolares no Brasil*, posiciona-se sobre as instituições que eram necessárias que existissem em todo o Brasil, pois possibilitaria a minimização do analfabetismo no estado do Pará, e acrescenta que:

---

<sup>409</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>410</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 96.

<sup>411</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. O Cambio sobre o opherlinato. *A Província do Pará*, Belém, n. 5675, p. 2, de 27 de junho de 1895.

<sup>412</sup> SAVIANI, Dermeval. Conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M. *et al.* (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 5.

<sup>413</sup> *Id.*, *ibid.*



As instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por eles perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no próprio funcionamento, uma vez que se constitui como conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem.<sup>414</sup>

Desta forma, compreende-se que as instituições são criadas pelos homens como educativas, contudo, podem ser como função educativa baseada em um plano político pedagógico, e como forma educativa, que de algum modo tratam do processo de aprendizagem para a transmissão e construção do conhecimento.

Sérgio Castanho compreende que a “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas societárias duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”.<sup>415</sup> Ou seja, considero importante que o aluno conheça toda a sua estrutura curricular, os trabalhadores, os professores, enfim, que conheça *in loco* como se dá o processo educacional. Além disso, o Orphelinato Paraense foi criado no governo de Lauro Nina Sodré em 1893, em Belém, onde abrigava meninas órfãs, e a sua finalidade para elas era educá-las.

José Luís Sanfelice compreende que “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadas instâncias como política, cultural, religiosa, ideológica, dentre outras, que agem e interagem entre si”<sup>416</sup>. Ou seja, registro a importância de se formar um cidadão que possa contribuir em sua sociedade provincial.

Neste viés de pesquisa, com relação a essa instituição escolar chamada Orphelinato Paraense no governo de Lauro Nina Sodré, torna-se fundamental a narrativa de Peter Burke ao mencionar que “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social, ou culturalmente construída”. O historiador acrescenta que “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional”<sup>417</sup>. Nesta investida, busco uma saída para uma educação voltada ao perfil de cada aluno em sua localidade, onde o poder político e educacional seja voltado para todos, independentemente de classe social provincial.

---

<sup>414</sup> *Id, ibid.*

<sup>415</sup> CASTANHO, Sérgio. **Institucionalização escolar no Brasil: 1879-1930**. 2005. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf>; Acesso em: 18 out. 2023, p. 40.

<sup>416</sup> SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* **Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas: Autores associados; HISTEDBR, 2007. p. 77.

<sup>417</sup> BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 11.

Sendo assim, é importante a narrativa do jornal *A República* de 1886, o qual o intelectual positivista chamado Theófilo Braga menciona que:

À medida que a educação pública se alarga, a indústria se multiplica, que as opiniões se racionalizam, os indivíduos adquirem um maior grão da sua consciência e procura afirmar por todas as formas a própria independência. É nessa fase de transformação que o Estado se imobiliza, concentrando a autoridade nos privilégios dinásticos, apoiando-se nas classes atrasadas, conservadoras por instinto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrofiadora chamada a centralização administrativa.<sup>418</sup>

Nesse contexto, é importante refletir que em outras sociedades havia preocupações de cunho civilizatório, as quais contribuíram com as propagações das ideias positivistas. Assim, uma delas foi dos “Estudos Paraenses”, analisada na *Revista de Estudos Paraenses*. Segundo Ignácio Moura, essa Sociedade, em suas reuniões no palácio do governo, foi instalada definitivamente no dia 12 de outubro de 1893, em comemoração ao aniversário da descoberta da América. Acrescenta ainda que na inauguração “o Presidente Exm. sr. Barão de Marajó enfatizou que tem por fim estudar todas as questões de sciencias e letras cuja solução possa trazer qualquer desenvolvimento à futura Amazônia”<sup>419</sup>. As publicações da Sociedade Paraense com relação à ciência e às letras eram divulgadas a cada três meses. E fazendo parte das instituições de caráter civilizatório de Lauro Sodré.

Neste caminho de pesquisa, tornam-se fundamentais os vencimentos e atribuições dos professores de música. Assim, o Quadro 28 apresenta o Regulamento do Instituto de Educandos e Artífices Paraenses e seus respectivos artigos

Quadro 28 - Regulamento do Instituto de Educandos e Artífices Paraenses.<sup>420</sup>

Artigo	Vencimentos
Artigo 1: A professor de música do Instituto de Educandos Artífices Paraense Vencimento mensal.	Ordenado: 1.600.000 réis. Gratificação: 800.000 réis.
Artigo 2: A cadeira de música do Instituto Paraense.	Será provida efetivamente por concurso.
Artigo 3: Os vencimentos marcados no artigo 1: da presente lei.	Só começará a ser pago ao professor depois da nomeação do concurso, o qual recebeu-se com a máxima brevidade.

<sup>418</sup> CARVALHO, José Paes de. Colaboração. *A República*: Órgão do Partido Republicano, Belém, v. 1, n. 1, p.3, 11 de setembro de 1886.

<sup>419</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 43.

<sup>420</sup> PARÁ. Decretos e Leis. Lei nº 10 de 09 de janeiro de 1892. In: PARÁ. [Decretos e Leis]. *Collecção das leis estaduais do Pará dos annos de 1891 a 1900*: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Artigo 4: Revogam-se de reposição ao contrário.	
Mando, portanto, a todas as autoridades e assim o conhecimento e execução desta lei pertencerem o que fielmente a cumpram e façam cumprir. O Secretario do Estado a faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Estado confere isto do Pará, 9 de janeiro de 1892, 4: da República.	

Fonte: Pará (1900). Elaboração do autor.

Muitos professores de música do Instituto de Educandos de Artífices Paraenses tinham um ordenado no valor de 1.600 réis e uma gratificação no valor de 800 réis mensais, mas só poderiam exercer esta profissão quando fizessem concursos para concorrer a esses cargos. Todavia, percebo nesta lei normativa que todas as reposições em contrário, que o secretário publique, imprima e faça divulgar a todas as pessoas que queiram concorrer a este cargo e que se inscrevam dentro do período proposto.

As vagas para professor de música tinham as suas atribuições, ordenados e gratificações. Além disso, a Lei de 1892 contribuiu também para refletir-se sobre o governo provincial em outra instituição de ensino, o Lyceu Paraense, onde declarava no primeiro artigo a dispensa de 18 meses de trabalhos letivos do professor João Baptista Penna, o qual está implícito a sua liberação. Por isso, apresento o Quadro 29 da lei referente ao Lyceu Paraense:

Quadro 29 - Regulamento do Lyceu Paraense.<sup>421</sup>

<b>O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:</b>	
Artigo 1: Fica dispensado por espaço de 18 mezes, dos trabalhos lectivos do Lyceu Paraense;	O respectivo centro de Geometria e Trigonometria João Baptista Ferreira Penna.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que fielmente a cumpram e façam cumprir.	
O Secretário de Estado á faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Pará, 11 de agosto de 1892, assinado por Lauro Sodré. Sessindo de secretário assinado grifo Egidio Leão Salles.	

Fonte: Pará (1900). Elaboração do autor.

<sup>421</sup> PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 32 de 11 de agosto de 1892. In: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estadaues do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Neste viés, a Lei de 1892 compreende que muitos professores do Lyceu Paraense tinham algumas regalias, por exemplo, de afastar-se por um período de 18 meses de função como professor. Na própria lei, fica claro que se trata do professor de Geometria e Trigonometria, assim sendo, cabia à autoridade liberar ou não ao governador de suas funções e que a façam a cumprir.<sup>422</sup> Ademais, muitas das ações do governador do estado do Pará foram importantes, uma vez que analisa-se através da lei que contribui com uma Escola de Agricultura e uma Escola de Fazenda Agrícola, onde torna explícito que tais escolas teriam um curso que contribuiriam para esta formação, por isso considero necessário apresentar o Quadro 30 com o Regulamento das referidas escolas.

Quadro 30 - Regulamento da Escola de Agricultura e de Fazenda Agrícola.<sup>423</sup>

<b>Regulamento</b>	
Autoriza o Governador do Estado a criar uma Escola de Agricultura e uma Fazenda Agrícola, onde julgar mais conveniente	
Parágrafo Único:	A Escola terá um curso theorico com folheto e outro prático, ao qual ficará assim cada Fazenda modelo.
Artigo 2: O governo poderá despende com a fundação da Escola e Fazenda modelo:	Até a quantia de trezentos contos de réis cuja verba será consignada no orçamento de 1893.
Artigo 3: Revogam-se as disposições em contrário.	
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que fielmente a cumpram e façam cumprir.	
O Secretário de Estado, a faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de agosto de 1892, 4 da República. Assinado: Lauro Sodré Secretário Assinado Egídio Leão Salles	

Fonte: Pará (1900). Elaboração do autor.

Portanto, compreendo que dentro da política educacional do governo de Lauro Nina Sodré ampliava-se a profissionalização, criando Escolas que contribuíam para a formação de

<sup>422</sup> PARÁ. Decretos e leis. Lei nº 53 de 27 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estadaues do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

<sup>423</sup> BRASIL. Decretos e Leis. Lei nº 56 de 29 de agosto de 1892. *In*: BRASIL. **Collecção das leis da República do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892. 1 v. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

peças que deveriam estar inseridos no mercado de trabalho. Nesse sentido, um exemplo claro é a construção de duas Escolas: uma de curso teórico e a outra de atividade prática que ficaria responsável pela Fazenda Modelo. O governo de Lauro Sodré fazia um investimento de até Trezentos contos na construção dessas escolas e o orçamento tinha sido aprovado em 1893, para a construção também de uma Biblioteca Pública.<sup>424</sup>

Neste caminho, o governador Lauro Nina Sodré, em sua política educacional, sempre se preocupou com a profissionalização desses trabalhadores jovens, assim, criou a lei que autoriza a despende diversas importâncias com os serviços do Estado, especificamente no regulamento do Lyceu Paraense, apresentado no Quadro 31.

Quadro 31 - Novo Regulamento do Lyceu Paraense.<sup>425</sup>

<b>Regulamento - Lyceu Paraense</b>	
Approvo o Decreto n. 417, de 28 de outubro de 1891, que dá novo Regulamento ao Lyceu Paraense.	
O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a lei seguinte:	
Art:1: Fica Approved o Decreto n 417 de 28 de outubro de 1891, que dá novo Regulamento ao Lyceu Paraense, podendo o Governador parar as modificações precisas para accomodal-o ao Regulamento:	Do Ginnasio Nacional, a fim de que possa esse Estabelecimento gosar das vantagens garantidas pelo Decreto nº 1389 de 21 de fevereiro de 1891 do Governo Federal.
Art:2: Revogam-se as disposições em contrário.	
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem fielmente a cumpram e façam cumprir.	
O Secretário de Estado a faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de agosto de 1892, 4 da República. Assinado: Lauro Sodré	
Publicado nesta Secretaria do Estado do Pará, em 1 de setembro de 1892. Assinado: Egídio Leão Salles.	

Fonte: Pará (1891). Elaboração do autor.

<sup>424</sup> PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 56 de 29 de agosto de 1892. In: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estadaues do Pará dos annos de 1891 a 1900: precedida da constituição política do Estado**. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

<sup>425</sup> PARÁ. [Decretos e leis]. Decreto n. 417 de 28 de outubro de 1891. Da Novo regulamento ao Liceu Paraense. In: PARÁ. [Decretos e leis]. **Coleção das Leis e Decretos do Governo Republicano do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O programa de governo tinha uma preocupação muito grande com a formação de trabalhadores para que trabalhassem nas indústrias de **tipografias, mecânicas, ferreiro etc.** No Pará, percebo um certo apadrinhamento para com o diretor do Lyceu Paraense, o qual receberia seis meses de licença. Além disso, o governador Lauro Sodré apresentara, através da lei, uma licença ao diretor desta escola, ou seja, entendo que dentro desta instituição o próprio diretor tinha certas regalias por parte do governador. Depreende-se que havia novamente um laço político entre esses homens em relação ao processo educacional no estado do Pará.

Assim se deu o processo de construção educacional no estado do Pará, por isso, segundo José de Arimatéa Gouveia dos Santos, registra que:

Nesse rol de obras há reforma do Instituto Paraense de Artífices em um suntuoso prédio para crianças pobres de todo o estado, o instituto do Liceu de Artes e Ofícios para público adulto, e para crianças “desvalidas” associação protetora dos órfãos e Colégio Nossa Senhora do Amparo.<sup>426</sup>

A narrativa do governador Lauro Nina Sodré era possibilitar que as classes menos favorecidas tivessem oportunidades em se formarem, dependendo de suas idades em cada profissão e voltadas para o mercado de trabalho. Ademais, essa formação técnica não oneraria o Estado, entretanto, não formaria um ser crítico em sua sociedade.

José de Arimatéa Gouveia dos Santos acrescenta ainda que a ideia positivista de Lauro Sodré era justamente aumentar a mão de obra com uma formação técnica onde o salário seria menor. Todavia, a preocupação do governador era justamente em não formar um cidadão de nível superior, pois, na sua concepção, aumentariam as despesas aos cofres públicos. Desse modo, o cidadão com diploma superior iria compor um exército de funcionários, que, conseqüentemente, aumentariam os gastos aos cofres públicos.<sup>427</sup>

Neste caminho, a ideia positivista era oferecer uma mão de obra qualificada, contudo, sem impactos significativos de retorno à sociedade. Além disso, no programa de Lauro Sodré, a sua ideia era de manter um “obstáculo ao progresso, e isto ocorreria somente por causa da insuficiência de um ensino técnico capaz de fazer amar cada um o ofício, que poderia eleger os meios e as oportunidades”.<sup>428</sup> Neste sentido, para Sodré era fundamental manter sempre uma capacitação voltada para as classes mais pobres, e de um ensino técnico voltado às indústrias, pois nas fábricas não exigiam uma mão de obra de nível superior e sim com um ensino técnico,

---

<sup>426</sup> SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 150., 2016, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2016.

<sup>427</sup> *Id., ibid.*

<sup>428</sup> *Id., ibid.*, p. 24.

por isso o programa de Lauro Sodré foi fundamental para a grande maioria da sociedade, que era analfabeta.

De acordo com José Arimatéa Gouveia dos Santos educação era fundamental para a construção epistemológica de uma sociedade. Por isso, é importante a reflexão do governador ao enfatizar que “a crença de que quanto mais instruída fosse uma população, melhor seria o desenvolvimento da nação”.<sup>429</sup> E nessa conquista, o país estaria em condições de enfrentar as disputas acirradas de mercado internacional entre os povos modernos, por isso o governador tinha uma visão muito estratégica, o que permitia pensar a formação como sendo fundamental, por compreender que:

A organização do ensino técnico, disse já alguém, não é uma simples questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos empenhados na luta travada no terreno da população e das permutas. Nos torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a vitória há de caber aos mais aparelhados, isto é, aos mais instruídos.<sup>430</sup>

Compreendo que o governo tentava tornar sempre possível uma capacitação aos trabalhadores, os quais seriam inseridos no mercado de trabalho, pois permitia não só no Estado do Pará, mas em outros Estados e até mesmo no mercado internacional com essa sua capacitação. Além disso, o governador Lauro Nina Sodré tinha em mente as ideias positivistas de sua formação, o qual privilegiou algumas instituições que contribuiriam para esta capacitação, de tirar das ruas pessoas órfãs, desvalidas e abandonadas por todo o país, assim sendo, foi fundamental refletir sobre as concepções de implantar instituições educacionais que contribuíssem para o programa da sua gestão no estado do Pará.

Neste caminho de pesquisa é importante a narrativa de Selma Garrido Pimenta, ao mencionar que o governo implantou “O Orphanato Paraense, que foi criado pela Associação Protetora dos Órfãos, em Belém, e era mantido por associados e por doações”<sup>431</sup>. Todavia, percebe-se que no decorrer do tempo esta instituição pediria ajuda à Intendência Municipal de Belém. Contextualizando, Selma Pimenta acrescenta ainda que “no ano de 1900, os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, e o principal representante colaborador na época seria o intendente Antônio José Lemos”.<sup>432</sup> Diante disso, analiso que mesmo sendo opositores politicamente, Lauro Sodré e Antônio Lemos buscavam inserir e dar oportunidades a esses órfãos desvalidos da sociedade provincial do Pará.

---

<sup>429</sup> SANTOS, José, *op. cit.*, p. 6-7.

<sup>430</sup> *Id.*, *ibid.* p. 7.

<sup>431</sup> PIMENTA, S., *op.cit.*, p. 30.

<sup>432</sup> *Id.*, *ibid.*

Seguindo esta análise, Lauro Nina Sodré preocupou-se em criar instituições com o intuito de tirar das ruas essas crianças, pois, segundo Selma Garrido Pimenta, “com o passar dos anos, os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como também a educá-las para um ofício, e no caso das meninas, para serem ‘boas mães’ e excelentes ‘donas de casa’<sup>433</sup>. No Pará, “em 1804, foi criado o Recolhimento das Educandas pelo bispo Manoel de Almeida Carvalho. A instituição objetivava amparar e educar meninas índias. Além disso, passou a proteger e educar meninas órfãs, pobres e desvalidas”. No decorrer do tempo, observo que essas instituições vão se transformando para acolher essas crianças desamparadas. Neste sentido, destacava-se o Orphelinato Paraense, que era mantido por associados e por doações. Por isso, nesse primeiro momento, não se caracterizava como público, nem como privado, mas como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos.

Selma Garrido menciona que no Relatório da Intendência Municipal de Belém, publicado em 1902, que fundou o “Orphelinato Paraense”, no dia 13 de maio de 1893. Ou seja, analiso que foi fundamental essa escola para o processo de instrução no estado do Pará, além do que, foi instalado em 15 de agosto do mesmo ano, e em 1906 tornou-se Orfanato Antônio Lemos, visto que essa instituição educacional possibilitava em seu processo uma epistemologia assistencialista para os mais pobres da sociedade no estado do Pará. Para além disso, a associação era composta por membros associados, que por meio de doações e trabalhos voluntários atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém.

No jornal *A Província do Pará* de 1893, consta que a Associação Protetora dos Órfãos “é uma sociedade cuja iniciativa pertence ao honrado governador Lauro Nina Sodré, e foi fundada no dia 13 do corrente, podemos desde já chamá-la filantrópica tal o fim a que se destina”.<sup>434</sup> Para além disso, o jornal relata que “foi distribuída uma circular, dirigida ao grande número de cidadãos reconhecidos por seu espírito protetor para que fizessem parte da Associação como sócios”<sup>435</sup>. Assim, nas palavras do governador: “Cabia a eles contribuir mensalmente com uma quantia em favor dos pobres e desamparados. Portanto, passaria uma “folha circular que deveria ser preenchida e em seguida entregue no palácio do governo”.<sup>436</sup> Ademais, os sócios contribuiriam para essas pessoas mais pobres e desamparadas de localidades provinciais.

---

<sup>433</sup> PIMENTA, S., *op.cit.*, p. 31.

<sup>434</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 32.

<sup>435</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 35.

<sup>436</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 38.



Assim, o governador Lauro Nina Sodré, em sua justificativa sobre a criação e colaboração dessas pessoas aos mais pobres e desamparadas compreende que:

Bem sabeis que só pela cultura da inteligência e pelo trato esmerado do coração pode o homem, no seio da coletividade, em que vive, ser um elemento realmente útil à sociedade. E nas nações regidas pelo sistema político republicano, que dá ao povo o direito de governar-se, é de necessidade primordial incutir nos espíritos a grande verdade da ciência, os sagrados princípios da moral, sob cujo benefício influxo podem se formar sólidos caracteres, cidadãos capazes de compreender e defender os direitos inamissíveis que a Constituição e as leis lhe asseguram.<sup>437</sup>

Lauro Nina Sodré, governador do Estado do Pará entre 1891 e 1897, contextualiza que era importante que as pessoas tivessem igualmente uma inteligência por meio da cultura, pois, a constituição estabelecia a inteligência, a coletividade e útil à sociedade, por isso, todos que se sentissem abraçados por esta causa, deveriam preencher e entregar ao palácio do governo por meio de uma circular, onde poderiam contribuir com esta instituição de ensino provincial.

No jornal *Caridade* registra que “através de um documento é um meio de comunicação que permite analisar todas as informações”,<sup>438</sup> pois o jornal é um meio que informa e esclarece a sua opinião. Desta forma, Michel Foucault aponta que “compreende a interpretação do documento como um discurso. Nesse sentido, registro que as fontes não se propõem apenas a transmitir informação, mas também se constitui um produtor de sentido”.<sup>439</sup> A análise e a reflexão permitem formar opiniões através dos documentos cientificamente, pois compreendo que a busca por essas fontes contribuirá para o trabalho e objeto da pesquisa.

Ernesto Cruz afirma que “as informações vindas dos jornais são por pessoas que vivenciam e escrevem para a mídia e informam pelos jornais os seus temas, fatos, personalidades, ou seja, essas pessoas da alta sociedade buscavam estar sempre nos holofotes da imprensa, além disso, informa para todas as classes da sociedade”.<sup>440</sup> E no jornal do Orphelinato queria informar ou reforçar à sociedade paraense a ideia sobre a importância de se construir um espaço para amparar e educar órfãos.

Na fonte documental do jornal *A Província do Pará* registra-se que informou com o intuito de conseguir sócios para compor a Associação Protetora dos Órfãos argumentando sobre a “a importância que existia de que muitos órfãos existentes no Brasil e no mundo necessitavam

<sup>437</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. A questão do local. **A Província do Pará**, Belém, n. 5052, p. 1, de 10 de maio de 1893.

<sup>438</sup> CARDOSO, Tavares. & Comp. Pelos Orphãos. **Jornal Caridade**, *op. cit.*, p. 6.

<sup>439</sup> FOUCAULT, *op. cit.*

<sup>440</sup> CRUZ, *op. cit.*, p. 37.

inserir-se nessa instituição”<sup>441</sup>, pois permitiria uma vida mais digna e mais controlada pelo estado do Pará.

Conforme Letícia Pantoja, “A sociedade belenense estava ansiosa e esperando esta instituição de caridade, pois, passou a receber doações de várias partes do Estado para que fosse inaugurado e que pudesse imediatamente receber as meninas desamparadas”.<sup>442</sup> Por isso, destacavam-se as pessoas que contribuíam com esta instituição, pois entre eles estavam os comerciantes, os políticos, os médicos, os grandes proprietários da borracha, artistas famosos. Além do mais, torna-se importante relatar que todas as pessoas que contribuíssem tinham os seus nomes publicados nas páginas do jornal *A Província do Pará*, que de certa forma essas pessoas queriam ser bem-vistas pela sociedade, além disso, muitas dessas pessoas tinham apadrinhamentos com o governador, e os seus nomes eram destacados na mídia do *Jornal A Província do Pará*.

O jornal *A Província do Pará* anunciava em suas páginas as várias doações vindas de todo o estado, bem como os feitos curiosos como o de Paulino de Brito e o do maestro Gama Malcher, a quem encarregaram de compor um Hino com o propósito de que as órfãs no dia da inauguração pudessem pedir bênçãos para os seus protetores. No entanto, não constavam nas fontes a letra do hino, a autoria dos referidos autores, mas no jornal *A Província do Pará* traz um poema de autoria de Paulino de Brito dedicado às órfãs, o qual menciona que: “Senhores, neste momento, a ideia que nos consagra é a liga do sentimento contra um déspota – a desgraça: há no mundo uns entesinhos sem lar, sem pão, sem carinhos, sem pais e sem mães também. Além do mais, nos batem chorando à porta: quem tem a fibra de tão morta que lhe não abra? Ninguém!”<sup>443</sup>. Para tanto, há de se compreender a importância de que todos podem colaborar para com esta instituição, contribuindo com essas crianças desamparadas para saírem das ruas e terem um futuro promissor em sua formação no processo educacional no estado do Pará.

A este respeito, Selma Garrido Pimenta registra em sua narrativa que:

Utilizar essas estratégias de inaugurar monumentos e realizar eventos nas datas significativas para o regime republicano, como ocorreu com o Orfelinato, pode ser

<sup>441</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. A prática dos órfãos. *A Província do Pará*, Belém, n. 5149, p. 3, de 7 de setembro de 1893.

<sup>442</sup> PANTOJA, Letícia Souto. **Trilhos, veios e caminhos da cotidianidade das camadas populares de Belém: 1918-1939**. 2015. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>443</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. *A Província do Pará*, Belém, n. 5566, p. 2, de 10 de fevereiro de 1895.

entendido como um recurso estratégico utilizado por Lauro Sodré, adepto das ideias republicanas, na época governador, e o criador da Associação Protetora dos Órfãos.<sup>444</sup>

Nesse contexto, compreendo a importância em refletir e lembrar das pessoas significativas no governo, pois reforçava para as pessoas que o governador cumpria e sensibilizava outros a ajudarem as pessoas mais pobres e desvalidas da sociedade provincial do Pará. Contudo, tornam-se importante reiterar as palavras do governador do Estado ao registrar que “[...] comemora hoje o grandioso acontecimento político, em virtude do qual a antiga Província aderiu ao brado – Independência ou morte repercutido no Ypiranga”.<sup>445</sup> Neste contexto, “as festas consagradas a essa patriótica comemoração alia-se ao fato da inauguração do Orphelinato Paraense, caridosa instituição cuja iniciativa partiu do ilustre Governador do Estado Lauro Sodré”.<sup>446</sup> Como já referido anteriormente, a festa de inauguração do Orphelinato Paraense ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102, atual Padre Eutíquio, esquina com a Rua Santo Amaro, em 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã. Posteriormente, a instituição funcionou na Rua dos Mundurucus, número 30. Além disso, a sua diretoria foi composta por um diretor, um tesoureiro e um secretário, que eram o Dr. José H. Cordeiro de Castro, Manoel Ignácio da Cunha e Euclides de Farias. E o prédio que iria comportar os espaços e formidáveis acomodações, e de um pátio com árvores frutíferas.

O Estatuto a ser criado pelo Decreto Federal, o qual regulava a organização das associações que viessem a ser fundadas para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio nos termos do Art. 72, § 3º, da Constituição. No artigo primeiro o referido decreto instituía que “as associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede”,<sup>447</sup> nesse sentido o decreto visava ter o controle dos vários tipos de instituição e essas por sua vez, ao serem registradas, tornar-se-iam legítimas. Acrescenta-se no segundo artigo a inscrição far-se-á vista do contrato social, compromisso ou estatutos devidamente autenticados, os quais ficarão arquivados no registro civil.

Assim, analiso, que fora fundamental registrar a Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato, e que estes deveriam possuir uma legislação específica. No artigo terceiro a denominação, para fins de associação do instituto, foi importante para que a associação fosse administrada ativamente e passivamente em juízo, as quais essas relações para com terceiros e

<sup>444</sup> PIMENTA, S., *op. cit.*, p. 43.

<sup>445</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5130, p. 3, de 15 de agosto de 1893.

<sup>446</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>447</sup> BRASIL. Decretos e leis, *op. cit.*, 1893, *op. cit.*

os membros respondessem ou não subsidiariamente pelas suas obrigações como representantes da associação e contraíssem em nome da instituição.

A pesquisa demonstra que havia muitas instituições que contribuíram para a erradicação do analfabetismo no estado do Pará, e que o governador Lauro Sodré, por meio de suas indicações políticas por muitos membros educacionais e instituições, homenageavam alunos que tinham uma melhor média em suas matérias, por isso, cabe nesse momento a narrativa de Ignácio Moura, ao ressaltar que “o certo é que ninguém mais pensou em organizar outra exposição n’este Estado, até que com a revolução de 1889 cedendo a uma nova corrente de ideias proficuas e activas, instalou-se no Estado do Pará a Sociedade Propagadora de Ensino”,<sup>448</sup> que criou o Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant estabelecendo como preceito regimental a organização de exposições anuais de trabalhos feitos pelos alunos do novo Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant, também pelos artistas e industriais de todo o Estado.

Portanto esta instituição não se afastou das suas dificuldades, pois faria de qualquer forma para realizar o que estava previsto na exposição e na aprendizagem desses artistas no estado do Pará. Além disso, faziam parte os três estados que participariam desta exposição, pois segundo registra Ignácio Mour:

O Maranhão está se tornando industrial e comercial e não lhe faltarão recursos para brilhantemente apresentar entre nós as eloquentes amostras das suas fabricas e a demonstração cabal do que ainda pode fazer. O Pará, finalmente, goza hoje o conceito de uma terra de bênçãos e de paz, e com a fadiga aceitação do caráter paraense abriria os braços para levantar-se mesmo sobre si a concorrência das suas duas irmãs.<sup>449</sup>

Nesse sentido, analiso que esta exposição que ocorreu em 1895 foi importante aos estados participarem, pois seriam recebidos de braços abertos, mesmo com todas as dificuldades. Todavia, o fundamental é que se tenham todos os acordos entre os governantes e as assembleias estaduais que habilitarão anualmente os seus governos com os meios que convenham para levar a efeito a ideia desta apresentação de trabalhos. Neste sentido, Ignácio Moura adianta que “Nada teremos a perder, e façamos a Exposição Amazônica, por ser um preparativo da nossa parte para a grande Exposição Americana no Rio de Janeiro, ou para a Universal de Paris em 1900.”<sup>450</sup>

A Exposição ocorreu no Palácio em que funcionava as aulas do Lyceu Paraense e do Lyceu Benjamin Constant, onde foi realizada a Exposição Artística e Industrial de 1895. Esta

---

<sup>448</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 7.

<sup>449</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 10.

<sup>450</sup> ANONYMA, Propriedade de Sociedade. Dr. Lauro Sodré. **A Pátria Paraense**: diário noticioso, commercial e litterario, Belém, v. 1, n. 1, p. 1, de 24 de junho de 1895.

exposição tinha onze salas grandes destinadas à pintura, desenho, cerâmica etc. O edifício é de uma construção antiga e sem estilo, e, apesar de apresentar externamente um aspecto senhoril, os cômodos eram arejados, bem divididos e bem apropriados ao que se queria nesta exposição de 1895. As obras novas são de gostos modernos já mandados a executar na administração.<sup>451</sup>

De acordo com Ignácio Moura, o doutor Pereira Guimarães trabalhava há dois anos para realizar a Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, o que ocorreu na praça calçada a paralelepípedo e a granito, com passeios de pedra e cimento, e com um grande chafariz no seu centro. Ignácio Moura agradecia as iniciativas que ajudaram a realização da exposição que ocorreu antes de 1895 e compreendia que:

As festas da exposição, que durarão 15 dias, haverá grandes concertos que, estamos certo, satisfarão cabalmente o bom gosto artístico dos visitantes do glorioso certame. Estes sarões musicais serão dirigidos pelos nossos insignes professores Clemente Ferreira, Roberto de Barros e Aureliano Guedes. Ou seja, que essa Exposição apresentaria muitos trabalhos de muitos artistas e professores, pois, percebe-se que também viriam pessoas de outros estados para participarem, por isso, faz-se necessário relatar sobre as artes e ofícios “a composição musical de Cecília Ierecê de Lemos e por Ella gentilmente offerecida ao Lyceu Benjamin Constant, foi impressa na Europa, instrumentada pelo glorioso maestro Carlos Gomes e executada no Theatro da Paz em uma das noites da última temporada lyrica, no meio dos applausos unânimes da platéia.”<sup>452</sup>

Neste sentido, a exposição traria frutos positivos para a preparação de muitos trabalhadores para as indústrias, pois permitiria esta exposição que os trabalhos apresentados por esses alunos trabalhadores foram produzidos no Lyceu Benjamin Constant dentro das oficinas, onde foram apreciados no evento da exposição. Por isso, a importância desta exposição, pois permitiria aos alunos a trazerem os seus aprendizados dentro das oficinas o que mais se dedicavam em suas formações, seja ela como ferreiro, alfaiate, sapateiro, marceneiros, enfim era uma forma de valorizar a sua formação e em sua profissionalização. Assim, é importante a narrativa de Arthur Vianna, onde compreende que “em 22 de janeiro de 1892, foi inaugurado o Liceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, grandiosa ideia de Lauro Sodré, que abriu escolas à classe proletária e para aqueles, que por seus afazeres não podiam frequentá-las durante o dia”.<sup>453</sup>

A Pesquisa nos mostra que o governo de Lauro Nina Sodré possibilitou muitos alunos a se formar em escolas noturnas, pois esses trabalhadores estavam o dia todo em atividade dentro das fábricas, por isso a preocupação do governador em criar uma associação que construísse um currículo voltado às classes inferiores. Para além disso, “o Estado mantinha 585 escolas,

---

<sup>451</sup> MOURA, *op. cit.*, p. 113.

<sup>452</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 95.

<sup>453</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 33.

sendo matriculados 24.071 alunos, sendo 13.706 do sexo masculino e 10.365 do sexo feminino”<sup>454</sup>. Ou seja, compreendo que outrora, de fato, existia um programa de ensino que contribuía em sua formação tanto para os homens quanto para as mulheres no estado do Pará, o qual reduziu o analfabetismo provincial.

#### 4.1 EDUCAÇÃO E MENTES MASCULINAS E FEMININAS: ENSINO POR GÊNERO, CULTURA E SOCIEDADE

O fato de os programas do governo terem como principal item a criação de escolas secundárias femininas e masculinas, pois muitos dos governos “não davam conta de arcar com encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadro docente e administrativo”. Além disso, era necessário o “respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional”<sup>455</sup>.

Em virtude do alto índice de analfabetismo no estado do Pará foi fundamental o advento da República, visto que, tudo aquilo que era projetado passava a ser institucionalizado no Governo Provisório (1889 a 1891), e tendo também, na atuação de José Veríssimo, um eminente republicano, a tarefa de sistematizar seu pensamento educacional através de um projeto republicano de educação. Um projeto educacional orientado por ideias do Positivismo e evolucionismo que acarretaram as ações de descentralização administrativa da instrução pública, reforma do ensino primário, reformulação da educação da infância, reorganização curricular, adoção de novos métodos de ensino, preocupação com a formação de professores do primário são os principais foco da política deste Governo Provisório no Pará e de uma concepção política educacional institucionalizada.<sup>456</sup>

Nesta perspectiva, Felipe Tavares Moraes, no jornal *A República* publicou uma série de artigos com o título “Nova Instrução”, tratando diretamente sobre a problemática educacional. Os artigos apresentam questões dos republicanos paraenses acerca da educação, seguindo o mesmo tom de crítica proposta pelo Manifesto do Partido Republicano, mas agora direcionado ao o sistema educacional do Império. Assim sendo, procurava-se formar uma proposição de educação republicana pautada pela ciência que fosse a negação da educação no Império, a qual era tida como retrógrada e atrasada. Dentro desse discurso, os republicanos paraenses levantavam a importância e valorização de uma instrução popular. “Pois o Regime republicano

---

<sup>454</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 34.

<sup>455</sup> PIMENTA, A., *op. cit.*, p. 106.

<sup>456</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 110.

é o governo do povo, pelo povo, e segue-se que um dos pontos capitais da forma governamental republicana é a instrução do povo”, que dizia o Jornal *A República*.<sup>457</sup>

Neste aspecto, o jornal *A República* se considerava um “gladiador” que promove a “luta pela razão”. Afirma que era perceptível a atuação dos intelectuais na imprensa no momento de transição do Império para República. No artigo intitulado “Nova Instrução”, o articulista Jeferson acredita que a instrução é o cultivo da inteligência. São cidadãos com essa qualificação que a República pretende possuir. “[...] homens instruídos, para que saibam expender com a independência do caráter ilibado as verdadeiras ideias do progresso”<sup>458</sup>. Neste sentido, entendo que a saída para esta instrução se dava através de um currículo implantado no governo de Lauro Sodré.

Para o articulista era urgente a implementação de uma instrução do povo, para os filhos do povo. Apelava para que os governantes fossem mais preocupados com a educação popular. Que fossem mais caridosos. Completa dizendo que o século XIX só seria considerado o século das luzes a partir do momento em que a massa popular, a população mais pobre e humilde tivesse um cérebro de pensar livremente, de raciocinar logicamente, de resolver tudo por si. Os republicanos buscavam a incorporação do povo à nação, e isso só poderia ser feito por meio da educação, onde poderia efetivamente levar o cidadão a participar da vida política.<sup>459</sup>

Diante disso, a proposição republicana é pensada como antítese de uma educação imperial que se afirmava a partir da negação do Império, considerando a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e feminina que pudessem seguir os ditames da moderna ciência pedagógica adotada por países civilizados, contribuindo para o progresso e civilização do estado do Par, superando, assim, o atraso provocado pela instrução pública imperial.<sup>460</sup>

Neste viés, reflito sobre a importância de uma educação voltada ao ensino de gênero, seja para homens ou mulheres. Assim, o governador Lauro Nina Sodré teve em seu programa escolas voltadas para as classes menos favorecidas da sociedade. Arthur Vianna, ressalta que:

[...] permitiu às professoras normalistas o ensino do sexo masculino, como a única medida capaz de imprimir vida nova ao ensino primário que, à falta de professores titulados, estava entregue nas mãos inábeis de professores interinos, algumas vezes

---

<sup>457</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>458</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 42.

<sup>459</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 44.

<sup>460</sup> CARDOSO, Lucas Ayres. **O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e a formação de trabalhadores no alvorecer republicano no Pará (1891 – 1897)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 56.

sem a precisa instrução e sempre sem a educação profissional, a dedicação e o zelo necessário ao nobre sacerdócio do mestre-escola, e instituiu os grupos escolares.<sup>461</sup>

Analiso que naquele momento não se valorizava a instrução pública no estado do Pará, e muitas vezes o processo de aprendizagem provincial era prejudicado por falta de professores comprometidos com as suas matérias dentro das escolas. Para além disso, a falta de professores era uma realidade no estado.

Evidentemente, o período da pesquisa demonstrou uma certa mudança dentro das escolas educacionais no estado do Pará, uma vez que “em 1900 a escola primária contava 206 professores titulados, sendo 50 professores e 156 professoras, ocupados 179 em regência de escolas isoladas, 15 grupos escolares, 6 nas escolas modelo e 6 nas escolas do ‘Instituto Lauro Sodré’ ”.<sup>462</sup> Assim, constato que houve um planejamento por parte do Estado em formar professores que suprissem a sua falta dentro das instituições educacionais provinciais.

Com esse planejamento estadual em relação à formação de professores e professoras, o processo de ensino e aprendizagem foi muito promissor na formação dos alunos mais pobres no estado do Pará, por isso, a importância da narrativa de Arthur Vianna ao conceituar que: “no Pará-República, de 1889 a 1912, a escola primária teve a sua primeira fase; de 1890 a 1899, registrando a estatística escolar do último ano 577 escolas, e de 1900 a 1912 a sua segunda fase, 36 grupos e 111 escolas isoladas na capital e no interior do Estado”<sup>463</sup>. Além do mais, houve uma formação a mais entre professores, professoras e, conseqüentemente, na formação de alunos entre os gêneros provinciais.

Segundo Marc Bloch, em *Apologia da História*, o homem não é abstrato e que ele (o homem) se modifica com o tempo por meio da sua historiografia, por isso, a importância de afirmar que “quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”<sup>464</sup>. Neste caminho que sigo sendo o ogro em busca dos homens. Homens esses sendo os professores, os sócios, os alunos, as fábricas, os boletins, enfim, buscando o que o homem fez no século XIX no governo de Lauro Nina Sodré. Além disso, o autor menciona que o homem tem que ser estudado no tempo em determinada sociedade, e só o homem tem as ferramentas capazes de estudá-las em seu devido tempo social.

Neste viés, é importante a narrativa de Adriene Pimenta, que compreende o processo de ensino na formação desses alunos no ensino primário, e que também tinha a formação das

---

<sup>461</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 35.

<sup>462</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 36.

<sup>463</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 36.

<sup>464</sup> BLOCH, *op. cit.*, p. 54.



meninas, por isso, “o próprio *Amicis* no prefácio afirma que ‘este é particularmente dedicado a infância das escolas elementares, às crianças entre nove e treze anos’”<sup>465</sup>. Essas eram as idades propícias para estar inseridas no ensino primário provincial.

Portanto, entendo a educação e/ou instrução no final do século XIX com o início da República, como sendo, de fato, a erradicação do analfabetismo no estado do Pará, pois possibilitaria a oportunidade de muitas pessoas que estavam inseridas nas fábricas estudarem numa escola noturna implantada pelo governador Lauro Sodré, sendo um compromisso firmado em sua campanha para governador.

#### 4.2 PROPOSTAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS

O programa apresentado pelo governador Lauro Nina Sodré em seu governo de 1891 a 1897 demonstra que a sua prioridade era criar uma instituição de ensino, para que a mesma pudesse construir um currículo para uma instituição de ensino noturno, em que pudesse dar oportunidades a todos os menos favorecidos de estudar, depois do trabalho e se formar em uma escola noturna que começaria das 18:00 às 22:00 horas.

Nesta investida de pesquisa sobre as políticas educacionais implantadas no governo de Lauro Nina Sodré, faz-se necessário dialogar sobre a reforma de Benjamin Constant, pois dará suporte à análise sobre o início de um currículo para o estado do Pará. Além disso, são apresentadas no Quadro 32 todas as disciplinas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, de 1890.

Quadro 32 - Disciplinas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, 1890.<sup>466</sup>

<b>Disciplinas - 1º Grau Primário</b>
• Lições de coisas e noções concretas de Ciências Physicas e História Natural
• Contar e Calcular, Aritmética prática até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos systemáticos
• Systema métrico precedido do estudo da geometria prática
• Noções práticas de agronomia
• Elementos de geographia e história, especialmente do Brasil
• Leitura e Escrita
• Ensino Prático da Língua Portuguesa
• Instrução Moral e Cívica

<sup>465</sup> PIMENTA, A., *op. cit.*, p. 97.

<sup>466</sup> BRASIL. Decretos e leis. Decreto Federal de nº 981 de 8 de novembro 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. In: BRASIL. **Coleção das leis [da] República dos Estados Unidos do Brasil de 1890**: atos do poder legislativo (decretos de janeiro a dezembro): atos do poder executivo (decretos de janeiro a março). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

• Desenho
• Elementos de música
• Gymnastica e exercícios militares
• <b>Trabalhos manuaes (para os meninos)</b>
• <b>Trabalhos de agulha (para as meninas)</b>

Fonte: Brasil (1890). Elaboração do autor.

Neste viés, fica claro que as disciplinas as Ciências Físicas e a História Natural ficaram associadas à Lição de Coisas. Para além disso, na reforma de Leoncio de Carvalho estavam isoladas com o nome de Noções de Coisas. Todavia, a disciplina de “Química, que fazia parte desta reforma, onde deixou de constar na reforma de Benjamin Constant”<sup>467</sup>. Além do mais, tinham as disciplinas trabalhos manuais e trabalhos de agulha para ambos os sexos, assim, as disciplinas eram bem definidas por gênero em sua localidade.

Diante dessas narrativas e reflexões, torna-se importante apresentar neste momento quais as disciplinas que contribuíram para a formação desses trabalhadores que dispunham de pouco tempo especificamente para se dedicarem aos estudos, pois trabalhavam em fábricas ou oficinas próprias, conforme apresentado pelo aluno Manoel Simplício. Portanto, os saberes destas disciplinas eram muito importantes para a sua formação intelectual e profissional.

Assim sendo, torna-se fundamental refletir sobre esse momento que no governo de Lauro Nina Sodré, em sessão realizada na primeira sessão de 13 de janeiro de 1891 do Congresso, o governador, em um dos seus discursos, argumentou sobre o Art. 70 do projeto que:

Coloco-me, porém, em oposição flagrante ao que dispõe o número 2 do parágrafo 1 do artigo citado, por não compreender, no regime que estamos inaugurando, os motivos que atuam no ânimo dos confeccionadores deste esboço, para consignarem a eliminação dos analfabetos. Saber ler e escrever é possuir um instrumento de instrução, apenas e, vós haveríeis de descobrir entre os chamados iletrados quem possuísse maior soma de luzes, mais larga dose de bom senso. Além disso, um só é o fenômeno social de que todas aquelas manifestações são sintomas. Por isso, não posso dar o meu voto a este verdadeiro esbulho com que se tenta ferir todos os que não sabem ler e escrever, ainda que trabalhem na obra do progresso da Nação, como aqueles que tiveram a fortuna de aprender a assinar o seu nome, curto estalão por onde a lei quer aferir a capacidade moral do cidadão brasileiro.<sup>468</sup>

<sup>467</sup> BARROS, Jônatas Barros e. **A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)**. 2010. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação e Matemática Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010, f. 24. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2679/1/Dissertacao\\_EscolaNormalPara.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2679/1/Dissertacao_EscolaNormalPara.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

<sup>468</sup> PIRES, *op. cit.*, p.484.

Corroborando a narrativa de Roberto Scalercio Pires, o discurso que o governador estava se opondo em relação à exclusão dos analfabetos, uma vez que era fundamental o processo de aprendizagem na República, pois contribuiria para esses analfabetos terem uma melhor educação, assim sendo, o governador Lauro Sodré se negou e votou contra esse projeto, devido à não dar oportunidade à maioria da população ao processo de aprendizagem no estado do Para.

Nesse contexto de analfabetismo muito grande no Estado do Pará é importante o programa de ensino que estava pautado na formação específica no ensino primário, com especialidades técnicas, direcionadas às artes plásticas, comércio, indústria e comunicação, e que o fundamental para o governador Lauro Nina Sodré era formar uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Todavia, compreendo que muitos recurso,s como livros, não eram utilizados pelos alunos do Lyceu de Arte e Ofícios Benjamin Constant, por isso o historiador e professor William Gaia Farias menciona que:

[...] a disponibilidade de recursos didáticos para alunos do Lyceu Paraense, não era utilizado pelos alunos do Lyceu Benjamin Constant, apesar das escolas funcionarem no mesmo prédio e contava com uma estrutura administrativa independente e de um projeto político-pedagógico diferenciado, à primeira vista delineava-se por caminhos da sociologia e educação positivista. No entanto, acima de tudo, republicano. Apesar de tudo construía uma formação voltada por caminhos da sociologia”.<sup>469</sup>

Nesse sentido, William Gaia Farias compreende que:

O Lyceu de artes e Offícios Benjamin Constant também funcionava como um espaço importante para a construção da hegemonia republicana. Neste viés, professores e alunos da referida escola exaltaram a República de várias maneiras, principalmente com discursos inflamados em defesa dos grandes homens do regime e por meio da produção de obras de arte cujas temáticas eram republicanas.<sup>470</sup>

Reflito que inúmeros alunos elogiaram o governo de Lauro Nina Sodré, pois muitos faziam questão de exaltar o governador do estado do Pará. Neste sentido, é importante declarar que era um projeto em prol de uma capacitação através de oficinas de carpintaria, marcenaria e tipografia, com o intuito em aprenderem uma profissão, pois ajudariam no processo de aprendizagem para o trabalho nas fábricas. E acrescenta que os pequenos trabalhos realizados ficariam nas oficinas, no próprio Lyceu Benjamin Constant. Ademais, muitos desses trabalhos seriam mostrados na Exposição Artística de 1895, e apresentada por Ignácio Moura (Figura 7).

---

<sup>469</sup> FARIAS, William Gaia. **O Alvorecer da República no Pará**. Belém: Açai, 2008, p. 69.

<sup>470</sup> *Id. Ibid.*

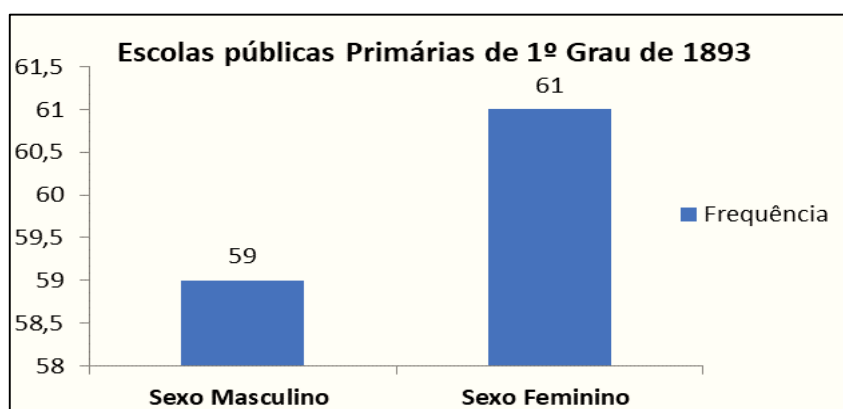
Figura 7 - República-Mulher: homenagem dos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ao governador Lauro Sodré.<sup>471</sup>



Fonte: Extraído de Campbell (1891).

Neste caminho de pesquisa é importante apresentar as frequências escolares das escolas noturnas no ano de 1892 dos alunos que estudavam à noite, por isso apresenta-se o Gráfico 2, com os dados de forma de percentagem das frequências dos alunos da escola primária. Assim sendo, analiso que essa frequência tem muito mais meninas do que meninos no ensino primário.

Gráfico 2 - Alunos de Escolas públicas primárias belenenses, agrupados por gênero.<sup>472</sup>



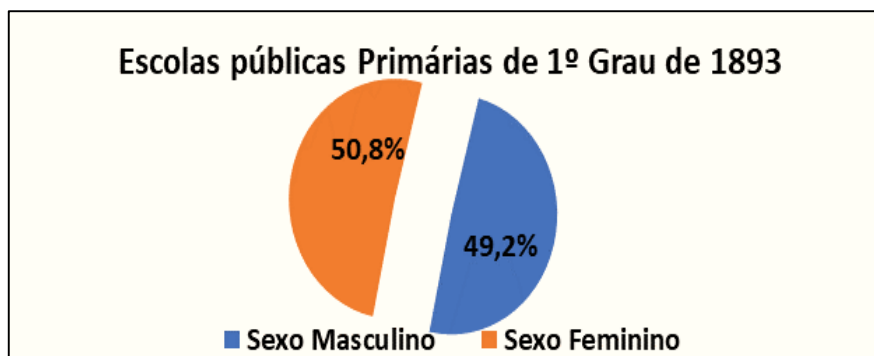
Fonte: Pires (1893). Elaboração do autor.

<sup>471</sup> CAMPBELL, A. & Cia. homenagem dos alunos do Lyceu de Artes e Ofício Benjamin Constant ao governador Lauro Sodré. *O Pimpão*, Belém, n. 25. p. 4, 15 de agosto de 1891.

<sup>472</sup> PIRES, Octavio. Curso Livre do Lyceu. Ensino: Revista de Educação, Belém, v. 3, n. 9, p. 2, setembro de 1893.

Neste contexto, o Gráfico 3 demonstra que as escolas primárias de 1º grau mostram que 50,8% são meninos que estão matriculados, e 49,2% são meninas matriculadas nas escolas primárias de 1º grau. Ou seja, analiso que há uma percentagem superior de meninos, uma vez que as fábricas do Estado do Pará necessitavam de uma mão de obra capacitada.

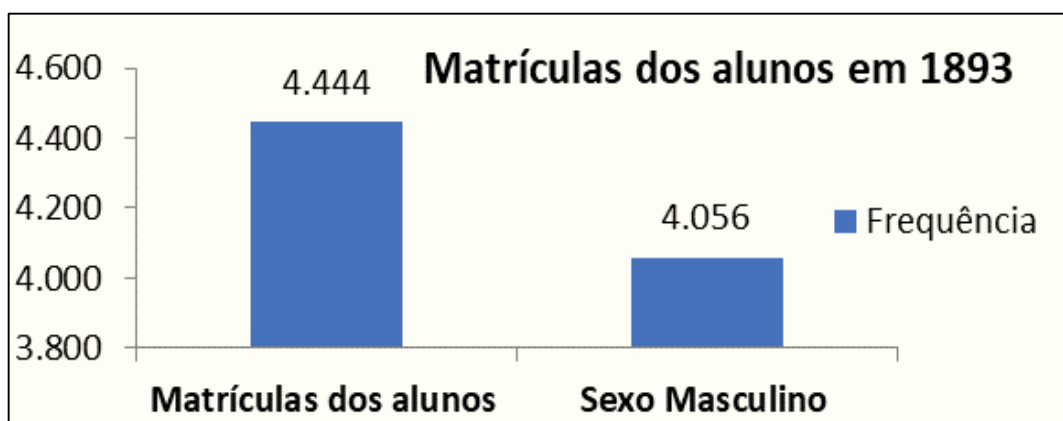
Gráfico 3 - Alunos de Escolas públicas primárias de 1º grau belenenses, agrupados por gênero.<sup>473</sup>



Fonte: Pires (1893). Elaboração do autor.

Quanto à Escola Primária, considera-se importante apresentar no Gráfico 4, para visualização, por meio das frequências escolares no ano de 1892, dos alunos que estudavam à noite na Província do Pará, dos quais a maioria era do sexo masculino, para além disso, a formação após concluído o ensino primário era voltada especificamente para a formação de uma mão de obra que exigia força, voltada para as classes menos favorecidas.

Gráfico 4 - Alunos de Escolas públicas belenenses matriculados em 1893, agrupados por gênero.<sup>474</sup>



Fonte: Pires (1893). Elaboração do autor.

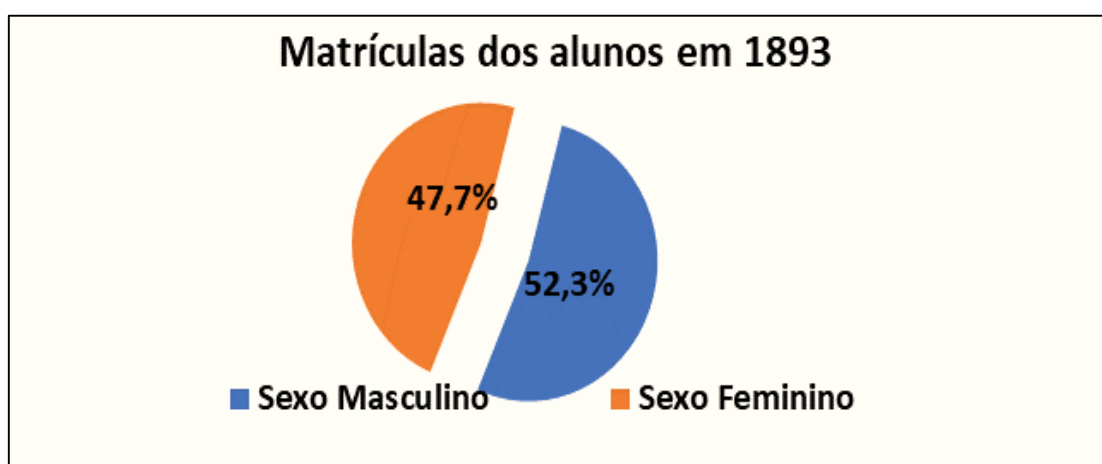
<sup>473</sup> PIRES, Octávio. Revista de Educação e Ensino, Anno III, v. 3, n. 9. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & C. Setembro de 1893.

<sup>474</sup> *Id., Ibid.*

O Gráfico 4 mostra que tinham matriculados 4.444 alunos no ensino primário, tanto homens quanto mulheres, entretanto, tínhamos 4.056 alunos do sexo masculino que frequentavam o ensino primário e poderiam escolher uma profissionalização em determinado ofício, além disso, serem inseridos nas fábricas provinciais.

Nesta perspectiva, é importante apresentar o Gráfico 5, demonstrando que entre os alunos matriculados, 47,7% são do sexo feminino e 52,3% do sexo masculino. Assim sendo, registro que as aulas ocorriam no horário noturno, para além disso, a maioria dos alunos são do sexo masculino, em virtude de uma formação voltada para atuarem nas fábricas do estado do Pará.

Gráfico 5 - Alunos matriculados em escolas públicas primárias de Belém, agrupados por gênero.<sup>475</sup>



Fonte: Pires (1893). Elaboração do autor.

Analiso, nesse momento, que a maioria das escolas noturnas davam mais oportunidades aos alunos do sexo masculino, uma vez que o Gráfico 5 acima demonstra que 52,3% eram alunos que estariam inseridos em uma determinada profissão, seja ela alfaiate, sapateiro, ferreiro. Além disso, é importante analisar que muitos alunos buscavam essas escolas, pois verifica-se que a estatística estabelecida e a necessidade de apresentação da diferença entre os sexos masculinos e femininos possibilita à pesquisa uma diferenciação entre esses trabalhadores e de seus filhos, e a forma efetiva era analisar este percentual do quantitativo de cada aluno do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant<sup>476</sup>. Ademais, a matrícula era realizada a partir do fim do ano e verificou-se que 280 alunos se inscreveram para concorrer a vaga para ser aluno da Escola Normal, os quais participariam do exame. Porém, analisa-se que 248 eram do sexo masculino e 32 do sexo feminino.

<sup>475</sup> PIRES, Octavio. Curso Livre do Lyceu. **Ensino**: Revista de Educação, Belém, v. 3, n. 9, p. 2, setembro de 1893.

<sup>476</sup> *Id.*, *Ibid.*

Entretanto, analisei que no decorrer do tempo as alunas tornaram-se mais frequentes nas escolas particulares, visto que havia uma falta de comprometimento por parte dos alunos para aprender esta profissão. Além do mais, pode se refletir sobre a falta de tempo disponível de muitos trabalhadores em aderirem às horas- extras dentro das fábricas, pois esses trabalhadores ficavam o dia todo trabalhando nas fábricas. Por isso, uma justificativa seria a de que também estavam muito cansados de irem para a escola noturna do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant aprender uma profissão voltada a ofícios e artes, o que era bastante valorizada pela elite intelectual que formava a SPE. Neste sentido, a *Revista* declara que “o povo instruído, pensa, trabalha e produz, o que a escultura é para um pedaço de mármore, a educação é para a alma humana”<sup>477</sup>. Portanto, independentemente de classe social, todos os seres humanos têm o direito de uma formação mais crítica em sua sociedade.

Portanto o governador Lauro Nina Sodré tinha uma preocupação em tirar essas crianças das ruas, uma vez que os seus pais teriam morrido na guerra ou por terem sido abandonadas nas ruas. Contudo, analiso que o governador, usufruindo de forma política e econômica, tirou das ruas essas crianças e a melhor saída seria para esses trabalhadores adquirirem um ensino primário e terminarem em mais dois anos um ofício. Assim, o Estado teria um controle da ordem e do progresso, ademais, o governador implantou um currículo que suprisse as necessidades de uma formação para uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Neste cenário, a escola noturna chamada Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, seguindo as concepções do governador Lauro Nina Sodré, tiraria das ruas as crianças abandonadas, pois seria uma forma de oportunizá-las e de inseri-las em um determinado lar. Por isso, é importante refletir sobre o conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) e o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.

Sendo assim, o conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo onde liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo. Muitos no estado do Pará não tinham uma formação através da dialética, pois o que havia era uma forma técnica e profissional para estarem inseridos no mercado de trabalho nas grandes indústrias locais.<sup>478</sup>

---

<sup>477</sup> Revista de Educação e Ensino, Anno III, v. 3, n. 9. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & C. Setembro de 1893.

<sup>478</sup> GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 3, p. 13.

Conforme Wilson da Costa Barroso conceitua, a educação foi peça fundamental para minimizar o analfabetismo no estado do Pará, além disso, “a crença nos princípios do progresso individual e social pela ciência estava presente quando adotou o plano de ensino integral do Ginásio Nacional para o ensino do Lyceu Paraense e na criação e efetivação do Lyceu de Artes e Ofícios”<sup>479</sup>. Para além disso, o autor confessava estar “convencido de conseguir o derramamento das luzes da ciência pelas classes populares, por meio do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant”<sup>480</sup>, onde se previa que fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos, especialmente consagrados às classes proletárias. Todavia, no sentido profissional e técnico, todos os alunos que estudavam nesta instituição poderiam aprender uma profissão e que pudessem estar inseridos no mercado de trabalho nas indústrias no estado do Pará.

Nesta contextualização da criação de uma escola noturna, observo que para o governo não era primordial manter o controle e os gastos para com esses trabalhadores, uma vez que fundam esta escola no horário noturno, pois Wilson Barroso compreende a responsabilidade para com uma associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino (SPE), que seria a responsável por implantar um currículo que suprisse todas as necessidades deste trabalhador que não tinha tempo para estudar durante o dia, além de perceber sobre os custos do Estado que seriam diminuídos através desta instituição. E com a criação do ensino agrícola, ministrado especialmente sob o ponto de vista prático, único verdadeiramente e útil, fugindo da formação de doutores agrônomos, que na vida pública fazem do pergaminho título para entrar no grande exército do funcionalismo, fugindo ao campo das atividades industriais, e que seria de fundamental importância esta escola agrícola, uma vez que se reflete de quantas foram criadas nos Estados Unidos da América, e em 1888, fundaram-se 26 escolas.<sup>481</sup>

Diante disso, o discurso do governador visava a uma formação “teórica e prática para o mercado de trabalho nas grandes indústrias, deixando de lado o seu compromisso para um ser mais crítico e de formação em sua sociedade, especificamente no estado do Pará. E o documento, segundo Le Goff, menciona “não é inócuo. É inicialmente o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento”<sup>482</sup> e resulta do esforço da sociedade histórica para impor o futuro. Por isso,

---

<sup>479</sup> BARROSO, *op. cit.*, p. 119.

<sup>480</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>481</sup> BARROSO, *op. cit.*

<sup>482</sup> LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**: Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1 (Memória – História). p. 103-104.



dependerá sempre desta manipulação do historiador em desvendar, conforme o processo histórico, quais os documentos que ele próprio dependerá para servir para a sua pesquisa. Evidentemente que não existe um documento já pronto ou feito, todavia, é necessário que este documento seja desmontado pelo pesquisador, pois dentro da sua análise será fundamental que descubra sobre a importância deste processo histórico.

Portanto, tornar possível que dos documentos possam sair muitas pesquisas de qualidade. Por isso, sobre esses documentos para essa pesquisa, a qual se debruça sobre o governo de Lauro Nina Sodré, que em muito contribuiu para a formação da maioria da sociedade, uma vez que, o índice apontava que 75% das pessoas eram analfabetas em todo o Brasil. Neste sentido, observo a importância desse governador em implantar uma escola à noite que suprisse a necessidade das pessoas que trabalhavam durante o dia, e só tinham tempo de estudar à noite. Além disso, compreendo que as escolas existentes não supriam todas as necessidades de todos os residentes no estado do Pará.<sup>483</sup>

#### 4.3 ALUNOS E ALUNAS E OS OFÍCIOS

Diante dos desafios postos ao governo de Lauro Nina Sodré de 1891 a 1897, constata-se que priorizou escolas filantrópicas que suprissem a necessidade de minimizar o analfabetismo de outrora em sua localidade. Com isso, percebe-se que o programa apresentado se constituiu em uma associação que criaria escolas noturnas que dessem oportunidades para alunos e alunas que estavam inseridos nas fábricas no Estado do Pará. E muitos desses alunos foram reconhecidos através de uma exposição ocorrida em 1895, promovida por Ignácio Moura.

Nessa exposição, foi primordial a coleção de pinturas, conforme destaca Ignácio Moura, com uma “galeria artística dos trabalhos de desenho e pintura dos alunos do Lyceu Benjamin Constant, que se compõe de oitenta quadros, representando bellas e extensas paisagens, alguns arrabaldes desta capital, a avenida do Largo da Pólvora, à estrada de S. José e estudos de diversas cabeças de Bismarck, Floriano, Deodoro, etc.”<sup>484</sup>. E defende ainda que “estes trabalhos têm o mérito real não só de serem feitos por alunos no seu curso letivo, como de terem sido feitos à noite, sob a luz de querosene e o espaço de dois em dois dias e no intervalo de uma hora”.

---

<sup>483</sup> LE GOFF, *op. cit.*, p. 103-104.

<sup>484</sup> MOURA, I. *op. cit.*, p. 119.

Nesta investida, Ignácio Moura destaca ainda que trabalhos feitos à crayon e à borracha são dos alunos mais destacados, Manoel Simplício e Maria Ierecê, para além disso, corrobora que “os alunos mais distintos desses cursos e cujos, os trabalhos reputam-se melhores são: **Antonio Ramos, Eustachio Rocha, Zulmiro Barbosa, Angelo Silva, Manoel Araujo, Manoel Simplício Tavares, João Almeida, Emilio Martins da Silva e Thimandro Demosthenes**. Quase todos de artistas ou operários de fábricas e oficinas desta capital”. Além do mais, Moura compreende que as aulas de desenho do **professor José de Figueiredo**, que a dirige com dedicação, ajudaram muitos alunos em sua aprendizagem e a participarem da exposição<sup>485</sup> ocorrida no estado do Pará.

Na obra sobre a Exposição Artística e Industrial, Ignácio Moura apresenta os expositores dos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, onde, de certa forma “o artista parece tê-lo apanhado em um dos momentos de inspiração ardente e trouxe para o papel a figura corporizada o gênio americano”. Ademais, o trabalho de **Manoel Simplício Torres** destaca com a sua aprendizagem e dedicação dentro da escola, pois o seu trabalho apresentado sobre “a obra exposta é o **melhor retrato de Carlos Gomes** que temos visto atualmente”<sup>486</sup>(Grifos meus).

Ignácio Moura entende que Manoel Simplício Torres era paraense e tinha sua oficina de ferreiro na Rua dos Pariquis, em Belém, e era descrito como “um moço de pouco mais de 25 anos, acanhado, dócil e infundido de uma melancolia própria dos artistas nacionais, mas que a todo momento busca a sua valorização”<sup>487</sup>. Manoel Simplício Torres lutava para ser valorizado, como os artistas do estado do Pará. Portanto, analiso que a exposição ocorrida em 1895 foi uma boa oportunidade para os alunos mostrarem um pouco do que aprendiam na escola noturna.

Nesta perspectiva, Ignácio Moura compreendia que era importante naquele momento trazer, por meio da Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios, mais um aluno desta escola noturna. Trata-se do **jovem cametaense Augusto Vicente de Leão, que produziu um barco a vapor, que denominou Lauro Sodré**. Tal embarcação foi feita de Jutahy e da cortiça de “murutyzeiro, tendo os braços e a quilha de madeira branca, a hélice de ferro, e o cano e a borda de folha de flandres. Nada falta para completar a semelhança: convez, mastros, sala de jantar, mezas, bancas, camarotes etc.”<sup>488</sup>. Este aluno tinha 19 anos e gostava de matemática, além de ser observador e curioso pelas artes náuticas. Sua obra foi bem prestigiada, sendo vendida por 500\$000, mas logo readquirida e doada para o Lyceu

---

<sup>485</sup> MOURA, I. *op. cit.*, p. 119.

<sup>486</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 121.

<sup>487</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>488</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 186-187.

Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense, para elevar o investimento nas obras destas escolas. (Griffo meu).

Neste viés, Ignácio Moura menciona na exposição ocorrida em 1895, que permitiu analisarem como muitos artistas e alunos que apresentaram os seus trabalhos fizeram com que a sociedade percebesse a importância das atividades do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, uma vez que alguns resultados foram apresentados ao público por 15 dias correntes da exposição. Além disso, a escola noturna recebia várias contribuições para garantir o seu funcionamento. Assim sendo, é importante expor o Quadro 33, onde são apresentadas algumas dessas contribuições;

Quadro 33 - Colaboradores do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.<sup>489</sup>

COLABORADOR	QUANTIA
José Gonçalves de Lemos	10\$000 réis
Amado Joaquim da Silva	10\$000 réis
Deocleciano Antonio P. Lobato	10\$000 réis
Jacinto de Souza Leão	5\$000 réis
Manoel Francisco de Paula	4\$000 réis
Raymundo Balieiro e Silva	5\$000 réis

Fonte: Assis (1892). Elaboração do autor.

Muitos eram os que ajudavam para a formação desses trabalhadores no Lyceu Benjamin Constant. Por isso, na obra de Ignacio Moura há referências também de alguns professores, como exemplo, o professor de Sociologia **Diogo Hollanda**, “que não nos cansarêmos de recomendá-los não só aos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, como a todas às pessoas desejosas de aprenderem, e que prezam a ilustração e o adiantamento do espírito”<sup>490</sup> (Grifo meu).

Neste cenário, é fundamental apresentar o Quadro 34, apresentando o número de alunos que entraram nessa instituição Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, de 1892 a 1900:

Quadro 34 - Alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant (1892-1900).<sup>491</sup>

ANOS	QUANTIDADE DE ALUNOS
1892	424

<sup>489</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Assumptos Administrativos. **A Província do Pará**, Belém, n. 4825, p. 2, de 3 de agosto de 1892.

<sup>490</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>491</sup> OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: a escola. **A Escola**: Revista Oficial de Ensino, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.

1893	259
1894	320
1895	280
1896	350
1897	357
1898	384
1899	280
1900	247 alunos
TOTAL	2.901 alunos.

Fonte: Oliveira (1900). Elaboração do autor.

Nesse contexto, a fonte a *Revista A Escola* corrobora que o “atestado melhor da utilidade demonstrada de tal estabelecimento não o precisa citar em seu favor. A eloquência dos números e na hipótese esmagadora”<sup>492</sup>. Pois, a concorrência nas matrículas com relação a uma vaga era enorme todos os anos, evidentemente, que as dificuldades eram grandes, uma vez que, esses alunos trabalhavam de dia nas fábricas e à noite iam para a escola se formarem em uma determinada profissão no Estado do Pará.

Neste entendimento, Lauro Nina Sodré criou, através da SPE, o Lyceu Benjamin Constant, um instituto de ensino popular de letras e artes, cuja fundação ocorreu nos primeiros momentos de seu governo. Nos primeiros cinco anos da escola noturna, esteve sob a direção de Pereira Guimarães. Assim sendo, o ensino popular “figurou sempre entre os lemas da bandeira, que cobria as phalanges republicanas empenhadas nos prélios contra a realeza”<sup>493</sup>. É possível perceber que as investidas nesta instituição de ensino significavam a realização de uma das primeiras experiências de ensino dentro de um modelo republicano no estado do Pará.

Neste viés, o Lyceu Benjamin Constant, ao que tudo indica, deveria consolidar a ordem. Por isso, nos registros de Lauro Sodré, ao tecer comentário a respeito da instituição, daria a “iluminação dos espíritos, abrindo as consciências aos conhecimentos dos deveres cívicos” o que levaria à “pacificação das classes sociais, a harmonia entre o capital e o trabalho”<sup>494</sup>. Desse modo, compreendo que os discursos acerca da instrução escolar foram produzidos ao longo dos anos iniciais da República paraense, que buscavam legitimar o regime político que ia se constituindo a partir de 1889, bem como vislumbrava a instrução ministrada nas escolas como construtora da ordem e do progresso.

---

<sup>492</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>493</sup> SODRÉ, L., *op. cit.*, p. 399.

<sup>494</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 16.

Neste caminho, a proposta do nome da escola noturna foi sugerida pelo governador Lauro Nina Sodré. Por toda a província, e até fora dela, e uma febre de coadjuvação filantrópicas à benemérita instituição: “quermesses, benefícios theatraes, saráos e concertos público”<sup>495</sup>. De tudo se tirou esmolas avultadas, enquanto choviam de todos os pontos do interior donativos elevados e ofertas preciosíssimas. Muitas foram as contribuições para esta instituição filantrópica noturna, pois ajudaria a alcançar os objetivos do governador do estado do Pará, para implantar uma escola de formação técnica para o mercado de trabalho nas indústrias do estado do Pará.

Nesta perspectiva, o historiador e professor William Gaia Farias, corrobora que a *A República* publicou um ofício enviado pelo governador Lauro Sodré ao Diretor da Escola Normal agradecendo a contribuição para as despesas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, que se tratava da autorização de professores e funcionários para que o governo descontasse o valor correspondente a uma diária de seus vencimentos a ser utilizada em benefício daquele estabelecimento de ensino. Além disso, no mesmo jornal, os alunos do Externato Vitor Hugo fizeram suas contribuições. Portanto, a criação do Lyceu de artes e Offícios Benjamin Constant estava entre os mais significativos e bem recebidos projetos educacionais da gestão de Lauro Sodré. Pois, para o governador, era fundamental a contribuição de todos para esta instituição, que possibilitaria no estado do Pará a saída do analfabetismo, e uma mão de obra para o mercado de trabalho.<sup>496</sup>

Neste contexto, é fundamental a fonte documental do *Diário de Notícias* de 1896, a qual acentua que a Sociedade Propagadora de Ensino promoveu a distribuição de prêmios aos alunos que mais se distinguiram o ano anterior, nas aulas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, que receberam um convite para a noite do dia 22 do corrente ano para irem no Theatro da Paz. Assim, apresento no Quadro 35 os alunos premiados naquela ocasião.

Quadro 35 - Honrarias atribuídas a alunos do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, agrupados por curso.<sup>497</sup>

CURSO	AGRACIADOS	HONRARIA
Curso Secundário	Cesário José de Araújo	Primeiro lugar
Curso secundário	Silvestre Falcão	Segundo lugar
Curso Secundário	Antonio Ramos	Segundo lugar
Curso Secundário	Miguel Quintiliano de Moraes	Segundo lugar

<sup>495</sup> FARIAS, 2008, *op. cit.*, p. 63-64.

<sup>496</sup> FARIAS, 2008, *op. cit.*, p. 65.

<sup>497</sup> MELLO, J. Lucio de A. Propriedade e redação. *Diário de Notícias*, Belém, número I, p. 01, sexta feira, 7 de fevereiro de 1890.

Curso Secundário	Álvaro Innocente	Menções Honrosas
Curso secundário	Theobaldo R. de Menezes	Menções Honrosas
Curso Secundário	Vicente Silva	Menções Honrosas
Curso Secundário	Zulmino Barboza	Menções Honrosas
Curso secundário	Angelo Silva	Menções Honrosas
Curso Secundário	Emílio Martins da Silva	Menções Honrosas
Curso Secundário	João Almeida	Menções Honrosas
Curso Primário	Thomé Luiz da Silva	Segundo Lugar
Curso Primário	João Benevenuto Sampaio	Menções Honrosas
Curso Primário	Heliodoro dos Santos Ferreira	Menções Honrosas
Curso Primário	Manoel Avelino de Freitas	Menções Honrosas
Aulas de Música	Quintiliano de Moraes	Medalha de ouro
Aulas de Música	Vicente Silva	Medalha de Prata
Aulas de Música	Thomé Luiz da Silva	Medalha de Prata

Fonte: Mello, J. (1890). Elaboração do autor.

Esta fonte documental está direcionada aos alunos da escola noturna chamada Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant que receberam os seus prêmios, devido aos seus desempenhos como alunos desta instituição educacional. Os alunos receberam as suas premiações no Theatro da Paz, o que demonstra que havia por parte da Sociedade Propagadora de Ensino um incentivo aos alunos que se destacavam em suas matérias.

Todavia, a fonte documental do jornal *Correio Paraense* contextualiza que o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant já se ressentia demais da falta de dedicação e zelo da sua diretoria. Além disso, já prevíamos que acontecesse, pois não é o pouco salário de cem mil réis mensais, que recebe ali um professor, coisa que valha um sacrifício de uma ou duas horas de lições.<sup>498</sup> Ou seja, analiso que os professores não recebiam para ministrar aulas, e os sócios já não se preocupavam como cobrador da Sociedade Propagadora de Ensino, para satisfazerem as suas mensalidades. Além disso, havia uma falta de compromisso por parte da diretoria responsável pela administração; e os salários dos professores, quando eram pagos, recebiam muito pouco, além de suas gratificações. Entretanto, os professores da escola noturna se importavam com as lições que se obrigaram a passar aos seus alunos. Além desses professores terem fundado com entusiasmo esta instituição educacional provincial noturna.<sup>499</sup>

Nesse sentido, cabe refletir sobre a fonte documental no jornal *O Paraense*, ao que acentuar que:

<sup>498</sup> ARANHA, Bento. Lyceu Benjamin Constant. *Correio Paraense*, Belém, n. 434, p. 1, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893.

<sup>499</sup> *Id.*, *ibid.*

O Lyceu de Artes e Ofícios, enquanto o povo iludido acreditava não ter em si o gérmen destruidor da politicagem, parecia que havia de prosperar e os professores trabalhavam desinteressadamente e raro era então o dia em que não entrasse para os seus cofres um importante donativo pecuniário. Além disso, não era justo que no Lyceu Benjamin Constant, os professores trabalhassem de graça. No entanto, a Sociedade Propagadora de Ensino fundadora do Lyceu, não foi ouvida a respeito d'essas gratificações; entretanto seus sócios continuam a pagar regularmente as suas contribuições, por trimestre e o Estado a auxiliar as despesas do seu custeio com 15:000\$000.<sup>500</sup>

Assim, o documento mostra que havia uma verba própria para o pagamento dos professores, no entanto, esses professores não ganhavam o suficiente para ministrar aulas noturnas na escola do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Contudo, esses professores o faziam, em virtude do alto índice de analfabetismo no estado do Pará.

#### 4.4 AS ARTES E OFÍCIOS NO PARÁ E O PERFIL DO ALUNO

O Instituto Paraense de Educandos Artífices, do qual o número pode elevar-se até 200 alunos, e para admissão só se exige que seja **pobre, sadio e Paraense**. Alli encontram creanças facilidade em receberem instrução primaria e frequentarem uma aula de língua francesa e outra de desenho linear, podendo ao mesmo tempo aprender **os officios de sapateiro, alfaiate, marceneiro, ferreiro, latoeiro, e surrador, nas respectivas officinas**.<sup>501</sup>(grifos meus)

O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant expressava a preocupação da Sociedade Propagadora do Ensino em investir em um modelo de formação de trabalhadores nas diretrizes das artes e ofícios, o que pode ser percebido no quadro de professores, disciplinas e conteúdos ensinados. Por isso, apresento no Quadro 36 o diretor, os professores, as matérias e o quantitativo dos alunos do Lyceu Benjamin Constant:

Quadro 36 - Diretor, professores, matérias e o quantitativo de alunos do Lyceu Benjamin Constant.<sup>502</sup>

Diretor	Professores	Matérias	Nº de Alunos
Dr. Pereira Guimarães	Raymundo Espindola	Português	Mais de 200 alunos em 1895
	Dr. Octaviano Paiva	Francês	
	Bernardino Marques	História Universal	
	Bernardino Marques	Geografia	
	Capitão Sabino Luz	Aritmética	
	Dr. Ignacio B. de Moura	Álgebra	
	Dr. Henrique Santa Rosa	Geometria	

<sup>500</sup> *Id. ibid.*

<sup>501</sup> MARAJÓ, *op. cit.*, p. 32.

<sup>502</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 28.

	Dr. Henrique Santa Rosa	Desenho geométrico	
	João de Castro Figueiredo	Pintura	
	Roberto Moreira	Contabilidade	
	Maestro José C. da Gama Malcher	Música	
	José de Castro Figueiredo	Desenho	
	João Florêncio de Mello	Aula primária	

Fonte: Moura, I. (1895). Elaboração do autor.

Conforme o Quadro 36, observa-se que há professores que lecionam mais de uma disciplina na escola noturna. Além disso, Ignácio Moura menciona que Exposição Artística e Industrial que “O Lyceu Benjamin Constant já tinha preparado bons operários industriais e excelentes artistas. Além disso, eram conhecidos nas oficinas e fábricas os operários que frequentavam as aulas na referida escola pelo desembaraço com que procuram aplicar os conhecimentos teóricos que nas aulas recebem”.<sup>503</sup> Ignácio Moura acrescenta ainda que seria muito importante por parte dos mestres das oficinas que incentivassem os operários a frequentar as aulas nesta instituição, por se tratar de ensino gratuito e facultativo a toda pessoa.

Nesta pesquisa é importante a fonte da *Revista Oficial de Ensino*, sobre *A Escola*, ao declarar que:

O ensino theórico do Lyceu consta de um curso primário integral, no qual são ensinadas as seguintes matérias indispensáveis: leitura e lições de cousa, estudos práticos da língua materna, grammatica, portugueza, arithmetica pratica; geometria plana, noções geraes sobre os sólidos, geographia geral primária, particularmente do Brazil e especialmente do Pará, noções de cosmographia, exercícios primários de cartographia, história do Brazil precida de idéas geraes sobre a história universal, instrução moral e cívica, leitura e explicação das constituições estadual e federal, desenho à mão livre, escriptura e desenho linear geométrico.<sup>504</sup>

Assim sendo, a fonte apresenta que as matérias estão distribuídas no plano de ensino, com a sua formação em tempo hábil de seis anos. O curso prático do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ocorria em duas seções: 1ª em Belas artes, abrangendo o estudo de desenho, pintura, escultura, arquitetura e música; e no 2ª de Ofícios e Artes, indispensáveis e compatíveis com os recursos que a sociedade que o mantém, por isso a importância deste Lyceu em oportunizar a esses alunos a sua formação.

Desta forma, analisa-se a importância da formação, visto que não era obrigatório frequentar as aulas todos os dias. O prédio funcionava com os alunos do Lyceu Benjamin Constant, que não tinham acesso à biblioteca. Entretanto, a revista *A Escola* acentua que:

<sup>503</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 28.

<sup>504</sup> OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: a escola. **A Escola**: Revista Oficial de Ensino, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.



[...] o regulamento de 14 de Fevereiro de 1898, promulgado pelo Conselho Administrativo da Sociedade e pelo qual rege-se presentemente o Lyceu Benjamin Constant, mandou que ficasse anexas ao plano de ensino do estabelecimento as cadeiras de francês e contabilidade e determinou a organização de uma biblioteca especial, franca à consulta dos alunos e de todas as pessoas que o desejarem fazer e pesquisar, independentemente de qual aluno fosse.<sup>505</sup>

Analiso que o regulamento permitiu que todos os alunos tinham acesso a esta biblioteca, independentemente de classe social poderiam frequentar a tal estabelecimento de ensino, por meio do regulamento supramencionado e aprovado.

O Lyceu Benjamin Constant iniciava as suas aulas no dia 23 de janeiro e terminava no dia 09 de novembro. As aulas noturnas e a sua frequência eram “obrigatórias sob pena de eliminação”, por certo número de faltas. Além disto “a matrícula na aula do estabelecimento é facultada de 2 de janeiro a 30 de abril de cada ano. Todavia, que os analfabetos tivessem aulas em qualquer mês do seguinte ano letivo”.<sup>506</sup> Percebe-se certa priorização e preocupação por parte do governo em não proibir a entrada dos analfabetos no estabelecimento de ensino, porém, analiso que existe um período de matrícula e frequência sob um número de falta para ser desligado de sua formação teórica e prática do Lyceu Benjamin Constant.

Esta escola noturna chamada de Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant era dirigido pelo presidente da Sociedade Propagadora de Ensino, conforme o acordo regulamentar. Este estabelecimento de ensino era mantido com os rendimentos do patrimônio desta associação, a qual em 1898 ascendia a **117.063\$910, de réis**. Além do mais, tinham os auxílios recebidos do **Estado e da municipalidade de Belém**. Assim, a escola noturna atendia cerca de 300 alunos por ano, e muitos alunos tinham a oportunidade de se formar em determinada área profissional, onde contribuiria ainda mais nas fábricas do Estado do Pará (Grifo meu).

Muitas eram as ações do governador Lauro Nina Sodré em seu mandato, por entender que o processo de educação deveria ser prioridade em sua gestão, pois, compreende que era necessário minimizar o analfabetismo no Estado do Pará. Além do mais, é importante a narrativa de Arthur Vianna, o qual menciona a importância do;

2 Grupo Escolar Benjamin Constant criado pelo decreto n 1067 de 12 de agosto de 1901, sendo instalado no dia 19 seguinte. Sua denominação deve-se a seu diretor, o prof. Raymundo Trindade, que, em seu relatório ao diretor de Instrução Pública, assim se

<sup>505</sup> *Id., ibid.*

<sup>506</sup> OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: a escola. **A Escola**: Revista Oficial de Ensino, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.

reportou: - “É nosso desejo pedir ao Exmo. Sr. Governador a designação do dia 19 de agosto (data da fundação do grupo) para ser nelle declarado chamar-se oficialmente Grupo Escolar benjamin Constant, em homenagem ao fundador da República”.<sup>507</sup>

Assim foi o reconhecimento do homem da República que mudou a educação no estado do Pará, onde oportunizou, através do conhecimento, o processo de instrução a serem mais críticos que pudessem, formarem-se e serem conhecidos em sua sociedade pela instrução. Além disso, estarem inseridos nas fábricas por sua formação em um determinado ofício e/ou profissão. Por isso, a importância desse grupo, que também contribuiu para minimizar o analfabetismo no estado do Pará.

Nesse processo de minimizar o analfabetismo, torna importante a narrativa de Arthur Vianna, que compreende que o Colégio Estadual Paes de Carvalho foi uma instituição educacional que contribuiu muito na formação desses jovens desvalidos deixados à margem da sociedade, tornando fundamental o que o autor coloca em relação a esta instituição, ao mencionar que:

"foram ‘146 anos educando gerações’, fundado pelo Presidente Bernardo de Souza Franco, em 1841, com a denominação Liceu Paraense, o atual colégio “Paes de Carvalho” é responsável pela nobre missão de formar quase seis gerações de alunos que se têm projetado na vida pública [...]”<sup>508</sup>.

Mais uma vez, o documento comprova que a República foi fundamental para que priorizasse a educação, onde todos pudessem ter a oportunidade de se formar no ensino primário e mais dois anos em um determinado ofício e/ou profissão provincial.

De acordo com a coletânea *Cinco estudos em história e historiografia da educação* compreende-se que a educação é primordial nas fontes, quando trazem as experiências das crianças em determinada localidade, assim sendo, demonstra em “a literatura como fonte para a história da infância: possibilidades, limites e algumas explorações”, onde:

Tal reflexão trouxe em seu bojo a discussão sobre a multiplicidade de vivências das crianças definidas pelos diferentes pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, familiares, de gêneros, etc. Nessa perspectiva, analisar a diversidade das experiências infantis indica a necessidade da ampliação das fontes, de maneira a conferir visibilidade à variedade de espaços sociais de inserção e conformação da experiência histórica na criança. Afirma-se hoje uma tradição de trabalhos no campo que vem lançando mão de outros registros, considerando que a prática historiográfica consiste não apenas na recolha das fontes, mas na produção delas, questão que assume maior radicalidade na escrita da história da infância.<sup>509</sup>

<sup>507</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 140.

<sup>508</sup> VIANNA, *op. cit.*, p. 120.

<sup>509</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 41-42.

Esse é o caminho que se deve seguir nas fontes documentais, as quais possibilitam maior atenção e compreensão ao analisa-las, por isso, há uma preocupação quanto aos registros encontrados, pois é de suma importância o que as fontes nos dizem nas experiências das crianças quanto ao processo de instrução e formação na Província do Pará. Além disso, os detalhes da escrita documental tornam possível verificar as experiências vividas em tal localidade provincial.

O autor a ponta que muitas fontes eram desconsideradas devido aos sujeitos nele escritos, todavia, chama a atenção que “os discursos e práticas de mulheres, jovens, de pobres, escravos e outros sujeitos historicamente ‘excluídos’”. Assim, entende-se que para analisar a criança é fundamental nas fontes as suas experiências vividas em sua localidade provincial. Para tanto, especifica-se que esses indivíduos são justamente alunos empregados nas fábricas, crianças abandonadas nas ruas, jovens analfabetos à mercê da sociedade e trabalhadores inseridos em fábricas, com salários abaixo dos demais, em virtude de não possuírem uma formação profissional adequada e por serem também analfabetos, em busca de oportunidades de conhecimentos educacionais, precisando estudar para concluírem o ensino primário e se formarem em determinado ofício e/ou profissão no estado do Pará.

Portanto, as fontes são fundamentais para desvelar as experiências das crianças, jovens e adultos, uma vez que possibilitam analisar detalhadamente como se deu o seu modo de vida em sua classe social, para a sua busca no processo educacional, e como isso foi possível para essa mudança epistemológica, já que o índice de analfabetos era muito alto no estado do Pará. Evidentemente que analiso o governo de Lauro Nina Sodré, que em seu programa criou uma associação chamada Sociedade Propagadora de Ensino (SPE), e criou um currículo educacional para as escolas noturnas, onde essas pessoas pudessem ter a oportunidade de aprender uma profissão e serem inseridos nas indústrias no estado do Pará.

#### 4.5 A EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA INDUSTRIAL DO LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENAJMIN CONSTANT

O palacio em que funciona as aulas do Lyceu Paraense e do Lyceu Benjamin Constant foi o destinado á actual Exposição artística e industrial de 1895. A exposição occupa onze sallas vastíssimas destinadas a pintura, desenho, cerâmica, etc. O edificio é de uma construcção antiga e sem estylo, apezar de apresentar externamente um aspecto senhoril. Os commodos são arejados, bem divididos e bem apropriados ao fim.<sup>510</sup>

O local é fundamental para essa exposição, pois era onde se realizavam as aulas noturnas desses alunos que trabalhavam o dia todo nas fábricas e nas oficinas, por isso torna-se

---

<sup>510</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 13.

importante essa localização, uma vez que era onde os alunos aprendiam um determinado ofício e/ou profissão. Além disso, possibilitava aos alunos apresentarem as suas exposições que faziam parte da escola noturna criada pelo governador Lauro Nina Sodré em seu mandato de 1891 a 1897; e esses alunos se destacavam dentro das oficinas provinciais.

Assim, é fundamental a fonte do jornal *A Província do Pará*, ao corroborar que a escola:

Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, de ordem do sr. dr. presidente da Sociedade Propagadora de Ensino convida os senhores expositores premiados pelo jury da exposição de 1895, abaixo declarados, a virem buscar os cartões que lhes darão entrada no palco do teatro da paz, onde se realizará a solenidade da entrega das medalhas às 8 ½ horas da noite de 22 do corrente. Portanto, estará aberta a secretaria do Lyceu Benjamin Constant, todos os dias úteis, das 8 às 11 horas da manhã, até 31 do corrente, além disso, convido os alunos premiados nos exames do ano próximo findo, a virem buscar os seus ingressos.<sup>511</sup>

A narrativa documental é importante para refletirmos sobre alguns quadros da sua premiação a esses alunos que estudavam à noite nesta escola noturna no Pará. Assim sendo, a nos apresenta a listagem dos alunos premiados

Quadro 37 - Participantes premiados da Exposição Artística e Industrial.<sup>512</sup>

<b>Premiados na Exposição Artística e Industrial</b>
• Domenico De Angelis
• Carlos Weigandt
• <b>Fábrica de Cordas Perseverança</b>
• Professor Severiano Bezerra d'Albuquerque
• Manoel Vianna Coutinho

Fonte: Assis (1897). Elaboração do autor.

Outrora, analiso que havia muitos alunos que foram premiados devido serem da escola noturna, onde se formavam dentro das oficinas, nas quais os próprios alunos se interessavam em determinada profissão, seja nas artes, nos ofícios ou em outras profissões, como sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, enfim. Além disso, tínhamos professores, donos de fábricas que contribuíram com essa escola, para que os seus trabalhadores tivessem um melhor aproveitamento em sua profissão no estado do Pará.

Nesta perspectiva, é importante apresentar o Quadro 38 com os estudantes desta escola noturna que foram premiados.

Quadro 38 - Estudantes premiados do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant<sup>513</sup>

<sup>511</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Lyceu Benjamin Constant. *A Província do Pará*, n. 6197, p. 3, domingo, de 17 de janeiro de 1897.

<sup>512</sup> *Id.*, *ibid.* (Grifo meu).

<sup>513</sup> *Id.*, *ibid.*

ALUNOS	PREMIAÇÕES
Alvaro Inocêncio	1º Prêmio
Silvestre M. Falcão	2º Prêmio
Innocencio de Oliveira Bentes	2º Prêmio
Zulmiro Barbosa	2º Prêmio
Joaquim Tavares Rodrigues	2º Prêmio
Vicente Silva	2º Prêmio
Cesário José de Araújo	2º Prêmio
José Pantaleão Valente Lobo	2º Prêmio

Fonte: Assis (1897). Elaboração do autor.

Reflito nesse momento, que muitos alunos foram premiados por seus desempenhos em terminarem o ensino primário e serem inseridos nas fábricas para aprenderem uma determinada profissão, uma vez que a mão de obra era necessária no as fábricas e indústrias paraenses. Para além disso, esses alunos tinham a oportunidade de concluir o ensino primário.

Neste viés, é fundamental o Quadro 39, que apresenta os estudantes do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant agraciados com Menção Honrosa no Theatro da Paz, na

Quadro 39 - Estudantes do Lyceu Benjamin Constant que receberam Menção Honrosa.<sup>514</sup>

ALUNOS AGRACIADOS COM MENÇÃO HONROSA
Luiz Demosthenes
Américo Guilherme do Amaral
José Lousada
Raymundo da Costa e Souza
Angelo M. Vicente de Moraes
Jacyntho Sampaio Ferro
Joaquim Ramalho Teixeira
Perminio de Oliveira e Silva
João Gualberto de França Messias
<b>Recebendo da Secretaria do Lyceu Benjamin Constant, em 15 de janeiro de 1897 – O Secretário, Raymundo Espíndola.</b>

Fonte: Assis (1897). Elaboração do autor.

Reitero que os quadros acima são importantes, uma vez que mostram que todos esses alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que mesmo estando trabalhando nas fábricas o dia todo, demonstravam ter objetivos muito grandes em conquistar o seu espaço por meio da formação em determinada área de ofício e/ou profissão a qual almejavam. Ademais, o governo premiava a maioria dos estudantes que se dedicava na dita instituição de ensino. Todavia, é importante perceber nesses cursos havia uma alta evasão, pois os eram muito longos. Por isso, cabe a narrativa de Ronaldo Araújo que compreende que a evasão era alta nas escolas no estado do Pará, o que se atribuía ao longo tempo de duração dos cursos, à necessidade

<sup>514</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Lyceu Benjamin Constant. **A Província do Pará**, n. 6197, p. 3, domingo, de 17 de janeiro de 1897. (Grifo meu).

imediate que os alunos tinham de trabalhar e às péssimas condições de funcionamento das oficinas, cuja precariedade refletia-se na falta de maquinário e de ambiente adequado para as atividades. Ou seja, analiso que não se tinha um local adequado e o tempo era muito longo e inapropriado para esta formação.<sup>515</sup> Além disso, percebo que muitas vezes os alunos faltavam à escola por fazerem horas-extras nas fábricas provinciais.

Nesse caminho de pesquisa, é importante a fonte documental do jornal *A Província do Pará*, em que foi proferida numa solenidade sobre a inauguração desta instituição, sendo importante apresentar a fala **do vice-governador Gentil Bittencourt**, o qual afirma que:

Grande número de pessoas assistiu anti-ontem à noite, a sessão de abertura do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, fundado pelos auspícios da Sociedade Propagadora de Ensino. Presidiu a sessão o Sr. Dr. Gentil Bittencourt Vice-governador do Estado. Proferiu um breve discurso, no qual communicou ao auditório haver-lhe telegrafado do Ceará o Sr. Dr. Lauro Sodré pedindo fossem abertas n'aquela dia as aulas do lyceu, em commemoração à data da morte do intemerato fundador da República brasileira.<sup>516</sup>

A fonte apresenta a inauguração da escola no horário noturno, que foi muito importante para a formação desses trabalhadores, pelos trabalhos benéficos do vice-governador Benjamin Constant ao acreditar em uma educação que pudesse ser de todos, independentemente de classe social, por isso o reconhecimento como fundador da República.

Sendo assim, é fundamental analisar que a Sociedade Propagadora de Ensino criou uma escola que formava trabalhadores com especificações em determinadas áreas. Para além disso, o jornal *A Província do Pará* de 1892 apresenta um discurso do presidente desta associação, que enfatiza que:

---

<sup>515</sup> ARAÚJO, *op. cit.*

<sup>516</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 4676, p. 2, de 29 de janeiro de 1892.

Seguiu-lhe com a palavra o presidente da diretoria da Sociedade Propagadora de Ensino, dr. Pereira Guimarães, que dirigiu frases de ensino aos matriculados, salientou os esforços dos membros daquela sociedade em levar a efeito a fundação do lyceu, e, saudando o Sr. Dr. Gentil Bittencourt, na sua qualidade de primeiro magistrado do Estado, agradeceu aos presentes o seu concurso áquella festa. Orou em terceiro lugar o administrador técnico das officinas do Diário official, Sr. Antonio Joaquim de Lima, por parte da sociedade mecânica paraense. Encerrada a sessão o Sr. dr. Vice-governador ergueu vivas ao dr. Lauro Sodré, a memória de Benjamin Constant e a classe artística.<sup>517</sup>

Diante deste discurso, esta associação de Ensino seria a responsável por implantar um sistema de ensino na escola noturna Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, com o intuito de oportunizar àqueles trabalhadores que estavam inseridos nas fábricas sem nenhuma profissão, que terminassem o ensino primário e mais dois anos se formariam em uma determinada profissão no estado do Pará.

A narrativa de Felipe Tavares de Moraes é importante, pois adianta que “as reformas da Escola Normal e do Lyceu Paraense, eram concebidas como indispensáveis para levantar o nível da instrução pública, no qual a formação do “mestre” transformaria a escola no templo de ciência e democracia”.<sup>518</sup> Esta reflexão que essa escola estaria sendo implantada no governo provisório de Lauro Nina Sodré de 1889 a 1891. E as palavras de Moraes corroboram que:

O relatório de Antônio José Ferreira Braga apresenta as suas preocupações com a instrução e a sua incompatibilidade com os desenvolvimentos materiais da província. Considera que a falta de professores, de escolas e de alunos é a tríade negativa que marca a educação da província. Reputa, ainda, que a formação de professores é um elemento estrutural para melhorar a educação.<sup>519</sup>

Neste caminho de pesquisa documental, acredito que foi necessário fechar as portas de escolas primárias para que, neste determinado momento, se preocupassem em formar professores que contribuíssem com a formação desses alunos. Além disso, a SPE seria a responsável por implantar na escola noturna um currículo compatível para os trabalhadores estarem inseridos nas fábricas provinciais.

Assim, nesta instituição de ensino foram implantadas, por meio de um currículo, duas sessões para esta formação. Assim sendo, compreende que no dia 2 de janeiro estariam abertas as inscrições a todos os que desejavam matricular-se nas aulas do Lyceu Benjamin Constant, para os que deverão ser matriculados dirigir-se ao ilustríssimo Sr. Dr. José Antônio Pereira Guimarães, à rua Nova de Sant’ana, n 52. Além disso, as aulas começarão a funcionar no dia 22 de janeiro próximo, e o curso desta escola noturna, está na forma do artigo 11 dos estatutos

---

<sup>517</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>518</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 25.

<sup>519</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 50.

que abrangem as seguintes matérias divididas em duas seções. Sendo assim, apresento a o Quadro 40 com as disciplinas da Primeira e Segunda Seção.

Quadro 40 - Disciplinas da Primeira Seção e da Segunda Seção.<sup>520</sup>

PRIMEIRA SEÇÃO	SEGUNDA SEÇÃO
Português	Desenho Lyneair
Aritmética	Desenho de ornatos e fibras
Geografia, especialmente do Brasil	Desenho de figuras
História, especialmente prática	Desenho de machinas
Algebra Elementar	Desenho de architextura
Geometria	Música
Geometria descritiva – Noções de perspectivas e sombras	Pintura
Phyfica e Chimica	
História Natural	
Mechanica Aplicada	
Noções de direito pátrio e de economia política	

Fonte: Assis (1892). Elaboração do autor.

Portanto, além destas seções, o estudo será o mais prático possível no curso primário, no qual os alunos poderão matricular-se, mesmo aqueles que não tiverem a menor noção de ensino. Ademais, sem um prévio conhecimento nas matérias, além de todos os alunos matriculados terem a oportunidade de estar se formando nessa escola noturna do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que havia no estado do Pará. No entanto, compreendo que o mais importante para esses trabalhadores fossem adquirir qualquer tipo de conhecimento, e fossem inseridos nas fábricas para o “saber produtivo”,<sup>521</sup> por isso, é fundamental analisar nesta Associação Promotora do Ensino, que era a responsável por implantar um sistema de ensino, no Lyceu de Artes Benjamin Constant, fundado em 16 de novembro 1891, pois possibilitava o aluno a terminar o ensino primário e apresender uma profissão.

Desta forma, as concepções político-educacionais republicanas permitem analisar as ideias do governo de Lauro Nina Sodré de 1891, no sentido da substituição de regime político da Monarquia para a República, pois a formação desses trabalhadores nessa escola noturna, muitas vezes não tinham acesso a uma educação de qualidade. Assim, analiso que o tempo disponível que dispunham foi implantado pelo governador no horário noturno para que os mesmos trabalhadores concluíssem a sua formação profissional no estado do Pará.

<sup>520</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 4672, p. 2, de 24 de janeiro de 1892.

<sup>521</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, p. 186.



Nesta contextualização, a instituição do Lyceu Benjamin Constant foi fundamental para a formação desses trabalhadores ao adquirirem uma formação adequada para o mundo do trabalho. Além disso, o governador foi comunicado numa quinta-feira à noite, por meio de um telegrama, sendo-lhe informado da instalação de aula naquele momento: “congratua-se convosco pela realização da patriótica instituição, devido aos vossos esforços. Concorrência enorme. Trezentos alumnos matriculados – Gentil Bittencourt”. Ademais, o Lyceu Benjamin Constant possuía cerca de 45000\$000, dos quais quarenta convertidos em apólices da dívida do Estado, quatro contos recolhidos à Caixa Econômica, sendo o excedente destinado à compra de mobília e a mais despesas necessárias, e o Congresso votou em seu benefício de 10.000\$000, e a sua despesa era de 400\$000 réis.<sup>522</sup>

Neste viés, analiso que essa escola noturna contava com muitos apoios financeiros para mantê-la funcionando e no horário onde não prejudicasse o trabalho os alunos nas fábricas, assim, reflito que foi importante o governo de Lauro Nina Sodré ter implementado uma associação que criasse um currículo capaz de subtrair o analfabetismo que era muito grande no estado do Pará, pois esse currículo contribuiu para formar alunos, fossem eles crianças, jovens ou adultos que estavam inseridos e foram mais bem remunerados nas indústrias provinciais.

Neste caminho, reflito sobre a importância da Exposição Artística e Industrial, que possibilitou aos alunos exporem os seus trabalhos, em virtude dos ensinamentos nas oficinas. Para tanto, Ignácio Moura compreende que:

De tudo isto nasce para este povo um criterio de paz e uma accomodação de ordem que a base do nosso progresso e há de ser a origem da nossa glória. O paraense não mais o indilente antigo: é o philosopho operario ou artista que trabalha pensando no melhor meio de dirigir este esforço para o bem commum. No Pará o dizer-se artista é uma glória.<sup>523</sup>

As oportunidades eram dadas pela escola noturna para que os alunos aprendessem um ofício e/ou profissão. Para além disso, os próprios alunos apresentaram os seus trabalhos para a sociedade que visitou essa exposição no estado do Pará. Então, analiso que os esforços do governador em criar escolas noturnas contribuiu no processo educacional e possibilitou minimizar o analfabetismo local e provincial.

---

<sup>522</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 4672, p. 2, de 24 de janeiro de 1892.

<sup>523</sup> MOURA, I., *op. cit.*, p. 38.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posso assegurar-vos que o Estado do Pará há de saber cumprir o seu dever, secundando-vos na tarefa gloriosa de resistir á tentativa criminosa dos que estão cavando a ruina do Paiz. Podeis confiar na minha lealdade, na minha fé republicana e no meu amor a esta terra. Estarei sempre ao vosso lado para defeza da lei e para desagravo da honra nacional. Como soldado e como republicano, não recuarei deante de nenhum sacrificio para vencer ou morrer, pugnando em prol dos grandes interesses da Patria e da República.

Lauro Sodré.<sup>524</sup>

Inicio as minhas considerações finais refletindo sobre a narrativa do governador Lauro Nina Sodré quanto à importância de enfrentar todos os desafios para alavancar a instrução pública no estado do Pará, uma vez que possibilita a minimização do analfabetismo nesta localidade provincial. Assim, prossigo minhas reflexões sobre a temática abordada nesta tese de doutorado.

Todavia, é importante outrora em minha trajetória educacional, pois tive que enfrentar muitas barreiras de ensino e trabalho para poder estar concluindo este trabalho acadêmico, mas desde pequeno quando vendia amendoim nessa universidade, observava muitos alunos estudando e ficava refletindo que, assim como eles estavam estudando, eu também poderia um dia estar aqui nessa universidade, mesmo vendendo amendoim. Ou seja, a Universidade Federal do Pará me possibilitou, através do PADT, sonhar um sonho utópico, entretanto, graças ao poderoso Deus, pude estar aqui neste momento e realizar um sonho que jamais poderia imaginar. Contudo, acredito numa educação de qualidade, que, independente de classe social, todos podemos realizá-la por meio da educação. Por isso, o meu caminho está nessa pesquisa educacional, na qual prossigo para alcançar o objetivo acadêmico.

Assim, neste caminho de pesquisa é importante analisar e refletir sobre a importância das historiografias utilizadas no decorrer deste trabalho, pois foi de bom grado discutir com historiadores que enxergam a educação como sendo a saída para uma sociedade mais crítica e adequada para os mais pobres e humildes que necessitavam de uma formação para estar inseridos nas fábricas no estado do Pará.

Neste viés, analiso ao longo do primeiro governo de Lauro Nina Sodré e demais governos de 1891 a 1900, de onde vêm sendo apresentadas as fontes documentais relacionadas à formação dos trabalhadores e a saída das meninas desvalidas das ruas, com o intuito de

---

<sup>524</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5155, p. 3, sábado, 16 de setembro, 1893.

comprovar, por meio de uma associação chamada de Sociedade Propagadora de Ensino, que criou uma instituição noturna para essas pessoas que buscavam ingressar no ensino primário e obter uma formação em um ofício e/ou profissão de: marceneiro, tipógrafo, mecânico, alfaiate, ferreiro, enfim, que buscavam se inserir no mercado industrial, uma vez que muitas áreas estavam em busca desses profissionais. Além de uma profissão para essas meninas desvalidas. Por isso, o governador Lauro Nina Sodré, em sua formação, já tinha a preocupação de criar esta associação, e uma outra chamada de Orphelinato Paraense, que tiraria das ruas meninas que estavam à mercê da sociedade provincial. Assim, contribuiria com a primeira para os alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, por estarem limitados a uma formação profissional, sendo inseridos no mercado industrial. Nesse sentido, mostrou-se nesta pesquisa, através das fontes documentais: relatórios, revistas, fotografias, jornais e outras. Evidencia-se que esta formação profissional partiu de um programa apresentado pelo então candidato Lauro Nina Sodré ao governo provincial. Além do mais, muitas pessoas importantes contribuía com esta instituição educacional, tais como: o Tenente Coronel José Leopoldo (20\$000 réis); o Commendador Ignácio J. Corrêa (20\$000 réis); Major Antonio Roque (20\$000 réis); Um anônimo (20\$000 réis); Benjamin Craveiro (20\$000 réis); Um anônimo (10\$000 réis); Corrêa & Irmão (10\$000 réis); Velloso Pereira & Irmão (10\$000 réis); Dr. Agostinho Olímpio (10\$000 réis); Major Lopes Bastos (10\$000 réis) e Antonio Velloso Salgado (5\$000 réis).

O jornal *A Província do Pará* nos mostra que muitos membros da sociedade provincial, que contribuía com a instituição, tinham os seus próprios interesses de terem seus nomes em destaque nos jornais locais e minimizar o analfabetismo local. Além disso, tiraria das ruas essas meninas desvalidas para evitar que seguissem por um caminho de ilicitude local.

Observou-se que outros municípios paraenses também possuíam benfeitores que apoiavam ações sociais, como, por exemplo, o Ophelinato Paraense do Município de Melgaço, que era subsidiado por colaboradores, dentre estes: Coronel David Joaquim Leal (10\$000 réis); Major João Virgolino Leal (10\$000 réis); Major Jacob M. Gonçalves (10\$000 réis); Major Simão José Benjó (10\$000 réis); Capitão José Pedro de Souza (5\$000 réis); Capitão Gentil G. da Costa (5\$000 réis); Tenente Lourenço J. de Freitas (5\$000 réis); Dona Maria Gonçalves da Silva (5\$000 réis); **Escrivão Antonio J. Alves (5\$000 réis)**; Satarnino dos Santos Vieira (5\$000 réis); Silvestre Horácio Pereira (5\$000 réis) e Antonio Ferreira dos Santos (5\$000 réis).

Trago mais este quadro para refletir sobre a importância desses contribuintes em toda a Província do Pará, uma vez que desejavam tirar das ruas essas meninas desvalidas, para lhes darem oportunidades para uma educação voltada ao lar e, acima de tudo, para que elas não tivessem pensamentos ilícitos nas ruas. Portanto, o governador Lauro Nina Sodré teve um papel

importantíssimo em seu projeto educacional no estado do Pará, aplicado em sua gestão, principalmente porque a República encontrava-se em seu início, e era necessário mudar essa instrução, pois em sua própria experiência vivenciou, quando aluno do Lyceu Paraense, que muitos alunos dentro do espaço escolar necessitavam de um processo de aprendizagem voltado para erradicar o analfabetismo e também se formarem para estarem inseridos nas fábricas com uma mão de obra qualificada e preparada para o mercado trabalho provincial.

Assim, o governador Lauro Nina Sodré sabia que era necessária a implantação da República, pois possibilitaria uma melhor educação e/ou instrução para a sociedade mais pobre, quando teriam mais oportunidades de formação, por meio do programa apresentado pelo governo do estado do Pará. Todavia, é importante a narrativa de Maria Tereza de Mello, em “A República Consentida”, por entender que “com o avanço da década, frustradas as reformas, a crítica passou a visar não os aspectos pontuais do regime, mas sua legitimidade e principalmente seu “oportunismo”.<sup>525</sup> Assim, venho realizando esta tese apresentando narrativas como essa, em que no regime monárquico muitos aproveitaram o momento para os seus próprios interesses e a maioria da sociedade ficava à mercê desses proprietários que tinham os seus lucros específicos, no entanto, reflito que a instrução ficava em última instância, uma vez que esses proprietários tinham o controle da grande massa social na Província do Pará.

A busca por esta formação profissional evidencia que os alunos teriam que matricular-se para terem a possibilidade de melhoria de vida, talvez sob diferentes expectativas. O jornal *A Província do Pará*, em 5 de novembro de 1895, registra que se matricularam no estabelecimento de instrução 280 alunos, sendo 156, no curso primário e 124 no curso secundário. Ou seja, naquele ano de 1895, a instituição aderiu, além da formação profissional, ao ensino secundário, com 59 alunos. Neste sentido, a pesquisa demonstra que no decorrer do tempo muitos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant tinham também a oportunidade de se formar no ensino secundário, caso desejassem.<sup>526</sup>

Outrora, os trabalhadores precisam entender que esta formação tornava possível, depois de seis anos, obterem um ofício e/ou uma profissionalização, que os colocavam em atividades práticas nas fábricas do estado do Pará, tal como os conhecimentos e as atividades adquiridas poderiam ser aplicados em seu cotidiano profissional. Ademais, o conhecimento adquirido na formação tornaria possível que esses trabalhadores, jovens e adultos, atuassem e tivessem um emprego nas indústrias do Estado do Pará.

---

<sup>525</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 175.

<sup>526</sup> ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 5785, p. 1, de 5 de novembro de 1895.

É importante enfatizar que a partir dos documentos de relatórios, revistas, jornais, e mensagens do governador, além dos referenciais de livros, dissertações e de teses, foi possível que se investigasse e se entendesse sobre o processo de criação, propostas curriculares, argumentações políticas e sobre a identificação de alguns professores e alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

Portanto, o estudo evidencia que esses indivíduos que à época já trabalhavam nas indústrias, teriam que se matricular nesta instituição Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, onde poderiam obter uma formação, para estarem preparados e inseridos como verdadeiros profissionais da indústria. Segundo Monteiro (2014), foi a abolição da escravatura que representou, no dizer de muitos, a mais importante revolução social ocorrida no Brasil, pois foi a única que mudou o modo de produção, as relações de trabalho e de modernidade que vigoravam ao longo do século XIX.<sup>527</sup>

De acordo com Lauro Nina Sodré, era necessário que em 1891 se procurasse mostrar as benesses políticas naquele atual momento, por isso em sua mensagem, compreende que:

Somos um grande Estado, que hoje, na posse de sua autonomia e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgado de si uns grandíssimos horizontes, e desenhada a perspectiva de um futuro de propriedades imensas. [...] Consigamos nós moralmente subir às eminências do nível das criações da natureza, saibamos proficuamente utilizar as nossas forças, e é certo que podemos rever para o Estado do Pará em um futuro não remoto, uma situação das mais prósperas e das mais felizes. Para encetar essa vida nova não devem saltar nos infundados receios de que possam periclitir as instituições políticas vigentes. [...] A lei da persistência faz que ainda, sob a República, subsistam como triste legado do cahido regimen, vícios e abusos, que só o envolver dos tempos conseguirá eliminar. Tenhamos, porém, fé nas instituições vigentes, a cuja sombra se vão educando as novas gerações.<sup>528</sup>

A mensagem do governador demonstra que o fundamental do período era a mudança de regime, pois seria a única saída de mudança para uma nova vida. Por isso, é importante que se analise a formação dos trabalhadores jovens e adultos como fundamental para a melhoria do estado do Pará, uma vez que a mão de obra qualificada era importante tanto para os trabalhadores quanto para os grandes proprietários de fábricas. Além disso, muitos desses proprietários eram sócios efetivos da Sociedade Propagadora de Ensino, que contribuíram mensalmente com mil réis para a criação do Lyceu Benjamin Constant e que os seus nomes dos mesmos eram publicados diariamente no Jornal *A Província do Pará*.

---

<sup>527</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 258.

<sup>528</sup> PARÁ, 1891, *op. cit.*, p. 12-13.

Não obstante, no programa de gestão do primeiro governo de Lauro Nina Sodré fica clara a sua prioridade em relação a uma política educacional republicana que possibilitasse às classes menos favorecidas um caminho de formação do ensino primário e uma formação profissional. Nesse sentido, a ênfase principal do seu projeto educacional foi a formação para a classe operária, pois a incorporação do proletariado representaria um dos elementos que contribuiriam para a consolidação do regime republicano.

Contudo, não se deixa de refletir sobre a possibilidade de muitos outros estudos voltados a este primeiro governo, pois acredito que esses alunos que se formaram contribuíram em sua formação profissional para uma mão de obra qualificada nas indústrias em Belém do Pará. Assim sendo, tem-se um exemplo claro desta escola noturna, o aluno Manoel Simplício, que, mesmo trabalhando o dia todo como ferreiro, estudava à noite e se formou no Lyceu Benjamin Constant e no ensino secundário, e posteriormente se formou no ensino superior.

Portanto, a pesquisa analisou que a formação no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant possibilitou às classes de operários e trabalhadores a saída para uma formação e seguimento para o ensino superior. Entretanto, a própria instituição que formava não queria que os trabalhadores tivessem uma formação crítica para o ônus do governo. E ficou comprovado, através dos documentos, que em todos os anos a disputa por essa vaga era muito acirrada, uma vez que a necessidade desta mão de obra contribuiria para o mercado de trabalho. Para além disso, saliento que esta pesquisa é apenas o começo para subsidiar novas pesquisas no âmbito do primeiro governo de Lauro Sodré, em Belém do Pará.

A gestão do governador Lauro Nina Sodré criou muitas instituições educacionais, como o Orphelinato Paraense, que foi fundado em 1893, com o objetivo de amparar e educar meninas órfãs. Ademais, essa instituição era mantida por sócios e doações. Assim sendo, esta instituição educacional chamada “Orphelinato Paraense” ensinava as primeiras **letras, literatura, prendas, economia doméstica, canto coral, piano, ginástica**, dentre outras. O Orphelinato era dirigido internamente pelas Filhas de Sant’Ana, mulheres religiosas de origem Italiana. E contavam “com alguns professores externos, que educavam as órfãs”.<sup>529</sup> De fato, é importante que se diga que essa instituição educacional era voltada para as meninas abandonadas pela sociedade provincial, e a saída que o governador vislumbrou foi criar um currículo voltado para formar essas meninas desvalidas que estavam à mercê da sociedade provincial no Pará. E o objetivo principal desta instituição filantrópica era educá-las para que saíssem das ruas (Grifo meu).

---

<sup>529</sup> PIMENTA, A., *op. cit.*, p. 107.

O Orphelinato Paraense foi, de fato, construído para beneficiar as meninas desvalidas. Assim, o governador Lauro Nina Sodré distribuiu uma circular aos cidadãos reconhecidos pelo seu espírito protetor para que viessem a fazer parte desta associação como sócios”. O governador Lauro Nina Sodré entendia que cabia a esses sócios contribuir para ajudar os pobres e desamparados. Neste sentido, passou uma circular que deveria ser preenchida e entregue no palácio do governo. Assim foi institucionalizada essa instituição educacional, que contribuiu para minimizar o analfabetismo local e provincial.

Essa instituição educacional voltada a meninas desvalidas do estado do Pará foi fruto da responsabilidade religiosa, por isso, é importante a narrativa de Adriene Pimenta, ao compreender que “o Relatório da Intendência Municipal de Belém, publicado em 1902, afirma que foram oito religiosas da Ordem que assumiram a administração do Orphelinato Paraense em novembro de 1898”<sup>530</sup>. Para tirar das ruas meninas abandonadas pelos pais e pelas guerras ocorridas, essas religiosas contribuíram para a erradicação do analfabetismo local.

Neste caminho da construção da minha tese, busquei analisar as fontes documentais pelos relatórios, pelos jornais, pelas revistas, enfim, com o intuito de identificar narrativas que corroborassem o sentido de uma história que contribuísse, de fato, para uma educação que viesse à baila, de despertar o interesse do pesquisador da educação. Assim, é importante a narrativa de José Murilo de Carvalho, ao afirmar que no imperialismo brasileiro as elites dominaram o ensino superior, todavia, “o que acontecia com pouca gente fora dela”<sup>531</sup>, assim sendo, compreendo o porquê de o índice de analfabetismo ser muito alto no estado do Pará à época. Para além disso, José Murilo de Carvalho corrobora que “No Brasil imperial [...] a educação era a marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais”<sup>532</sup>. Ou seja, registro que o início da República, de fato, contribuiu para a minimização do analfabetismo provincial no período estudado.

Destacamos esses acontecimentos para entender o porquê de uma educação de ensino primário voltado à sociedade de baixa renda, uma vez que era visível um alto índice de analfabetos que não sabiam ler e escrever. Assim, entendo que foi instigante esta pesquisa, pois me mostrou que os mais pobres e humildes não tiveram as mesmas oportunidades que os demais da sociedade (as elites).

---

<sup>530</sup> PIMENTA, A., *op. cit.*,

<sup>531</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 65.

<sup>532</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 79.

Portanto, esta tese traz à baila a história da educação no estado do Pará, que foi marcada pelo atraso na construção de uma epistemologia capaz de tirar da pobreza os que mais precisavam se formar para ingressarem como profissionais qualificados nas fábricas e indústrias do estado do Pará, Contudo analiso, que no governo de Lauro Sodré foi se construindo, através de uma associação, um currículo voltado aos mais pobres e humildes, o que lhes possibilitou a oportunidade de adquirirem uma epistemologia voltada para a qualificação profissional e então se habilitarem para atuar profissionalmente nas indústrias locais. Também se destaca a forma como o governador defendia no congresso que era necessário aprovar leis que contribuíssem para a instrução pública no estado do Pará. Outrora, registro que foi gradativamente se construindo uma instrução voltada a uma sociedade que estava à mercê dos grandes proprietários provinciais. Evidentemente, que deixo um caminho aberto a outros pesquisadores sobre a construção de uma epistemologia voltada a uma educação de qualidade.



## FONTES PESQUISADAS

### Constituição

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891. *In: Coleção de leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1, 1891.

### Decretos

BRASIL. Decretos e leis. Decreto Federal de nº 173, de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. *In: BRASIL. Coleção das leis [da] República dos Estados Unidos do Brasil de 1907: atos do poder legislativo (decretos de janeiro a dezembro): atos do poder executivo (decretos de janeiro a março)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Decretos e leis. Decreto Federal de nº 981 de 8 de novembro 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. *In: BRASIL. Coleção das leis [da] República dos Estados Unidos do Brasil de 1890: atos do poder legislativo (decretos de janeiro a dezembro): atos do poder executivo (decretos de janeiro a março)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

PARÁ. [Decretos e leis]. Decreto n. 88, de 24 de maio de 1841. Documentos da História da Educação Paraense. *Revista HISTEDBR On-line*: Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP, p. 05. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>. Acesso em: 12.03.2022.

PARÁ. [Decretos e leis]. Decreto n. 417 de 28 de outubro de 1891. Da Novo regulamento ao Liceu Paraense. *In: PARÁ. [Decretos e leis]. Coleção das Leis e Decretos do Governo Republicano do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891.

PARÁ. Governo do Estado. Decretos e leis. **Decreto n. 821 de 10 de fevereiro de 1900**. Aprova o regimento interno das escolas públicas do Estado do Pará. Belém: IOE-PA, 1900, p. 4-6. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/decreto821de10fevreiro1900/32/#zoom=z>. Acesso em: 22 fev. 22

### Documentos Administrativos

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS. Estatuto. *In: A PROVÍNCIA DO PARÁ*, Belém, de 28 de dezembro de 1893, p. 2.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo Econômico 1862**. Rio de Janeiro, 1863.

GYMNASIO DO PARAENSE. **Regimento Interno**. Belém: Off. Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1956

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **A Educação no Pará**: Documentário. Belém: SEDUC, 1987

PARÁ. Direção Geral de Instrução Pública. Ensino primário. **Regulamento Escolar**. Programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1890. p. 7-8.

PARÁ. Governador (1891-1897: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1891**. Belém: Typ. do Diário Official, 1891.

PARÁ. Governador (1891-1897: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1892**. Belém: Typ. do Diário Official, 1892.

PARÁ. Governador (1917-1921: Lauro Sodré). **Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará**. Belém: IOE-PA, 1917. p. 62.

PARÁ. Governo do Estado. **Lauro Nina Sodré**: Partido Republicano Federal, Governador do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 à 1º de fevereiro de 1897. Disponível em: <http://www.pa.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2022.

## Jornais

ANONYMA, Propriedade de uma Sociedade. Exposição de Artes e Ofícios. **A Pátria Paraense**: diário noticioso, commercial e litterario, Belém, v. 1, n. 49, p. 1, de 24 de agosto de 1894.

ANONYMA, Propriedade de Sociedade. Dr. Lauro Sodré. **A Pátria Paraense**: diário noticioso, commercial e litterario, Belém, v. 1, n. 1, de 24 de junho de 1894.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Instrução Primária. **A Província do Pará**, Belém, n. 44, p. 3, de 19 de maio de 1876.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 4672. P. 2, de 24 de janeiro de 1892.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 4576, p. 2, de 29 de janeiro de 1892.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 4690, p. 2, de 14 de fevereiro de 1892.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Assumptos Administrativos. **A Província do Pará**, Belém, n. 4825, p. 2, de 3 de agosto de 1892.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. A questão do local. **A Província do Pará**, Belém, n. 5052, p. 1, de 10 de maio de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Notas oficiais. **A Província do Pará**, Belém, n. 5053, p. 2, de 11 de maio de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Opherlinato Paraense. **A Província do Pará**, Belém, n. 5073 p. 3, de 7 de junho de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n.5084 p. 3, terça-feira, de 20 de junho de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5130, p. 1, de 15 de agosto de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. **A Província do Pará**, Belém, n. 5131, p. 3, de 17 de agosto de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. A Proctetora dos Orphãos. **A Província do Pará**, Belém, n. p. 3, de 07 de setembro de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5155, p.3, sábado, 16 de setembro, 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5236, p. 2, de 28 de dezembro de 1893.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Artes e ofícios na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, n. 5551, p. 2, de 24 de janeiro de 1895.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 5566, p. 2, de 10 de fevereiro de 1895.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Maçonaria. **A Província do Pará**, Belém, n. 5678, p. 2, de 27 de junho de 1895.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Através de Belém. **A Província do Pará**, Belém, n. 5785, p. 1, de 5 de novembro de 1895.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Secção Livre. **A Província do Pará**, Belém, n. 5804, p. 3, de 8 de março de 1896.

ASSIS, Dr. Joaquim José de. Lyceu Benjamin Constant. **A Província do Pará**, Belém, n. 6197, p. 3, domingo, de 17 de janeiro de 1897.

CARVALHO, José Paes de. Manifesto do Club republicano. **A República: Órgão do Partido Republicano**, Belém, de 07 de setembro de 1886.

CARVALHO, José Paes de. A Nossa Instrução. **A República: Órgão do Partido Republicano**, Belém, v. 1, n. 8, p. 3, de 11 de setembro de 1886.

CAMPBELL, A. Letras. **A República: Órgão do Partido Republicano**, Belém, n. 791, p. 1, Belém de 23 de novembro de 1892.

MARANHÃO, Paulo. Lyceu Paraense. **A República: Órgão do Partido Republicano**, Belém, v. 4, n. 697, p. 3, 18 de outubro de 1893.

CARNEIRO & Coutinho. Propriedade. Oficina de Marceneiro. **A Confederação Artística: Órgão das Classes Operárias**, Belém, n. 20, p. 2, quinta feira, 20 de setembro de 1888.  
Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820709&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 out. 2022.

ARANHA, Bento. Lyceu Benjamin Constant. **Correio Paraense**, Belém, n. 434, p. 1, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893.

MELLO, J. Lucio A. Aulas do Lyceu. **Diário de Notícias**, Belém, v. 11, p. 2, em 7 de fevereiro de 1890.

LIMA, Filipe José de. Sociedade Propagadora de ensino. **Diário de Notícias**, Belém, n. 16, p. 1, de terça feira 21 de janeiro de 1896.

ESTADO do Pará. Livro da porta. **Folha do Norte**, Belém, p. 2, de domingo, 24 de janeiro de 1897.

CARDOSO, Tavares. & COMP. Caridade. **Jornal Caridade**. Edição especial: Promovida pela corporação artística das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso & Cia com o valioso concurso de distintos colaboradores. Belém: Ed. Tavares Cardoso, jun. 1893, p. 6. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/820903/per820903\\_1893\\_00001.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/820903/per820903_1893_00001.pdf). Acesso em: 2 maio 2022.

ALMEIDA & Irmãos. Escola de Ensino Primário. **Jornal do Pará: Órgão Oficial**, Belém, v. 4, n. 175, p. 3., terça-feira, 4 de agosto de 1868.

ANDRÉA, General. Assembleia Provincial. **Jornal Treze de Maio**, Belém: Typ. Santos & Filho, n. 600, p. 1, sábado, 2 de maio de 1846.

ROSA, Dr. Américo M. Santa. Curso Livre de mathematicas. **O Democrata**, Belém, v. 3, n. 32, quinta feira, 11 de fevereiro de 1892. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186171&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=2253>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MAIORANA, Romulo. Colégio Antonio Lemos comemora o Centenário. **O Liberal**, Belém, n. 25.764, p. 1, de 13 de maio de 1993.

CAMPBELL, A. Edição Especial. **O Pimpão**, Belém, n. 25, p. 4, 15 de agosto de 1891.

## Leis

BRASIL. Decretos e Leis. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. *In*: BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brazil de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. 1 v. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

PARÁ. Decretos e Leis. Lei nº 10, de 09 de janeiro de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p.

PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 32, de 11 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. Decretos e leis. Lei nº 53 de 27 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 56 de 29 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição

política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 57, de 30 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 66, de 30 de agosto de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. [Decretos e Leis]. Lei nº 71, de 5 de setembro de 1892. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. [Decretos e leis]. Lei provincial n. 203 de 27 de outubro de 1851. Documentos da História da Educação Paraense. **Revista HISTEDBR On-line**: Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP, p. 5. Disponível em: <https://periódicos.sbu.unicamp.br/ojs.index.php/histedbr>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PARÁ. [Decretos e Leis etc.]. Lei n. 669, de 13 de abril de 1871. *In*: PARÁ. [Decretos e Leis]. **Collecção das leis estaduaes do Pará dos annos de 1891 a 1900**: precedida da constituição política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900. xlv, 838 p. Material disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

## Revistas

VALMONT, Maria; NUNES Olavo. Programmas de Ensino. **A Escola**: Órgão dos alumnos da Escola Normal, Belém, v. 1, n. 5, p. 2, ago. 1892.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Doutrina: a escola. **A Escola**: Revista Official de Ensino, Belém, v. 1, p. 1, 3 de maio de 1900.

COSTA, D. Antonio de Macedo. Prospecto. **A Estrella do Norte**: periódico religioso, Belém, n. 1, p. 7, terça feira, 6 de janeiro de 1863.

PIRES, Octavio. Curso Livre do Lyceu. **Ensino**: Revista de Educação, Belém, v. 3, n. 9, p. 2, setembro de 1893.

COSTA, D. Antonio de Macedo. AS FAMÍLIAS, Periódico Dedicado. Instrução e Educação. **Revista Familiar**: Periódico dedicado às famílias, Belém, v. 1, n. 1, p. 4, 4 de fevereiro de 1883.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **José Pereira Guimarães**. 2024. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-pereira-guimaraes/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará. 1904-1905. Belém: F. Cardoso, 1904.

ALMANAK: Administrativo e Industrial de 1868. Belém: Ed. Carlos Seidl, 1869. p. 63-64.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Educação Profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Fundo; Coleção GIFL**. Código do Fundo - 01. Notação/Data ou Período do Documento -5F-459. Seção de Guarda-CODES

ASLAN, Nicola. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica. 1975.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BALEEIRO, Aliomar. **A Constituição Brasileira de 1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. 103 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2),

BARBOSA, Andresson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém Époque**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 69. Disponível em: [https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/diss\\_andreson\\_carlos\\_elias\\_barbosa.pdf](https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/diss_andreson_carlos_elias_barbosa.pdf). Acesso em: 01 jul. 2022.

BARBOSA, Rui. **Orações do Apostolo**: Centenário do Marques de Pombal, pronunciado a 8 de maio de 1882, Club de Regatas Guanabarenses, Imperial Theatro de Pedro II. Rio de Janeiro: Ed. Revista de Língua Portuguesa, 1923.

BARROS, Jônatas Barros e. **A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)**. 2010. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação e Matemática Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010, f. 24. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2679/1/Dissertacao\\_EscolaNormalPara.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2679/1/Dissertacao_EscolaNormalPara.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

BARROSO, Wilson da Costa. **Educação e cidadania e cidadania no republicanismo paraense**: a instrução pública primária nos anos de 1889 – 1897. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sônia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 2, jul./dez. 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo**: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BRAGA, Theodoro. **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Typ. Livraria Gillet, 1917.

BRAYNER, Flávio. **Educação e Republicanismo**: Experimentos arenztianos para uma educação melhor. Brasília: Liber Livro, 2008.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPAGNE, E. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Porto: E. Chardon; Casa Lugan & Genelioux, sucessores, 1873.

CANDAU, Vera Lúcia Ferrão *et al.* **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: CNPq/PUC-RIO, 2000.

CARDOSO, Lucas Ayres. A Instrução Pública no Pará no período de 1891 a 1897. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. SEÇÃO PARÁ. (ANPUH – Pará), 12., 2021, Belém. **Anais ...** Belém: Cabana, 2021, p. 18.

CARDOSO, Lucas Ayres. **O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e a formação de trabalhadores no alvorecer republicano no Pará (1891-1897)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política e industrial. Teatro das Sombras: A Política Imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Elite and State-building in Imperial Brazil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Stanford University. Stanford, 1974. 2 v.

CASTANHO, Sérgio. **Institucionalização escolar no Brasil**: 1879-1930. 2005. p. 40. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf>; Acesso em: 18 out. 2023.

CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Alan Watrin. **Ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COELHO, Maricilde Oliveira. Discursos da Docência: o feminino na nova escola republicana. *In*: MELO, Clarice Nascimento de; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de. (Org). **História da Educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014. p. 151-164.

COOMBS. Philip H. **A Crise Mundial da Educação**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CORTELLA. Mario Sergio. **A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004. (Coleção Prospectiva: 5).

CORTELLA. Mario Sergio. **A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004. (Coleção Prospectiva: 5).

COSTA, Edivando da Silva. **Civilizar a nação pela Instrução Pública: A Formação de Professores e Ensino Primário no Pará (1891 a 1909)**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.

CRUZ, Ernesto. **As Obras Públicas do Pará**. Belém: IOE-PA, 1969.

CUNHA, Luís Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antonio. A Laicidade em Disputa: Religião, moral e civismo na Educação Brasileira. **Revista Teias**, v. 15, n. 36, p. 3, maio 2014.

CUNHA, Luiz Antonio. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação**, Niterói, v. 10, n. 1-2, p. 3-47, jan./dez. 1983.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, 1980. *In*: PARNES, M. S. Man power analysis in educational planning, em M. Blaug (Org.). **Economics of education**. Harmondsworth. UK: Penguin Books, 1968. v. 1.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Flexa, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, maio/ago, 2000 n. 14. Número especial - 500 anos de educação escolar.

D'AGUIAR, Fausto. **Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Exmo. Sr. Dr. Fausto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1851**. Belém: Typ. Santos & Filho, 1851.



DELFINO, Luiz., op. cit. p. 131-132.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. 2005. 90 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIAS, William Gaia. **O Alvorecer da República no Pará**. Belém: Açai, 2008.

FONSECA, Celso Sukow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, 3v.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRANÇA, Maria do P. S. G. de Souza Avelino. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Lyceu Paraense – 1840/1889**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

FRANÇA, N. F. **A história da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **O Ensino de Ofícios Manufatureiros dirigido aos Menores Abandonados: Brasil 1870-1930**. 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000b.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. O Ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.1, maio/ago. 2000a.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Viana. Seção de Obras Raras. Biblioteca Digital. **Antônio José de Lemos**. 2024. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>. Acesso em. 10 jan. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Viana. Seção de Obras Raras. Biblioteca Digital. **Gentil Augusto de Moraes Bittencourt**. 2024. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/book-author/antonio-jose-de-lemos-1843-1913/>. Acesso em. 10 jan. 2024.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; FURTADO, Elizabeth; MOURA, Epitácio Macário. **Sociologia da Educação**. 3. ed. Fortaleza: Ed. UECE, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 3, p. 13.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 19.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O Ensino de História e seu Currículo: teoria e método**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCHIBA, Camila. **Os Periódicos da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, v. 1 p. 103-104. (Memória – História).

LINS, Mônica Regina Ferreira. A infância e a mocidade na Marinha no período entre 1870 e 1910: aspectos históricos da educação elementar, profissional e militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MAAMARI, Adriana Mattar. A Fundamentação Filosófica da Escola Republicana. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, n. 82, p. 59-81, jul./dez. 2009.

MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Trad. Por William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de. **A Amazonia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil**. Lisboa: Typographia Minerva, 1883.

MATOS JÚNIOR, Admarino Gonçalves de. **A Educação dos meninos desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)**. 2018. 139 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: Poder, Desejo e Memórias da Libertação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura Democrática e Científica do Final do Império**. Rio de Janeiro: FGV: Ed. UFRRJ, 2007.

MELO, Clarice Nascimento de; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de. (Org). **História da Educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014.

MIRANDA, Leila Mourão. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1987.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX:1850-1900**. Orientado por Willian Gaia Farias. 2014. 242 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MORAES, Felipe Tavares de. **A Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 42. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2761>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MORAIS, Francisco. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 62, p. 137-335, 1940.

MOURA, Daniella de Almeida. **A Imprensa Periódica a Serviço da República Paraense (1886-1898)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MOURA, Ignácio. **Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant**. Belém. Typ. Diário Oficial, 1895.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

NERY, Vitor Sousa Cunha. **Instrução Pública Primária na Província do Pará na Segunda Metade do Século XIX**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013. Disponível em: [https://proesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/07/vitor\\_sousa\\_cunha\\_nery.pdf](https://proesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/07/vitor_sousa_cunha_nery.pdf). Acesso em: 1º jul. 2022.

NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e Organização do Repertório Português. In CATANI, D. B. BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em Revistas: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da República: entre a cidade imperial e a metrópole republicana**. 2017. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino Público**. São Luís: Typ. do Paiz, 1874.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PANTOJA, Leticia Souto. **Trilhos, veios e caminhos da cotidianidade das camadas populares de Belém: 1918-1939**. 2015. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de Meninas no Ophelinato Paraense (1893-1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores: identidade e saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIRES, Roberto Scalercio. Fragmentos da Vida “Justa e Perfeita” de Lauro Sodré. 2017. **Grande Oriente do Brasil**. Disponível em: <https://www.gob.org.br/fragmentos-da-vida-justa-e-perfeita-de-lauro-sodre-roberto-scalercio-pires/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

REPERTÓRIO INTERNACIONAL DE ICONOGRAFIA MUSICAL. Imagem, música, ação: Iconografia da cultura musical. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ICONOGRAFIA MUSICAL, 6., 2020, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2020. Disponível em: <https://ridim-br.mus.ufba.br/6cbim2021/pt/efemerides.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIBEIRO, Vera Masagão. As Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 1, nov. 2001. Disponível em: <http://dx.2001doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RIZZINI, Irma. **O Cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROMANELI, Otaíza. **História da Educação Brasileira**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROTHBARD, Murray N. **Educação: Livre e Obrigatória**. São Paulo: Instituto Ludwig vom Mises Brasil, 2013.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* **Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas: Autores associados: HISTEDBR, 2007. p. 77.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República, 1886-1907**. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O Senador Militar: Poder, Sociabilidade e Escrita de Si na Trajetória Parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)**. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, f. 462. Disponível em: [https://www.pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/2020\\_09\\_SANTOSAlan\\_Tese.pdf](https://www.pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/2020_09_SANTOSAlan_Tese.pdf). Acesso em: 09 maio 2022.

SANTOS, Hamilton. **O Espaço do Cidadão: O Cidadão Polido**. São Paulo: EDUSP, 1926-2001.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921). *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA*, 150., 2016, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2016.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Milton. (1996). **O cidadão Polido**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses da educação e política** 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Org.). Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campina: Autores associados, 2007. p. 5.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e Escolas na Passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, Noemi Santos da. Instrução e trabalho: a experiência dos ingênuos no Paraná (1871-1888). *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH)*, 13., 2012, Londrina. **A História da Escrita: Fragmentos de historiografia Contemporânea**. Londrina: UEL, 2013, p. 57.

SODRÉ, Emmanuel. **Lauro Sodré na História da República**. Rio de Janeiro: Ed. do autor. 1970.

SODRÉ, Lauro. **Crenças e Opiniões**. Belém: IOE-PA, 1896. p. 26.

SOUZA, Ione Celeste J. de. **Escolas ao Povo: ingênuos, presos e trabalhadores na escolarização baiana 1870-1890**. Feira de Santana: EDUEFS, 2019.

SOUZA, Altamir. **Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará**. Belém: IOE-PA, 1972.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores **Revista Brasileira de Educação**, n 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TOLENTINO, Abel. Lauro Nina Sodré e Silva: Grão-Mestre do Grão Oriente do Brasil. **Luz no Horizonte**. 2023. Disponível em: <https://www.masonic.com.br/rito/sodre.htm>. Acesso em: 04. jul. 2023.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Belém: T. Cardoso, 1890.

VERÍSSIMO, José. **A Instrução Pública do Estado do Pará: 1890**. Relatório apresentado pelo Diretor Geral, ao Governador do Estado Dr. Justo Leite Chermont. Belém: T. Cardoso, 1890.

VIANA, Luana Costa. **A Colonização de corpos, Corações e Mentes**: Educação e Higienismo em Escritos de Periódicos Pedagógicos no Pará (1891-1912). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2015.

VIANNA, Arthur. **A Educação no Pará**: Documentário. Esboço Retrospectivo da Instrução Pública no Pará. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1987.

VILLA, Marco Antonio. **O Nascimento da República no Brasil**: a primeira década do novo regime. São Paulo: Ática, 1997.

## APÊNDICE A - BIOGRAFIA DE LAURO NINA SODRÉ

A Biografia do governador na Província do Pará.

A apresentação da biografia de Lauro Nina Sodré por meio da política em sua formação, **nascimento, idade e cidade**, com base em duas tabelas elaboradas a partir de fontes documentais.

### Retrato de Lauro Sodré, usando traje da Maçonaria.<sup>533</sup>



Fonte: Tolentino (2023). Disponível em: <https://www.masonic.com.br/rito/sodre.htm>.

### Cronologia da vida política de Lauro Sodré.<sup>534</sup>

Cargo	Período
Militar: const.	1891
Deputado Federal pelo Pará	1891
Governador do Pará	1891 a 1897
Senador pelo Pará	1897 a 1902
Candidato à Presidente da República	1898
Senador pelo Distrito Federal	1903 a 1912
Senador pelo Pará	1912 a 1917
Governador do Pará	1917 a 1921
Senador do Pará	1921 a 1929

Fonte: Pará (1897). Elaboração do autor.

<sup>533</sup> TOLENTINO, Abel. Lauro Nina Sodré e Silva: Grão-Mestre do Grão Oriente do Brasil. **Luz no Horizonte**. 2023. Disponível em: <https://www.masonic.com.br/rito/sodre.htm>. Acesso em: 04 jul. 2023.

<sup>534</sup> PARÁ. Governo do Estado. **Lauro Nina Sodré**: Partido Republicano Federal, Governador do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 à 1º de fevereiro de 1897. Disponível em: <http://www.pa.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2022.

### Cronologia da vida de Lauro Sodré.<sup>535</sup>

ANO/IDADE	FORMAÇÃO	CIDADE
<b>11 a 16 anos</b>	Inicial: Lyceu Paraense	No Estado do Pará.
<b>1876 - 19 anos</b>	Ingressou como cadete na Escola Militar de Praia Vermelha Cadete da Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro	Capital do Império: Rio de Janeiro
<b>1878 - 21 anos</b>	Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Docente de Economia Política.	Fundou junto com outros colegas o clube secreto republicano.
<b>1885 - 28 anos</b>	Participou ativamente da criação do Clube Republicano do Pará.	No Estado do Pará.
<b>11.04.1886 - 29 anos</b>	Deputado pelo Estado do Pará (Não exerceu).	No Estado do Pará.
<b>1888 - 31 anos</b>	Foi maçom e recebeu o título de “filiandro livre”.	No Estado do Pará.
<b>1890 - 33 anos</b>	Foi Eleito Deputado à Constituinte Federal.	No Rio de Janeiro.
<b>1891 - 34 anos</b>	Foi eleito e permaneceu até em 1897 como governador do Pará.	No Estado do Pará.
<b>1897 - 40 anos</b>	Eleito Senador pelo Distrito Federal em uma campanha relâmpago de sete dias.	Em Brasília.
<b>1904 - 47 anos</b>	Foi eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e soberano grande comendador do Rito Escocês Antigo e aceito.	Em Belém do Pará.
<b>1905 - 48 anos</b>	Foi libertado e anistiado.	No Rio de Janeiro

Fonte: Pará (1891). Elaboração do autor.

<sup>535</sup> PARÁ. Governo do Estado. **Lauro Nina Sodré**: Partido Republicano Federal, Governador do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 à 1º de fevereiro de 1897. Disponível em: <http://www.pa.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2022.